Estado e capital na China

Renildo Souza

RENILDO, S. *Estado e capital na China* [online]. Salvador: EDUFBA, 2018, 285 p. ISBN 978-85-232-2002-0. https://doi.org/10.7476/9788523220020.

ESTADO E CAPITAL NA CHINA

Renildo Souza

ESTADO E CAPITAL NA CHINA

Salvador
EDUFBA
2018

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Capa e Projeto Gráfico
Igor Almeida

Revisão
Lia Simões Nery

Normalização
Tatiely Neves

Sistema de Bibliotecas – UFBA

Souza, Renildo.
Estado e capital na China / Renildo Souza.- Salvador: EDUFBA, 2018.
285 p.

ISBN: 978-85-232-1775-4

1. China - Política econômica. 2. China – Condições econômica. 3. China - Relações econômicas exteriores. I. Título.

CDD - 338.951

Elaborada por Evandro Ramos dos Santos CRB-5/1205

Editora afiliada à

Editora da UFBA
Rua Barão de Jeremoabo
s/n – Campus de Ondina
40170-115 – Salvador – Bahia
Tel.: +55 71 3283-6164
www.edufba.ufba.br
edufba@ufba.br

Sumário

Prefácio

Eis aqui um livro que começou a existir em 2007 como uma tese de doutorado em Administração na Universidade Federal da Bahia (UFBA), mas que, mediante aperfeiçoamentos, transformou-se numa obra esclarecedora sobre o caráter das transformações contemporâneas da China. *Estado e capital na China* trata das reformas econômicas que ocorreram no período que vai de dezembro de 1978 até o presente, ou seja, na era que se iniciou após o falecimento de Mao Zedong, ocorrida em 1976. O seu objetivo central é discutir a questão de saber se essas transformações rumam para o socialismo ou para o capitalismo, numa perspectiva não economicista, ou seja, negando que elas transcorreram segundo um rumo histórico inexorável determinado pela necessidade econômica.

Ora, não se pode abordar essa questão de uma perspectiva marxista sem começar pelo próprio Marx. Como se sabe, esse autor tratou da superação do capitalismo ao longo de toda a sua vida; entretanto, na busca de um ponto de partida para examinar o estudo aqui em discussão, parece correto admitir que ele se encontre em sua obra máxima, ou seja, em *O capital*. Marx tratou do socialismo já no primeiro capítulo dessa obra e de modo muito significativo:

eis que o fez na quarta e última seção deste capítulo, ou seja, na seção que trata do caráter fetichista da mercadoria e que visa a desvendar o seu segredo. Isso implica que, para ele, o socialismo, entendido aqui como a sociedade formada por "homens livremente socializados", só pode nascer quando é superada a forma mercadoria inerente ao capitalismo e, assim, o fetichismo que está entranhado na sociedade em que domina o modo de produção capitalista. Eis o que disse aí:

> A figura do processo social da vida, isto é, do processo da produção material, apenas se desprenderá do seu místico véu nebuloso quando, como produto de homens livremente associados, ela ficar sob seu controle consciente e planejado. Para tanto, porém, se requer uma base material da sociedade ou uma série de condições materiais de existência, que, por sua vez, são produto natural de uma evolução histórica longa e penosa. (MARX, 1988a, p. 76)

Esse trecho é crucial; a partir dele, algumas conclusões se impõem de imediato. Mesmo sem entrar nos detalhes das experiências socializantes do século XX, é possível dizer de imediato que: a) o socialismo delineado por Marx ainda não chegou a existir na face do planeta Terra; b) todas essas experiências históricas, tais como a russa, a chinesa e a cubana, partiram de condições muito insuficientes e, por isso, constituíram-se como processos que tentaram ou ainda tentam construir as bases materiais necessárias para a possível vinda do socialismo – mesmo se ousaram, por antecipação, chamarem-se de socialistas ou mesmo de comunistas. Para aqueles que querem examinar e discutir essas experiências, trata-se, então, de examiná-las com o intuito de saber se foram ou estão sendo bem-sucedidas nesse desiderato ou se se desviaram por

caminhos que, ao fim e ao cabo, não levam senão, de algum modo, a repor o capitalismo.

O livro de Renildo Souza, que trata especificamente do caso "China", deve ser lido, interpretado e avaliado – e esta é a opinião daquele que faz esse prefácio – estritamente nessa perspectiva. O antagonismo socialismo *versus* capitalismo orienta todo o seu esforço de compreender essa experiência histórica específica. As realizações e desventuras do processo realmente observado são enxergadas sob a perspectiva da realização possível, mas difícil, de um socialismo comunitário e democrático que seja também capaz de criar as condições para a supressão do Estado, tal como aquele que animou o pensamento original de Marx. Eis que, para ambos, o verdadeiro socialismo é uma "associação de homens livres" que já não estão mais submetidos à "violência de uma lei natural reguladora" tal como ocorre no capitalismo. Portanto, a lei do valor tem de ser abolida já na primeira etapa da construção comunista em que vigora o princípio do "igual direito", ou seja, que manda repartir tudo o que é produzido dando a cada conforme o seu trabalho.

Em sua introdução, mostra como e por que o Partido Comunista da China, em dezembro de 1978, diante das dificuldades em promover um rápido desenvolvimento das forças produtivas, optou pela estratégia de usar "o capitalismo, aproveitar seu capital, tecnologia e mercado, para construir seu antípoda, o socialismo". O argumento então usado era de que o modelo soviético baseado fortemente na planificação, o qual fora reproduzido *grosso modo* na China sob a liderança de Mao, era ineficiente porque excluía o mercado e desprezava, assim, a sua capacidade natural de alocar recursos escassos entre fins alternativos. Nesse sentido, o socialismo chinês realmente existente, para ser bem-sucedido, foi sendo pouco a pouco transformado – supostamente – em um socialismo de mercado. Renildo, entretanto, não deixa de mencionar logo no início de seu escrito que "nesse processo, transparece a retórica

nacionalista do resgate do papel grandioso da China, em seu passado milenar, como o famoso e poderoso Império do Meio".

O escrito como um todo pretende mostrar diferentes aspectos da transformação do caminho socializante da era Mao em algo que o autor denomina, com felicidade, de trajetória nacional-desenvolvimentista. E não apenas em sua dinâmica interna que já é bem complexa, mas também levando em consideração o contexto geopolítico da competição imperialista em nível internacional. Como se sabe, essa mudança de rumo foi muito bem-sucedida em seu propósito de rapidamente desenvolver as forças produtivas e, assim, de alavancar o crescimento econômico, fazendo da China, em poucas décadas, uma potência emergente capaz de rivalizar com as potências já estabelecidas há mais longo tempo. A China, como se sabe, tornou-se um protagonista tão expressivo no cenário mundial que, atualmente, encontra-se no ponto de ameaçar a hegemonia dos Estados Unidos que ainda figura, dentre os países mais poderosos, como aquele realmente dominante. Ademais, ao enveredar por um caminho desenvolvimentista, a China criou aparentemente uma alternativa ao modelo neoliberal amplamente prevalecente na esfera de dominação do imperialismo norte-americano.

Contudo, o foco do estudo de Renildo Souza é a questão de saber: aonde vai a China enquanto modo de produção? É por isso que buscou responder ao longo de seu texto, muito claramente, dentre várias outras, uma pergunta central: as reformas do sistema econômico e do Estado realizadas paulatinamente na China desde 1978 expandiram apenas a dominação da relação de capital e, assim, desviaram-na do rumo do socialismo? Ou, alternativamente, havendo adotado um caminho que os seus proponentes chamam de "socialismo de mercado", mantiveram-na ainda nesse rumo? O abandono do "sistema de acumulação centralizado" que caracterizou o modelo soviético vem abrindo de qualquer modo novas perspectivas para o desenvolvimento da sociedade contemporânea?

Com esse objetivo, o estudo que aqui se recomenda enfaticamente, tendo por base uma pesquisa muito ampla das fontes nacionais e internacionais que versam sobre a história recente da China, desenvolve-se por dez capítulo. No primeiro, o autor discorre sobre como se deu a ascensão de uma nova liderança no PC chinês e como ela passou a criticar as tendências e os resultados alcançados no período anterior liderado por Mao Zedong. Expõe em particular como a crítica da "revolução cultural" permitiu a construção de um novo discurso político após o falecimento do líder revolucionário.

No segundo, sem fugir das controvérsias e amparado no materialismo histórico, apresenta como emergiu um novo sistema econômico em substituição daquele que fora construído após a Revolução Chinesa de 1949 e que se caracterizava sobretudo pela coletivização das terras, controle estatal da economia e nacionalização de empresas estrangeiras. O tema geral desse capítulo, então, é devidamente desdobrado nos seguintes em alguns de seus componentes mais importantes. A descoletivização do campo é tratada no terceiro; a liberação do mercado de trabalho é visada no quarto; a desestatização da estrutura produtiva é encarada no quinto. Seguem-se dois capítulos que tratam dos problemas engendrados pelas próprias mudanças retratadas nos anteriores: o de número seis versa sobre a integração da China à economia mundial e o de número sete debruça-se sobre o que denomina de "imbróglio financeiro".

O capítulo oitavo merece uma atenção especial, pois ele se dedica a discutir criticamente as matrizes de pensamento que também buscaram explicar o caráter do desenvolvimento recente da China. Segundo o autor, essas seriam basicamente quatro: o evolucionismo, o economicismo, o desenvolvimentismo e o liberalismo. As duas primeiras recebem no texto um tratamento especial porque, segundo ele, embasaram a ideologia dos líderes reformistas chineses. Para justificar a reorientação da estratégia de construção

do futuro, eles teriam se valido das teses de uma caduca ortodoxia que vicejara no campo do marxismo já no fim do século XIX. Eis que esta tinha como característica central privilegiar o desenvolvimento das forças produtivas como suposta rota automática para alcançar o socialismo. Ao focarem apenas a expansão da produção e o avanço tecnológico, os líderes chineses desprezaram a luta de classes e, assim, a dimensão política da construção de uma sociedade que pretende abolir a forma mercadoria e, assim, a alienação, a exploração e a dominação que caracterizam o capitalismo.

Nos dois capítulos finais, Renildo Souza expõe as suas conclusões. Primeiro, apresenta a sua interpretação crítica desse curso histórico atribulado que costuma ser visto pelos apologistas do econômico como o mais novo milagre do capitalismo, o "milagre chinês". Na tradição do materialismo histórico, encontra uma chave para uma avaliação mais justa desse curso numa tese clássica: o desenvolvimento desigual e combinado com particularidades nacionais é inerente a um modo de produção que tende a se tornar um sistema mundial e que tem como meta própria a acumulação insaciável de capital, mas, ao mesmo tempo, contraditoriamente, precisa produzir os valores de uso que dão sustentação à reprodução da sociedade.

Para o bem ou para o mal, a China – enfatiza – tornou-se um protagonista muito importante nesse sistema mundial cada vez mais entrelaçado, de tal modo que seu desenvolvimento em particular passou a influenciar de modo decisivo o curso do desenvolvimento da sociedade global. O futuro da China, contudo, também não está predeterminado. No capítulo final que significativamente denominou "Aonde vai a China? ", Renildo Souza procurou mostrar, de um lado, como as contradições e as tendências do sistema mundial condicionam o desenvolvimento da própria China e, de outro, como as contradições internas do modo de produção capitalista, as quais se manifestam por meio de tendências sistêmicas

e de lutas sociais, continuam a trabalhar aí para redirecionar o seu futuro como sociedade.

Enfim, tem-se em mãos um estudo que merecer ser lido com atenção. Trata-se de um extraordinário esforço para apreender, nos planos da história e da teoria, o desenvolvimento recente da China, segundo uma perspectiva que nasceu no século XIX, por meio, principalmente, da obra de Karl Marx. Enquanto investigação que vai além do propósito meramente acadêmico, enriquece a compreensão e o debate sobre o curso de evolução do sistema de acumulação chinês, o qual se encontra agora inserido no sistema capitalista plenamente mundializado.

As perspectivas civilizatórias estão hoje bem obscurecidas. No entanto, sabe-se pelo menos, apesar da falta de luz no fim do túnel, que a história ainda não acabou e que é preciso encontrar os meios para escapar da barbárie.

Eleutério F. S. Prado
Professor aposentado da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP)

Introdução

As grandes transformações contemporâneas na China são o objeto da avaliação crítica exposta neste livro. A crítica à viragem sistêmica em favor do capital, independentemente do desejo e das intenções proclamadas pelos dirigentes chineses, não empana o brilho dos impressionantes êxitos do desenvolvimento econômico e tecnológico, bem como o crucial papel do Estado chinês na reversão da dominação geopolítica unipolar dos Estados Unidos. Neste sentido, a ascensão da China na ordem internacional engendrou possibilidades, alternativas e oportunidades de relação internacional para os países periféricos em contraste com a agressividade política e militar do imperialismo estadunidense.

O Partido Comunista da China, na III Sessão Plenária do 11º Comitê Central, em dezembro de 1978, justificou o lançamento da assim chamada reforma econômica como uma modernização socialista. A hegemonia do projeto de reformas dependeu de crenças, expectativas e pragmatismo. Assim, a empreitada modernizadora seria levada à prática pelo capital (nacional, inclusive da diáspora chinesa, e estrangeiro) e pelo Estado (política econômica desenvolvimentista, crédito, subsídios, infraestrutura), que atuariam como

parceiros e protagonistas. Em vez de restauração ou renovação do capitalismo na China, entendeu-se que a estratégia seria usar o capitalismo, aproveitar seu capital, tecnologia e mercados, para construir seu antípoda, o socialismo. Forjou-se a compreensão de que sem a rigidez importada do velho modelo soviético e sem o voluntarismo dos grandes planos maoístas tratava-se de respeitar as condições particulares da China, construindo-se aquilo que veio a receber o título de "socialismo com características chinesas". Na medida em que avançava a reforma chinesa, o título foi mudando, cada vez mais, para "socialismo de mercado".

A ideia, simplista, é que o grande erro da economia do socialismo real foi a oposição entre plano e mercado, ou dito de outra forma, socialismo sem mercado. Afora essas questões, no período recente da China também se mantém o importante e justo apelo da unidade nacional, com o retorno já conquistado de Hong Kong e Macau e a exigência de reunificação com Taiwan. A restauração da integridade nacional forçou, de certa forma, ao recurso de habilidade política manifestada no modelo de "Um país, dois sistemas". A integridade, a soberania e o desenvolvimento da grande nação chinesa têm especial importância na resistência à globalização neoliberal desejada e imposta ao mundo pelo imperialismo norte-americano. Nesse processo, transparece a retórica nacionalista do resgate do papel grandioso da China, em seu passado milenar, como o famoso e poderoso Império do Meio.

Do ponto de vista do contexto internacional, há uma coincidência conjuntural interessante: as reformas chinesas começaram em 1979, no mesmo ano em que Margareth Thatcher torna-se a governante da Inglaterra, e no ano seguinte, 1980, Ronald Reagan elege-se presidente da República dos Estados Unidos. Ambos governantes – Thatcher e Reagan – apareceram como campeões da doutrina política e ideológica do neoliberalismo e líderes da renovada cruzada anticomunista.

As mudanças na China ocorrem em uma época mundial em que são marcantes a derrota do socialismo real na União Soviética e nos países do Leste Europeu, a hegemonia do capitalismo neoliberal e as diversas facetas da mundialização do capital. Há dominação esmagadora da finança de mercado no mundo, expansão de conglomerados financeiros e produtivos globalmente, recusa veemente do papel do Estado na regulação da busca do desenvolvimento econômico e social. Predominam, sobretudo, preconceitos e negação referentes aos direitos democráticos e sociais dos trabalhadores. Persiste a intolerância em face da legitimidade das lutas sociais concretas.

O ambiente político predominante deixa visível a noção hegemônica de que já teria sido provada cabalmente a inviabilidade do socialismo em substituição ao capitalismo. O socialismo seria uma página virada. Seria ociosa e anacrônica a discussão sobre modelos de renovação social radical. Nessas circunstâncias, avalia-se que seja uma audácia propor, no mundo de hoje, o debate sobre a China, do específico ponto de vista da questão da preservação ou não do socialismo. Nesses tempos difíceis, é preciso voltar a dizer que a liberdade de pesquisa, a abertura para o debate e a exposição das divergências, considerando o exame realista e o reconhecimento das contradições e evolução econômica e social do capitalismo, são fatores indispensáveis para o avanço do conhecimento. Se essa perspectiva epistemológica é negada, mergulha-se, então, no dogmatismo, estagnação teórica, preconceitos, vulgarização científica, pensamento único pró-capital.

Portanto, tratando-se da China, seria impossível renunciar à discussão do socialismo. É inaceitável qualquer tipo de subestimação do debate sobre a questão do socialismo chinês. O pano de fundo das reformas chinesas, chamadas por Deng Xiaoping de modernização socialista, consiste no exame das contradições e

fracasso do socialismo na China, como projeto e como experiência, em associação com as visões sobre o mercado.

Como se sabe, não há, nem nunca houve, mercado sem Estado no capitalismo. A rigor, o conceito de intervenção do Estado na economia não faz muito sentido. O Estado e as lutas sociais já são parte integrante do funcionamento da economia, sempre. O capital tem suas leis de movimento, tem sua dinâmica própria de acumulação, lucro, competição e crises, tem sua determinação sobre o caráter da sociedade. Mas não há ordem natural. É tudo social e histórico. É claro que, na economia, a forma institucional e a força da regulação do Estado são cruciais, mudam muito e ajudam a configurar os distintos momentos históricos. Nesse sentido, o processo de modernização chinês retoma e atualiza os debates sobre plano e mercado como princípios de regulação da economia. Em vez da integral alocação administrativa de recursos, no sentido das decisões centralizadas no Estado, avança, passo a passo, a alocação mercantil dos mesmos.

Além da instrumentação da relação entre Estado e mercado, na China contemplam-se os extraordinários feitos da bem-sucedida modernização econômica em curso. Assim, na trajetória chinesa contemporânea, as reformas pretendem, aparentemente, combinar socialismo e nacional-desenvolvimentismo, cujas lógicas têm naturezas distintas, com variadas configurações de interesses sociais, e representam formas organizacionais da sociedade com diferentes níveis de complexidade e abrangência. O nacional-desenvolvimentismo foi um modelo da periferia capitalista, no período de 1930 ou 1950 até 1980, que almejou o desenvolvimento econômico e social em rivalidade com o capitalismo periférico dependente, que se vinculava ao imperialismo norte-americano e aos interesses oligárquicos nativos em cada país. É claro que ainda hoje o grande capital, a partir das suas matrizes nos Estados Unidos e Europa Ocidental, opõe-se ao projeto do nacional-desenvolvimentismo. No contexto

histórico contemporâneo, desde a década de 1980 e no curso do século XXI, o grande capital força sua liberdade global de movimento e acumulação e rivaliza com a regulação de poderosos estados nacionais, como é o caso da China.

No clima político de liberalismo mundial, a partir dos anos 1980, surgiram posições extremadas em defesa do mercado. Pretende-se que, nas novas condições do mundo, bastaria contemplar o dia a dia da administração econômica, regida pelo espontaneísmo mercantil, e colher seus resultados naturais e inelutáveis. Propaga-se uma compreensão simplista e equívoca de que a instituição mercantil, como condutora da economia, comprovou-se como inarredável e absoluta, sem mediações. O mercado – imaginário e imaginado – é apresentado como a chave pura, perfeita e exclusiva para a alocação de recursos, eficiência, incentivos, progresso técnico e satisfação da soberania e preferências dos consumidores. Essa visão bloqueia questionamentos sobre a irracionalidade da finalidade do lucro, com subordinação do atendimento das necessidades sociais. A atual exaltação da ideologia do mercado e do capital amplia a subestimação ou negação do desperdício de recursos e dos perigos ambientais, do consumismo, das desigualdades sociais e da exploração da força de trabalho, da oligarquia nas estruturas de poder nos estados e nas empresas, da volta dos preconceitos e conflitos raciais, étnicos, religiosos etc.

Diante disso tudo, cabe se conformar com uma visão de mundo apologética do capitalismo, com uma interpretação de simplicidade e de estado estacionário e de quietude do mundo, sem conflito entre classes, interesses, aspirações? E como se situa a China nesse contexto? O que é, essencialmente, a transformação chinesa hoje? O que se passa ali, como se desdobram seus processos políticos e econômicos? Quais as suas implicações e perspectivas, nesse contexto mundial de capitalismo de mãos desembaraçadas? Em que a China contesta ou confirma os movimentos hegemônicos, nas

suas atuais formas, no mundo? O que significa capitalismo e socialismo para a China hoje? O prazo decorrido de quatro décadas de reformas na China já oferece amplas possibilidades, evidências, para a investigação sobre a natureza, as tendências e as implicações desse importantíssimo processo de mudanças.

As reformas na China e, sobretudo, seu prolongado e acelerado crescimento econômico, atraem cada vez mais a atenção do mundo, inclusive, obviamente, do Brasil.[1] "A irrupção da China como potência econômica e política é fator de primeira ordem na configuração das relações sistêmicas mundiais". (CHESNAIS, 2005, p. 21) Esse autor chega a afirmar que a China, juntamente com os Estados Unidos, conforme seus interesses, impôs novas condições econômicas mundiais, que devem ser observadas pela maioria dos países. Robert Skidelsky (2006, p. 22) exaltava a grandiosidade do fenômeno econômico chinês:

> A ascensão da China se transformou no principal tópico de discussão sobre o futuro do planeta. O século XXI será o século da China? O avanço chinês ocorrerá de modo pacífico ou violento? A China já fazia por merecer essa atenção há algum tempo. Nos últimos 25 anos, a economia do país cresceu mais de 9% ao ano, tornando-se oito vezes maior. Mas não é só essa enorme cifra que impressiona e assusta. É o tamanho de uma economia em crescimento. A economia

[1] Esse interesse, despertado pelo processo econômico chinês, além de sua emergência como polo de poder regional e internacional, ficou patenteado, entre nós, no Brasil, por exemplo, pela missão brasileira à China, encabeçada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com um recorde de comitiva, que contou com mais de 400 empresários, sete governadores, cinco ministros, parlamentares e representantes diplomáticos, em maio de 2004.

> chinesa, em termos de poder de compra, chega a dois terços do tamanho da americana.

Quase tudo que se diz das reformas da China refere-se, sobretudo, (i) à admiração mundial diante de seu extraordinário crescimento econômico, (ii) à natureza de sua política econômica em contraste com o neoliberalismo, ou (iii) ao papel da China como protagonista político mundial, inclusive como contenção potencial da dominação unilateral dos Estados Unidos, globalmente. Tudo isso é muitíssimo importante. Reconheça-se que a apreciação sobre a "política econômica" do Estado chinês, o denominado Consenso de Pequim, em contraste ao Consenso de Washington, é um tema que, com justiça, suscita muita atenção no mundo às voltas com as tragédias do neoliberalismo. A questão da positiva contribuição chinesa para a construção sistêmica do multilateralismo nas relações internacionais, hoje, também deve ser reconhecida, porque: i) a China é um Estado que poderá ajudar, mundialmente, na busca da paz e de melhores condições para a luta pelo desenvolvimento econômico e o progresso social, ao favorecer a interdição do unilateralismo e do belicismo dos Estados Unidos; e ii) a China já é um dos principais protagonistas do século XXI em todas as dimensões do sistema mundial.

Contudo, não obstante a relevância desses temas, o livro que ora se apresenta tem como foco uma questão de fundo, no que diz respeito à China: as reformas do Estado e da economia referentes à negação do socialismo e à expansão da dominação do capital. Nessa perspectiva, é preciso não se limitar, por exemplo, à variação espetacular do Produto Interno Bruto (PIB), mas debater a questão sistêmica acerca do capitalismo e do socialismo na China hoje. Incorrer-se-ia em uma manifestação de pensamento metafísico, uma avaliação do crescimento econômico chinês, ou de sua política econômica, isoladamente, em si mesmos, em separação e

descolamento do seu passado revolucionário e da disputa entre socialismo e capitalismo na sociedade chinesa.

No estudo sobre as transformações atuais na China é preciso ter como ponto de partida a experiência do socialismo real, com suas contradições e impasses. Mao Zedong (2003c, p. 83), o principal dirigente da revolução chinesa, sempre repetia, insistentemente: "*Só o socialismo pode salvar a China*". Nesse sentido, há que se ter em conta que a China hoje, através das autoridades do Estado, se proclama como um país de socialismo de mercado.[2] Esse mesmo Estado adota reformas que repõem o debate sobre a natureza do sistema social no país. Há um processo mais geral de estruturação da pluralidade de capitais chineses e estrangeiros dentro da economia chinesa. Além da superfície do mercado e do fenômeno do crescimento econômico, é preciso compreender a essência e a profundidade do enraizamento crescente de todas as extensas e múltiplas determinações características da dominação do capital, com o recrudescimento da divisão da sociedade em classes sociais.

A complexidade das transformações na China exige a investigação com visão de totalidade e flexibilidade interdisciplinar,

---

[2] Este presente estudo tem como foco a experiência da China e não adentra o chamado socialismo de mercado da Hungria e da Polônia, nas décadas de 1970 e 1980 com características muito distintas (por exemplo, forte restrição à exploração de trabalho assalariado alheio) do atual curso chinês. (FERNANDES, 2000, p. 46) Apesar da importância das citadas experiências e ainda das tentativas de reformas na URSS, com o programa de Kossiguin nos anos 1960, ou a perestroika, com Mikhail Gorbachev, esclareça-se que o objeto deste estudo foi delimitado e circunscrito às experiências da própria China. No caso da apreciação da Nova Política Econômica (NEP) na URSS, para o estudo comparado, cabe observar os contextos muito distintos, no debate sobre as contribuições fundamentais e profundas na teoria sobre a transição socialista e os problemas do plano, mercado, desenvolvimento econômico, propriedade, Estado, democracia, economia mundial e revolução mundial.

articulando os aspectos históricos, políticos, econômicos e sociais na explicação das políticas e das formas das mudanças institucionais e gestoriais do Estado e da economia chinesa.

Ralph Miliband advertia que os "marxistas e socialistas em geral sempre tenderam a subestimar os problemas decorrentes da organização e da administração de uma sociedade pós-capitalista". (2000, p. 101) Lênin percebeu, amargamente, depois, o erro em simplificar a administração da economia socialista. Essa simplificação apareceu, na véspera da Revolução de Outubro, em seu livro O *Estado e a Revolução*, nos seguintes termos,

> [...] a imensa maioria das funções do velho 'poder de Estado' simplificou-se de tal maneira, e pode ser reduzida a operações de registro, inscrição, controle tão simples, que essas funções estão completamente ao alcance de qualquer pessoa alfabetizada". (LÊNIN, 1980b, p. 251)

> Organizaremos a grande produção partindo do que já foi criado pelo capitalismo, [...] reduziremos o papel dos funcionários públicos à simples execução de nossas instruções, como 'chefes de seção e contadores' com obrigação de prestar contas, em cargos revogáveis e modestamente pagos (naturalmente com técnicos de todos os gêneros e níveis). (LÊNIN, 1980b, p. 255)

O modelo da Comuna de Paris explicitava a democracia direta, cargos revogáveis, ínfima diferença salarial, unificação no mesmo corpo estatal das tarefas executivas e legislativas. A ruptura com a burocracia no poder e a criação de um novo Estado, sob controle dos trabalhadores, seriam, na prática, no entanto, um desafio e uma empreitada de extrema complexidade. Mostrou-se muito mais difícil, na prática, a previsão acerca da extinção, gradual, do

"governo sobre as pessoas", restando apenas a administração das coisas, da produção.

No caso da China, Yiching Wu (2005, p. 62) defende que

> [...] uma dupla crítica coerente – uma crítica tanto do capital quanto do Estado, tanto da acumulação econômica quanto do poder burocrático, e uma compreensão ampla das suas conexões estruturais e históricas – é uma tarefa imperiosa e possível.

Nessa linha, então: quais são as principais relações entre a reforma do Estado e a dominação do capital na China pós-1978? O que mudou? Por quê? Como? Quais implicações? "Mais de um quarto de século depois que a China se lançou no caminho do mercado, é hora de uma avaliação rigorosa e de fazer algumas perguntas cruciais", já enfatizava Yiching Wu, em 2005.

Portanto, o caso chinês pode ser enfocado segundo dois eixos: o Estado – no que diz respeito à sua reforma econômica, ao recuo de um tipo socializante da planificação (na suposta e explícita forma da tentativa de construção socialista), à mudança do tipo de regulação estatal na economia, ao declínio relativo do setor produtivo estatal, à evolução das suas relações internacionais; e a dominação do capital – examinando as novas relações sociais de produção, geradas a partir: da liberdade e poder decisório empresarial; do avanço das variadas formas de privatização, em seu peso e relevância na estrutura produtiva e no desempenho econômico; das mudanças no mercado de trabalho, na gestão e disciplina da força de trabalho; da exploração dos trabalhadores e aumento das desigualdades sociais e regionais; e da hegemonia da ideologia burguesa na sociedade.

A ideologia, a teoria e o método combinam-se significativamente nas apreciações sobre as transformações de fundo por que

passa a China. Carlos Medeiros (1999, p. 92) reconhece que: “Como não poderia deixar de ser, o debate sobre a China é realizado com altas doses de ideologia”. Ressalve-se que, a despeito da alegação geral comum, da concordância, entre alguns autores marxistas, sobre a justeza do emprego do instrumental do materialismo histórico para o estudo da China, constatam-se apreciações muito divergentes. Por exemplo, Martin Hart-Landsberg e Paul Burkett (2004) apontam a restauração capitalista na China. Mas Domenico Losurdo (2004, p. 194) assevera, categoricamente, a natureza socialista da transição chinesa atual, e diverge radicalmente dos críticos de esquerda:

> Para estimular a malevolência, a esquerda, em relação à República Popular da China, contribui com a tese, largamente difundida, segundo a qual naquele país já se teria verificado uma completa restauração do capitalismo.

Para compreender a China contemporânea, não se pode perder de vista a comparação entre o período maoísta e a fase das reformas pós-1978. Nesse sentido, é a própria China – sua história, economia, sociedade e instituições – que constitui o material de contraste e esclarecimento entre dois períodos históricos diferentes, mas intimamente relacionados. Sheying Chen (2002, p. 199) considera que: “Os problemas políticos, econômicos e sociais da China, portanto, precisam ser estudados nos termos de suas duas principais fases de desenvolvimento, isto é, antes e depois de 1978”.

CAPÍTULO I

A reorientação política

A construção do novo discurso do PCC Pós-Mao

O período precedente, aqui denominado Era Mao, teria que ser submetido a uma interpretação conclusiva, no Partido Comunista Chinês (PCC), a partir da segunda metade dos anos 1970, após a morte em setembro de 1976 do seu, até então, indiscutido principal dirigente, Mao Zedong.[3] Esse balanço do período Mao associou-se às ideias subjacentes às reformas que reorientaram o Estado chinês, a partir de fins da década de 1970. A consolidação do novo poder político, as transformações econômicas, as reviravoltas diplomáticas, o Grande Salto à Frente e a Revolução Cultural (RC)

---

[3] Na grafia dos nomes chineses, observou-se o sistema ortográfico oficial romanizado *pinyin*, mantendo-se, como esse sistema faculta, algumas exceções. Assim, empregamos a ortografia conhecida anteriormente para *Cantão*, em vez de *Guangzhou*, *Chiang Kai-chek*, em lugar de *Jiang Jieshi*, *Sun Iat-sen* e não *Sun Zongshan* e *Pequim*, em vez de *Beijing*. Escrevemos Mao Zedong, conforme o sistema *pinyin*, mas mantivemos a grafia original como Mao Tsé-tung ou Mao Tsetung de acordo com alguns casos de referências bibliográficas ou citações.

foram acontecimentos de extrema importância, condensados em um período de tempo muito curto, a Era Mao. Foram eventos que abalaram os alicerces da sociedade chinesa, gerando controvérsias e rivalidades sobre o futuro do regime, com choques abertos, envolvendo as massas e os líderes do Estado e do Partido Comunista Chinês. Essa avaliação da Era Mao propriamente dita vinculou-se à necessidade de interpretação do momento vivido pela China, no final dos anos 1970, e à proposição dos novos caminhos.

Na nova fase da China, destacou-se o papel político de Deng Xiaoping. Ele comandou as mudanças tanto na avaliação do maoísmo quanto na reorientação da economia. Deng ocupou o posto de secretário-geral do PCC e foi destituído de seus cargos em 1966, na Revolução Cultural, mas foi mantido no partido. Não houve expurgo e, em abril de 1973, Mao propôs a convocação de Deng para o primeiro plano político com sua nomeação para o Bureau Político do Comitê Central do PCC. Em outubro de 1974, Mao defendeu a nomeação de Deng para o cargo de vice-primeiro-ministro do Conselho de Estado. Em dezembro de 1974, Mao também indicou o nome de Deng para acumular, além do posto de vice primeiro-ministro, os cargos de vice-presidente da Comissão Militar e de Chefe do Estado Maior do Exército Popular de Libertação. Em novembro de 1975, em razão de atritos com o chamado "bando dos quatro", principais dirigentes da Revolução Cultural, Deng foi afastado de algumas responsabilidades. Em 1976, houve uma "campanha de crítica a Deng Xiaoping e contra-ataque ao vento direitista". Ainda em abril de 1976, Deng voltou a ser demitido de todos os seus cargos, sob a acusação de que teria organizado as manifestações populares de apoio, aparentemente, ao legado do falecido primeiro-ministro Zhu Enlai, em abril, quando ocorrem tradicionalmente homenagens aos mortos, para, na verdade, desferir um ataque a Mao e à Revolução Cultural. Deng Xiaoping, que sempre teve forte apoio entre os quadros veteranos e no exército, retomou

suas atividades dirigentes em 1977, e, a partir de 1978, tornou-se, na prática, o principal dirigente chinês, habilitado para conduzir as reformas econômicas.

Na experiência do socialismo real, não obstante a localização das disputas entre os dirigentes na superfície da vida política, observa-se que, além das posições pessoais, a exemplo do irracional culto da personalidade de Mao, tais disputas relacionam-se com o processo e o conteúdo de decisões estratégicas sobre o problema da construção socialista. Nesse sentido ampliado, essas disputas na cúpula partidária podiam ser enxergadas como reflexos de uma nova forma de luta de classes. Nesse contexto, prevaleceu, em geral, o atentado contra a democracia socialista. Na URSS, com Stálin, houve expurgos, prisões, desaparecimentos e fuzilamentos, inclusive atingindo destacados e históricos líderes bolcheviques, enquanto na China, a despeito das arbitrariedades, a luta na cúpula do PCC vazava para o exterior das instâncias dirigentes, envolvendo diretamente as massas, através das campanhas políticas, o que ocorreu explosivamente na Revolução Cultural. Em geral, os dirigentes eram afastados das funções, perdiam os cargos, embora permanecessem nas fileiras do Partido, de modo que os veteranos líderes puderam reassumir suas posições no Partido e no Estado, ainda na primeira metade dos anos 1970, com o apoio de Mao. No caso das expulsões do partido, destaca-se a de Liu Shaoqi, ex-presidente da República Popular da China, por resolução da Plenária do Comitê Central, em outubro de 1968.

Viragem interpretativa

O que tinha a dizer o PCC pós-Mao? Efetivamente, a maioria do PCC, sob a liderança de Deng Xiaoping, assumiu uma nova forma de examinar os problemas chineses. Essa nova visão hegemônica foi discutida, formulada e oficializada no discurso do PCC,

sobretudo entre 1978 e os primeiros anos da década seguinte. Destacou-se uma condenação da atividade política de Mao em seus últimos 20 anos de vida.

No discurso oficial,[4] a Revolução Cultural aparece especialmente como a prova absoluta do desastre maoísta, levando a China a exigir novos e diferentes caminhos. O próprio Mao julgou a Revolução Cultural como majoritariamente acertada e vitoriosa na luta de classe contra os assim chamados "seguidores do caminho capitalista", mas apontou seus dois principais erros nas políticas de "derrubar tudo" e "guerra civil". A direção do PCC pós-Mao consolidou a sua interpretação do período contemporâneo da política chinesa, através do livro *Breve História do Partido Comunista da China*, com primeira edição em 1994. Nessa obra, consta um capítulo intitulado "Os dez anos de caos interno durante a 'revolução cultural'". A despeito das ressalvas e cautelas, o tom geral denota uma certa vingança contra Mao. Comemora-se que a "bancarrota da teoria e da prática da 'revolução cultural' " teria levado "Mao Zedong a mergulhar em insondável dor e desilusão". (OFICINA, 1994, p. 781) Nessa *Breve História*, afirma-se:[5]

---

4 Sobre a influência ideológica do discurso, cabe considerar o seguinte: "As palavras ou vocábulos que usamos para nomear as coisas ou os fatos e acontecimentos não são inocentes. Buscam dar sentido ou significar estas coisas, estes fatos ou acontecimentos em consonância com interesses vinculados a determinados grupos, classes ou frações de classe. Mesmo os conceitos resultantes de um processo de elaboração sistemática e crítica ou científica não são, como querem os positivistas ou as visões metafísicas da realidade, imunes aos interesses em jogo nas diferentes ações e atividades que os seres humanos efetivam na produção de sua existência". (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 46)

5 A partir deste ponto do texto, a *Breve História do Partido Comunista da China* é abreviada, na grafia, para *Breve História*.

> A assim chamada 'grande revolução' foi iniciada e dirigida por Mao Zedong. Ao iniciá-la, este teve a intenção de prevenir a restauração do capitalismo, manter a pureza do Partido e explorar um caminho socialista próprio da China. Nessa altura, no entanto, tinham evoluído até um grau de suma gravidade sua errônea compreensão da luta de classes na etapa do socialismo e sua equivocada avaliação da situação política do Partido e do Estado. (OFICINA, 1994, p. 728)

> [Mao] [c]onsiderava [...] que somente fazendo uso de uma forma como a 'revolução cultural', destinada a mobilizar as amplas massas de maneira aberta, completa e de baixo para cima, seria possível pôr a descoberto cabalmente o sombrio aspecto na vida do Partido e do Estado e recuperar o poder usurpado pelos 'dirigentes seguidores do caminho capitalista', tal como ele os denominava. (OFICINA, 1994, p. 729)

> [...] se produziu uma onda louca e anárquica orientada a "derrubar tudo" e se deu lugar a um grande caos interno em escala nacional, fazendo com que o trabalho do Partido e do Estado e a ordem pública normal sofressem enormes prejuízos, e a empresa socialista de nosso país experimentasse os reveses e as perdas mais graves desde a fundação da República Popular. (OFICINA, 1994, p. 729)

Na Revolução Cultural, a teoria, a política e os métodos de Mao Zedong teriam sido "completamente equivocados". (OFICINA, 1994, p. 729) Muitas ideias de Mao sobre o socialismo seriam "utópicas, desligadas da realidade". (OFICINA, 1994, p. 747) Ele teria buscado "uma espécie de ideal socialista perfeito". (OFICINA, 1994) Na *Breve História*, contesta-se o teor de um escrito sintético de Mao, a *Instrução de 7 de maio* (de 1966). Nessa *Instrução*, Mao,

segundo a *Breve História* (OFICINA, 1994, p. 746-747), teria exigido que todas as profissões fossem administradas em organizações sociais, congregando, simultaneamente, indústria, agricultura, cultura e preparação militar, com o objetivo de se restringir, gradativamente, a divisão social do trabalho e a produção mercantil. Com base nessas "organizações sociais'" autossuficientes ou semiautossuficientes economicamente, deveria ser promovida uma restrição paulatina do princípio de distribuição "a cada um segundo seu trabalho", limitando o apelo do interesse material individualista. Na mencionada narrativa da *Breve História*, assinala-se que, nessa *Instrução*, Mao "considerava que, sem tais restrições, se engendraria o capitalismo".

Na *Breve História* identifica-se a proposta de organizações sociais com a concepção das comunas populares de 1958. Assim, no referido livro (OFICINA, 1994, p. 747), o PCC pós-Mao sentencia:

> [E]ste tipo de concepção de socialismo, de tintura ilusória e caracterizada pelo *igualitarismo*, era absolutamente impraticável e não pôde deixar de ser *boicotada* em diferentes graus por muitos camaradas do Partido. (grifo do autor)

Na *Breve História*, relembra-se que os fundadores do marxismo, referindo-se a Marx e Engels, tinham apontado apenas os grandes traços da sociedade socialista, partindo da realidade de países relativamente desenvolvidos. A interpretação errônea dessas observações dos clássicos teria levado a ilusões. No caso da China,

> [d]esde muito tempo atrás, uma série de pontos de vista teóricos 'esquerdistas' de Mao Zedong sobre a luta de classes na etapa socialista e certas concepções sobre o socialismo tingidas de utopismo tinham sido tomados e divulgados amplamente como importante

> desenvolvimento da teoria marxista, o que conduziu as pessoas a afundar-se cada dia mais no extravio do exagero da luta de classes. (OFICINA, 1994, p. 748)

No terreno da economia, desde o início da planificação, os anos de 1967 e 1968 teriam sido os únicos momentos da história do Estado da China Popular em que não foram implementados planos econômicos, em razão do caos social provocado pela "Revolução Cultural". (OFICINA, 1994, p. 782-783) Em vez de irracionais, como se julgava no período da Revolução Cultural, os regulamentos e normas, na esfera da administração das empresas, são considerados, hoje, no período das reformas, como eficazes e provados, ou seja, "princípios e políticas específicos mais ou menos perfeitos". (OFICINA, 1994, p. 783) Afirma-se, hoje, que a administração empresarial tinha entrado em colapso, quando, no passado, foram rejeitados como trivialidades burguesas os critérios de gestão, a exemplo do sistema de responsabilidade dos diretores, dos indicadores de lucro e do princípio "a cada um segundo o seu trabalho". (OFICINA, 1994) Há quem discorde disso. A administração das unidades de produção, no período da Revolução Cultural, contou, por exemplo, com a aprovação e otimismo de Charles Bettelheim. Esse economista marxista francês exaltou o impacto positivo da Revolução Cultural sobre a participação dos trabalhadores nas mudanças tanto na gestão quanto no processo de trabalho no interior das empresas.

O novo discurso do PCC recorreu à ferramenta das estatísticas (OFICINA, 1994) que, no caso do agitado período da Revolução Cultural, são sempre objeto de muita controvérsia: o valor global da produção industrial e agrícola teria recuado 9,6% em 1967, em relação ao ano anterior; esse mesmo índice teria diminuído 4,2% em 1968, em comparação a 1967. Entretanto, os dirigentes chineses, pós-Mao, são forçados a reconhecer que o valor global da produção

industrial e agrícola cresceu – inimagináveis – 23,8% já em 1969, comparado ao ano precedente, após refreadas algumas investidas da Revolução Cultural e retomado, em parte, o controle governamental sobre a economia. Aqui, novamente, seria necessário observar que se trata de um índice de crescimento muito exagerado, discutível, mesmo considerando a suposta fraca base de comparação estatística da produção do ano anterior.

Nos anos de 1970 e 1971, a economia continuou obtendo elevadíssimos índices de crescimento. Mas denunciou-se, na *Breve História*, que o IV Plano Quinquenal, aprovado em março de 1970, teria exagerado na avaliação de ameaça de invasão militar, adotando-se um programa de massiva descentralização da administração das empresas para os governos locais; imensa construção de unidades econômicas voltadas para sistemas econômicos razoavelmente independentes em diversas regiões do país; e aceleração da produção industrial militar. Lançou-se, conforme o novo discurso, a acusação: um desvio de "esquerda" teria empurrado, em 1970, a China novamente para mais um assim chamado "avanço temerário". Tentou-se, na *Breve História*, demonstrar a acusação: o resultado do avanço temerário teria sido uma demanda exagerada de força de trabalho (operários e funcionários), elevação exagerada da massa salarial, sobreaquecimento das vendas de cereais. Aqui, nesse caso, a nova narrativa do PCC sequer mencionou, como ressalvas, os propósitos econômico-sociais como a redução das desigualdades regionais marcantes na China, ou a democratização da gestão econômica, com a transferência de funções para os governos locais. Ignoraram-se, na reinterpretação histórica, as possibilidades de novas relações entre indústria e agricultura nas diversas pequenas unidades de produção. Menosprezou-se a aproximação entre o trabalho de direção e de execução na atividade produtiva.

Na forma dessa narrativa da *Breve História*, os feitos econômicos quando são reconhecidos, no curso da Revolução Cultural, têm

uma apreciação curiosa. São citados alguns exemplos de construção de infraestrutura e instalação industrial no período: conclusão das ferrovias de Chengdu-Kunming em 1970, de Zhuzhou-Guiyang em 1972, de Xiangfan-Chongquing em 1973, lançamento do satélite artificial em 1970, grandes unidades de exploração de petróleo como o campo petrolífero de Daquing, plantas industriais de fertilizantes químicos, de produtos químicos e petroquímicos. (OFICINA, 1994, p. 787-788) Todavia, esses êxitos obtidos em nada foram contribuições da Revolução Cultural. São apresentadas como vitórias alcançadas em razão, sobretudo, das medidas de reajuste, a partir de 1972-3, com a contenção do chamado avanço temerário. São apontadas como vitórias do retorno à planificação unificada, disciplina, relações proporcionais entre agricultura e indústria e cortes na indústria militar. É estranha essa lógica que desprende e separa os êxitos econômicos da relação com o processo global da Revolução Cultural. O que é "bom" não tem nada a ver com a RC e o que é "ruim" tem a ver apenas com a RC. Por um lado, cabe reconhecer, é verdade, que os defeitos sérios na vida econômica e social da China estiveram, obviamente, articulados com a grave tensão política do período. Todavia, por outro lado, os êxitos econômicos tiveram a ver com a mobilização dos quadros e das massas segundo as linhas, programas e contexto da Revolução Cultural, sem diminuir as contribuições políticas e administrativas do governo liderado pelo primeiro-ministro Zhou Enlai.

Viragem no núcleo do poder político

Na busca de legitimidade para as reformas das últimas décadas, a liderança chinesa exagerou a avaliação da importância dos resultados, sobretudo econômicos (normalização dos transportes, aumento da produção industrial), do chamado trabalho de reordenamento, conduzido por Deng Xiaoping à frente do Conselho

de Estado, no ano de 1975, com esforços para a reorganização da economia e em favor da estabilidade e normalidade da ordem pública. (OFICINA, 1994, p. 815-9) O prazo de um ano é muito breve para tantos feitos alegados. Não é verdade que o trabalho de reordenamento teria sido uma espécie de ensaio para as ideias das futuras reformas de Deng. Nesse ano de 1975, Deng não encaminhou medidas, sequer experimentais, acerca do compartilhamento da regulação da economia com o mercado, capital estrangeiro, privatização, descoletivização da agricultura etc.

O trabalho de reordenamento vinculou-se com o futuro papel de Deng, no tocante às reformas, em razão de certa legitimidade tipicamente política, alcançada por ele em decorrência direta do exercício do poder. Deng, no poder, acumulou força política, legitimidade e mobilizou aliados. Nesse sentido, o ano de 1975 foi uma amostra da sua liderança na China. Isso se materializou tanto nas suas funções – na prática – de principal governante, tendo o irrestrito apoio do primeiro-ministro Zhou Enlai, bastante enfermo, quanto nas suas funções de chefe militar, estando Mao também adoentado e com sua atividade reduzida na presidência da Comissão Militar, órgão de imenso poder na estrutura do Estado chinês.

As explicações oferecidas pelo PCC para as disputas e mudanças políticas entre 1976 e 1978 são muito limitadas.[6] Insiste-se na narrativa de episódios, concentrados em torno de algumas personalidades. Há uma ênfase na denúncia do esquerdismo do chamado “bando dos quatro”: Jiang Qing, Zhang Chunquiao, Wang Hongwen e Yao Wenyuan. Wang Hongwen era vice-presidente do Partido desde 1973; Zhan Chunqiao, membro do comitê permanente do bureau político e do Comitê Central do PCC, e Yao

---

6 As informações podem ser consultadas através da obra. (OFICINA, 1994, capítulos 8 e 9)

Wenyuan e Jiang Qing, membros do bureau político desde 1969. Após a morte de Mao, em espetacular reviravolta política, eles, os quatro, foram expulsos do PCC.

> Na reunião [do Comitê Central de julho de 1977] decidiu-se expulsar do Partido, para sempre, Wang Hongwen, Zhang Chunqiao, Jiang Quing e Yao Wenyan, destituindo-os de todos os cargos que desempenhavam dentro e fora do Partido. (OFICINA, 1994, p. 835)

O "bando dos quatro" teria instigado o facciosismo e a anarquia da Revolução Cultural. Apresenta-se como objetivo dos quatro ex-dirigentes, sobretudo de Jiang Qing, a ambição pelo poder. Tudo teria sido motivado apenas para a finalidade da tomada do poder por esse agrupamento. Descreve-se o problema da sucessão, como se Deng Xiaoping tivesse sido vítima dos esquerdistas, sendo preterido de sua suposta natural nomeação como novo primeiro-ministro após a morte de Zhou Enlai, em fevereiro de 1976. O lugar natural de Deng teria sido usurpado com a decisão de Mao de propor Hua Guofeng para primeiro vice-presidente do Comitê Central do PCC e primeiro-ministro do Conselho de Estado, em abril de 1976.

A prisão do chamado "bando dos quatro", em outubro de 1976, significou, de fato, a derrota de uma corrente política e o encerramento da Revolução Cultural. Os veteranos dirigentes do PCC, tradicionalmente refratários à Revolução Cultural, mostraram-se uma força política hegemônica no novo contexto do desaparecimento de Mao Zedong. Assim, como ocorria na URSS, a queda da tendência esquerdista não decorreu de processos políticos democráticos, com participação popular. Foi uma decorrência da intervenção política e militar do Partido-Estado, a partir da maioria dos seus dirigentes, inclusive Hua Guofeng, no choque entre as correntes políticas, pelo poder, depois da morte de Mao. O exercício do

poder significava o controle do Bureau Político do Comitê Central, que era uma peça muito importante na disputa entre os líderes do Partido Comunista Chinês, sobretudo na ausência de Mao.

Cabe falar em golpe de Estado na China nesse momento? Charles Bettelheim afirma que aconteceu um verdadeiro golpe de estado, em 6 de outubro de 1976, perpetrado pelas forças de segurança. O primeiro ministro, Hua Guofeng, pronunciou um discurso no dia 18 de setembro de 1976, atacando os seguidores do caminho capitalista, apontando sua presença na cúpula dirigente chinesa, o que pode ser interpretado como uma referência, sobretudo, a Deng Xiaoping. No entanto, imediatamente, em seis de outubro, Hua muda de posição, decreta a prisão do "bando dos quatro", sendo, em seguida, agraciado, na noite do próprio dia seis, pela decisão da reunião do bureau político do comitê central, que o nomeava presidente do PCC e presidente da Comissão Militar.

Em 1999, mais de 20 anos depois, Wing Thye Woo reafirmou, inequivocamente, o caráter golpista da mudança política: "A prisão do bando dos quatro foi um *coup d'État*. Ele foi feito pelo marechal Ye Jianiyng, o mais importante líder na China". (WING, 1999, p. 27) Deng Xiaoping estava afastado do poder desde abril de 1976. Segundo a análise de Wing, o marechal Ye Jianiyng tentava se projetar, esvaziando o poder de Hu Guofeng e cuidando da reabilitação de Deng e outros veteranos dirigentes. Depois do 11º Congresso do PCC, em agosto de 1977, o novo Bureau Político Permanente do Comitê Central do PCC foi composto, segundo sua hierarquia formal, por Hua Guofeng, Ye Jianiyng, Deng Xiaoping, Li Xiannian e Wang Dongxing. Li Xiannian foi ministro da Fazenda no período de 1957 a 1975 e Wang Dongxing era um veterano comandante militar e participou da operação de prisão do "bando dos quatro". Como se vê, à exceção de Hua Guofeng, a mais alta instância do poder político da China já tinha sido rapidamente recomposta pelos velhos quadros, há menos de um ano da morte de Mao Zedong.

Fim da turbulência maoísta

Bettelheim avaliou que "no fim de 1976, um 'novo curso' toma forma, correspondendo à vitória de uma linha revisionista e da burguesia existente no interior do Partido". (BETTELHEIM, 1979d, p. 171) As portas do poder foram abertas para uma burguesia de Estado. Ele afirmou:

> Nestas condições, os avanços socialistas da Revolução Cultural são destruídos. Os comitês revolucionários de fábrica são suprimidos. A disciplina de novo imposta do alto pela direção das empresas e pelos engenheiros e técnicos. Os regulamentos autoritários são restabelecidos nas fábricas. O mesmo ocorre quanto aos prêmios e os "estímulos materiais". (BETTELHEIM, 1979d, p. 173)

A contraofensiva de sentido burguês, em última instância, decorrente de um tipo especial de luta de classes em torno da natureza e da evolução das relações sociais de produção durante a transição socialista, foi considerada, naquela conjuntura, naquele momento, inevitável. (BETTELHEIM, 1979d, 174-176) A reação foi profunda, quebrando as relações sociais novas ainda em construção, além do afastamento de novos quadros políticos proletários. A insuficiência democrática, inclusive a preservação dos velhos esquemas de relações políticas e ideológicas no interior do PCC, e os erros dos setores revolucionários forjaram, paulatinamente, a indiferença das massas, que assistiram passivamente ao golpe de estado. A partir daí, as massas se deixaram "influenciar pelo quadro falsamente pessimista traçado da situação econômica 'legada' pela Revolução Cultural", concluiu Bettelheim (1979d). Lançou-se sobre as massas o discurso da "modernização" e a promessa de "uma melhoria rápida, possível, de seu nível de vida".

O fato é que a Revolução Cultural fracassou. E com ela falhou a estratégia maoísta de construção do socialismo na China. A prevenção da restauração capitalista só teria chance de se consumar com a própria vitória definitiva do socialismo. Todavia, essa era uma tarefa, digamos, hercúlea, considerando o contexto global de dificuldades diversas do socialismo real na realidade chinesa e no mundo. Esgotado o maoísmo, a China estava em uma encruzilhada sistêmica, englobando os aspectos sociais, econômicos, tecnológicos/produtivos e geopolíticos. O fracasso maoísta forneceu argumento e abriu a possibilidade para um novo processo político em torno da modernização econômica, encaminhando-se para recuos sucessivos nas relações sociais de produção, do ponto de vista da classe trabalhadora.

A Revolução Cultural produziu choques, confrontos, quase guerra civil para produzir... mais choques, confrontos, quase guerra civil. Nem as massas rebeldes ofereciam um desenlace de normalidade civil, estabilidade democrática, novo poder, nova hegemonia, nem as velhas camadas dirigentes do Partido-Estado cediam suas posições, inclusive concepções sobre os rumos da China. Enquanto Mao estava vivo, todos se apresentavam como maoístas, uns mais do que outros. Mao era, ao mesmo tempo, o árbitro e o principal operador da atividade política na China. Em vez do poder democrático das massas, havia o culto da personalidade. Em vez da explicitação de concepções e projetos claros, havia apelos, sem substância programática, à luta de classes, às manifestações públicas em combinação com a tentativa de rápida transformação das forças produtivas e das relações sociais de produção.

Mao denunciava a localização de correntes conservadoras no interior da cúpula do Partido-Estado, mas não propunha uma solução alternativa de reorganização democrática das instituições do regime político, com a indicação de novas formas concretas para o papel do Partido e do Estado, ultrapassando o problema do papel

de uma ou outra personalidade dirigente. A Revolução Cultural arrastou-se por demasiado tempo, prejudicando a democracia política, exacerbando o papel do exército, subestimando o papel da intelectualidade, menosprezando a centralidade da contribuição científica e restringindo a atividade normal das universidades. A vida política transtornada e as modestas condições de vida do povo geravam dúvidas sobre as escolhas estratégicas econômicas e tumultuavam a percepção sobre a construção do socialismo.

Na viragem política em curso, Hua Guofeng desembaraçou-se da "esquerda" e tentou atrair o apoio dos veteranos dirigentes do exército, partido e estado, polarizados, em sua maioria, por Deng Xiaoping. Entretanto, ele, recém-chegado ao poder ainda nos próprios anos 1970, não compreendeu que a primazia na liderança já era de Deng, um dos últimos sobreviventes do grupo dos mais importantes dirigentes comunistas desde os tempos da Longa Marcha, com o título de importante comandante militar na guerra. Deng, já nos anos 1950, tinha sido secretário-geral do PCC. Ele representava uma corrente tradicionalmente enraizada na vida política chinesa. Hua não compreendeu a nova situação, na cúpula partidária, diante do papel de Mao Zedong, sobretudo em face da Revolução Cultural e dos desafios de estratégia econômica. Ele, Hua, tentava capitalizar a sua indicação para alguns dos principais cargos, pelo próprio Mao. Agarrava-se ao fato de ter sido o "sucessor" tacitamente ou supostamente escolhido pelo Grande Timoneiro. No XI Congresso do PCC, em julho de 1977, Deng e outros veteranos foram reabilitados, além da incorporação de novos quadros dessa mesma corrente, modificando sensivelmente a correlação de forças dentro da composição do Comitê Central e do Bureau Político. Ao longo dos anos de 1977 e 1978, a corrente de Deng assediou as posições de poder, ao contestar a preservação da linha partidária chamada de "duas todas", já que Hua Guofeng insistia em manter (i) "todas as diretivas" e (ii) "todas as orientações" de Mao. (POMAR, 2003, p. 102-104)

Em abril de 1978, o primeiro-ministro Hua Guofeng conseguiu lançar um grande plano de aceleração da construção econômica, com rápida industrialização, grandes obras de infraestrutura e massiva importação de tecnologia. Era como se fosse uma recaída no "avanço temerário". Deng propunha um reajustamento da economia, "uma retirada parcial, no estilo da Grande Marcha", e insistia na avaliação crítica de Mao. A corrente majoritária, liderada por Deng, no Comitê Central, impôs a rejeição da linha política da manutenção das "duas todas" maoístas, na famosa 3ª Sessão Plenária, em dezembro de 1978, e, em abril de 1979, classificou como grande fracasso o plano econômico de Hua Guofeng, plano este apenas recém-adotado. Apontaram os resultados de déficit orçamentário, déficit comercial, inflação etc. Decidiu-se por uma nova política para "reajustar, reformar, corrigir e melhorar" a economia. Wing Thye Woo contrasta a tentativa de política econômica de Hua (WING, 1999, p. 28-9), cujo conteúdo era caracterizado por massiva e acelerada industrialização, isolamento comercial e planificação estatal, com as propostas de Deng, que se baseavam em incentivos materiais, busca de eficiência econômica e desenvolvimento com destaque ao comércio exterior.

A viragem política não poupou Hua Guofeng. Ele foi afastado de suas funções no início de 1980, mantendo-se com os títulos apenas nominalmente, enquanto Zhao Ziyang, apoiado por Deng, assumia, na prática, as tarefas de primeiro-ministro. O ato final da deposição formal de Hua Guofeng da presidência do Partido e da Comissão Militar aguardou apenas o ritual da realização do Congresso do PCC, em junho de 1981, e a 8ª Plenária do 11º Comitê Central. Deng passou de vice-presidente para presidente da Comissão Militar do Comitê Central e indicou Hu Yaobang para a presidência do PCC. Em 1982, o cargo de presidente do PCC foi extinto, apagando-se criticamente a simbologia da fórmula "presidente Mao", recriando-se o posto de secretário-geral, que foi

ocupado por Hu Yaobang. Na referida 8ª Plenária, concluiu-se, no balanço do papel de Mao Zedong, que suas contribuições teriam ocorrido até 1957, como se tal separação cronológica exata fosse possível. Nesse balanço, foi claramente destacada a condenação à Revolução Cultural, apresentada como um desvio de esquerda cuja responsabilidade principal recaía sobre Mao.

Os erros da turbulência política maoísta são magnificados pelo discurso oficial de condenação avassaladora da Revolução Cultural, sempre e até hoje. Mas essa crítica exacerbada começa a sofrer alguns abalos na China, a partir da emergência do capitalismo e de seus efeitos deletérios. Assim, Robert Weil noticiou que, para alguns acadêmicos, a Revolução Cultural está começando a ser "um tópico de discussão e reexame". (WEIL, 2006, p. 16) Isso é um fato importante já que Deng Xiaoping fez, no lançamento das reformas, uma grande conclamação à participação dos acadêmicos e intelectuais na modernização chinesa, propondo "trocar o vermelho pelo especialista". Weil lembrou, porém, que a maioria dos acadêmicos avalia ainda muito negativamente a Revolução Cultural. Uma inclinação positiva na interpretação dos movimentos políticos maoístas dos anos 1960 poderá gerar reações governamentais punitivas, e qualquer acadêmico, assim, teria sua carreira arruinada. A despeito disso, começa a haver uma nova atitude, sobretudo, de alguns jovens pesquisadores, que descobrem materiais e registros fundamentais da Revolução Cultural e fazem entrevistas com participantes daquele processo político.

Internacionalmente, é claro, não há unanimidade contrária às ideias e eventos do maoísmo. A imprensa, os círculos governamentais e a indústria de propaganda anticomunista no Ocidente, inclusive algumas obras de cinema,[7] continuam manipulando

---

[7] Ver o filme *Balzac e a costureirinha chinesa*, baseado no livro de Dai Sijie.

negativamente, sem trégua, a lembrança da Revolução Cultural. Os Guardas Vermelhos são pintados com as tintas do ridículo, burlesco, grotesco. Entretanto, alguns setores intelectuais no Ocidente avaliam a denúncia contra a Revolução Cultural como parte de um esforço conservador para condenar os movimentos antissistêmicos dos anos 1960. Assim, Guo Jian registra que Arif Dirlik e Maurice Meisner compreendem a teoria de Mao sobre a Revolução Cultural como a mais importante ideologia revolucionária contemporânea. (GUO, 1999, p. 343-344) Já Frederic Jameson a considera como a mais rica teoria dos anos 1960.

Independentemente do conteúdo das controvérsias sobre a política maoísta, efetivamente, desde o final da década de 1970, na China, a máquina da viragem política foi posta em movimento, atropelando os adversários e resultando em uma operação bem-sucedida. Um determinado fato político, tempos depois, acentuou a magnitude da viragem ocorrida na China, além de comprovar essa mudança dos ventos políticos no núcleo dirigente do sistema Partido-Estado: em 14 de novembro de 2002, o 16º Congresso Nacional do PCC aprovou os novos Estatutos do Partido e modificou os critérios de filiação partidária. Nos novos Estatutos do PCC, em seu artigo primeiro,[8] estabeleceu-se que:

8 Vale lembrar, a título histórico, que a origem do nome bolchevique, entre os comunistas russos, deveu-se a uma divergência, em um congresso do Partido Operário Social Democrata Russo (POSDR), em que surgiu uma ala, dirigida por Lênin, e uma outra liderada por Mártov (menchevique), em que houve uma divisão, entre outros motivos, exatamente pela redação do artigo primeiro dos estatutos do Partido, definindo os critérios de admissão do militante e suas condições de militância partidária. A maioria (bolchevique) optou pela definição do membro do partido que implicava na formação de uma vanguarda de revolucionários profissionais. Portanto, quase um século depois, o chinês Jiang Zemin, presidente do PCC, atualiza o russo Mártov.

> Qualquer trabalhador, camponês, militar, intelectual ou qualquer pessoa progressista de outros estratos sociais que seja maior de 18 anos e que aceite os estatutos e programa do Partido e deseje unir-se e atuar ativamente em uma das organizações partidárias, cumprindo as decisões do Partido e pagando as contribuições militantes, pode ser membro do Partido Comunista da China.

Portanto, as portas do PCC foram, dessa forma, abertas para o ingresso de capitalistas. Na preparação dessa mudança na composição partidária, o presidente Jiang Zemin, em 1 de julho de 2001, alegando as características das transformações em curso na China, propôs a admissão, no PCC, de chineses que estivessem à frente de empresas privadas como proprietários e gerentes.

CAPÍTULO II

A reorientação econômica

Estado e capital em novo curso

Em vez de simplesmente apontar os limites históricos de algumas formas econômicas específicas e os impasses, a direção do PCC, sob a liderança de Deng Xiaoping, adotou uma nova linha política, voltada para, globalmente, interditar a discussão tanto das possibilidades de correção da estratégia econômica maoísta, quanto da retomada do projeto socialista. Mas as mudanças econômicas necessárias não tinham como única e inevitável opção o caminho da acumulação capitalista e restauração do mercado em combinação com um tipo de Estado desenvolvimentista.

As reformas chinesas não são uma versão contemporânea da Nova Política Econômica (NEP) de Lênin. Não tem cabimento a comparação entre a China, no fim dos anos 1970, e a Rússia do início da década de 1920, com a NEP. Na China, a partir de 1979, não se tratava de recuperação e reconstrução do país e da economia depois de guerras devastadoras como ocorreu na Rússia. Porém, Deng pintou a Revolução Cultural como caos e regressão, sobretudo na economia. Daí o apelo de racionalização, modernização,

desenvolvimento das forças produtivas. O Grande Salto à Frente e a Revolução Cultural foram episódios fortemente condenados. Foram apresentados como fases profundamente regressivas, quase rivalizando com os períodos desastrosos da ocupação estrangeira ou do governo ditatorial e corrupto de Chiang Kai-chek. Seriam comprovações indiscutíveis do caráter negativo, destrutivo, da parte derradeira da trajetória de Mao. Na verdade, sem estampar esses dois grandes fracassos, herança maldita, seria difícil justificar a guinada política, econômica e social na China, a partir das reformas de Deng.

A solução dos problemas acumulados poderia abrir uma nova perspectiva socialista com reformas econômicas de descentralização das decisões e eficiência produtiva, inclusive a adoção de vínculos indispensáveis e regulados com o mercado mundial. Ou poderia abrir uma viragem para o capitalismo, à revelia das verdadeiras intenções dos novos dirigentes do PCC. Na lógica capitalista, a estrutura industrial maoísta, com certo grau de dispersão, significava simplesmente duplicação de esforços, desperdício de recursos, ineficiência produtiva. Seria apontada como o exemplo típico da politização, prejudicando a eficiência da alocação dos recursos. Afora isso, em meados dos anos 1970, apresentaram-se concretamente as dificuldades da industrialização extensiva, destacaram-se as carências tecnológicas, chamou a atenção o ritmo fraco do consumo médio final da população e tornou-se mais preocupante a relação entre o estado da economia e as condições demográficas. Deve-se reconhecer que, efetivamente, no período maoísta, a pobreza persistia, amplamente, na população, em um quadro de igualitarismo das dificuldades materiais, denunciando os limites das estratégias econômicas adotadas naquela época. Era preciso mudar. Mas mudar como? Para onde?

Como se percebe, a interpretação negativa do desempenho da economia na estratégia maoísta cumpriu, e continua cumprindo, seu papel. Foi um recurso de convencimento importante, embora

haja apreciações divergentes. Para o economista Bettelheim (1979d, p. 176), por exemplo: "Uma análise séria mostra que o 'balanço' econômico pessimista traçado dos anos 1966-1976 é um balanço falsificado".

Samir Amin (2001, p. 60-63) apontou a exaustão das escolhas possíveis dentro do modelo de planificação centralizada. Atingiu-se o limite histórico da fase maoísta. Para Amin, o resultado era desperdício de recursos, redução da eficácia dos investimentos, desproporcionalidade entre os setores econômicos com excessiva participação da indústria pesada, baixo nível tecnológico e isolamento econômico internacional. Amin, contudo, defende o conjunto da estratégia econômica maoísta: "andou-se sobre duas pernas" – indústria e agricultura; prioridade para a iniciativa das massas no processo de trabalho, industrialização; igualitarismo social. A despeito disso, ele concluiu:

> No final dos anos 1970, o sistema de planificação centralizada e as escolhas que lhe eram associadas deviam ser profundamente reformados. Era preciso passar a uma nova fase de desenvolvimento. (AMIN, 2001, p. 63)

Martin Hart-Landsberg e Paul Burkett (2004, p. 29-30) reconhecem que na fase final do período maoísta a planificação tornou-se rigidamente centralizada, embora a economia tenha se tornado mais complexa; havia excessiva concentração na indústria pesada; surgiram dificuldades nos transportes; e insuficiência e má qualidade dos bens de consumo da população. A organização industrial já apresentava queda da produtividade, emprego redundante, salários congelados. Os trabalhadores e camponeses encontravam-se frustrados e descontentes.

Portanto, havia uma base real para a contestação à estratégia maoísta. Nem tudo era retórica e falsidade na crítica levantada por

Deng Xiaoping. Ademais, apesar da nova carga personalista em torno de Deng, a despeito do reconhecimento do seu papel central, as reformas enquadram-se na conjuntura de disputas no sistema Partido/Estado e nos conflitos na sociedade chinesa. Assim, não é o fator pessoal, simplesmente, representado por Deng, que explica a reviravolta chinesa. Elementos factuais emprestavam veracidade às denúncias, a exemplo das grandes dificuldades nas universidades, no auge da Revolução Cultural. Problemas econômicos reais exigiam solução, cobravam mudança. Evidentemente, houve o peso das convicções e das intervenções de Deng. Ele foi o principal líder que, concretamente, esteve à frente da crítica a Mao. Ele conduziu as decisões de dezembro de 1978 para a deflagração das reformas. Ele emprestou sua autoridade política para respaldar a ascensão de autoridades liberais e o empreendimento das rodadas de liberalização econômica, sem prejuízo da manutenção do poder pelo Partido e do papel econômico do Estado. Deng, em sua histórica viagem às regiões industriais do sul da China, desferiu sua última cartada em 1992 para deliberadamente abortar a tentativa, desde 1988, de alguns setores da direção do PCC de redução do ritmo e da abrangência das reformas pró-mercado e setor privado.

No passado, Deng Xiaoping, à frente do governo, durante o desenrolar do ano de 1975, efetivamente não explicitou qualquer proposta de combinação do Estado com liberalismo na administração econômica. Naquele momento, Deng começou a centralizar sua atenção na proposta das Quatro Modernizações nas áreas de agricultura, indústria, defesa e ciência e tecnologia, que anteriormente, em 1964, tinha sido formulada por Zhou Enlai. A modernização econômica seria o mote da viragem na orientação econômica, a partir das decisões de dezembro de 1978.

Origem e lógica das reformas

O *slogan* "Enriquecer é glorioso", proclamado por Deng, continua exercendo seu apelo político e social muito forte. É óbvio que, em qualquer lugar, o crescimento econômico aumenta a riqueza social, seja na China ou nos Estados Unidos, aumentando o bem-estar material imediato de uma parcela expressiva da população, embora as desigualdades de riqueza possam tornar-se exacerbadas, como se vê no mundo hoje, sob a ideologia neoliberal. É óbvio, também, que empobrecer não tem nada de glorioso! Mas como são associados o problema da satisfação das necessidades materiais e espirituais, de um lado, e o tipo de sociedade, a organização do sistema econômico, a democracia, a autonomia de um e de todos os homens, de outro?

Eduard Bernstein (1997a), importante líder da social-democracia alemã do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX, argumentava que no capitalismo desenvolvido já estaria aumentando o número de ricos na população, em vez da tendência da pauperização. Assim, os raciocínios de Deng e Bernstein coincidiram na aposta de que o desenvolvimento econômico no capitalismo, ou seja, a modernização econômica por si mesma resultará em mais riqueza gerada e, cada vez mais, distribuída. Trata-se de uma argumentação baseada nas lógicas evolucionista e positivista. Hoje, o mundo e a China não confirmam essa tendência progressiva, crescente, essa marcha batida de justiça social na distribuição da riqueza. As desigualdades sociais exacerbadas são a crise do século XXI.

Bernstein, confiante no avanço da riqueza social, proclamava que não diminuíram, nem relativa nem absolutamente, as classes possuidoras. Para ele, o futuro do socialismo resultaria da participação no aumento da riqueza social. Nesse âmbito, tanto Bernstein como Deng lançaram confusão sobre a realidade e as perspectivas do socialismo. Quem está enriquecendo? Como? O proletariado

enriqueceu-se? Tornou-se ex-proletariado? Onde? O critério específico e restrito da riqueza, no que diz respeito à divisão das classes sociais, consistia e mantém-se, especialmente, na propriedade ou não dos principais meios de produção, inclusive incorporando novas formas patrimoniais financeiras.

As contradições de classe mudaram de forma, tornaram-se mais complexas, mas não foram apagadas pelo crescimento e modernização da economia. A dominação da propriedade do grande capital não pode ser ofuscada pela propriedade de alguns bens de uso, considerados relativamente mais abundantes e luxuosos; ou mesmo, por certo peso da propriedade de pequenas empresas; ou ainda, restrita posse de ativos financeiros nas mãos de alguns membros das camadas médias da sociedade e de alguns operários qualificados.

Uma coisa é dizer que o socialismo depende, entre outros fatores, do aumento das forças produtivas, da elevação da riqueza social. Mas outra coisa, muito diferente, é ignorar quais são as classes que se apropriam dessa riqueza. É ignorar a determinação das relações entre as classes sociais na estrutura da economia sobre as condições de distribuição da renda e da riqueza. É ignorar o mecanismo da apropriação capitalista. A multiplicação da riqueza tem correspondido ao recrudescimento das desigualdades entre classes sociais, sobretudo nas últimas décadas, desde o advento do neoliberalismo. Um pequeno punhado de algumas centenas de capitalistas possui a maioria da riqueza do mundo. Na China, avança e multiplica-se vertiginosamente o produto da atividade econômica, mas surge uma ínfima minoria dos ricos e bilionários, e ampliam-se as desigualdades. Melhoram as condições de vida de grandes massas da população, mas aparecem novas formas de privações para alguns setores sociais, como agricultores pobres. Os serviços sociais, de acesso público, são limitados. A exploração e a opressão sobre os trabalhadores são mantidas, estruturalmente.

Bernstein (1997b, p. 61), alegando unilateralmente a defesa da tese de Marx sobre o crescimento da composição orgânica do capital, reconheceu que a "forma característica da moderna evolução" se dá com o aumento absoluto do capital e correspondente diminuição relativa do proletariado. Nesse mesmo diapasão, Deng exortou ao rápido crescimento econômico da China, ou seja, "a moderna evolução". No entanto, isso significa apenas que o curso efetivo da modernização chinesa, com a explosiva elevação do capital e o aumento do proletariado, vindo da agricultura, é consistente com o desenvolvimento da economia capitalista. Foi isso que se processou na China, apesar de todas as suas importantes peculiaridades. Em termos comparativos, a taxa de crescimento do capital constante é maior do que a própria aceleração do aumento do capital variável na bem-sucedida reestruturação produtiva chinesa.

Como se sabe, há uma tradicional divergência entre os socialistas acerca do reformismo ou da revolução como o caminho da transformação da sociedade. Os marxistas firmaram o ponto de vista da necessidade da revolução, sem negar a importância das reformas. O próprio Marx exaltava, por exemplo, a luta pela redução da jornada de trabalho como uma reforma fundamental nos marcos do capitalismo. Entretanto, o conceito de reformas não é igual ao de reformismo. Reformas são mudanças parciais progressistas, reformismo é uma estratégia política geral ou uma tendência política e ideológica. No século XX, a social-democracia europeia, a partir da Segunda Guerra Mundial, apareceu como o partido, por excelência, do reformismo. A sua estratégia, com importantes ganhos sociais para os trabalhadores, tornou-se, cada vez mais, uma acomodação, conciliação e defesa do grande capital europeu, ao lado do Welfare State.

A concepção de revolução entre os próprios marxistas é objeto de acesa polêmica, desde a forma insurrecional da "tomada do Palácio de Inverno", à guerra popular prolongada maoísta, à

transformação processual gramsciana etc., observando as mutações na sociedade capitalista, suas injunções políticas e as circunstâncias de cada momento histórico. Contudo, esclareça-se que revolução se denota como mudança sistêmica decorrente da transição do capitalismo para o socialismo e o comunismo. Revolução não se confunde com uma forma específica de mera conquista do poder político. Ideologia, política e cultura entrelaçam-se na luta pela hegemonia. Em que perspectiva sistêmica e campo estratégico situa-se o atual rumo do Partido Comunista e do Estado na China? Para os dirigentes do PCC, não há dúvida: a China é socialista. Creem que continuam a revolução chinesa nas condições concretas, materiais e históricas da China e do mundo hoje.

A avaliação adequada das condições reais é, obviamente, indispensável para definir a justeza ou não de determinadas medidas, políticas ou econômicas, inclusive para um partido no poder, como é o caso do PCC. Por isso, Lênin conclamava os bolcheviques, já no poder, a

> verificar com o maior sangue-frio e lucidez em que momento, em que circunstâncias e em que terreno se deve atuar revolucionariamente e em que momento, em que circunstâncias e em que domínio de ação se deve saber passar à ação reformista. (LÊNIN, 1980u, p. 552)

Contudo, em vez de passos táticos, medidas pontuais, conforme as circunstâncias, parece que os chineses, conscientemente ou não, passaram a uma nova estratégia global e duradoura de reformismo, sustentado a longo prazo.

No entanto, aqui não cabe uma análise simplista. O papel e o lugar das reformas nas transformações sociais são problemas muito complexos, que se renovam, como Lênin percebeu, ao se ver diante das tarefas concretas do exercício da administração estatal:

> Depois da vitória do proletariado, nem que seja num só país, algo de novo aparece na relação entre a reforma e a revolução. Em princípio, o problema permanece o mesmo, mas na forma produz-se uma mudança, que Marx, pessoalmente, não pôde prever, mas que só pode ser compreendida no terreno da filosofia e do marxismo. [...]. Até a vitória do proletariado, as reformas são um produto acessório da luta de classe revolucionária. Depois da vitória (embora à escala internacional continuem a ser o mesmo 'produto acessório') constituem, além disso, para o país onde a vitória foi alcançada, uma trégua necessária e legítima nos casos em que é evidente que as forças, depois duma tensão extrema, não são suficientes para levar a cabo por via revolucionária determinada transição. (LÊNIN, 1980u, p. 555-556)

Historicamente, as reformas foram vistas como mudanças progressistas. Mas podem, na prática, ser empreendidas para mudar ou conservar o *status quo*. Para a classe trabalhadora, as reformas seriam uma acumulação de forças, ensejariam uma preparação política, as reformas significariam importantíssima melhoria das condições imediatas de vida; deveriam ser um passo em direção às mudanças mais profundas, mesmo pagando o preço de concessões momentâneas ao capital.

A ideologia neoliberal trouxe uma novidade: as reformas, agora, são medidas regressivas – política e socialmente. São as reformas para forçar a roda da história para trás. Os direitos sociais são cancelados. Medidas abertamente reacionárias são adotadas em face dos movimentos sociais. As desigualdades sociais são aprofundadas. As restrições às liberdades democráticas são reforçadas. Os patrocinadores das reformas neoliberais são, via de regra, partidos políticos conservadores. Na origem desse novo processo

e dessa nova natureza das reformas, destacaram-se intelectuais como Friedrich Hayek e Milton Friedman e personalidades políticas como Ronald Reagan e Margareth Thatcher, com um ponto de vista extremamente reacionário, opondo-se até mesmo a qualquer veleidade social-democrata. No processo de desmantelamento do socialismo real, as personalidades políticas e os movimentos na União Soviética e do Leste Europeu em favor da restauração do capitalismo foram classificados no Ocidente, pela mídia e meios acadêmicos, como reformistas, a exemplo do governo de Boris Ieltsin, na Rússia. E o os opositores, ou seja, os que queriam a permanência do socialismo real, eram chamados de conservadores.

É nesse novo contexto internacional que se situam as reformas chinesas, a despeito de suas peculiaridades e de sua oposição ao neoliberalismo. Trata-se da proposição de novos rumos. O Estado deveria ser reorientado para liderar o esforço de modernização econômica, no sentido específico de favorecer, com incentivos e proteção, a atração de capitais privados estrangeiros e, simultaneamente, preservar determinada presença estatal direta na gestão econômica e na esfera produtiva. Os capitais da diáspora chinesa foram atraídos e contribuíram decisivamente para a aceleração do crescimento econômico. A aposta e a confiança nos efeitos estruturais e positivos da integração com o mercado mundial, sem abrir mão da regulação estatal, levaram à "política de portas abertas" e de estreitamento das relações com o Japão e o Ocidente, sobretudos os Estados Unidos. Abandonava-se, dadas as novas circunstâncias históricas, a estratégia maoísta de independência nacional assentada na construção econômica baseada nas próprias forças, com a China submetida a duro cerco e isolamento internacional.

Circunstâncias históricas chinesas

É claro que a lógica das reformas não apareceu de repente nem se apresentou completa e sistemática de uma só vez. Assim, ao longo do tempo, desde 1978, foram surgindo e se sedimentando as concepções e a lógica do novo modelo de desenvolvimento chinês. Houve um processo de gestação e amadurecimento das primeiras ideias das reformas nos marcos da contraposição à estratégia maoísta. Assim, a atual etapa da China tornou-se globalmente uma ruptura com o período maoísta. É ruptura política, ideológica, econômica e social, inegavelmente, sobretudo quando se observa o conjunto das mudanças operadas desde 1979 e os resultados sistêmicos verificáveis no presente momento, independentemente da sinceridade das intenções socialistas proclamadas pelos dirigentes chineses.

Entretanto, há um fio condutor, também inegável, entre os dois períodos, que é a persistente estrutura institucional Partido-Estado, com toda sua centralidade, ora contestada, ora reforçada, e seus efeitos amplos e profundos, ideológicos, políticos e econômicos na vida chinesa. Com a vitória da revolução em 1949, o Partido Comunista Chinês tornou-se a principal instituição política para a tomada de decisão dos rumos estratégicos da China, em simbiose com o aparato estatal. Constituiu-se o novo Estado nacional, reunificando a pátria, superada a guerra civil e vencida a ocupação estrangeira. Restaurou-se a dignidade nacional, ultrajada pelos imperialistas há mais de um século. Nesses termos, em um processo tumultuado, com tensões e conflitos, marchas e contramarchas, setores da burguesia chinesa que permaneceram no país, à exceção dos chamados "compradores", desempenharam certo papel dirigente autônomo, à frente de algumas atividades econômicas no início do novo regime. Em seguida, esses burgueses atuaram em associação com o Estado. E, por fim, eles incorporaram-se ao exercício das responsabilidades como gestores, em diversos âmbitos do

Estado, inclusive na direção das empresas. Não seria simples e automática a superação da presença burguesa originada das arraigadas tradições de negócios de grandes centros como Xangai, Cantão e Nanquim, inclusive dos 22 anos de governo do Guomidang.

A complexa relação entre remanescentes influências burguesas e o novo Estado da China Popular foi objeto de reflexão de Mao, ao argumentar sobre as contradições no seio do povo. Nesse processo, ocorreram momentos de aguda tensão entre distintas concepções e experiências sobre o Estado e as relações sociais de produção. Foi o que ocorreu quando emergiu um ensaio de Estado das comunas populares e de descentralização da organização produtiva, em 1958, e na Revolução Cultural, entre 1966 e 1968. Todavia, prevaleceu a visão do Estado, à frente das tarefas do desenvolvimento econômico, o Estado como centralização tradicional da vida política e econômica. Posteriormente, esse tipo de visão estatal se refletiu na liderança exercida pelas autoridades, conduzindo a deflagração, gestão e aprofundamento das reformas de Deng, dando um passo adiante – ou atrás – pela restauração das influências burguesas chinesas, ao incorporar massivamente os capitais da burguesia de Hong Kong, Macau, Taiwan e das demais partes da diáspora chinesa.

Nessa persistência da visão estatal, poderia, em uma nota forçada, se remontar ao passado da civilização do Império do Meio, motivo de orgulho nacional renascido e cultuado hoje na mente dos chineses, lembrando a secular tradição do Estado e dos administradores mandarins na China. Registre-se, porém, que, na primeira metade da década de 1970, Mao deflagrou a campanha política e ideológica para o repúdio das influências – simultânea e estranhamente de Lin Biao, ex-comandante militar da República Popular da China e líder ultraesquerdista da Revolução da Cultural, e Confúcio, patrono do imaginado sempiterno modo elevado de pensar e de ser dos chineses. O passado confuciano, com a exaltação da hierarquia, harmonia, conformismo, estabilidade,

conservadorismo, deveria ser desarraigado da subjetividade dos chineses. Supunha-se, no cálculo maoísta, que seria preciso eliminar a influência do pensamento confuciano, a fim de liberar as mentes e as energias do povo para impulsionar a construção e consolidação do socialismo.

Constata-se uma certa continuidade histórica, entre os períodos Mao e Deng, no que diz respeito ao paradigma da construção estatal do socialismo. Mao titubeava entre a iniciativa e autonomia das massas, de um lado, e o aparato Partido-Estado, de outro. Emblematicamente, mesmo durante a Revolução Cultural, Mao fez sempre questão de proteger e manter intocado o papel dirigente supremo de Zhou Enlai, como eterno primeiro-ministro, mandarim vermelho, homem do Estado, veterano dirigente comunista. Kalpana Misra chama a atenção para o fato de que Mao assegurou o suporte tácito à dominação dos dirigentes moderados no âmbito econômico e, simultaneamente, encorajou a retórica ultraesquerdista na denúncia das políticas econômicas moderadas. (MISRA, 1997, p. 268) Yiching Wu reconhece a importância assumida pela expropriação dos meios de produção pela Revolução Chinesa (YICHING, 2005, p. 48), mas ele denuncia que o controle efetivo da economia ficou nas mãos de imenso aparato burocrático, sem o controle democrático dos trabalhadores. Yiching avalia que esse fato é fundamental para compreender por que foram possíveis as diversas mudanças na China, ao longo dos anos, e, também, as reformas contemporâneas.

Na disputa pelo poder no Partido-Estado, Mao Zedong, entre 1969 e 1975, em diversos episódios, optou pela contenção das forças de "esquerda". Isso resultou na liquidação do grupo de Lin Biao e preparou o terreno para o esmagamento do "bando dos quatro", posteriormente, no final de 1976. Apesar das divergências expostas e argumentadas por Mao e das grandes tentativas práticas de ruptura do paradigma soviético, através do Grande Salto e da Revolução

Cultural, o resultado geral foi a preservação, na experiência chinesa, da importante influência da via estatal de socialismo.

Para construir o socialismo, seria necessário o desenvolvimento econômico, tanto na União Soviética quanto na China, inevitavelmente. Porém, para essa acelerada transformação da base material do país – URSS ou China –, alguma via estatal deveria ser adotada. A depender do momento histórico, houve maior ou menor grau de centralização do plano, da propriedade, da gestão, dos processos administrativos de decisão, de estruturação de instrumentos fundamentais, a exemplo da comissão do plano, dos órgãos de estatísticas, dos ministérios, dos departamentos etc.

Guardadas as diferenças nacionais e ressalvadas as distintas trajetórias do processo revolucionário, era como se o Estado estivesse criando a sociedade e o socialismo na URSS e na China. Com Mao seria uma versão de socialismo de Estado combinado com participação de massas. Com Deng, para seu autoproclamado objetivo de modernização socialista, recorria-se a um capitalismo monopolista de Estado combinado – por mais estranho que pareça – com a globalização neoliberal. Essa combinação curiosa, com Deng, seria constituída por um tipo de Estado desenvolvimentista e, ao mesmo tempo, pela liberalização para o setor privado, para o mercado e para a integração à economia mundial. De forma inteligente, a liderança do PCC, com as reformas, aproveitou e usou a globalização neoliberal para, paradoxalmente, alcançar os objetivos nacional-desenvolvimentistas do Estado chinês.

As reformas de Deng herdaram a permanente – e inevitável – obsessão, desde o início da vida da República Popular, de vencer o imenso atraso relativo chinês no terreno das forças produtivas, como se verificou no desejo da multiplicação da produção de aço no Grande Salto. A atitude de crítica a aspectos da estratégia maoísta e o espírito de busca de novos caminhos na economia herdaram a experiência do período de reajuste e normalização de 1962

a 1965, sob a liderança do presidente Liu Shaoqi e Zhou Enlai. Após idas e vindas durante a Revolução Cultural, o regresso definitivo de Deng Xiaoping ao poder ocorreu com sua ocupação em tarefas governamentais no terreno da educação, ciência e tecnologia, durante os anos de 1977 e 1978. Ao tratar desses problemas, Deng não podia perder de vista a comparação com os elevadíssimos níveis tecnológicos e científicos dos países desenvolvidos, sobretudo os Estados Unidos e o Japão. Para superar o atraso relativo da China, se fazia necessária a modernização econômica. Por isso, Deng declarou, em 1977:

> Em nosso esforço para concretizar a modernização, o ponto chave é elevar o nível de nossa ciência e tecnologia. Para desenvolvermos essas últimas, é imprescindível o nosso empenho na educação. [...] Temos de criar no seio do Partido uma atmosfera de respeito ao saber e de estima às pessoas de talento. (DENG, 1984, p. 54-55)

Em vez de naturais, as reformas de Deng tiveram caráter histórico, resultaram de uma trajetória de conflitos e se inseriram em uma determinada conjuntura política da China e do mundo. São reformas que expressam uma época. O desaparecimento de Mao, a liquidação política implacável e total do "bando dos quatro", o estreitamento das relações com os Estados Unidos e o antagonismo beligerante com a União Soviética foram fatores políticos e ideológicos que constituíram o ambiente em que se situaram a justificativa, a oportunidade e a viabilidade das novas escolhas dos dirigentes chineses. Em vez de desdobramento espontâneo, o processo de reformas foi deflagrado, como opção e deliberação, na famosa III Sessão Plenária do Comitê Central do XI Congresso do Partido Comunista Chinês, em dezembro de 1978. Quem empalmava o poder, naquele momento, tomou a decisão conforme

suas referências político-ideológicas e sua análise da realidade. E depois, ao longo das décadas seguintes, a realidade foi construindo novos problemas e novas tarefas para a reconfiguração do curso das reformas.

Há um reiterado equívoco sobre a nova orientação do Estado chinês. Insiste-se em algo que já se tornou lugar comum, clichê, em diversos tipos de apreciações da fase das reformas: o eixo do novo período seria a economia, em substituição do eixo do período maoísta, a luta de classes. Economia em vez de política radical. É o que dizem e repetem. Sheying Chen (2002, p. 7), por exemplo, argumenta sobre uma despolitização, com Deng Xiaoping. Nada mais enganoso. As profundas transformações econômicas e sociais têm tudo a ver com o poder político que ultrapassa os marcos da rotina cotidiana dos aparatos administrativos estatais. É político o impacto sobre as classes sociais em decorrência das mudanças relativas à propriedade e à posse dos meios de produção, à exploração do trabalho. Isso tudo é política, opressão, hegemonia de determinados interesses sociais. As conquistas reais e valiosas de melhoria das condições de vida para as massas não significam neutralidade das reformas do ponto de vista da relação entre capital e trabalho. Nesse sentido mais profundo, as massas estão sendo constrangidas, contidas, pela ação deliberada do Estado, pela ideologia dominante, pelas emergentes relações sociais de produção burguesas. Foi imposta uma nova reverência, respeito ao Estado, em relação à sociedade, sem prejuízo das iniciativas dos indivíduos e das localidades em favor da nova reestruturação do país.

Importância da retórica oficial

A fundamentação, a explicação e o discurso dos reformadores chineses devem ser observados, examinados, porque são recursos políticos que tentam justificar as mudanças. Não se pode dizer que se

trata apenas de oratória vazia. Há base real, evidentemente. É também a propaganda oficial do regime. A retórica do Partido/Estado apresenta as reformas como expressão de racionalidade, clareza, superioridade, objetivos progressistas. Nota-se um esforço dos textos oficiais em defender as reformas como medidas coerentes e necessárias à construção do socialismo nas condições específicas da China. Na fase inicial das reformas, chama a atenção a hierarquia dos discursos oficiais, na seguinte ordem, a partir do mais geral e mais importante: i) os quatro princípios da revolução; ii) as três tarefas estratégicas; iii) as quatro modernizações; iv) os quatro trabalhos; v) os dez princípios da gestão econômica. Mirando o futuro, proclamava-se que o objetivo estratégico da modernização é situar a China como um país desenvolvido em 2050.

No início, argumentava-se, pelo pronunciamento oficial, de que haveria um limite para as mudanças. Assim, as reformas não poderiam subverter os quatro princípios da revolução, a saber: socialismo, ditadura democrático-popular, direção do PCC e marxismo-leninismo, pensamento Mao Zedong. Em 1980, Deng expôs as três principais tarefas estratégicas para a década que se avizinhava: i) luta contra o hegemonismo das superpotências; ii) reunificação nacional, sobretudo a volta de Taiwan à China; e iii) aceleração da construção econômica. Os quatro trabalhos seriam: i) reforma estrutural da administração e revolucionarização dos quadros, com maior preparação cultural e profissional; ii) desenvolvimento do espírito socialista; iii) combate aos delitos, sobretudo na economia; iv) retificação do estilo de trabalho e consolidação orgânica do PCC, a partir dos novos Estatutos. Dez princípios orientariam a gestão da economia: i) política de desenvolvimento da agricultura, inclusive contando com avanços científicos; ii) fortalecimento da indústria leve e reajuste da indústria pesada; iii) consumo eficiente da energia e fortalecimento das indústrias de energia e de transportes; iv) transformação técnica nas empresas;

v) organização econômica com base em grupos de empresas; vi) elevação dos investimentos na construção; vii) política de portas abertas para a economia internacional e reforço da autossustentação; viii) reforma da estrutura da economia e maior iniciativa dos vários setores; ix) elevação cultural e científica dos trabalhadores e maior progresso da ciência e da tecnologia; x) prevalência da orientação geral de "tudo para o povo", vinculando economia e condições de vida das massas. (POMAR, 1987, p. 168-169)

"Modernização", "Tríplice Representatividade", "Desenvolvimento científico", "Sociedade harmoniosa" e "Quatro princípios abrangentes" são *slogans* dos diversos momentos do processo de reformas. Depois de Deng Xiaoping, que morreu em 1997, o principal dirigente da China foi o presidente Jiang Zemin, entre 1990 e 2001. Jiang divulgou a chamada teoria da "Tríplice Representatividade", como representação do processo em curso na China, reunindo: i) máxima produtividade (empresariado); ii) elevação cultural (intelectualidade); e iii) defesa dos interesses da maioria do povo. O presidente Hu Jintao e o primeiro-ministro Wen Jiabao encabeçaram o sistema partido-Estado entre 2002 e 2012. Nesse período, os dirigentes chineses falavam do "conceito científico de desenvolvimento". Tratar-se-ia do desenvolvimento centrado no povo, desenvolvimento abrangente, coordenado e sustentável, para a promoção do progresso global da economia e da sociedade. As necessidades dos indivíduos teriam que ser priorizadas. Nessa mesma linha, o presidente Hu Jintao expôs a retórica em que a principal bandeira seria a construção de uma "sociedade harmoniosa", com a redução das desigualdades sociais, das discrepâncias entre campo e cidade, com a aproximação entre os cidadãos e o Estado. O presidente Xi Jinping, na liderança do Partido/Estado, a partir de 2013, propõe os "Quatro princípios abrangentes: sociedade próspera, reformas profundas, Partido Comunista disciplinado e governo conforme a lei". Na propaganda oficial do governo de Xi,

proclama-se: "prosperidade é o objetivo, reforma é progresso, o uso da lei é garantido, reforçar o Partido é a chave!".

Só o formalismo pode levar a uma interpretação ingênua dessa profusão de discursos e *slogans* oficiais, inclusive às menções a supostos princípios marxistas e estratégia socialista. Toda essa retórica oficial condiz com o sentido geral das reformas adotadas concretamente desde 1979. Não obstante as referências ao socialismo com características chinesas, a oratória dos dirigentes chineses justifica as reformas de desmantelamento das comunas populares, descoletivização da agricultura, privatização de parte da economia, dominação da lógica do capital e propagação dos valores ideológicos burgueses, com ameaça de bloqueio da perspectiva socialista.

É insuficiente constatar que os problemas reais da economia chinesa reclamavam mudanças. Mas qual deveria ser a natureza das reformas? Importa saber qual a direção dessas reformas. É indispensável examinar o rumo geral das mudanças. É necessário ter uma visão de conjunto sobre os resultados das reformas a longo prazo. Investigar as suas implicações sobre a configuração da formação econômica e social da China. Como ocorrem e quais são as implicações sistêmicas desse processo de reformas?

Embora as alterações em curso desde 1979 sejam denominadas como reformas econômicas, as mudanças ultrapassaram os marcos da economia, caracterizando-se como uma transformação histórica geral na sociedade chinesa. Junto com a modernização econômica, surgiram alterações profundas no sistema social. Construiu-se uma estrutura econômica de reprodução do capital e suas correspondentes instituições; ampliou-se a diferenciação social e sua correspondente estruturação de classes; reapareceram valores e costumes burgueses e individualistas e seus correspondentes pensamento e ideologia. Em um misto de escárnio, cinismo e mistificação, expandiu-se, em alguns setores privilegiados da sociedade, uma atitude de ridicularização e negação dos movimentos

radicais de esquerda, constrangendo a retomada de uma oposição social autônoma ao capitalismo.

Até mesmo um organismo como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), uma expressão institucional das grandes potências e do grande capital, julga que as reformas, desde 1978, são vastas, transcendem a economia e promovem uma reconfiguração do Estado:

> A China procede atualmente a uma transformação radical de seu sistema de governança de forma a adaptar suas instituições e o funcionamento do Estado a uma *economia cada vez mais aberta ao mercado*. Um certo número de tensões ligadas aos desequilíbrios orçamentários e financeiros no país, *ao crescimento das desigualdades* e à degradação ambiental tornaram-se *inevitáveis* nessa mutação. (OCDE, 2005, p. 12, tradução nossa, grifo do autor)

As reformas – sob o ângulo imediato e estritamente econômico – foram articuladas em torno de três eixos: i) subordinação do plano ao mercado; ii) liberalização tanto da posse, por famílias, na terra – em detrimento da coletivização – quanto da propriedade da empresa urbana; e iii) integração à economia mundial. O pragmatismo foi adotado como o critério fundamental de decisão do Estado chinês. Isso foi simbolizado pelo *slogan* de que “não importa a cor do gato, contanto que ele cace o rato”. Os resultados práticos foram perseguidos, independentemente da relação entre os meios empregados e as relações sociais de produção. As metas do crescimento econômico e desenvolvimento das forças produtivas desvincularam-se das consequências regressivas classistas, a longo prazo, na estruturação da sociedade. As mudanças foram implementadas paulatinamente, recorrendo inicialmente à experimentação em projetos-piloto. Essa transição ao mercado e às novas – e

retrógradas – relações sociais de produção, através do gradualismo, tentou evitar maiores fricções políticas, contornar resistências sociais, prevenir colapsos econômicos. Adotou-se na China o gradualismo das reformas em vez da desastrosa terapia de choque da Rússia dos anos 1990: gradualismo ou choque – o destino final, apesar das grandes diferenças nacionais, é a restauração capitalista nesses dois países.

O principal trunfo das reformas é o impressionante e duradouro crescimento acelerado da economia chinesa. A sustentação de elevadas taxas de crescimento econômico seria a comprovação do acerto das mudanças. Porém, essa rápida multiplicação da produção cria mais expectativas de crescimento da riqueza no futuro, provocando, segundo a lógica vigente, uma crença e uma exigência de novas e crescentes medidas de liberalização econômica, com potencial estreitamento da regulação estatal. O regime político, por sua vez, extrai sua defesa e legitimidade, em grande parte, dessa frenética e exitosa corrida produtiva. Mas, na segunda década do século XXI, a China já não cresce com o mesmo ritmo acelerado das primeiras décadas das reformas. A relativa queda das taxas de crescimento da economia desde 2012 pode criar importantes dificuldades para as necessidades cruciais de geração de emprego. É óbvio que seria impossível a mera continuidade do elevadíssimo crescimento econômico. A redução do ritmo produtivo chinês tem a ver com as preocupações dos dirigentes do Partido/Estado sobre: i) a exacerbação das desigualdades sociais e regionais; ii) os limites da degradação ambiental; iii) o excessivo endividamento de empresas e governos locais, em associação com os desdobramentos da crise capitalista mundial, deflagrada em 2008, e as tendências ainda duradouras de medíocre crescimento econômico no mundo.

Martin Hart-Landsberg e Paul Burkett (2004, p. 26-54) elaboraram uma periodização do processo de reformas na China. Eles denominaram de estágio I o período entre 1978 e 1983, de estágio II,

entre 1984 e 1991, com reformas urbanas, atingindo inclusive as empresas estatais ou *State-Owned Entreprises* (SOEs); e de estágio III, a partir de 1991, com privatização de empresas estatais, reforma financeira, nova abertura e adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001. No primeiro estágio, foram concedidas maiores prerrogativas aos órgãos de planejamento provincial e regional, coexistindo com maior autonomia na administração das empresas e estímulo à criação de empresas cooperativas e privadas. Nessa primeira fase, ocorreu a descoletivização no campo, surgiram as empresas de municípios e aldeias (Township and Village Entreprises – TVEs) e foram constituídas as primeiras Zonas Econômicas Especiais (Economic Special Zones – ESZs).

Planificação estatal e mercado

Como ressurgiu o mercado na China? O povo reivindicou a volta do mercado? Quando começou o processo das reformas, o povo não estava reclamando a implantação de mercado, não havia manifestação popular nesse sentido, mas a liderança do PCC inclinou-se em favor da via mercantil. (HART-LANDSBERG; BURKETT, 2004, p. 31) Foi a vontade e determinação da cúpula dirigente do PCC. Assim, promoveu-se um deslocamento significativo: mercado em vez de um tipo específico de plano socializante. Negava-se a forma de plano a serviço da tentativa de construção do socialismo real. O que se chama "plano quinquenal" hoje na China é uma regulação forte do Estado na assim chamada "economia mista", já conhecida no mundo depois da Segunda Guerra Mundial.

É claro que a criação dos mercados e do setor privado na China tem que estar articulada, em um plano mais geral, com relações de classes sociais. (YICHING, 2005, p. 49) Há alguma base em termos de desigualdades, interesses, privilégios e ideologia para o reaparecimento do mercado. As determinações históricas gerais vigentes

na China impõem, de modo complexo, as condições de adaptação ao mercado. A opção pela reintrodução dos mecanismos de mercado e do setor privado foi clara. Já na própria 3ª Sessão Plenária, em dezembro de 1978, declarou-se que as forças de mercado eram a chave da modernização socialista. Isso poderia ser interpretado como, simplesmente, uma retomada de realismo na economia. Poderia ser um reconhecimento da necessidade da regulação mercantil na economia chinesa, em paralelo à planificação estatal. Poderia ser uma tomada de consciência das dificuldades advindas da burocratização do plano ou da estatização completa e absoluta da atividade econômica. Poderia ser resultado de um amadurecimento sobre as dificuldades, os ritmos e os prazos da construção econômica do socialismo, sob os bloqueios capitalistas mundiais. Mas não era nada disso! Passava-se para uma visão nova, distinta, específica. O mercado, agora, aparecia como um regulador chave da economia. Os preços de mercado seriam a ferramenta do cálculo econômico. E, ainda mais, lançou-se, posteriormente, uma confusão entre os conceitos de mercado e de socialismo, conforme as formulações do PCC, no início dos anos 1990, acerca do assim chamado socialismo de mercado, lembrando vagamente ideias de transição socialista como as formulações de Oscar Lange.

A regulação do mercado estaria assentada na compreensão da vigência objetiva, inarredável, da lei do valor no período de construção econômica do socialismo. O mercado espontaneamente orientaria a alocação de recursos, segundo a lei do valor. No período de transição socialista, não caberia, simplesmente, trocar o funcionamento do sistema de preços, conforme as forças de oferta e procura no mercado, pela fixação de preços, administrativamente, por representantes do Estado. Assim, a liderança chinesa pós-1978 teria aceitado a operação do mercado como essencial ao funcionamento da economia, segundo as condições concretas vividas pela China. Parece ser essa a fundamentação do caminho escolhido pela China

pós-1978: aceitar a lei do valor como algo natural, incontrolável, necessária praticamente pela eternidade. Nesses termos, seria viável impulsionar a produção para a finalidade da valorização do capital, o que requer propriedade privada e mercado. Assim, quaisquer formas e meios seriam legítimos e poderiam ser empregados, a fim de desenvolver completamente as forças produtivas, estruturar e modernizar a economia. Pela retórica das autoridades chinesas, isso seria a própria construção do socialismo, em um processo evolucionário, natural, a longuíssimo prazo.

A necessidade do mercado em lugar do plano e da gestão do Estado, em moldes socializantes, é também argumentada segundo os termos já levantados por Bernstein. (1997b, p. 90) Para ele, era impossível a gerência estatal das empresas no socialismo. Isso resultaria em inviável gigantismo gerencial por parte do Estado, à frente da direção de imensa quantidade de empresas pequenas e médias, e mesmo no comando "só das empresas maiores". Independentemente das justificativas expostas pela liderança chinesa, o fato é que, no início do processo, a criação dos mercados foi uma imposição do governo sobre o povo. A liberalização da organização da agricultura por família e a livre venda de produtos agrícolas foi uma maneira de iniciar a reintrodução das transações mercantis.

Jean-François Huchet (2006, p. 10) avalia que, praticamente, todos os mecanismos de administração de uma economia planificada deixaram de ser utilizados na China. O desmonte da coletivização da agricultura, a liberalização dos preços, a diversificação das formas de propriedade, a privatização de parte das empresas estatais, o crescimento do peso econômico do setor privado, o reconhecimento da legitimidade da empresa privada, a ampliação do setor de serviços privados, o tipo de gestão da monetização e da liquidez na economia, a forma assumida pelo consumo de massas e a competição de mercado são alguns elementos comprobatórios desse abandono da planificação de tipo socializante.

Ajit Singh (1994, p. 661) enxerga duas características essenciais na reforma chinesa. Primeiro, "houve uma ruptura decisiva com a planificação central de tipo stalinista, em benefício da maior utilização dos mercados, dos sinais de mercado e dos seus estímulos correspondentes". Segundo, a mudança institucional foi gradual e progressiva.

Wing Thye Woo (1999, p. 15) analisa as transformações estruturais da economia chinesa, observando o período de 1978 a 1996. Nessa análise, ele destaca, na sua ótica, as três principais mudanças: primeiro, o declínio da importância da agricultura e a ascensão da indústria e do setor terciário; segundo, a radical diversificação da estrutura de propriedade, com o recuo da participação das empresas estatais (SOEs) e o destaque da ascensão das empresas de municípios e aldeias (TVEs); terceiro, a orientação da economia para o comércio exterior. Para Wing (1999), os quatro momentos principais de tensão e mudança nos processos de decisão econômica pela liderança chinesa foram: i) A desregulação, sobretudo da agricultura, em dezembro de 1978; ii) As reformas urbanas em 1984; iii) A (frágil, acrescente-se) ascensão política dos chamados conservadores favoráveis à planificação socializante, em 1988; iv) A viagem de Deng Xiaoping ao Sudeste chinês industrial, em 1992, após o colapso definitivo da União Soviética, exortando a utilização do mercado e das ferramentas capitalistas na construção do socialismo de mercado com características chinesas.

No final da década de 1970, os camponeses começaram a ter a organização da sua atividade produtiva liberalizada, informalmente, suprimindo-se as formas estatais e coletivas, adotando-se o sistema de contrato de responsabilidade por família (*baochan daohu*). Após a venda da cota de produção para o Estado, a família camponesa passou a vender qualquer quantidade no mercado. Tanto o presidente Hua Guofeng como o verdadeiro novo líder em ascensão, Deng Xiaoping, estavam interessados na obtenção do respaldo

político advindo das famílias camponesas beneficiadas pelas medidas de liberalização. Em janeiro de 1983, foi reconhecido formalmente o sistema de contrato com unidades familiares no lugar das comunas populares.

As Zonas Econômicas Especiais foram mais um capítulo na liberalização e no abandono da planificação estatal. A experiência dos países asiáticos de industrialização recente na atração de capitais estrangeiros repercutia muito fortemente e não foi ignorada pela liderança chinesa, interessada em imprimir o avanço na economia do país. Assim, nos marcos da política de portas abertas, o Estado chinês, sem abrir o mercado doméstico, criou, em abril de 1979, quatro Zonas Econômicas Especiais na costa sul da China, nas proximidades de Hong Kong e Taiwan, importantes alvos para a integração nacional. Os capitais privados domésticos e estrangeiros, com muitas filiais de multinacionais e majoritariamente de empresas da diáspora chinesa, com destaque para Hong-Kong, se instalaram nas Zonas Econômicas Especiais sem subordinação ao sistema de planificação, contando com muito generosos incentivos fiscais e livres para contratar e gerir a força de trabalho. Essas empresas concentraram-se na produção intensiva em mão de obra, dispondo da abundante e barata força de trabalho, e contaram com isenção tributária para importar peças e componentes. Assim, alcançou-se grande competitividade nessas empresas voltadas para as exportações.

As reformas das empresas estatais, a partir principalmente de 1984, subtraíram importantes decisões econômicas e administrativas dos marcos da planificação e gestão estatais. Para Wing (1999, nota 9, p. 61), no caso chinês, uma empresa estatal (SOE) é controlada e dirigida, em última instância, pelo governo central, mesmo que sua gestão imediata seja assumida por governos locais; e o setor não estatal é composto por empresas que não são subordinadas ao governo central: cooperativas e empresas de propriedade coletiva, individuais, privadas e associadas com capital estrangeiro.

As reformas liberalizaram a administração das empresas, tanto em relação aos investimentos e produção, quanto no que diz respeito às compras e vendas dessas firmas no mercado. A multiplicação impressionante das empresas de municípios e aldeias também significou um tipo de esvaziamento das possibilidades da planificação e gestão estatais como controle, direção, coordenação da atividade econômica nacional.

Durante os anos 1980 tentou-se uma conciliação entre a administração e a liberalização dos preços. Isso pode ser visto como um sistema trinitário, com o Estado fixando alguns preços e monitorando outros, enquanto para uma quantidade cada vez maior de produtos admitia-se a determinação dos preços pelas forças de mercado. (MACEDO, 1994, p. 40) Ou, simplesmente, isso pode ser visto como um sistema dual, com alguns preços ainda determinados administrativamente, como nas cotas de produtos a serem vendidas ao Estado no início das reformas, e com outros preços determinados pelo mercado. Já em outubro de 1984, foram liberados os preços da maioria dos produtos agrícolas e da maioria dos produtos manufaturados (esses últimos, dentro de uma banda de variação dos preços). Sem idealizar o mecanismo de mercado, é claro que sua precificação, a depender das circunstâncias de concorrência, representa uma possibilidade de refletir melhor os custos, além de ajustamento às condições da demanda, como reclamariam os representantes das teses das reformas pró-mercado, como Alec Nove.

Na distribuição das transações de 1978 a 2003, segundo a forma de determinação dos preços, registraram-se as seguintes mudanças: em 1978 todos os preços no atacado eram fixados pelo Estado, mas passaram para a determinação pelo mercado em 13% das transações em 1985, 78% em 1995 e 87,3% em 2003; as transações dos produtos no varejo tinham a determinação dos preços pelo mercado em 3% em 1978, em 34% em 1985, 89% em 1995 e 96,1% em 2003.

Tabela 1- Distribuição das transações de 1978 a 2003, segundo a forma de determinação dos preços (em %)

	1978	1985	1995	2003
PRODUTOS NO ATACADO:				
Preços de mercado	0	13	78	87,3
Preços regulados pelo Estado	0	23	6	2,7
Preços fixados pelo Estado	100	64	16	10
PRODUTOS NO VAREJO:				
Preços de mercado	3	34	89	96,1
Preços regulados pelo Estado	0	19	2	1,3
Preços fixados pelo Estado	97	47	9	2,6
PRODUTOS AGRÍCOLAS:				
Preços de mercado	6	40	79	96,5
Preços regulados pelo Estado	2	23	4	1,6
Preços fixados pelo Estado	93	37	17	1,9

Fonte: Comissão Nacional de Reforma e Desenvolvimento e anuários de preços conforme Dougherty e Herd (2005, p. 5, Tabela 1).

A liberalização dos preços, com impactos de inflação e de desorganização econômica, foi um importante objeto de disputa no interior do sistema Partido-Estado, na segunda metade da década de 1980. A inflação avançou com taxas de 6% em 1986, 7,3% em 1987 e 18,5% em 1988. Deng Xiaoping insistiu na liberalização de preços em 1986 e começou, a partir de maio de 1988, a conclamar, publicamente, pela adoção da liberdade dos preços de mercado. O superaquecimento da economia, a inflação e a ameaça de desequilíbrios maiores, em 1988, ao lado dos protestos na praça Tiananmen, em 1989, suscitaram divergências, alinhando, de um lado, os assim chamados reformadores e, de outro, os tidos conservadores. Os primeiros defendiam a regulação da economia pelo mercado e os últimos seriam os defensores da planificação central socializante.

A elaboração econômica de Chen Yun, o mais importante veterano dirigente depois de Deng, era a principal referência para reduzir a liberalização da economia. Para Chen, a economia deveria ser regulada em 80% pelo plano e 20% pelo mercado. Segundo sua metáfora, a economia era um pássaro voando em um espaço livre, o mercado, mas esse último tinha de ser restringido por uma gaiola, o plano.

Com o afastamento de Hu Yaobang da secretaria geral do Partido, e a sua substituição por Zhao Ziyang, que deixou o cargo de primeiro ministro, os tidos conservadores passaram a contar com o novo primeiro-ministro, Li Peng, e com o fortalecimento do chefe da Comissão Estatal de Planificação, Yao Yilin. Em setembro de 1988, o Comitê Central decidiu conter o ritmo das reformas. O governo adotou medidas econômicas austeras e, em 1990, a inflação caiu para 2,1%, enquanto o crescimento da economia "recuou" para 4,1%.

Divulga-se fortemente a ideia de que no final dos anos 1980 os chamados conservadores teriam conseguido "congelar", paralisar as reformas. É verdade que ocorreram disputas, conflitos, dúvidas. O foco de tudo isso estava dirigido para a polêmica do plano *versus* o mercado. É preciso, porém, evitar o exagero, tão geralmente aceito, de interpretar essa polêmica como uma tentativa global e real de reversão das reformas, a partir das iniciativas de alguns importantes dirigentes, entre 1988 e 1991. O exagero é tão universal e tão gritante sobre os fatos desse determinado momento histórico que se caracteriza a viagem de Deng Xiaoping ao sul da China como um novo ponto de viragem, com o relançamento das reformas e a derrota dos chamados conservadores.

A visita de Deng a Shenzen, Xangai e outros centros industriais foi muito importante, inequivocamente, mas não significou inflexão, e sim continuidade e aprofundamento do que já vinha sendo implementado. Nisso tudo há muita fantasmagoria, mas é

essa forma, essa fantasia, que todo mundo quis escrever e registrar. Por essa leitura, a partir da exaltada, última e genial cartada de Deng, as reformas foram "descongeladas" e puderam ser aprofundadas. A imprensa ocidental comemorou bastante essa viagem de Deng e na verdade essa incursão do chefe reformista foi utilizada pelos ocidentais para justificar a superação do esfriamento das relações entre os Estados Unidos e a China, desde a crise da Praça de Tiananmen, em 1989.

Em contraste com a quase lenda unânime do périplo de Deng, é possível recordar alguns fatos que não significaram demonstração de força dos chamados conservadores. Com efeito, nesse período, não se registra a demonstração de medidas contrárias aos mecanismos de funcionamento de uma economia capitalista. Nesse sentido, foi emblemática, como reforço dos típicos mecanismos de mercado, a criação das duas únicas Bolsas de Valores da China (afora a Bolsa de Hong Kong), exatamente nesse suposto período antirreformas. De fato, a Bolsa de Xangai foi aberta em 1990 e a de Shenzen, em 1991. Foi também significativa, politicamente, a eleição, em junho de 1989, de Jiang Zemin, que depois se provou não ter nenhum compromisso com a reversão das reformas, para a secretaria geral do Partido Comunista Chinês.

O 8º Plano Quinquenal, lançado em dezembro de 1990, não continha nenhuma mudança da rota orientada para o mercado. Não se cogitou nenhuma política de ataque aos interesses já criados. Esses interesses já estavam cristalizados através da disseminação das empresas de municípios e aldeias, da autonomia dos diretores das empresas, da expansão do papel político dos secretários do Partido nas províncias e do fortalecimento dos governos locais, sempre envolvidos em negócios, contratos, *joint-ventures* e atração de investimentos, no sentido da expansão da atividade econômica privada.

Na verdade, as dúvidas das lideranças chinesas, entre 1989 e 1991, se deveram aos problemas da economia, sobretudo à inflação,

aos protestos de Tiananmen e aos receios advindos da queda do Leste Europeu e, depois, da União Soviética. As lutas internas no PCC se prendiam aos efeitos futuros das reformas em termos de socialismo (na versão chinesa) e capitalismo, especialmente com a repercussão da crise do socialismo real no mundo. A partir daí, surgiam certos conflitos, mas havia na direção do PCC uma unidade básica, consenso, sobre a inevitabilidade das reformas em favor do mercado e do setor privado, em maior ou menor grau, sem prejuízo da regulação estatal. Discutia-se sobre as dimensões da liberalização. Justificava-se que o mercado é apenas um instrumento, um meio, para servir ao socialismo chinês, assim como serve ao capitalismo. Argumentava-se que o socialismo, com a preservação do sistema Partido-Estado, seria compatível com a economia regulada pelo mercado. Robert Weil (1999, p. 1-2) chamava a atenção de que o próprio Deng Xiaoping teve a habilidade de introduzir mecanismos capitalistas na economia, mantendo algumas características da tradição socialista chinesa, como o núcleo da estrutura produtiva industrial estatizada, perseverando na configuração de um modelo misto.

É difícil caracterizar uma política monetária contracionista para combate a inflação, segundo um receituário tradicional, como uma prova de tentativa de reversão das reformas pró-mercado. Isso não tinha o propósito de se constituir em um ataque aos florescentes negócios privados da região costeira, já habituados e alimentados com abundante oferta de créditos oficiais. Ainda dentro do objetivo anti-inflacionário, algumas medidas provisórias e tímidas de certa centralização de recursos orçamentários foram adotadas pelo governo central, apenas conjunturalmente, a fim de reduzir os impactos de novos investimentos, novas atividades, impulsionados pelos governos locais. Os momentâneos controles de preços não eram duradouros, não impediriam a retomada, posteriormente, da liberalização dos preços. Em 2006, 90% dos produtos industriais

e 80% dos bens da agricultura já contavam com preços livres de mercado. (HUCHET, 2006, p. 10)

Por fim, sobre esse pretenso embate entre as correntes da "planificação" e do mercado, pode-se registrar que Deng Xiaoping morreu em fevereiro de 1997, mas no final desse mesmo ano, os principais líderes veteranos da ala chamada conservadora, Chen Yun, Pheng Zhen, Wang Zhen e Li Xiannian, já estavam mortos. Deng deixou herdeiros, como Jiang Zemin – presidente da República, secretário-geral do PCC e presidente da Comissão Militar –, que aprofundaram as reformas "liberalizantes", enquanto Chen Yun não teve sucessor algum.

Conciliação com a tese do Estado mínimo

A administração estatal direta do conjunto da economia recuou tremendamente na comparação com o período maoísta. A despeito disso, o Estado continua tendo um grande peso na estrutura produtiva e no sistema financeiro da China, mantendo importante regulação da atividade econômica. Todavia, o Estado mudou radicalmente sua finalidade e sua forma de intervenção, com o abandono da planificação econômica baseada em princípios organizacionais coletivistas e de sentido socializante.

O mercado tornou-se um regulador importante da economia. A gestão pública começou a deslizar gradativamente para meios indiretos, como as políticas macroeconômicas convencionais para o gerenciamento da taxa de juros, tributação, taxas de câmbio. A mudança decisiva foi, posteriormente, a separação entre propriedade estatal e gestão das empresas, estabelecendo-se a autonomia empresarial ajustada aos ditames do mercado. Surgiu um novo centro de poder decisório na economia, a partir da liberdade gerencial das empresas. Cristalizou-se o poder de decisão dos múltiplos capitais privados, desde os negócios da diáspora chinesa às multinacionais.

Ademais, até mesmo, essa gestão macroeconômica convencional é cada vez mais restringida pelo tipo de descentralização implementado, com os governos locais fortemente imbricados com a corrida de novos negócios. Nesse sentido, ampliou-se, significativamente, a parcela de recursos fiscais dos governos locais e provinciais, que passaram a ter liberdade para decidir seus gastos. A descentralização assumiu uma nova forma, em vez da simples transferência de poderes para governos locais, inaugurando-se uma relação de descentralização do Estado e da planificação em favor das empresas, como os novos e privilegiados centros autônomos de decisão.

As privatizações de parte das empresas estatais são uma decisiva reforma do Estado chinês. Ao longo de todo o período das reformas econômicas, ocorreu, em paralelo, um movimento de reestruturação do aparelho do Estado, que buscou adaptar o sistema institucional às novas condições políticas, econômicas e sociais. Ao mesmo tempo, isso apareceu, em certa medida, como uma conciliação com a tese liberal do Estado mínimo, embora os dirigentes chineses tenham uma atitude prática, clara, de rejeição a qualquer ideia que assimile o Estado a um mal em si mesmo. Pelos seus atos, a liderança chinesa repudia a ideia de que o Estado, por natureza, é fonte de ineficiência econômica, privilégios, corrupção e autoritarismo. Nessa nova adaptação institucional, o Estado assumiu a forte regulação da economia agora mista.

Desde o início das reformas, o momento de maior esvaziamento das estruturas anteriores do Estado chinês ocorreu em 1988, envolvendo os âmbitos nacional, provincial e local. É significativo que esse golpe contra o aparelho do Estado tenha antecedido as manifestações da Praça Tiananmen (em 1989), quando um dos motivos iniciais da deflagração dos protestos foi a denúncia da corrupção, que grassava entre os funcionários da máquina estatal condutora das reformas liberalizantes desde 1979. Ou seja, pairava no ar um desgaste de alguns aspectos da formação do Estado dentro do

curso das reformas econômicas. E isso expressava-se, na superfície da vida política, como discussões sobre extinção de órgãos estatais ou protestos sociais.

No ano de 1988, a reforma do aparelho do Estado redundou na eliminação de cerca de 4 milhões de postos de trabalho na máquina pública. (RODRÍGUEZ, 2005, p. 18) Os ministérios e comissões no governo central passaram de 40, em 1983, para 29, em 1989. Na nova estrutura, a área de controle macroeconômico reunia o Ministério da Fazenda, o Banco Popular da China (Banco Central), a Comissão Estatal de Planificação e Desenvolvimento e a Comissão Estatal de Economia e Comércio. A área de gestão econômica contava com os ministérios dos Transportes Ferroviários; das Comunicações; da Construção; da Agricultura; da Conservação da Água; do Comércio Exterior e Cooperação Econômica; e da Informação (fusão dos ministérios dos Correios e Telecomunicações e da Indústria Eletrônica); além da Comissão de Ciência, Tecnologia e Indústria de Defesa. A área de administração agregava os ministérios da Educação; Ciência e Tecnologia; Cultura; Trabalho e Seguridade Social; Recursos Naturais. Os demais 12 ministérios compunham a área de assuntos de governo e de Estado.

Conforme Sheying Chen (2002, p. 211), o Congresso do Povo, também chamado Assembleia Nacional Popular (ANP), em sua 9ª sessão, reunida em 1998, aprovou o fim de importantíssimos departamentos econômicos, em resposta a uma certa aproximação com uma visão – liberal, acrescente-se – de "pequeno governo, grande sociedade". Esse autor chama a atenção para a importância do esvaziamento econômico do Estado, através da desresponsabilização das unidades de trabalho (empresas estatais), em relação à seguridade social (habitação, assistência à saúde, educação) e à influência na vida da comunidade (repressão à criminalidade, controle de nascimento etc.).

A estrutura do Conselho de Estado contava com comissões centrais que desempenhavam um importante papel de articulação dos diversos ministérios, ajudando a formular propostas mais globais para a política, planificação e gestão da economia e da administração na China. Mas, com as transformações econômicas do mercado e da propriedade privada, tudo isso foi perdendo sentido, substância, efetividade. Então, em março de 2003, já no curso do cumprimento da liberalização imposta sobre a China pelo acordo com a Organização Mundial do Comércio (OMC), foi extinta a Comissão de Economia e Comércio. E, muito mais significativamente, a Comissão de Planificação e Desenvolvimento foi eliminada e substituída por uma estrutura voltada para comandar a continuidade das reformas em favor do mercado e, por conseguinte, da incorporação dos capitais privados. Essa instituição foi chamada de Comissão da Reforma e Desenvolvimento. Afirmou-se organicamente, no interior do aparelho do Estado chinês, a troca da planificação socializante pelo reforma pró-mercado. Ademais, na linguagem dos dirigentes chineses, a orientação e planificação socializantes da economia passaram a ser substituídas, cada vez mais, pelo que eles chamam de "controle macroeconômico", baseando-se nas fórmulas convencionais de política econômica, sob pressão conflituosa de keynesianos, liberais e desenvolvimentistas.

As Unidades de Serviço Público (USP – *shiye danwei*) são instituições públicas incumbidas de tarefas nas áreas de educação, ciência e tecnologia, cultura e saúde na China. Conta-se com uma grande diversidade de estrutura, financiamento e serviços entre as USPs nas diversas partes do país. Já foram feitas reformas em favor de maior autonomia das USPs para sua administração, para a busca de receitas fora das provisões orçamentárias governamentais e para fomentar maior concorrência no mercado de trabalho, reconhece a OCDE (2005, p. 90). É claro que, na ótica liberal, qualquer seguridade social gera acomodação dos trabalhadores,

minimizando a concorrência entre eles por vagas no mercado de trabalho. A OCDE quer mais:

> De fato, no quadro da passagem da economia planificada para a economia de mercado, a reforma das USPs está *no coração da redefinição do tamanho e do papel da Administração na economia*, bem como na definição de seu [das USPs] modo de funcionamento e mecanismos de financiamento. (OCDE, 2005, p. 90, grifo do autor)

Portanto, as reformas pretenderam, na China, transformar algumas USPs em empresas e reestruturar outras, diminuindo ainda mais as obrigações sociais do Estado.

As reformas liberalizantes, inclusive a privatização, que antecederam o acordo com a Organização Mundial do Comércio, em 2001, e que prosseguem, significam uma mudança profunda, em diversos âmbitos do Estado. Assim, cabe destacar que, em função do acesso à OMC, o Estado chinês revolveu significativamente toda sua estruturação legal formal, com a emenda, modificação e revogação de três mil leis e regulamentos, como reconheceu Hanqin Xue (2005, p. 138), embaixador da China na Holanda. O propósito dessa reviravolta na legislação do país é a busca da adaptação institucional às condições requeridas para a obtenção do *status* de economia de mercado, como desejava a liderança chinesa em razão da sua filiação à OMC, no contexto da crescente dependência e integração vantajosas da China no mercado mundial.

CAPÍTULO III

Descoletivização no campo

Originalmente, em contextos bastante diversos, registraram-se alguns escassos casos de formas de contratação de produção e trabalho de camponeses em 1956, em áreas remotas nas províncias de Anhui, Sichuan, Shanxi e Zhejiang, e no período de 1962 a 1965. Na reforma do final da década de 1970, a terra mantinha-se, formalmente, como propriedade coletiva, em sua maioria, mas a sua posse, atualmente por prazo mínimo de 30 anos, e o seu usufruto passaram a ser assegurados às unidades familiares. O governo da aldeia ou o comitê da aldeia não podem vender ou alugar a terra. Inexiste clareza sobre quem representa a coletividade com poderes legais sobre a terra: se são as unidades familiares, camponeses individuais, comitê de aldeia ou governos locais. (SARGESON, 2004, p. 638) Mas, crescentemente, esses poderes legais sobre a posse e transferência da terra foram sendo concentrados na década de 2000 em cada família individualmente. Em setembro de 2017, o Ministério da Terra e dos Recursos decidiu prorrogar o Programa

Piloto de Reforma Fundiária Rural até o fim de 2018. O objetivo desse programa, iniciado em 2015, é estabelecer a experiência legal e prática de constituição formal e clara do mercado de terras, com a compra e venda dos direitos dos camponeses sobre o uso do solo. (REUTERS, 2017)

Nas aldeias menores, o *xiaozu*, grupo formado por 30 a 40 famílias, responde pela coletividade, redistribuindo as terras, a cada três ou cinco anos, considerando os casamentos, nascimentos ou mortes. De qualquer sorte, a família pode renovar seu direito de posse indefinidamente, pode legar a sua parcela de terra para seus herdeiros e pode ceder essa posse para outra família. Tudo isso mostra que se tratou, na verdade, de uma reforma agrária, com a efetiva distribuição de terras para o controle de cada unidade familiar camponesa. As famílias, sob contrato, passaram a ter uma margem de liberdade para escolher as culturas e comercializar parte da produção. Em 1983, foi concluído o processo de desmantelamento das comunas populares. A nova forma de exploração agrícola alastrou-se, cada vez mais, generalizando-se em todo o país, e alcançou 95% das famílias camponesas em 1984.

Preços altos subsidiados

Politicamente, era mais importante começar as reformas pelo campo. Aí, a maioria da população chinesa defrontava-se ainda com grandes dificuldades de vida. O atraso na agricultura era visível em um quadro estrutural de grande população com pouca área agricultável. Foi na área rural que a estratégia maoísta impulsionou o sistema organizacional das comunas populares, exaltando o igualitarismo. Portanto, se era para distinguir-se do maoísmo, tinha que começar pela descoletivização no campo. O sucesso da reforma na agricultura empurraria a sociedade a aderir ao conjunto das reformas, como lembrou Ajit Singh (1994, p. 668).

Mas era preciso distribuir ganhos para incentivar os agricultores, favorecendo a reforma. Por isso, o Estado decidiu garantir, com recursos orçamentários, o êxito desse tipo especial de liberalização da agricultura. Entre 1979 e 1981, o governo aumentou os preços dos produtos comprados dos camponeses em 40%. (LEMOINE, 2006, p. 20) Na primavera de 1979, o governo elevou em 20% os preços dos grãos da cota obrigatória a ser entregue pelos camponeses ao Estado e em 50% os preços da produção excedente, destinada ao mercado. Fez mais: para evitar o aumento dos preços de consumo, assumiu os encargos de subsídios, a fim de manter em níveis baixos os preços ao consumidor.

A partir das decisões de dezembro de 1978, os produtos industriais fornecidos à agricultura foram rebaixados de 10% a 15%. (POMAR, 1987, p. 187) Estabeleceu-se uma relação de troca entre os preços dos produtos das empresas estatais, na cidade, e os preços dos bens agrícolas, em favor da renda das famílias camponesas. Reconheça-se que com essas condições especiais, despojando-se do mito dos poderes maravilhosos dos mecanismos capitalistas, a produção agrícola multiplicou-se. Já em 1979, muito antes, portanto, da liberalização completa dos mercados agrícolas, a safra de cereais cresceu para 332 milhões de toneladas contra 304 no ano anterior. Acrescente-se que, no período de 1979 a 1984, o crescimento da produção beneficiou-se de condições climáticas, em geral, muito favoráveis – o exato avesso do clima quando do Grande Salto à Frente. Nessa nova fase da agricultura, houve um uso mais intensivo de adubos, energia elétrica e outros insumos. (SINGH, 1994, p. 668)

A fama e o sucesso dessa mudança na agricultura foram atribuídos a quê? À iniciativa, aos incentivos, ao individualismo, ao empreendedorismo, ao mercado, à liberalização, enquanto a coletivização foi execrada. A conta da “generosidade estatal” apareceu no início dos anos 1980, na forma de crescente déficit fiscal,

já que os subsídios à agricultura comprometiam cerca de 25% do orçamento nacional. Na contracorrente interpretativa, Martin Hart-Landsberg e Paul Burkett (2004, p. 35-36) afirmam que, nesse primeiro estágio das reformas, o grande salto na produção agrícola, em vez de ser um resultado da descoletivização e do mercado, deveu-se aos efeitos dos ganhos decorrentes dos aumentos de preços de grãos deliberados pelo governo.

Cumprida a tarefa de "demonstrar" a superioridade do início da liberalização, era preciso ir adiante. Tratava-se de avançar na criação dos mercados livres. Dessa forma, em 1982, foi quebrado o monopólio estatal sobre a comercialização dos cereais. E, em 1985, avançou-se decisivamente na obra de liquidação da planificação estatal na agricultura, com um passo fundamental, ou seja, a liberalização das trocas de quase todos os produtos agrícolas. A alocação dos recursos na produção agrícola passou a depender das flutuações do mercado, a despeito das intervenções públicas, sobretudo a política agrícola relativa a alimentos básicos.

Não obstante as loas cantadas aos ganhos de eficiência da liberalização, deve-se observar que a maior abertura mercantil da agricultura, na segunda metade dos anos 1980, coincidiu com uma diminuição na taxa de crescimento da produção agrícola, que foi de 7% ao ano, entre 1979 e 1984, mas registrou 4,5% ao ano, no período de 1985 até 1990. Em 2004, a liberalização total do comércio agrícola derrubou os últimos pedaços do controle estatal. O Estado decidiu suprimir o que ainda restava de cotas (de vendas de produtos a determinados órgãos públicos) e os remanescentes preços administrados.

As reformas no campo e ainda a repercussão das reformas gerais e do crescimento econômico acelerado transformaram, profundamente, a paisagem rural chinesa. A agricultura recuou sua participação no PIB de 39%, em 1978, para 18%, em 1996, e 15%, em 2004. (WING, 1999, p. 8-15; OCDE, 2005, p. 533) Nesses anos, a agricultura

ocupava, respectivamente, 71%, 51% e mais de 40% da força de trabalho do país. A renda real *per capita* no campo elevou-se em 9,6%, enquanto nas cidades o correspondente aumento foi de 6,3%, entre 1980 e 1989. (SINGH, 1994, p. 664) O governo Xi Jinping estabeleceu a meta de reduzir a ocupação agrícola na força de trabalho total de 38% em 2010 para 11,6% em 2030, no quadro da desejada moderna produção agrícola ao lado da política de urbanização acelerada.

Além do cumprimento das tarefas básicas da segurança do abastecimento para sua imensa população, sem excluir as necessárias importações, a China, no período de 2000 a 2002, realizou exportações agrícolas líquidas de 3 a 4 bilhões de dólares. Para Claude Aubert (1996, p. 525), processava-se "uma verdadeira revolução nas produções agrícolas e na estrutura do consumo alimentar". As transformações na área rural atingiram a estrutura produtiva amplamente. Nesse sentido, a partir da herança da industrialização rural da estratégia maoísta surgiram, no período das reformas, as empresas de municípios e aldeias, que desempenhariam importante papel na produção, emprego e, posteriormente, exportação.

A persistente desigualdade de produtividade na agricultura entre as regiões da China tem entre seus fatores explicativos a maior ou menor influência do passado coletivista de comunas populares. Onde, no período maoísta, houve mais avanço da coletivização, há, hoje, no tempo das reformas, maior crescimento da produtividade agrícola. Assim, Zhun Xu (2017, p. 290) avalia que:

> Este legado coletivista não apenas inclui a infraestrutura construída na era coletivista, mas também conta com componentes imateriais como alfabetização, solidariedade e propensão ao aprendizado produtivo e tecnológico. Estes aspectos interagem frequentemente. Por exemplo, a massiva infraestrutura construída pelas coletividades consistiu não apenas de

um número de projetos de construção; foi também um processo de mobilização, organização e de gerenciamento. Ao mesmo tempo, melhorias na educação e saúde foram apoiadas pelo caráter coletivo das instituições e da produção. Em essência, o conceito de legado coletivista que estamos propondo aqui se refere aos efeitos residuais tanto das forças produtivas quanto das relações sociais de produção na era das comunas populares. Uma comunidade com mais legado coletivista terá, entre outros benefícios, melhores condições para aumentar sua produtividade na agricultura.

Problemas sociais e ambientais no campo

A reestruturação rápida e extensa do campo na China resultou em aldeias esvaziadas, constatam Hualou e colaboradores (2012, p. 12). Sob o impacto das aceleradas industrialização e urbanização, as populações das aldeias rurais têm abandonado suas casas. A reestruturação rural chinesa combinou em pouco tempo, a partir das reformas desde 1979, duas mudanças profundas vividas pela Europa. Primeiro, durante a primeira metade do século XX, os europeus promoveram o aumento da urbanização e queda do emprego na agricultura. Depois, a Europa contemporânea, nas últimas décadas, com a globalização, os recursos e a cultura no campo foram submetidos aos imperativos do mundo das mercadorias e a produção rural vinculou-se ainda mais fortemente às redes e mercados internacionais.

Não obstante todas as grandes mudanças, as zonas rurais ainda concentram quase metade da população do país, e há uma crise latente no campo. Desde a segunda metade dos anos 1980, exatamente em paralelo com a liberalização do mercado de produtos

agrícolas, começou a perder força a marcha da convergência de renda entre a cidade e o campo. Desde a década de 1990, a renda real dos camponeses estagnou-se, instaurando-se uma crescente divergência entre a renda na cidade e no campo. A maior parte da renda dos camponeses, hoje, vem de atividades não agrícolas e dos migrantes para as cidades. Voltou a aumentar o fosso entre o nível de vida nas cidades e no campo, como revela a comparação entre as despesas de consumo urbanas e rurais, que caíram da razão de 3,2/1, em 1978, para 2,3/1, em 1985, mas tornou a aumentar para 3,3/1, segundo o cálculo com a base de *yuans* constantes em 1995. (HUALOU et al., p. 532) Entretanto, a desigualdade de renda entre o campo e a cidade começou a declinar entre 2010 e 2011, o que tem levado alguns autores a falar em um ponto Lewis de inflexão. Falam do início do esgotamento da oferta ilimitada e de baixa produtividade da mão de obra do campo, em referência às conhecidas análises de Arthur Lewis sobre o mercado de trabalho em uma economia subdesenvolvida. Assim, discute-se sobre o processo gradual de aumento dos salários na China. Contudo, ainda o principal e decisivo fator por melhoria da renda das famílias camponesas continua sendo as remessas recebidas de seus parentes que são trabalhadores migrantes nas cidades. (STOBER, 2016, p. 8)

Li Dasheng, John Davis e Liming Wang definem o que seria a sustentabilidade da agricultura, no caso chinês, como um processo viável de combinação de oferta de produtos para as necessidades de alimentação e vestuário da população, melhoria dos recursos naturais e garantia de razoável renda para os camponeses. (LI; DAVIS; LIMING, 1998, p. 214-5) Esses autores reconhecem que, nas atuais circunstâncias, a sustentabilidade é um grande e difícil desafio na China, que é o país mais populoso do mundo, possui recursos naturais limitados e adota uma estratégia econômica centrada na rápida industrialização. No futuro poderá surgir dúvidas sobre a capacidade da China prover alimentos para seu

povo, conforme os critérios de segurança alimentar. O crescimento esperado da população e da renda *per capita*, até 2030, representará um aumento preocupante da demanda sobre os produtos da agricultura. Contudo, a produção agrícola da China, globalmente, tem aumentado, e desde meados da década de 2000 as exportações totais de alimentos superam as importações. As importações líquidas são concentradas em oleaginosas, como a soja comprada, por exemplo, dos Estados Unidos e do Brasil. As colheitas de grãos aumentaram anualmente em 1,9% em média entre 1978 e 2014. (JIKUN; GUOLEI, 2017, p. 120) As preocupações com a segurança alimentar têm aumentado em paralelo com o crescimento da demanda de alimentos e os problemas ambientais no campo. A fabulosa quantidade de 640 milhões de toneladas de grãos é prevista como necessária para a população de 1,6 bilhões em 2030 na China. (WEI; ZE; XIANGZHENG, 2016, p. 563)

A combinação entre recursos limitados, rápido crescimento econômico e degradação ambiental já tem implicações muito importantes na China, como observam Li, Davis e Liming (1998, p. 216-217), com os dados a seguir apresentados. A China tinha apenas 94,97 milhões de hectares de área cultivada, estabelecendo-se uma relação de 0,078 hectares por pessoa, em 1995. Essa baixa relação, que está diminuindo ainda mais, representava apenas 33% da média mundial, 17% da dos países desenvolvidos e 45% da dos países em desenvolvimento. No mundo, a área agricultável cresce, diferentemente da China. Esse país defronta-se com escassez de água para a agricultura, enquanto aumenta seu uso para a indústria e residências. A China contava com 2.800 km^3 de recursos de água doce, o que representava apenas 2.470 m^3 por pessoa, enquanto a média global era de 7.690 m^3. O desflorestamento e a expansão da pecuária, entre outros fatores, têm resultado em erosão do solo. Os 13,5% de terras erodidas, em 1985, passaram para 17%, em 1991. Amplia-se a salinização do solo. Dos 30 milhões de hectares

atingidos por inundações e secas, no início da década de 1980, passou-se a 40 milhões de hectares prejudicados, com grandes perdas de colheitas, entre 1985 e 1990. A poluição química resulta na chuva ácida e contaminação de água e solo. No ano de 2005, assistiu-se a alguns acidentes extremamente graves, do ponto de vista ambiental, com o descarte de imensa quantidade de produtos químicos em águas de importantes rios na China.

A contaminação das plantações de arroz com cádmio, um metal cancerígeno, tem alcançado grande escala no sudeste da China. Em 2016, Yuanan Hu, Hefa Cheng e Shu Tao (YUANAN; HEFA; SHU, 2016, p. 516-517) denunciavam:

> O rápido desenvolvimento industrial e a insuficiente proteção ambiental durante as últimas três décadas resultaram em extensa poluição por metais pesados na China, particularmente em áreas vizinhas à mineração e indústria metalúrgica [...].

A contaminação ainda conta com a irrigação agrícola com água descartada pela indústria. Esses autores relatam que o cádmio e o chumbo já contaminam 20 milhões de hectares de solo cultivado na China. Isso representa 20% de toda a área agricultável do país. Mais de 13 milhões de hectares foram contaminados por cádmio.

Tendência à desresponsabilização do Estado

Do ponto de vista liberal, levanta-se uma queixa exagerada sobre a nova forma de intervenção estatal remanescente na China sobre a agricultura. Assim, segundo um estudo da OCDE (2005, p. 541-546), recomenda-se que o papel do Estado deveria limitar-se a criar um contexto favorável e harmonizar as regras para as livres decisões dos agricultores e empresas agrícolas, para o funcionamento

dos mercados, em conformidade com o sistema de incentivos baseados na autodisciplina dos agentes econômicos.

No entanto, observando de perto o quadro institucional descrito pelo próprio estudo da OCDE, não se vê na China um grande contraste com a governança pública na agricultura nos mais diversos países no mundo. O sistema chinês de administração de grãos, em 2004, era constituído da seguinte maneira (OCDE, 2005, p. 541-542): i) A Comissão Estatal para o Desenvolvimento e a Reforma (CEDR), através da Administração Nacional de Grãos, formulava a orientação sobre as compras, distribuição, estoques de reservas, preços mínimos. Os governos provinciais supervisionavam o equilíbrio entre a oferta e a demanda; ii) O Ministério da Agricultura propunha medidas sobre a produção dos grãos, inclusive reorganização das culturas; iii) A CEDR cuidava de planos de importação e exportação de grãos. O Ministério do Comércio ocupava-se das negociações comerciais. Havia um departamento comercial para cereais, óleos e produtos alimentares. O Ministério da Agricultura elaborava as propostas relativas à importação e exportação de sementes e impostos de importação; iv) O Banco de Desenvolvimento Agrícola da China (BDAC) emprestava fundos para compra, estocagem e comercialização dos grãos; v) A Administração Nacional de Grãos ocupava-se da qualidade e inspeção dos grãos e cooperava com a vigilância sanitária das importações e exportações dos grãos; e vi) O Ministério da Agricultura cuidava de adubos químicos, pesticidas e sementes e das normas para a mecanização agrícola.

Protestou-se, nesse estudo da OCDE (2005), contra a participação de muitos ministérios (pelo menos 14) e órgãos, um vasto aparato estatal, com diversos níveis de interferência na política agrícola. Todavia, nesse mesmo estudo reconheceu-se que a maior parte desse aparato seria desmantelada na China. (OCDE, 2005, p. 543) Reconheceu-se, também, que os objetivos e os planos foram colocados em segundo plano, pela primazia das decisões

descentralizadas, via mercado, na produção agrícola chinesa. Dever-se-ia reconhecer, ainda, que esse arranjo institucional do governo chinês, inclusive a definição de funções e competências, tem restrita incidência prática, no sentido de contrariar a liberdade de decisão dos diversos segmentos privados envolvidos com os negócios na agricultura chinesa. Ao que parece, no Estado chinês há uma insuficiência de um "sistema eficaz de regulação dos preços e das produções agrícolas". (LEMOINE, 2006, p. 21)

Assim, na verdade, o problema não é a excessiva presença estatal. De fato, constatam-se alguns casos de descompromisso do Estado em certas áreas, causando sérios problemas. Algumas situações de desengajamento do Estado, por razões orçamentárias ou liberalizantes, criam certa degradação das obras de infraestrutura hidráulica nas aldeias. Os governos locais aumentaram os impostos pagos pelos camponeses, mas essas instâncias governamentais não têm conseguido responder às necessidades das infraestruturas agrícolas (e, além disso, os serviços sociais nas aldeias). O mercado, por si mesmo, não provê as obras para proteger a população e a agricultura das calamidades naturais. O próprio ministro dessa área, Yang Zhenhuai, denunciou, em 1988, que um terço das obras hidráulicas se deterioravam, ameaçando a população; 500 mil hectares de irrigação se perderam em um ano; canais e reservatórios se degradavam; e a província de Anhui já tinha 70% de poços abandonados. (AUBERT, 1991, p. 526)

Ao mesmo tempo, entretanto, há aspectos importantes da ação governamental no campo com impacto positivo sobre a modernização da produção agrícola. Assim, o governo tem adotado políticas tecnológicas no campo e o investimento em pesquisa na agricultura cresceu em média 8% ao ano de 1999 a 2008. (WEI; ZE; XIANGZHENG, 2016, p. 570)

A cantilena dos direitos de propriedade

No interior do sistema Partido-Estado, há sempre uma disputa entre os assim chamados "reformadores" (pró-mercado, setor privado) e os ditos "conservadores" (pró-Estado, menos capital privado, sobretudo estrangeiro). A propriedade da terra não escapa dessas disputas. Presencia-se a adoção de novas leis e um permanente processo de discussão no governo sobre os direitos de propriedade no campo. Organismos internacionais e economistas liberais pressionam pela criação de um autêntico mercado de terras. Protesta-se contra a fragmentação da terra em parcelas de até meio hectare, que implica em impossibilidade de racionalizar as explorações e obter economias de escala. Critica-se a extrema lentidão no processo, chamado natural, de concentração de recursos e terras em poucas mãos. Argumenta-se que o direito coletivo de redistribuir a terra gera incerteza sobre a manutenção dessa posse, no futuro, e, por isso, a insegurança desestimula os investimentos. (OCDE, 2005, p. 545)

A Constituição da China foi emendada, reconhecendo-se a legitimidade e inviolabilidade da propriedade privada. No país, a terra é o único e restante meio de produção que ainda é objeto de uma certa resistência social à privatização estrita e absoluta. O pressuposto dos reformadores liberais é de que a formalização dos direitos de propriedade privada dos camponeses e das empresas agrícolas e o mecanismo de livre venda e compra de terra resultarão em elevação da eficiência econômica na agricultura. Acena-se com muitas promessas, especulando-se que esses direitos de propriedade privada da terra deverão gerar: capitalização para os camponeses e empresários; segurança e incentivos para os proprietários aproveitarem as oportunidades mais racionais; ganhos de produtividade; contenção da atual degradação do nível de vida nas aldeias; constituição de grandes e modernas empresas agrícolas,

com escala e preços para competir internacionalmente; e emprego de novas tecnologias na agricultura.

Expõe-se um ponto de vista simplista no sentido de que as mudanças no mundo rural deverão estar em consonância com a "natural evolução" da sociedade no processo de industrialização e urbanização. Portanto, o campo e a sua população camponesa não poderão manter-se como o eixo da nova sociedade chinesa. Em vez de um simples processo de urbanização na sociedade chinesa, as formas de que se reveste a crescente migração do campo para a cidade atestam uma desestruturação social, desde a dissolução das comunas, empanando o tão reiterado sucesso econômico e social no campo.

A natureza regressiva das reformas no campo é criticada, globalmente, por Sally Sargesson (2004). Ela denuncia a ameaça da privatização e mercantilização da terra como uma forma de despojamento dos camponeses, expulsando-os da sua terra, transformando-os em proletários. O baixo custo da mão de obra, a partir dos fluxos do campo, é um aspecto que a indústria e demais setores, nas cidades, na China, não querem abrir mão. Alega-se que a formalização completa da propriedade privada da exploração agrícola poderia eximir o Estado de qualquer responsabilidade, pelos efeitos tanto da continuidade de alguns aspectos de liberalização e internacionalização da agricultura chinesa, sobretudo com a queda das tarifas decorrentes da adesão à Organização Mundial do Comércio, quanto das flutuações e especulações nos mercados agrícolas no mundo. Cada proprietário ou empresa agrícola teria que assumir tais efeitos adversos.

Avança uma onda de transações ilegais de terra. Ilegalmente ou com tramitação legal, crescem as expropriações de camponeses, inclusive pela ação de governos locais, registrando-se, em 2002, uma quantidade de terra perdida que era o dobro em comparação com o ano anterior. A lei sobre contratação de terras rurais (Rural

Land Contracting Law – RLCL) promulgada em 2003, e as suas regulamentações, favoreceram a contratação individual, em vez da unidade familiar, para a posse e exploração da terra. Essa legislação lançou as bases para a evolução no rumo de um certo mercado dos direitos individuais de uso do solo, contribuindo ainda mais para a criação de camponeses despossuídos. Já ressurgiram os camponeses sem terra na China, havendo 35 milhões deles em 2003. Até 2013, contavam-se 50 milhões que tinham sido deslocados da terra agrícola, inclusive para satisfazer as diversas necessidades da urbanização rápida, recebendo irrisórios pagamentos pela perda do direito de uso do solo. (YING; WANYI; WEI, 2014, p. 2)

Formalmente, a terra continua como propriedade do Estado. Contudo, já na reforma de 1984, estabeleceu-se a permissão para alugar a terra, obtida por meio de concessão dos poderes públicos. A partir daí, "[U]m mercado de aluguel de terra se desenvolveu, mas os arranjos de locação entre os camponeses têm, geralmente, um caráter informal e provisório", segundo a análise da OCDE (2005, p. 543). O uso da terra tornou-se objeto de transações de mercado, através de compra e venda, arrendamento e hipotecas. (HART-LANDSBERG; BURKETT, 2005, p. 609) Com as mudanças já implementadas, Sargeson (2004, p. 651) avalia que, ao adotar formas tendentes à privatização e individualização da propriedade da terra, o Estado lavaria as mãos dos resultados inevitáveis de despojamento dos camponeses. O governo central se isentaria perante a atitude dos próprios camponeses, obrigados individualmente, em meio às mais diversas privações, a alienar seus próprios direitos de propriedade de sua parcela de terra.

CAPÍTULO IV

Liberalização do mercado de trabalho

E criou-se o mercado de trabalho! E a criatura, como se sabe, é o cerne do capitalismo. A China, então, foi virada de ponta-cabeça, com a reforma da regulação estatal do trabalho. Foi construído o caráter de mercadoria da força de trabalho, a despeito de suas características especiais. As reformas tornaram a força de trabalho chinesa, plenamente, uma mercadoria que, com os capitalistas consumindo seu valor de uso, gera um valor maior do que o seu próprio (da força de trabalho) valor. A reinvenção do mercado e da propriedade privada na China não é uma simples volta à mítica economia de mercado smithiana da China de séculos antes das guerras do ópio, conforme a impressionante imaginação e o desejo de Giovanni Arrighi (2008). Mercado e propriedade privada, criaturas sociais contemporâneas, engendram, na China, gradual e inevitavelmente: o fetichismo da mercadoria, as relações "pelas costas dos produtores", a caracterização do trabalho como uma propriedade da mercadoria e como algo estranho aos

trabalhadores, a alienação do trabalho, a exploração do trabalho pelo capital, a teleologia absoluta do lucro. Institucionalizou-se, na China contemporânea, a assimetria estrutural, tipicamente capitalista, entre a demanda e a oferta da força de trabalho, com a concorrência aberta entre os trabalhadores e com a insegurança social da sobrevivência, disciplinadora, diante da necessidade de preservação do emprego.

As reformas liberalizantes criaram certas características de exploração dos trabalhadores chineses, que guardam alguma semelhança com outros processos de desenvolvimento capitalista. Além disso, o contexto do neoliberalismo no mundo e a queda do socialismo real na União Soviética favoreceram o apelo a velhas e novas torpezas contra os trabalhadores. Internacionalmente, na década de 2010, no cortejo da sucessão de novas fases da crise do sistema capitalista, recrudesceu o ataque ao trabalho, com retrocessos nos direitos trabalhistas e previdenciários, a exemplo dos episódios na Grécia e Espanha até as reformas legais, a partir de 2015, na França e no Brasil. Foi retomada a importância da extração da mais-valia absoluta no mundo, a despeito dos revolucionários avanços tecnológicos no processo de produção, com ameaças pavorosas sobre o emprego no século XXI. Assiste-se à renovada fúria de exploração capitalista, sem as restrições do passado: as lutas do movimento operário, no mundo, por direitos e reformas sociais, de um lado, e a presença da União Soviética e a experiência da grande revolução chinesa, de outro.

A exploração acentuada também ocorre na China, apesar de suas particularidades, embora a economia chinesa desfrute de exuberante modernização econômica e progresso técnico nas últimas décadas. A China industrializa-se, enquanto alguns outros países, sejam os Estados Unidos, seja o Brasil, desindustrializam-se. Se a exploração como fonte do lucro não fosse tão elevada na China não teria havido a vertiginosa e gigantesca expansão do exército ativo

de operários fabris, em contraste com o drástico encolhimento do número de trabalhadores no chão da fábrica nos países centrais.

Guardadas as grandes diferenças das épocas históricas, pode ser feito um paralelo no que concerne à exploração do trabalho em curso na China, com o começo da industrialização na Inglaterra. O que ensina a história? A esse respeito, pode-se tomar em consideração o esclarecimento de Friedrich Engels, mostrando que o contexto do "estágio juvenil de exploração capitalista", na Inglaterra, foi marcado pela exploração sem limite do início da grande indústria. (ENGELS, 197-? ou 198-? d, p. 214) Engels explicou que, posteriormente, no novo estágio econômico, já avançado, as astúcias e pequenos roubos contra os operários já não faziam sentido, porque já se contava com o progresso da grande indústria inglesa e os mercados mais amplos. (ENGELS, 197-? ou 198-? d p. 213) Para a grande empresa, surgiu a necessidade de certa moralidade comercial e de concentrar o seu tempo e atenção em aspectos mais relevantes dos negócios. Só os pequenos fabricantes ainda se atiravam aos tostões, aos truques mesquinhos, para tentar sobreviver. Na etapa produtiva avançada, ocorreram as reformas sociais, como o fim do *truck system* (pagamento do trabalho em produtos) e a aprovação da lei das dez horas. Essas medidas de regulamentação pública do trabalho contrariavam o espírito do liberalismo desenfreado, mas, paralela e paradoxalmente, reforçavam os grandes capitalistas em detrimento dos concorrentes mais frágeis, analisava Engels.

A necessidade de grande número de operários nas maiores empresas levou os mais importantes empresários industriais a prevenir conflitos inúteis e aceitar os sindicatos, observou Engels. Tudo isso estava em conformidade com o movimento de aceleração da concentração do capital e supressão dos concorrentes menores. E depois? E agora? No "capitalismo juvenil" em países periféricos reconhecem-se, como na atual retomada produção capitalista na China, o retorno às torpezas, além da exploração estrutural

da relação social entre capital e trabalho. Isso é demonstrado sobejamente pela vida e trabalho dos migrantes, pelos salários baixos, pelo crescimento da desigualdade de distribuição de renda. Também está associado às precárias condições de vida de grandes massas trabalhadoras, sobretudo camponeses e migrantes trabalhadores chineses, apesar dos reconhecidos avanços da China na redução da assim chamada extrema pobreza.

No período das reformas do Estado e da dominação do capital na China, as mudanças no que diz respeito às relações sociais de produção tornaram-se fundamentais. Era preciso adaptar a organização e a gestão do processo de trabalho ao controle empresarial. Era preciso contar com uma força de trabalho disciplinada, submetida à hierarquia. A autonomia da direção das empresas, reafirmando a divisão do trabalho, seria um ensaio, uma lição de casa, preparando as futuras mudanças na propriedade das empresas para entronizar o controle sobre o trabalho e o produto. As práticas, nos moldes capitalistas, de incentivos monetários, a despeito da predominância dos salários baixos, substituíram os outrora apelos ideológicos socialistas. Embora universalmente tão divulgados e lembrados, os "incentivos monetários" são uma expressão demasiadamente enganosa, como atesta a realidade salarial inferior dos chineses em comparação aos ganhos dos trabalhadores dos países desenvolvidos. Os bônus, as gratificações e os salários por produção foram adotados, desde 1979, nas empresas estatais da China. Implementaram-se fórmulas de intensificação da jornada do trabalho. O trabalho mais intenso ou o aumento da produtividade do trabalho passaram a coexistir com a possibilidade formal do desemprego, que se tornou aceito, assimilado, normal, como um fato da natureza, embora o governo chinês, típica e corretamente, esteja sempre atento e ativo à necessidade e concretização da geração de emprego.

Na Constituição de 1982, proibiu-se o exercício da greve, como uma resposta ou uma prevenção para a resistência dos trabalhadores

diante da liberalização trabalhista. Prosseguem sempre as pressões por mais rodadas de aprofundamento da liberalização da contratação da força de trabalho. A primeira legislação trabalhista abrangente tardou. Só foi aprovada pelo Congresso Nacional do Povo (CNP ou ANP, Assembleia Nacional Popular) em 1994. Para Ying Zhu (1995, p. 37), o processo de aparecimento de diversas formas de propriedade e de organização das empresas gerou, consequentemente, sistemas variados de gerenciamento.[9] Em razão desse movimento de mudanças gerenciais, as relações trabalhistas tornaram-se mais complicadas, diversificadas, o que contribuiu para dificultar a simples e convencional fiscalização da nova legislação trabalhista.

Anteriormente, no âmbito da planificação econômica de tipo socializante, constavam o emprego permanente e, marginalmente, o emprego temporário. Os departamentos de trabalho do estado regulavam o recrutamento, transferências e demissões. As empresas estatais e coletivas garantiam o emprego e assumiam amplas responsabilidades de seguridade social. Todavia, com as reformas, os contratos começaram a substituir o *status* de emprego permanente. Instituiu-se a liberalização do recrutamento e demissões. Estabeleceu-se uma nova e frágil forma de sistema social de seguridade, inclusive para os desempregados e aposentados, diminuindo as obrigações diretas de seguridade social das empresas nos custos de reprodução da força de trabalho.

Gigantesco reservatório de mão de obra no campo

O sistema de registro do domicílio (*hukou*) ainda existe, mas já se encontra bastante modificado e reduzido nas cidades e nas aldeias.

---

9 Os administradores e gerentes contavam 1,2% da força de trabalho, em 1978, e passaram para 3,6%, em 1999. (TO GET rich is glorius., 2002, p. 2002)

Ele ajudava a evitar o êxodo descontrolado para as cidades, impedia a concentração de grandes massas da população com a criação de favelas, como ocorreu nas megalópoles dos países da periferia capitalista, a exemplo do Brasil, México e Índia, com a expulsão dos trabalhadores do campo. (AMIN, 2001) Durante o período maoísta, o registro da moradia e, em especial, a coletivização da agricultura, viabilizaram a estabilidade de uma extensa rede de vilas e aldeias e asseguraram as condições de trabalho, produção e sobrevivência da gigantesca população rural na China.

As cidades simplesmente não comportariam o deslocamento imediato de imensa massa populacional chinesa. Mas, a ala liberal na liderança da China, no curso das reformas, só enxergava e enxerga esse sistema de registro como um obstáculo ao fluxo da mão de obra, prejudicial à constituição de um mercado de trabalho livre e unificado em toda a China. O *hukou* era visto simplesmente como um entrave para o grande objetivo do mercado de trabalho nacional, com a livre circulação da força de trabalho pelas áreas rurais e urbanas. O problema, para os reformistas liberais, não era exatamente a liberdade de movimento do indivíduo, um direito democrático fundamental, mas a mobilidade da força de trabalho. Ignoravam-se as circunstâncias especiais, as características demográficas, os limites e as possibilidades da economia em certo momento da história chinesa. Assim, em contraste ao liberalismo, o *hukou* deveria, na verdade, ser compreendido como uma medida transitória, uma restrição temporária, uma imposição penosa das circunstâncias, um sacrifício provisório do direito de mobilidade do cidadão. Com o *hukou*, as pessoas, é claro, podiam circular no país, mas isso era sacrificado, lamentavelmente, na prática pela fixação legal da residência.

A médio e longo prazo, uma convincente e eficiente política de desconcentração econômica e regional, inclusive com forte e moderna industrialização, favorecendo o desenvolvimento social,

teria sido uma forma mais adequada para incentivar a permanência dessas grandes massas de habitantes em suas regiões, aldeias e vilas, com urbanização sem desestruturação social. O enfrentamento das desigualdades regionais teria desvanecido a necessidade do controle da mobilidade das pessoas. Uma política dessas para a desconcentração econômica e seguridade social, porém, é adversa à lógica da espacialidade da alocação capitalista dos recursos.

Portanto, o desmonte do sistema de registro da moradia (*hukou*) é um avanço democrático e ao mesmo tempo uma reforma para liberalizar, cada vez mais, os fluxos migratórios, sem assegurar – e isso é fundamental – condições satisfatórias de trabalho, de remuneração, de seguridade social e de liberdade política e sindical para a maioria dos milhões de migrantes trabalhadores. Mas, do ponto de vista do interesse do capital, o desmonte do *hukou* não deve ser completo. Nesse sentido, é importante manter uma segmentação no mercado de trabalho, discriminando-se os migrantes. Assim, na segunda década do século XXI, persistem "cerca de 17% da população da China, ou 230 milhões de pessoas, como 'população flutuante', que vive nas cidades mas não possui o registro (*hukou*) local". (LOONEY; RITHMIRE, 2016, p. 2)

Milhões de pessoas saem do campo, temporária ou permanentemente, para buscar qualquer tipo de ocupação na cidade "criando oportunidades para os empregadores do setor privado explorarem a mão-de-obra", afirma Ying (1995, p. 44). O desmonte das anteriores estruturas produtivas socializantes no campo, o desemprego, a pobreza e as privações produziram, no contexto das reformas, a necessidade e a coerção de migração para grandes massas de trabalhadores. São "proletários livres como os pássaros", diria Marx (1988b, p. 253). Assim, como se fosse uma reedição da acumulação primitiva de capital, constituiu-se essa nova classe proletária, com decisiva influência da oferta da mão de obra barata advinda do

campo e demandada pelas fábricas na região costeira, inclusive nas Zonas Econômicas Especiais.

Depois de 1983, cada vez mais, os funcionários do Ministério do Trabalho raramente fiscalizam se os novos contratados nas empresas urbanas possuem o cartão de identidade domiciliar (*hukou*). Mas o trabalhador tem que exibir o cartão de registro de moradia para ter acesso aos serviços públicos. Assim, nas grandes cidades, concentra-se uma grande massa de trabalhadores migrantes, como se fossem clandestinos em seu próprio país. A despeito disso, há a experiência em algumas cidades de concessão de cartão de residência para os migrantes que comprovam o emprego "permanente". Surgiu, ainda, a própria oficialização da venda de *hukou*, pelas autoridades das cidades, desde meados de 1980.

As próprias transformações no sistema produtivo, nas cidades e no campo, conduzem objetivamente à liberação de mão de obra da agricultura. Assim, registra-se que cerca de um 1/3 da força de trabalho rural ocupava-se em atividades não agrícolas no final dos anos 1990. (FLEISHER; YANG, 2003, p. 426) A "corrida pelo lucro" das unidades familiares na exploração agrícola, a dominação das relações de mercado e as demandas resultantes do crescimento global da renda na sociedade forçam, inevitavelmente, a marcha pela mecanização e tecnificação da agricultura com o objetivo de elevar a produtividade. Entre os diversos efeitos desse amplo processo de transformação econômica no país, há obviamente esse problema da liberação de um imenso contingente de mão de obra para as cidades, nas peculiares condições demográficas chinesas. Contudo, o mais contundente golpe de liberação da força de trabalho, a partir do campo, parece que está sendo preparado, conforme os estudos do governo e novas leis, sobre a criação e liberalização completa do mercado de terras, estabelecendo grandes e modernas empresas agrícolas privadas. (SARGESON, 2004)

Phillip Anthony O'Hara (2006, p. 401-402) argumenta que o processo capitalista chinês de criação das classes de trabalhadores assalariados e de capitalistas depende da expansão do mercado de trabalho com os fluxos de migrantes do campo para as cidades. A OCDE (2005, p. 374) estimava um fluxo de pelo menos 10 milhões de pessoas das áreas rurais por ano. O'Hara chama a atenção de que, no ritmo de crescimento econômico de 9% ao ano, o reservatório dos supostos, pelo menos 150 milhões de trabalhadores rurais excedentes, se esgotaria, relativamente, entre 2020 e 2022. O crescimento econômico desacelerou-se, mas mantém em nível ainda elevado. Já na década de 2000 estava ocorrendo um movimento de substituição do trabalho pelo capital, apesar dos baixos salários, lembra o próprio O'Hara. O crescimento dos investimentos, o aumento da produção e o acirramento da concorrência já estariam levando ao aumento da composição orgânica do capital e aos seus efeitos sobre a lucratividade. O crescimento mais rápido da massa de capital, em contraste com a menor expansão da disponibilidade da força de trabalho, já estaria pressionando a taxa de lucro na China, mas a queda relativa do ritmo de crescimento da economia desde 2012 afrouxa essa pressão da demanda por força de trabalho.

Contudo, seguramente, ainda por algum tempo razoável, independentemente de algumas estimativas sobre o futuro do mercado de trabalho chinês nas próximas décadas, as condições do mundo do trabalho continuarão muito desfavoráveis ao conjunto dos trabalhadores, sobretudo os migrantes, em comparação às vantagens usufruídas pelos empresários. As centenas de milhares de empresas estrangeiras, sobretudo de origem também asiática, instaladas na região costeira da China, ao longo do período das reformas, representaram e continuam representando uma atração de trabalhadores migrantes das províncias do Oeste e do Centro do país. Esses migrantes constituem a parcela majoritária ocupada na manufatura trabalho-intensiva que caracteriza mais de 70% das

empresas estrangeiras, inclusive as firmas de propriedade dos capitais da diáspora chinesa.

Portas abertas para a exploração do trabalho

Esse novo segmento da força de trabalho – os migrantes em massa – surgido em meio às reformas, resultou em diversificação e flexibilização do mercado de trabalho urbano. Eles são atingidos por violenta exploração, com baixos salários e prolongamento excessivo das jornadas de trabalho. (YUCHAO, 2004) As condições de trabalho específicas dos migrantes tornam-se, no chão da fábrica, comuns, extensivas, em certa medida, em certo grau, a todos os trabalhadores, inclusive os já tradicionais operários advindos, eventualmente, das demissões das empresas estatais, por exemplo. Como funciona esse mecanismo de nivelamento por baixo das condições salariais e de trabalho, a partir da força do exemplo dos migrantes? Em imagem, é como se fosse um êmbolo (a segmentação, desproteção e especificidade dos migrantes), deslocando-se para baixo (rebaixando e esmagando as condições salariais e de trabalho para os operários em geral) e circunscrito às paredes de um cilindro ou envoltório (interior da fábrica, longe da regulação e proteção legal social externa).

Os abusos trabalhistas são marcantes, destacadamente nas pequenas e médias empresas estrangeiras, muitas originárias de chineses de Hong-Kong. Há ausência de instalações para higiene básica, acidentes de trabalho frequentes, ambientes superlotados, exposição à poluição, alta temperatura e barulho, falta de equipamentos de proteção, ocorrência de doenças profissionais, hora-extra compulsória, metas de produção muito elevadas, remuneração abaixo do salário mínimo, atrasos de pagamento, admissão de trabalhadores sem registro, imposição de multas por ausência em casos de doença etc. Minqi (1999, p. 63) denuncia que

> [n]os anos 80, os direitos dos trabalhadores foram continuamente revogados na medida em que a burocracia [estatal] impunha a 'administração científica' nas empresas estatais – na verdade, a disciplina do trabalho, no estilo capitalista – e quebrava o *iron rice bowl* do emprego seguro.

A Federação dos Sindicatos da China (All-China Federation of Trade Unions – ACFTU) é a organização sindical oficial. Ela tem sido ineficaz na defesa da grande massa de migrantes e na salvaguarda dos interesses do conjunto dos trabalhadores. Os migrantes têm tomado iniciativas autônomas como greves, petições, denúncias e manifestações de protesto, enquanto o Estado proíbe e reprime qualquer organização sindical independente. São crescentes as greves espontâneas dos trabalhadores em geral.

A Federação Sindical contava com 103 milhões de filiados em 1994, mas, como era de se esperar, essa organização oficial encontra-se mergulhada em tensões variadas. A Federação é puxada de um lado para o outro: os interesses e descontentamento dos trabalhadores em contraste com o apoio às reformas econômicas. As dificuldades do sindicalismo oficial se agravaram com o avanço da dominação do capital na economia, ameaçando a coesão nacionalista chinesa, já que autoridades, intelectuais e gerentes passam a assumir os interesses da grande e moderna empresa estrangeira ou nacional (internacionalizada), em detrimento dos interesses dos patrícios trabalhadores. Nesse quadro de conjunto, acumulam-se as condições para o surgimento de algumas organizações sindicais não oficiais, como já tem, limitadamente, ocorrido.

A assim chamada "flexibilização contratual"

Em 1983, além do início das substituições do emprego permanente pelo contrato de trabalho e adoção dos empregos temporários, foi

criado um mecanismo para incentivar a dispensa, assim chamada voluntária, dos empregados. Esse mecanismo de 1983 permitia ao trabalhador sair da empresa estatal, procurar emprego em alguma firma não estatal, na qual se mantinha empregado, enquanto, durante dois anos, detinha o direito, se assim preferisse, de voltar para seu lugar na estatal. Nesses dois anos, o trabalhador não recebia o salário da empresa estatal nem a maioria de outros benefícios, como a assistência médica, mas geralmente mantinha a moradia. Foram criados órgãos específicos, como centros para administrar essas "trocas de emprego". Isso cresceu e já existiam 30 mil desses centros até 1996. (GANG; LUNATI; O'CONNOR, 1998, p. 33)

Em 1985, os empregados, sob contrato, contavam 3,7% da força de trabalho nas empresas estatais, passando para 18,9% em 1992. Em 1986, os contratos de trabalho foram adotados, na prática, em todo o país para os novos empregados. Depois das privatizações, fusões e reorganização das empresas estatais, restaram poucos trabalhadores com emprego permanente. O objetivo era a generalização dos contratos temporários de trabalho, que, após o Código de Trabalho de 1994, foram impostos, como norma obrigatória, para todas as novas contratações em todas as empresas.

Informalidade massiva

A tentativa do Código do Trabalho, de 1994, de expressar harmonização com as normas trabalhistas internacionais não tem sido, nem poderia ser, um obstáculo para que o Estado chinês persiga uma lógica desenvolvimentista, no âmbito da convencional relação entre o capital e o trabalho. Portanto, as políticas públicas, em geral, inclinam-se em favor dos interesses das empresas, comparativamente aos dos trabalhadores. Quando o governo quebrou o contrato de direitos da "tijela de arroz de ferro", enfraqueceu a proteção social e criou os mais diversos tipos de contrato de trabalho,

o resultado só poderia ser a insegurança para os trabalhadores. Essa insegurança, vulnerabilidade, torna os trabalhadores uma presa fácil para a intensificação da exploração capitalista. Impõe-se mais flexibilidade no mercado de trabalho, mais disciplina aos trabalhadores, mais pressão produtiva.

A legislação trabalhista seguiu o modelo convencional burguês. Os contratos são estipulados com a previsão legal da possibilidade da sua rescisão a qualquer momento. Não há garantia de emprego, a empresa pode demitir livremente, mediante aviso prévio e indenização. A jornada legal é de 8 horas por dia e 44 horas por semana, com liberdade para horas-extras. Os sindicatos negociam convenções coletivas. Tudo isso é o que reza o formalismo legal. Mas, na prática, até mesmo a abrangência da cobertura do Código de Trabalho é minoritária, porque atinge apenas o setor formal urbano. As leis tanto do trabalho quanto das empresas, promulgadas em 1994, permitiram a liberdade das empresas para tomar suas decisões, no âmbito das relações de trabalho, sem ingerência governamental.

Conforme a OCDE, baseando-se no anuário estatístico da China de 2004, havia uma esmagadora informalidade no mercado de trabalho. (OCDE, 2005, p. 375, ver tabela 11.1.) Apenas cerca de 1/5 dos trabalhadores estariam enquadrados na nova legislação do trabalho. Essa minoria era formada pelo pessoal da administração pública, das empresas estatais, das empresas coletivas urbanas, das sociedades anônimas, das empresas mistas, das empresas de capital estrangeiro e parte dos trabalhadores das pequenas empresas urbanas registradas. No final de 2003, os 744 milhões de trabalhadores eram, aproximadamente, repartidos em 49% para a agricultura, 17% para atividades não agrícolas na área rural, 15% no setor formal urbano, 13% para outros setores urbanos, 7% para profissionais independentes e assalariados de pequenas empresas urbanas. Reconhece-se que o mercado de trabalho formal é limitado e argumenta-se, como se fosse algo da própria natureza, inevitável,

que essa é uma característica de todos os países ditos em desenvolvimento. Quase se justifica que as áreas rurais e informais são menos produtivas e por isso seria natural que os trabalhadores nesses setores sejam mantidos afastados de quaisquer direitos legais. (OCDE, p. 371)

As inspeções de trabalho, por parte de agentes do governo, são muito precárias em relação a problemas como jornadas excessivas, salários abaixo do valor mínimo e atrasos salariais. Isso reforça as denúncias, sobretudo dos sindicatos de países concorrentes, acerca da atração de firmas estrangeiras pela China em razão dos baixos padrões trabalhistas.

Desemprego nas estatais

A reforma nas empresas estatais é como se fosse sinônimo de desemprego em massa. A reestruturação produtiva é uma história sem fim, um movimento permanente e expressa-se sobretudo como mudança na estrutura produtiva do Estado. Essa reforma implicou, paulatinamente, nas mais diversas medidas de liberalização econômica, desde a contratação e gestão da força de trabalho, autonomia dos administradores, até a privatização e a atração do afluxo do investimento direto estrangeiro. "Na medida em que a reforma das empresas públicas se acelerou na China no curso dos últimos anos, uma parte crescente da mão de obra se tornou 'supérflua'", constataram Gang, Lunati e O'Connor (1998, p. 7), na segunda metade dos anos 1990. Estimava-se que 20% a 25% eram mão de obra tornada redundante nas empresas estatais.

Para Jean-François Huchet e Yan Xiangjun (1996, p. 599), havia de 30 a 40 milhões de trabalhadores excedentes nas empresas estatais, em 1996. Nesse ano, as empresas de municípios e aldeias empregavam 20% da força de trabalho, enquanto as empresas estatais ocupavam 16%. (WING, 1999, p. 15) As mulheres, representando

36% da força de trabalho nas empresas estatais em 1996, eram as mais vulneráveis às demissões. Comparativamente aos homens, as mulheres tinham menor qualificação, ocupavam postos secundários e eram mais sujeitas a empregos temporários.

Uma certa proporção de trabalhadores era afastada das suas atividades nas empresas estatais, caracterizando, na prática, a demissão. Eles (os *xiagang*), contudo, mantinham o vínculo formal de empregado nas empresas estatais. Assim, não eram registrados como desempregados e, por isso, não tinham acesso ao seguro-desemprego. Recebiam um auxílio monetário, menor do que seu último salário, e mantinham alguns benefícios sociais que ainda restassem na empresa. Portanto, não estavam totalmente desprotegidos. Esses efetivamente demitidos constituíam a parcela de maior peso no desemprego na China, embora não aparecessem na taxa oficial de desemprego. (GANG; LUNATI; O'CONNOR, 1998, p. 48)

Já nos primeiros anos da década de 1990, houve demissões em massa nas empresas estatais, em uma conjuntura de precarização dos recursos de seguridade social e aumento da distância entre ricos e pobres. (CHEN, 2003, p. 117) As empresas estatais dispensaram cerca de 30 milhões de trabalhadores, entre 1998 e 2004. Sem emprego, 21,8 milhões de trabalhadores urbanos, no início de 2006, sobreviviam com um irrisório auxílio governamental. O valor desse auxílio era de somente 19 dólares por mês, enquanto o salário médio dos trabalhadores urbanos era de cerca de US$ 165, em junho de 2005. (HART-LANDSBERG, 2006, p. 14)

A distribuição do emprego, conforme o tipo de propriedade da empresa, mostra claramente que as empresas estatais já tinham sido abandonadas como principal fonte de ocupação para a força de trabalho, refletindo a privatização da estrutura produtiva chinesa, inclusive o fim das comunas populares e da coletivização no campo. Em 1997, a participação das empresas estatais no total de empregos já tinha sido esmagada para apenas 15,9%, com dados

do Banco Asiático de Desenvolvimento, uma fonte insuspeita, do ponto de vista do capital.[10]

Em 2002, o setor não estatal já era responsável por 90,3% dos empregos na China, conforme as informações do Banco Asiático de Desenvolvimento. Dentro desse setor aparecia, nas explorações agrícolas familiares, a grande parcela de emprego, cerca de 44% em 2001, na qual grassavam a plena informalidade e o subemprego. Vale chamar a atenção para um fato importantíssimo: a empresa integralmente privada, tão elogiada pela sua modernização e eficiência, é uma decepção no quesito geração de empregos. Comprovadamente, ela só compareceu com ínfimos 3,7% de participação no total de empregos em 2001. E isso contrasta flagrantemente com sua grande presença na produção, exportações e lucros, no processo de crescimento econômico acelerado na China, sob as reformas de mercado.

As mudanças no sistema de propriedade e na distribuição do emprego geraram muitas implicações, a começar pelas novas e acrescidas dificuldades para as políticas de pleno emprego. Em contraste com o passado socializante, o desemprego deixou de ser uma heresia na China, e passou a ser encarado como uma decorrência da responsabilidade de cada indivíduo. Mas, simultaneamente, a política econômica bem-sucedida do Estado pela modernização e crescimento da produção resultou em constante e massiva geração de empregos.

---

[10] Ver no estudo do Banco Asiático de Desenvolvimento a tabela sobre o número de empregos em empresas conforme o tipo de propriedade (em milhões de pessoas e em %), de 1997 até 2002. In: ADB. Private Sector Assesstement – PRC. Asian Development Bank. (ADB, 2003, p. 6)

Desmonte da seguridade social

O objetivo de flexibilizar o mercado de trabalho exigia que "o sistema de seguridade social fosse dessolidarisado da empresa". (GANG; LUNATI; O'CONNOR, 1998, p. 7) A OCDE destacou como um dos principais efeitos das reformas econômicas na China a "evolução do papel dos empregadores", já que agora as empresas poderiam se concentrar nas suas atividades específicas. (OCDE, 2005, p. 371) As empresas teriam sido liberadas dos encargos sociais e administrativos que anteriormente eram assumidos pelas unidades de trabalho (*danwei*), uma herança do período maoísta.

Com as mudanças, surgiram as agências públicas de emprego. A inspeção das condições de trabalho e a seguridade social passaram para uma nova forma de suposta responsabilidade do Estado, após a Lei do Trabalho, de 1994. Mas isso não foi só uma distinção de papéis entre o Estado e a empresa. Na verdade, foi uma distinção entre tarefas do Estado, a serviço da acumulação do capital, para a exitosa transformação produtiva do país, e o papel da empresa privada, cada vez mais dominante na estrutura produtiva da China, com todas suas implicações sociais e políticas. Antes das reformas, não era ilógica a responsabilidade da empresa estatal com o conjunto das necessidades materiais e de condições de vida dos trabalhadores. As reformas e a volta das empresas privadas, a assim chamada evolução do papel dos empregadores, ou seja, dos capitalistas, promoveram, na China, uma nova visão global sobre os lucros e a acumulação de capital, com exploração dos trabalhadores.

O Estado está implantando, em um processo muito demorado, sem fim, desde meados da década de 1990, os instrumentos de seguridade social com um formato de sistema, embora as reformas e o cancelamento da antiga estrutura de direitos sociais já tenham ocorrido. Os cinco principais programas foram lançados através da promulgação das leis do seguro-maternidade, em 1994;

do seguro por acidente de trabalho, em 1996; da aposentadoria, em 1997; do seguro por doença, em 1998; e do seguro-desemprego, em 1999. É sintomático que o seguro-desemprego só tenha obtido sua regulamentação nacional e legal aprovada em 1999, depois da longa crise do desemprego nas empresas estatais durante toda a década de 1990, e, em especial, após o pico das dispensas em 1998, com a aceleração das privatizações em massa.

Os valores, tanto das contribuições de trabalhadores e de empresas, quanto dos benefícios, variam entre as províncias e mesmo entre as cidades. (OCDE, 2005, p. 387-8) A cobertura dos programas é mínima. A aposentadoria só cobria cerca de 21% dos trabalhadores, inclusive funcionários públicos, em 2003. O seguro-desemprego só tinha cobertura para 14% dos trabalhadores. O seguro por doença, 11% de cobertura. O importantíssimo seguro por acidente de trabalho, 6%. O seguro-maternidade, 5%. Constatou-se que o programa de aposentadorias encolheu sua cobertura no período de 1995 a 2003. A seguridade social dos trabalhadores, na China, sobretudo para os mais pobres, vai mal.

O sistema de aposentadoria limita-se à área urbana, com três regimes. Há uma grande descentralização no sistema porque a gestão, inclusive a definição dos valores de contribuições e benefícios, é encargo, na maioria dos casos, das administrações das cidades. O primeiro regime é o de repartição com benefícios definidos, com idade de aposentadoria de 60 anos para os homens e de 50 anos para a maioria das mulheres. O segundo regime é de contribuições definidas com contas individuais de aposentadoria. Os assalariados depositam 8% de seus salários nessas contas. Os patrões contribuem com apenas 3% de um valor de referência nacional nesse regime. Esse regime de capitalização, como se sabe, é muito favorável ao mercado financeiro. O terceiro regime é o de poupança voluntária-aposentadoria, oferecido por algumas empresas como um sistema fechado para seus empregados. A grande massa

trabalhadora rural está esquecida no atual sistema de aposentadoria. Para se aposentar, o trabalhador rural deve efetivar, sozinho, os seus depósitos, como uma poupança pessoal e voluntária, tendo direito apenas aos proventos de aposentadoria correspondentes à sua soma de recursos capitalizados na conta pessoal, contando, às vezes, com alguma ajuda da comunidade. (OCDE, 2005, p. 390)

Embora as primeiras experiências de seguro-desemprego tenham sido iniciadas em 1986, e a despeito da sua posterior consolidação legal, não há nenhum tipo de seguro-desemprego para a maioria das pessoas pobres ou subempregadas na China. Em uma família rural média com três adultos, há um empregado no setor rural não agrícola, que tem sido quase a única e limitada forma, no mercado de trabalho, de aliviar o desemprego e a pobreza no campo. O auxílio para os demitidos das empresas estatais (*xiagang*) foi transformado em convencional seguro-desemprego, entre 1999 e 2006. (OECD, 2010, p. 274) Uma minoria dos trabalhadores tem acesso à habitação, assistência médica, às pensões e à educação.

CAPÍTULO V

Uma forma de desestatização da estrutura produtiva

Em primeiro lugar, é preciso deixar claro que os conglomerados e firmas estatais desempenham importante papel na economia chinesa. A partir da segunda metade da década de 2000, houve concentração de esforços para ampliação e consolidação de conglomerados de empresas estatais selecionadas em setores prioritários da economia. O êxito dessa estratégia governamental é ilustrado pelo fato de que são estatais quase todas as empresas chinesas que constam na lista anual das 500 maiores firmas do mundo, no levantamento da revista *Fortune*. Ao mesmo tempo, é preciso ressaltar a função econômica do Estado chinês em auxiliar a elevação dos lucros dos capitais no país, através da desvalorização relativa do capital constante dos investimentos em razão do fornecimento, pelas empresas estatais, de máquinas, equipamentos, peças, insumos e energia, em preços vantajosos, como se fosse um subsídio do Estado para as demais firmas.

O papel ativo do Estado chinês na economia e a presença de gigantescas empresas estatais dificultam sobremaneira a percepção do processo de desestatização da estrutura produtiva do país. Faltam estudos sistemáticos, consolidados, diversos e acessíveis, com interpretações e informações completas e precisas sobre o avanço do setor privado, em geral, e a venda total ou parcial de empresas estatais, em particular. Para os governantes chineses, a suposta hegemonia da propriedade estatal na economia do país, com o controle de empresas e bancos, é um argumento de última instância para tentar provar a persistência do caráter socialista do regime. Supõe-se, porém, que se trata do controle estatal sobre as empresas maiores e situadas nos chamados setores estratégicos. Todavia, tanto é discutível a natureza dessa hegemonia produtiva estatal, quanto é inaceitável essa própria concepção reducionista de socialismo.

A privatização não pode ser compreendida e medida apenas pela transformação de empresas estatais já existentes em propriedade privada, como ocorreu nos países ocidentais sob o neoliberalismo. Essa é uma avaliação superficial. Há que se reconhecer, mais amplamente, a força e a operação da tendência privatista e do capitalismo na China, hoje, com uma interpretação diferente. Por óbvio, antes das reformas não havia empresa privada na China. Portanto, sem origem estatal, novas empresas de propriedade privada surgiram, foram constituídas, instaladas na China no curso das reformas. Isso também é privatização. Isso é penetração capitalista na estrutura produtiva do país. A propriedade dessas novas empresas encontra-se em mãos de capitais privados domésticos, ou oriundos de Hong Kong, Taiwan, Cingapura e da diáspora chinesa, ou dos mais diversos capitais estrangeiros, inclusive das principais potências ocidentais, além de Japão e Coreia do Sul. A admissão de empresas privadas em áreas novas do ponto de vista do mercado, do produto ou da tecnologia aparece como

justificativa segundo os termos da bem-sucedida política industrial do Estado desenvolvimentista chinês.

Difunde-se, também, a ideia de que a privatização na China, diferentemente do que ocorreu em outras partes do mundo, guardou, em certa proporção, uma particularidade dada pela ascensão dos próprios ex-administradores como novos proprietários. Teria sido uma privatização "por dentro", com empresários de origem na máquina estatal nacional. Portanto, a propriedade passou para aqueles que já conheciam, pela sua experiência concreta, a realidade da empresa. Os novos proprietários estavam mais preparados para promover as mudanças necessárias e para alcançar maior eficiência nessas empresas agora privadas. Alguns verdadeiros colossos empresariais privados nacionais nasceram do açambarcamento de uma empresa estatal ou coletiva, passando depois a adquirir novas unidades empresariais públicas supostamente em dificuldades financeiras.

Mesmo as *joint-ventures*, entre capital estrangeiro e empresas estatais, não podem ser apresentadas como uma negação do avanço da propriedade privada na China. A propriedade capitalista dos meios de produção se expressa através dos mais diversos aspectos formais do controle sobre a produção e a circulação de mercadorias. O grande capital, inclusive com a presença de todas as mais importantes empresas transnacionais, tem, cada vez mais, expressiva participação na formação econômica chinesa. Configura-se uma realidade material econômica em consonância com as relações sociais de produção burguesas. Isso é privatização capitalista, concretamente. Isso deve ser chamado de guinada privatista.

Há eufemismos e justificativas as mais diversas para a mutação da propriedade na estrutura produtiva na China. Assim, em vez de privatização, prefere-se falar em transferência de ativos. Argumenta-se que a propriedade privada, em massa, é dos chineses, inclusive os membros da diáspora. Assim, os estrangeiros não controlam a propriedade. Alega-se que os nacionais, os chineses,

por suposto constrangimento moral por conta do sentimento nacionalista, não têm possibilidade de repassar empresas privatizadas para as mãos de estrangeiros. Justifica-se que as empresas saíram do controle do Estado, mas ficaram com os chineses, evitando a desnacionalização. Se é capitalista, mas é chinês, não há problema, portanto, para o socialismo com características chinesas.

A nova forma da industrialização rural

As comunas populares foram dissolvidas, operou-se a descoletivização do campo e a industrialização rural da estratégia maoísta tomou uma nova forma com as empresas de aldeias e munícipios (EAMs). Essas empresas apossaram-se dos ativos e recursos das indústrias rurais anteriormente existentes. Essas pequenas novas empresas rurais não agrícolas firmaram-se como uma inovação de espetacular êxito, no contexto das reformas. Em 1993, as EAMs multiplicaram-se e empregavam 123 milhões de trabalhadores, enquanto em 1978 contavam com 28 milhões de empregados. (HART-LANDSBERG; BURKETT, 2004, p. 35) Contudo, as empresas de aldeias e munícipios, na prática, em sua quase totalidade, não são empresas coletivas. Funcionam, de fato, como se fossem empresas privadas, sob controle individual de líderes governamentais locais e/ou de seus próprios administradores, à revelia dos trabalhadores, submetidos a baixos salários. Em alguns casos, essas empresas associaram-se ao capital estrangeiro.

Apenas formalmente as empresas de aldeias e munícipios são propriedades dos governos locais ou são empresas coletivas. Às EAMs interessa exibir uma fachada com o "chapéu vermelho", a fim de tirar proveito de recursos produtivos, fornecimentos, créditos, acesso a mercados, assistência técnica e proteção governamentais. Nessa controvérsia, entretanto, há quem afirme que

efetivamente essas empresas seriam propriedades das instâncias locais de governo. (CAULFIELD, 2006, nota nº 5, p. 265)

Acumularam-se as vantagens apontadas na experiência das empresas de aldeias e munícipios. Principalmente na década de 1980 e até a primeira metade dos anos 1990, essas empresas eram apresentadas como a comprovação irrefutável do sucesso e da peculiaridade das reformas chinesas. Essas empresas seriam a prova: i) da expansão irrefreável e vitoriosa das iniciativas locais; ii) da participação direta e desburocratizada na vida econômica; iii) da indústria na própria área rural; iv) da crescente participação da pequena empresa na produção e nas exportações; e v) da forma criativa e eficaz de geração de empregos, ajudando a conter o êxodo da população rural para os grandes centros urbanos.

Zhang Xiahoe (2001, p. 138), em 2001, fez um balanço crítico dessa experiência:

> As empresas de aldeias e munícipios são frequentemente *dependentes* dos diferentes níveis dos poderes municipais. Beneficiando-se do suprimento de mão-de-obra barata e com despesas limitadas, as EAMs conheceram um crescimento impressionante nesses vinte anos. A despeito disso, sua contribuição para o *crescimento* da renda rural total manteve-se *limitada*: apenas 8,4% em média entre 1980 e 1996 e pouco mais de 11% em 1996. Neste mesmo ano, elas geraram (...) somente 26% do emprego total nos campos e 11% da renda das pessoas. Ademais, elas estão, em sua maioria, situadas nas regiões costeiras prósperas. Mais de 70% do produto nacional e mais de 62% do emprego total foram assegurados pelo Leste do país em 1996. Dadas as diferenças entre as regiões, o desenvolvimento rápido das atividades das EAMs veio reforçar

> a *desigualdade* na distribuição de renda de uma região a outra no seio do mundo rural. (grifos do autor)

Wing Thye Woo (1999, p. 51) propôs o apoio político do Estado como a principal razão para a expansão das empresas de aldeias e municípios. As melhores oportunidades de negócios, o crédito e o suporte dos governos locais configuraram uma explicação política para o sucesso dessas empresas nos anos 1980 até meados da década de 1990. Teria havido, segundo Wing (1999), um tratamento discriminatório das autoridades para com as demais empresas privadas na comparação com as condições oferecidas às empresas de aldeias e munícipios. Por isso mesmo, no período mencionado, centenas de milhares de empresários preferiram registrar suas empresas como se fossem coletivas, formalmente EAMs, buscando a proteção do chamado "chapéu vermelho". A prova dessa explicação, principalmente política, para o caso das EAMs, seria o amortecimento de sua expansão, após a igualdade de tratamento entre empresas privadas, coletivas e estatais e o reconhecimento dos direitos, interesses, legitimidade da empresa privada, como parte integrante do assim chamado socialismo chinês.

A partir do final dos anos 1990, aumentaram as dificuldades do Estado em manter integralmente todos os apoios para alavancar as empresas de aldeias e munícipios para novos patamares de produção e concorrência. Os efeitos dessa nova realidade logo se manifestaram com força. Nesse sentido, o conjunto das empresas reconhecidas como coletivas, inclusive as EAMs, limitou-se a contar com uma participação de 10,5% no produto industrial, em 2001, registrando, inclusive, a maior queda (15,6%) na comparação entre todas as formas de empresas, na variação dos valores entre os anos 2000 e 2001. (ADB, 2003)

A vez das reformas nas empresas estatais urbanas

No início das reformas econômicas, a partir de 1979, foram adotadas algumas poucas iniciativas, sobretudo reforçando a autonomia da direção da empresa. Esse não foi um esforço inédito na República Popular da China, já que, vale lembrar, em 1958 houve um esforço de descentralização, delegando-se a gerência da maioria das empresas para as instâncias locais de governo. Entre 1982 e 1983, as reformas urbanas foram suspensas, em meio às dificuldades conjunturais econômicas, como déficit público e inflação. As reformas foram retomadas pelo 12º Congresso do Partido Comunista Chinês, em 1984, decidindo-se pela construção de uma "economia mercantil planificada". Esse foi um passo importante na caminhada da oficialização da subsunção do plano, outrora de natureza socializante, ao mercado.

Essas reformas promoveram uma forma de liberalização da gestão das Empresas Estatais (EEs). Já em outubro de 1984, foram liberados os preços da maioria dos produtos agrícolas e da maioria dos produtos manufaturados, esses últimos, dentro de uma banda de variação dos preços. Haveria uma certa quantidade tanto de insumos como de produto, com os preços fixados pelo plano, enquanto uma outra parte, excedente, seria negociada no mercado, com preços livres.

Imediatamente depois das medidas liberalizantes, colheram-se os resultados: as empresas estatais chinesas começaram sua trajetória de crescentes dificuldades. Os lucros desabaram, a contribuição das estatais para a receita do Estado caiu de 34% do produto nacional bruto, em 1978, para 25%, em 1984, e 20%, em 1988. (WING, 1999, p. 37) A ala liberal do primeiro-ministro Zhao Ziyang, agregada no Instituto de Reforma Econômica, combatia as empresas estatais, mas em 1985 foi obrigada a reconhecer a associação entre as reformas e o colapso dos lucros das EEs. Como esses intelectuais

e quadros liberais explicavam que as tão desejadas reformas pró-mercado, salvadoras, tenham levado as empresas estatais à crise? A resposta era muito simples, para a visão superficial deles: os gerentes das EEs, com a ampla autonomia adquirida, abusaram nas despesas, nos investimentos, nas gratificações salariais. Os gerentes, com receio de falhas, teriam exagerado os investimentos, em busca de aumento da produção, protegendo-se de possíveis sanções políticas advindas do Estado.

As reformas de 1984 podem ser compreendidas como um afastamento fundamental do sistema de planificação centralizada, de natureza socializante do passado. Agora, o plano buscava, supostamente, a estrita eficiência empresarial. (SHEYING, 2002, p. 211) A autonomia para tomar decisões em cada empresa e a responsabilidade pelos seus resultados foram uma substancial mudança sistêmica, avalia Sheying Chen. Paradoxalmente, o sétimo plano quinquenal, para o período de 1986 a 1990, foi mais um passo no desmonte da planificação socializante da economia. Plano antiplano! Assim, sob o sétimo Plano, as reformas nas empresas urbanas se associaram à abertura do mercado de capitais, ao novo sistema de administração via responsabilidade contratual e à lei de falência de empresas. As empresas deveriam absorver suas perdas, sem o socorro do Estado. As empresas estatais passaram a depender de seus próprios lucros e de empréstimos bancários para financiar sua atividade. Em vez de remeter seus lucros para o Estado, as empresas limitar-se-iam a pagar impostos. Conforme a retórica liberal conhecida, o Estado deveria ser um regulador, em vez de "interventor" econômico direto. O Estado deveria cuidar da criação de condições e da estrutura de incentivos para a empresa privada, inclusive estrangeira.

Há falhas evidentes nas análises tradicionais sobre os problemas das empresas estatais. Geralmente, não se questiona a própria natureza das reformas como parte da origem das dificuldades

crescentes das empresas estatais. Há fatores diversos que deveriam ser considerados. Por exemplo, seria necessário considerar que houve um forte aumento dos tributos sobre as empresas estatais, de 48,6%, em 1986, para 71,1%, em 1994, o que esmagou os lucros depois dos impostos, contribuindo para as dificuldades financeiras dessas empresas, inclusive forçando-as ao endividamento perante os bancos. (HUCHET; YAN, 1996, p. 601-604) As empresas de pequeno porte eram 90% das estatais, em 1996, e experimentaram, com as reformas, certas dificuldades de apoio dos governos central e local, tanto para financiamento quanto para suprimento de insumos. Essas empresas eram candidatas simplesmente à falência, ameaçando o emprego de metade dos trabalhadores em empresas estatais, ou seja, 140 milhões de pessoas em 1996.

A direção das empresas passou a dispor de liberdade, cada vez maior, para tomar as decisões de produção, investimento, comercialização, comércio exterior, suprimento, preço, pessoal, organização do trabalho, organograma interno. Logicamente, na Costa, como na província de Cantão (Guangdong), com mais abertura à instalação de filiais de multinacionais, avançava-se com mais rapidez na liberalização da gestão das empresas estatais, como constataram Huchet e Yan (1996, p. 613), a partir de informações de um estudo com 889 empresas.

Guinada privatista

Desde 1986 começaram as privatizações de empresas estatais em Shenyang, centro histórico da indústria pesada no período maoísta, no nordeste da China. Após o 14º Congresso do Partido Comunista Chinês, em outubro de 1992, as perdas das empresas estatais (EEs) foram, como diagnóstico, cada vez mais vinculadas a problemas dos direitos de propriedade, levando o PCC à política de desestatização para "segurar as maiores EEs e liberar as

menores" (*zhua da*, *fan xiao*). Em 1994, o Estado decidiu reter as maiores empresas e desfazer-se das demais, através de diversas formas. Muitas empresas foram transformadas em cooperativas baseadas em ações, mas, em sua maioria, eram firmas privadas nas mãos dos seus administradores, à revelia total dos trabalhadores.

Jiang Zemin, secretário geral do PCC, declarou no 15º Congresso, em setembro de 1997, que as grandes e médias empresas deveriam ter esclarecidas pela lei as características da propriedade, para efetivar a separação entre o Estado e a gestão das empresas. Os dividendos recebidos pelo Estado seriam correspondentes aos fundos públicos integralizados no capital da empresa, por um lado, e as responsabilidades do Estado pelas dívidas das empresas também seriam limitadas, por outro. As pequenas empresas estatais seriam reorganizadas, fundidas, teriam seu capital acionário aberto ou seriam fechadas. (WING, 1999, p. 46) De fato, a reestruturação das empresas (*qiye gaizhi*) foi formalizada como conversão das pequenas e médias em propriedade privada (nacional ou estrangeira), sem descartar a possibilidade da decretação, simplesmente, da falência.

O objetivo de diversificar a estrutura de propriedade, com suas supostas repercussões positivas na eficiência econômica, foi a justificativa para a decisão de privatizar em massa as pequenas e médias empresas estatais. Para ser realista, a diversificação, contudo, deve ser traduzida como privatização. Essas decisões favoráveis à propriedade privada estavam ligadas à trajetória de adoção de medidas pró-mercado ao longo do período das reformas. Assim, o mercado terminou conduzindo a China à privatização. E o mercado e a privatização conduziram à dominação do capital na economia.

No entanto, em vez de privatização, a liderança chinesa argumenta que a propriedade estatal está se transformando em propriedade pública. Tentam mostrar que a propriedade pública, através de diversas formas chamadas de coletivização, estaria crescendo, enquanto diminui a forma estatal de propriedade. Contudo,

isso não corresponde à realidade, aos números da estrutura produtiva de fato. Além disso, o que se chama de propriedade coletiva são empresas em que o controle e os lucros vão para poucos – administradores ou governantes locais – e são locais de produção onde a voz da massa trabalhadora não é ouvida na direção do negócio e onde ocorre a exploração do trabalho, inclusive com a prática dos baixos salários e ausência dos programas sociais anteriormente existentes nas empresas estatais.

Para Robert Weil, o 15º Congresso foi um ponto de inflexão no sistema econômico e social chinês. (WEIL, 1999, p. 1) A privatização aprovada, na mais alta instância do PCC, é "rio sem volta", ruptura com o passado. Ao decidir pela privatização ou liquidação de empresas estatais, atingiu-se o que era justificado, para alguns, como o coração do socialismo chinês, ou seja, 300 mil unidades de produção. Feng Chen (2003, p. 237) reiterou essa avaliação de que o 15º Congresso do PCC operou uma guinada na visão sobre as empresas estatais. O Estado, afirmou Feng, pretendia, assim, escapar de obrigações financeiras decorrentes dessas empresas e, simultaneamente, desvencilhar-se de sua propriedade e administração, forçando essas firmas à operação conforme as regras do mercado.

A lei de falência de 1986 teve sua implementação acelerada a partir de 1994, e foi substituída por uma nova legislação, que foi aprovada em agosto de 2006 e entrou em vigor desde 1 de janeiro de 2007. A lei antiga abrangia apenas as empresas estatais. Agora, a atual lei, refletindo a nova estrutura empresarial com presença da propriedade privada, abrange todas as empresas, como pessoas jurídicas (*qiye faren*), inclusive instituições financeiras. A nova lei, à semelhança do que vem ocorrendo nas mudanças desse tipo de legislação em várias partes do mundo, propõe três formas de abordagem da insolvência da empresa, ou seja, reorganização,

reconciliação e liquidação.[11] A grande novidade é que foi razoavelmente reduzida a prioridade dos empregados em receber os pagamentos dos seus direitos, em face da insolvência da empresa, e, por conseguinte, foi ampliado, relativamente, o atendimento aos demais credores.

Sean Dougherty and Richard Herd (2005) saíram em defesa da aceleração da privatização da economia chinesa.[12] Para eles, essencialmente, a ausência de claros direitos de propriedade privada – além do gradualismo das reformas, do sistema dual de preços, do marco regulatório pró-mercado incompleto – teria produzido, nas décadas de 1980 e 1990, distorções na estrutura de produção, nos preços, na produtividade e no comércio. Assim, as estruturas produtivas estavam sendo replicadas em diversas províncias, em desacordo com as vantagens comparativas. As barreiras entre as províncias geravam implicações negativas aos fluxos comerciais regionais. Mas, conforme esses autores, a partir, sobretudo, de 1998, com o alargamento da presença de empresas privadas na China, teria começado um processo de reversão dessas alegadas distorções. Eles argumentam que, com a privatização, apareceram especializações produtivas regionais, os preços tenderam à convergência, aumentou a integração dos mercados com o profundo recuo das barreiras interprovinciais.

O que Dougherty e Herd (2005) não quiseram enxergar foi a necessidade de que a estruturação industrial, em uma economia planificada, contemplasse o combate, dentre outros alvos, às

---

11 Ver o documento (WORLD BANK office, 2006, p. 20). A aprovação de lei semelhante no Brasil seguiu essa orientação básica neoliberal e internacional.

12 Sean Dougherty e Richard Herd (2005) elaboraram um estudo da estrutura industrial, considerando todas as empresas com faturamento anual a partir de cinco milhões de *yuans*, em valores correntes, cobrindo o período de 1998 a 2003.

desigualdades regionais, que eram e são extremamente acentuadas na China. O mercado, nas condições da China, tende a acentuar essas diferenças entre as regiões. O que se denomina especialização produtiva regional pode ser visto, também, como desigualdade, subdesenvolvimento e pobreza de algumas áreas, ao lado das vantagens e desenvolvimento de outras.

Dougherty e Herd não perceberam a necessidade de associação entre estrutura produtiva e políticas de pleno emprego. Eles não entenderam que as meras vantagens comparativas, no caso da China, confinam o desenvolvimento econômico à região costeira, sobretudo o litoral sudeste, conforme lógica de cada empresa privada em busca da maximização do seu lucro. Um outro aspecto não lembrado pelos autores foi a influência do maior aprofundamento da abertura comercial da China, por causa de sua adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC), sobre as condições do mercado interno. Por isso mesmo, os dados de 2002 e 2003 mostraram, no curso de nova rodada de liberalização, o aumento do número de firmas, representado, sobretudo, pelo surgimento de empresas privadas, já no ambiente mais desregulado do país.[13] Assim, registrou-se, nesses dois anos, forte crescimento do produto, das exportações e dos lucros, enquanto o número de empregados revelou-se menor do que em 1998, criando-se a ameaça de desemprego.

[13] Ver no estudo de Sean Dougherty e Richard Herd a tabela sobre o perfil da estrutura industrial com empresas com faturamento a partir de cinco milhões de *yuans* (em moeda corrente) de 1998 até 2003, com o número de firmas, número de empregados, produto bruto a preços constantes (ano-base 1990), exportações, lucros, impostos sobre os lucros, ativos fixos líquidos, passivos de curto prazo e taxa de retorno sobre o produto líquido. In: Dougherty, Sean; Herd, Richard (2005). Bureau Nacional de Estatísticas (NBS) e NBS-OCDE apud Sean Dougherty and Richard Herd (2005).

Em seu levantamento, Dougherty e Herd (2005, p. 8; 26) verificaram que o valor adicionado industrial do setor privado cresceu de 27,9% em 1998 para 53,3%, em 2003. Quase metade desse crescimento deveu-se às empresas de propriedade individual. Eles concluíram que

> [A] rápida emergência de uma substancial economia privada na China, que é controlada por organizações não-públicas e situa-se na esfera de preços de mercado, transformou a paisagem produtiva e elevou os lucros nos últimos cinco anos até 2003. (DOUGHERTY; HERD, 2005)

Argumentaram que os altos lucros, a expansão dos novos negócios e a melhoria da alocação dos recursos teriam sido originados da "eficiência superior no setor privado". Como se vê, trata-se de uma defesa cerrada da privatização na China. Tudo foi justificado como resultado da expansão da empresa privada.

Entretanto, na verdade, houve e persistem a ação forte do Estado, a infraestrutura pública, os incentivos fiscais, os generosos negócios e associações com empresas estatais, para não falar dos indiscutíveis baixíssimos salários e péssimas condições de trabalho, especialmente nessas empresas de propriedade individual. Nota-se, ainda, que esses autores, Dougherty e Herd, foram obrigados a considerar, de forma brevíssima, rapidamente, em apenas uma linha, que essas empresas privadas, em número crescente, estariam ocupando o lugar deixado pelo encolhimento dos setores estatal e coletivo. É claro que em qualquer país, onde ocorre a privatização e liquidação de empresas estatais, expandem-se o papel e os resultados das empresas privadas. É lógico! Portanto, não é preciso recorrer ao argumento forçado da superioridade da empresa privada burguesa.

Algumas causas da privatização na China foram pesquisadas por Kai Guo e Yang Yao (2005).[14] Assim, comparando a extensão do livre mercado nas províncias, eles verificaram que quanto maior a liberalização do mercado na economia de uma província, maior será a probabilidade de privatização. Ainda se confirmou a hipótese de que excessivos débitos e a redundância da força de trabalho nas empresas estatais restringem a privatização, com desinteresse dos compradores. Constatou-se a quase ausência de determinação da privatização pelo fator da eficiência da empresa. Porém, Kai e Yang (2005, p. 212) reconhecem a massiva privatização na China desde meados da década de 1990. É que supostas restrições à privatização, conforme esse estudo, a exemplo de excessivo número de empregados ou grandes débitos, levaram, na verdade, aos planos de reestruturação de estatais, com as demissões e saneamento financeiro, por ação do Estado, a fim de tornar essas empresas atrativas para serem vendidas ao setor privado.

Pelo discurso convencional, era de se esperar que a pouca eficiência da empresa, ou seja, sua limitação na lucratividade, tivesse uma correlação negativa com a privatização. Todavia, isso não apareceu na pesquisa de Kai e Yang. A empresa estatal, em uma construção do socialismo, pode ser apontada como eficiente ou não, por diversos motivos sistêmicos, que são estranhos à lógica e finalidade da empresa no capitalismo. O contexto socialista ou capitalista condiciona a natureza do critério de eficiência da empresa estatal. A ineficiência poderia, também, no caso concreto desse período de reformas na China, ser eventual, determinada pela conjuntura de negligência do Estado pela sorte dessas empresas, sob as condições e a política de um movimento de desestatização produtiva.

---

[14] Kai Guo e Yang Yao (2005), com os dados coletados de 683 firmas, localizadas em 11 cidades, no período de 1995-2001, testaram hipóteses de causas da privatização na China.

Deflagrada a privatização massiva em 1997, os resultados não tardaram. Logo no início, até 1998, já havia 100 empresas do governo central e 2.500 dos governos locais, – firmas de porte médio e grande – que foram privatizadas e convertidas em organizações de responsabilidade limitada ou sociedade anônima. Ao lado da privatização, verificou-se necessariamente o declínio relativo do setor produtivo estatal. Esse declínio já se mostrou claro, por exemplo, em 1999, quando as empresas estatais empregavam 83 milhões de pessoas, ou seja, 12% do total do emprego e sua participação no PIB recuou para 38%. (HART-LANDSBERG; BURKETT, 2004, p. 43)

O Banco de Desenvolvimento da Ásia (ADB) adverte sobre a imprecisão das estatísticas oficiais chinesas a respeito da natureza privada, estatal ou de capital estrangeiro das empresas. (ADB, 2003, p. 2) Há uma classificação com variados tipos de estrutura de propriedade e número de trabalhadores. Assim, o ADB observou, que, segundo as categorias estritamente privadas, o Conselho de Estado reconheceu, em 1981, a primeira forma de empresa privada, caracterizada pelo chamado autoemprego (*geti hu*). Em 1988, oficializou-se a empresa (*sying qiye*) voltada para o lucro, empregando mais de oito pessoas. E as empresas coletivas? Especialistas consideram que entre 70% a 100% das empresas coletivas chinesas são, na verdade, firmas privadas. Nesse sentido, a Corporação Financeira Internacional (IFC), subsidiária do Banco Mundial (WB), avalia que pelo menos a metade das empresas coletivas representa negócios privados. A Comissão de Administração dos Ativos, criada em 2002, relatou que 80% das pequenas empresas estatais, no âmbito das comarcas, e 60%, no nível dos municípios, haviam sido privatizados. (KANAMORI; ZHAO, 2005, p. 4)

Rapidamente, encolheu o número de empresas estatais, sobretudo com as decisões do 15º Congresso do PCC. Eram cerca de 120 mil unidades de produção estatais em 1996 e caíram para 61.300 em 1999. (CHEN, 2005, p. 330, nota nº 3) Considerando apenas o capital

doméstico e as empresas "estritamente" privadas na conceituação oficial chinesa, constatou-se que, entre 1993 e 2001, o número das empresas que exploravam a mão de obra de mais de oito pessoas registrou uma taxa média de crescimento de 32%.[15] Enquanto isso, a quantidade de empresas menores, do chamado autoemprego, experimentou uma queda persistente.

A China continental registrava a existência de 4,65 milhões de empresas de propriedade privada, desde o primeiro semestre de 2006, conforme as estatísticas da Administração Estatal para a Indústria e o Comércio no país. (4.65 MILLION, 2006) Essa informação deve se referir às empresas distintas daquelas denominadas como empresas de propriedade individual, conforme a terminologia do *Diário do Povo*. O número dessas empresas contava com 2,029 milhões, em 2001.[16] A lista das 100 maiores empresas privadas na China, em 2006, passou para o patamar mínimo de faturamento de 1,889 bilhões de *yuans*, em lugar de 1,1 bilhões de *yuans* em 2005. (TOP 100 listed private enterprises unveiled, 2006)

Até mesmo nos chamados setores estratégicos – tecnologia, finança, infraestrutura, meios de produção – existe inegável penetração do grande capital privado nacional e estrangeiro. Essa presença importante é confirmada pelos dados do Banco Mundial

---

[15] Ver no estudo do Banco Asiático do Desenvolvimento a tabela sobre o número de empresas privadas domésticas (em milhões), entre empresas individuais (*geti hu*) e empresas de propriedade privada (*sying qiye*), incluindo a taxa de crescimento desses dois diferentes tipos de propriedades no período de 1993 até 2001. In: ADB. Private Sector Assesstement – PRC. Asian Development Bank (ADB, 2003, p. 3), inclusive com dados do Anuário Estatístico da China (China StatisticalYearbook 2001 e 2002).

[16] Cf. a nota anterior.

sobre a participação privada em empresas e projetos na China em infraestrutura, insumos e bancos no período de 2000 a 2005.[17]

Encolhimento produtivo das estatais

O jornal governamental *China Daily*, em 2 de agosto de 2017, informava que:

> Na primeira metade deste ano, os investimentos privados aumentaram em 7,2% em comparação ao ano anterior, resultando em 60,7% do total de investimento do país, conforme os dados do Escritório Nacional de Estatísticas. [...] Na China, desde as reformas nos anos 1980, o setor privado tem assumido maior importância na condução do crescimento econômico. O setor agora contribui com mais de 60% do crescimento do PIB e é responsável por mais de 80% dos empregos. [...] Até o fim de junho, a China tinha 13.554 projetos de parceria público privada (PPP) de abrangência nacional com investimentos de 16,3 trilhões de yuanes (US$ 2,43 trilhões), segundo os dados do Centro de Parcerias Público-Privada.

[17] Ver dados sobre a participação privada em empresas e projetos na China em infraestrutura, insumos e bancos no período de 2000 a 2005 (em milhões de dólares). Foram registradas as participações privadas em 31 projetos de infraestrutura, 11 de eletricidade, 14 de água e saneamento, 10 em instituições financeiras etc. Destacam-se pelo valor da transação, as seguintes participações: na China United Communications com US$ 5,6 bilhões, no Bank of China com US$ 3,1 bilhões, na China Life Insurance CoLtd, com US$ 3,022 milhões e na PetroChina com US$ 2,890 milhões. In: World Bank. IFC. Privatization Database.

A empresa privada, no setor manufatureiro, registrou um crescimento de 140 vezes no seu valor adicionado entre 1985, com 29,6 bilhões de *yuans*, e 2002, com 4 120 bilhões de *yuans*. (CHEN, 2005, p. 320) Portanto, considerando apenas as empresas com faturamento superior a 5 milhões de *yuans*, ocorreram duas transformações destacadas nesse âmbito manufatureiro.[18] A primeira foi a variação acelerada do crescimento da quantidade de empresas não estatais, entre 2000 e 2001, a partir de um patamar já elevado. Assim, a proporção dessas empresas passou de 73,2% para 79% do setor industrial. A segunda evolução importante ocorreu com a participação das empresas estrangeiras que somam 18,4% das firmas industriais da China em 2001.

O impacto da privatização apareceu claramente no próprio Produto Interno Bruto (PIB), sem deixar dúvidas sobre sua importância no desempenho da atividade econômica da China. Assim, os efeitos da transformação da estrutura de propriedade na economia chinesa já foram evidenciados nos números do fluxo da produção ao longo do tempo. Comprovou-se que o setor estatal, segundo o Banco de Desenvolvimento da Ásia, recuou sua participação no PIB sistematicamente durante todo o período das reformas,

[18] Ver no estudo do Banco Asiático de Desenvolvimento a tabela sobre número de empresas estatais e não estatais do setor industrial (em milhares e em %) nos anos de 2000 e 2001. Na tabela são explicitadas diversas formas de comparação com variados ângulos de registro dos tipos de empresas: coletivas; cooperativas por ações; corporações de responsabilidade limitada; empresas de capital aberto; empresas privadas; empresas estrangeiras oriundas da Grande China (Hong Kong, Macau e Taiwan); empresas estrangeiras com origem fora da Grande China. In: ADB. Private Sector Assesstement – PRC. Asian Development Bank (ADB, 2003, p. 3), com dados do Anuário Estatístico da China (China StatisticalYearbook) de 2002.

tornando-se minoritário.[19] Essa situação contrasta com a evolução das empresas privadas, que saltaram de 5,2% para 33% de participação no PIB, entre 1978 e 2000. Essa tendência privatista revela-se ainda mais clara quando são somadas as participações das empresas privadas e das empresas coletivas, as quais são consideradas, em sua grande maioria, como negócios efetivamente privados.

As empresas estatais recuaram da participação de 82% do valor bruto do produto industrial para 26%, entre 1978 e 1996, enquanto as empresas coletivas e individuais aumentaram sua participação de 18% para 55%. Nesse mesmo período, a indústria teve sua parcela no Produto Interno Bruto aumentada de 38% para 54%, enquanto o setor de serviços aumentou em 14% sua fatia no produto. (WING, 1999, p. 8; 15)

Na indústria, o setor estatal declinou sua participação para apenas 23,4% do produto em 2001.[20] Trata-se de uma queda livre dessa

[19] Ver no estudo do Banco Asiático de Desenvolvimento a tabela sobre o PIB, em bilhões de *yuans*, no período de 1978 até 2000, com distribuição da participação absoluta e relativa dos diferentes tipos empresas conforme sua propriedade. Registra-se a separação global entre as empresas estatais e não estatais. Destacam-se ainda as empresas coletivas e as empresas de propriedade privada. In: ADB. Private Sector Assesstement – PRC. Asian Development Bank (ADB, 2003, p. 4). Com dados de diversas fontes, inclusive do Escritório Nacional de Estatística do governo chinês.

[20] Ver no estudo do Banco Asiático de Desenvolvimento a tabela sobre o valor do produto industrial bruto de empresas com faturamento maior do que 5 milhões de *yuans* (em bilhões de *yuans*) nos anos de 2000 e 2001. No setor industrial, são registradas as participações absoluta e relativa de empresas estatais ou controladas pelo Estado, de um lado, e de empresas não estatais, de outro. No conjunto de empresas não estatais são apresentados os números para as empresas coletivas, as cooperativas por ações, as empresas de responsabilidade limitada, as empresas privadas (*sying qiye*) e as firmas estrangeiras separadas pela origem dentro ou fora da Grande China (Hong Kong, Macau e Taiwan). In: ADB. Private Sector Assesstement – PRC. Asian Development Bank. (ADB, 2003, p. 5) Com dados do Anuário Estatístico da China (China Statistical Yearbook) de 2002.

participação, como se constatou no recuo de 9,3%, comparando apenas os anos imediatos de 2000 e 2001. Qualitativamente, tais perdas significam que o Estado se afasta, relativamente, do setor industrial, que é uma área na qual há possibilidade de maior dinamismo em termos de tecnologia e produtividade do trabalho, determinando, em grande medida, o rumo do conjunto da economia. É assim que, na prática, paulatinamente, a orientação estatal é substituída pelos ditames do mercado em razão dos interesses das empresas privadas em busca de lucros. A despeito disso, é inegável a preservação do papel da política industrial do Estado em defesa do fortalecimento produtivo e da capacitação tecnológica do país.

Mas, em defesa da liberalização, Jean-François Huchet (2014) argumenta que o Estado chinês, em matéria de política industrial, já trocou o que ele chama de Era do Dirigismo, entre 1978 e meados de 1990, pelo que ele supõe como realismo e eficiência da empresa privada. Para ele, a política industrial dirigista tinha como objetivo a criação de grandes grupos empresariais nacionais, a absorção de tecnologia estrangeira e a reforma do sistema de pesquisa e desenvolvimento (P&D). A seu ver, com o abandono do sistema socialista, no início dos anos 2000, a política industrial tornou-se menos intervencionista, mostrou-se favorável às empresas de todos os tipos de propriedade e concentrou-se na eficiência energética na indústria, no combate à degradação ambiental e na interiorização, para o Oeste, da indústria. Entretanto, o papel do Estado na promoção dos gigantescos grupos empresariais estatais chineses na década de 2010 relativiza essa análise de Huchet.

A OCDE argumenta que as empresas de sociedade anônima, que empregavam somente 2,1% dos trabalhadores, são as mais lucrativas, porque geraram apenas 11,7% do produto, mas retiveram expressivos 23,2% dos lucros do total das empresas da China, em 2000. (OECD, 2003, p. 141) As sociedades anônimas teriam, segundo esses critérios, lucros duas vezes maiores do que as

empresas estatais. Então, a OCDE, sintomaticamente, conclui que as estatais, classificadas como menos lucrativas, estariam, por isso mesmo, destinadas, logicamente, a desaparecer em um ambiente mais competitivo. Esse é um tipo de análise que "joga água no moinho" da privatização na China. É uma lógica simples e também regressiva, centrada exclusivamente no alto lucro, desconsiderando particularidades da empresa estatal. Não são levadas em consideração as razões de fundo das dificuldades de lucros nas empresas estatais, verificando sua configuração e seu constrangimento pelas reformas privatistas.

A desestatização, nesse contexto, era inescapável, inexorável. A privatização era só uma questão de tempo. Assim, a desestatização das empresas na estrutura produtiva teve que ocorrer dentro de um processo de reformas, como esse que há quase 40 anos revolve profundamente as várias dimensões da China. Convenha-se que não seria possível manter a estrutura produtiva baseada em empresas estatais depois de tantos eventos liberalizantes, a despeito do ativismo e dirigismo do Estado chinês na economia. Nesse sentido, podem ser listados como tópicos liberalizantes, em maior ou menor grau, do desenvolvimento chinês: o desmantelamento das comunas populares, as Zonas Econômicas Especiais, a liberalização dos preços, a criação de bolsas de valores, a penetração de grandes empresas privadas, inclusive multinacionais, o aproveitamento da globalização, a presença dos bancos estrangeiros, o acordo com a OMC e a incorporação do capitalismo da diáspora chinesa.

A forma de autonomia gerencial desenvolvida pelas reformas, frisando unilateralmente a separação entre gestão e propriedade estatal, engendrou, no contexto de crescente liberalização da economia, as condições para um papel decisivo dos administradores na privatização ou liquidação das empresas estatais. Administradores saquearam os recursos de empresas, aparecendo, depois, como proprietários de novas empresas privadas. Conforme Weil, no

exercício da administração, os gerentes ampliaram a exploração dos trabalhadores e se apropriaram da mais-valia, através de elevados bônus, gratificações e vantagens custeadas pela firma, a exemplo de carros e padrão de vida elitista. (WEIL, 1999, p. 5) A corrupção teria favorecido o surgimento de uma camada social composta por "gerentes novos ricos", enquanto as empresas estatais eram apresentadas como fontes de perdas, sorvedouros de recursos públicos, campeãs do atraso tecnológico e formas inviáveis de propriedade.

Todavia, a simples denúncia da corrupção não revela completamente a ligação entre a privatização e a transformação em curso nas relações sociais de produção. Para Yiching Wu (2005, p. 51-52), a privatização das empresas estatais, com a expropriação de ativos públicos, é um dos fatores da formação de uma classe dominante na China nesse momento. Burocratas e quadros, através da diferenciação social e política, vão se constituindo em parte integrante de uma nova classe capitalista, no quadro amplo da transformação do tecido estrutural da sociedade, reconstituição do Estado e acumulação de capital.

CAPÍTULO VI

Integração à economia mundial

A China defende a globalização. Os Estados Unidos defendem o protecionismo. Papéis trocados? O mundo virou de ponta-cabeça? Em janeiro de 2017, em Davos, no Fórum Econômico Mundial, confraria de exaltação das belezas do neoliberalismo e do capitalismo, o presidente Xi Jinping exaltou a China como a combatente militante em defesa da globalização e do livre comércio. Xi lançou um desafio contundente ao discurso antiglobalização e protecionista do novo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

As grandes transformações econômicas da China têm um vínculo especial com o mercado mundial. O ano de 2013 constituiu-se em um marco da ascensão chinesa: nesse ano, a China ultrapassou os Estados Unidos como o protagonista do comércio mundial, ao realizar US$ 4,16 trilhões em exportações e importações de mercadorias. (ANDERLINI; HORNBY, 2014) A China já tinha se tornado o maior exportador do mundo em 2009. A China, em 2016, com 13,15% das exportações, mantinha-se como o maior exportador

do mundo e com 9,78% das importações detinha o segundo lugar como importador globalmente. Por toda parte, a vitrine de maior exposição do vínculo entre a ascensão chinesa e o comércio mundial são os produtos com o selo *made in China*. Agora, esse vínculo polariza as atenções através da *Iniciative One Belt*, *One Road*, a rota da seda por terra e por mar, o maior conjunto de obras de infraestrutura de abrangência internacional do século XXI. Desde o início das reformas em 1979, a política de portas abertas corresponde à compreensão de que a integração à economia internacional é um recurso decisivo para a modernização tecnológica e a expansão produtiva e comercial da China. Uma complexa estratégia, combinando liberalização e regulação estatal, tem moldado essa integração chinesa à economia mundial.

Ao longo do tempo, gradual e seletivamente, reduziu-se ou modificou-se a discricionariedade estatal, em termos de política industrial, e expandiu-se a liberalização econômica, sobretudo depois do acordo com a Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001. Mas ao mesmo tempo a China driblou, com astúcia, as imposições da OMC, tirando o Estado com uma mão e colocando-o com a outra mão, sob novas formas de regulação da indústria, investimentos e comércio. Com as reformas orientadas ao mercado, o Investimento Direto Externo (IDE) instalou as filiais de empresas estrangeiras, com controle forâneo de 100% do capital empresarial, em alguns casos, e foi obrigado a associar-se, criando *joint-ventures*, com as mais diversas formas de empresas chinesas, inclusive as firmas estatais, em outros casos.

Em 2015, a China manteve-se na liderança das exportações de bens, com vendas de US$ 2,27 trilhões, representando 14% do total exportado no mundo, enquanto nas importações o país situou-se em segundo lugar com US$ 1,68 trilhões, em uma parcela de 10%

das importações globais.[21] A corrente de comércio passou de 10% do produto nacional bruto em 1978, para 36%, em 1996, e os investimentos diretos externos saltaram de apenas US$ 2 bilhões, em 1983, para US$ 45 bilhões, em 1997. (WING, 1999, p. 8; 15) Em 2016, a entrada de capitais estrangeiros atingiu US$ 126 bilhões. A China exibe, ou exibiu até 2012, a mais elevada taxa de crescimento do PIB. Conta com trilhões de dólares de reservas internacionais. A imprensa no mundo não se cansa de veicular notícias com os números da dimensão econômica chinesa, destacando sua participação na demanda mundial de petróleo, aço, cimento, soja, automóveis, computadores etc.

Zonas Econômicas Especiais

A política de portas abertas, a partir de 1979, pretendeu atrair o investimento direto externo, especialmente com a criação de quatro Zonas Econômicas Especiais (ZEEs). As primeiras zonas foram implantadas em Shenzen e Shantou, na província de Cantão (*Guangdong*), em frente a Hong Kong, em Zhuhai, próxima de Macau, e em Xiamen, na província de Fujian, em frente a Taiwan. A construção de vínculos, ao longo do tempo, com os capitais da diáspora chinesa, nessas Zonas Especiais, teria que resultar em condições muito favoráveis para a reintegração de Hong-Kong e Macau à China, aguardando ainda Taiwan. A expectativa era que as empresas nessas zonas trouxessem tecnologia, servissem como alavancas das exportações, criassem empregos e fossem escolas de

[21] Os Estados Unidos, em segundo lugar, tiveram exportações de US$ 1,50 trilhões, com 9% do volume global de exportações. Os números correspondentes para a Alemanha foram: US$ 1,33 trilhões e 8%. (WORLD TRADE ORGANIZATION. World Trade Statistical Review 2016, p. 44 (https://www.wto.org/english/res_e/statis_e/wts2016_e/wts2016_e.pdf)

atuação no mercado. Em 1983, permitiu-se que o IDE assumisse a propriedade total de empresas. A área de penetração do capital estrangeiro foi ampliada, na região costeira, incorporando-se 14 cidades, em 1984, e as três zonas dos deltas dos rios das Pérolas, Min e Iangtsé, em 1985.

Para Joh-ren Chen (2005, p. 326), as ZEEs são um fator decisivo na atração do investimento direto externo. Ao criar as Zonas, o Estado chinês deflagrou um processo que se realimentava em termos de atração de investimento e comércio exterior. As Zonas teriam contribuído para o êxito da nova estratégia voltada para o mercado e para o exterior. Isso já foi provado e funcionou: Taiwan já contava com zonas de processamento de exportação desde os anos 1960 . Era uma experiência também em outros países asiáticos.

Sem sair da visão tradicional, Chen (2005, 326-327) listou algumas vantagens das ZEEs. Assim, as Zonas são instrumentos mais adequados para a longa transição da planificação para o mercado. Em vez de uma mudança global no país, é mais fácil a experiência de liberalização em uma área delimitada como uma ZEE, constituindo novas instituições passo a passo. Em segundo lugar, as Zonas têm os apoios, infraestrutura, incentivos fiscais e comércio liberalizado para a viabilização dos investimentos. Terceiro, as ZEEs favorecem a livre importação de insumos e a fragmentação global da produção manufatureira e impulsionam a competitividade conforme os termos do mercado mundial. Quarto, as ZEEs contam com os efeitos positivos criados pela concentração no mesmo lugar de setores estratégicos. As ZEEs reduziriam os custos administrativos de pequenas e médias empresas.

De fato, o comércio exterior exerceu, desde o início das reformas, uma influência fundamental nas mudanças produtivas chinesas, a começar pela viabilidade emprestada ao escoamento da produção das ZEEs.

Capital estrangeiro para trazer tecnologia, produzir e exportar

A concretização da presença do capital estrangeiro ocorreu, significativamente, em associação com as empresas domésticas, formando *joint-ventures*, com acentuado controle dos chineses na administração dessas firmas. O volume e o papel desempenhado pelo IDE distinguiram-se das demais experiências na China. O investimento externo representava apenas 1,5% do produto interno bruto da China, em 1991, mas, logo em seguida, alcançou a marca de 6,7 do PIB, em 1994. Nesse brevíssimo lapso de tempo, de 1991 a 1994, o IDE passou de 3,9% para 17% da formação bruta de capital. O Estado lançou mão de políticas de incentivos fiscais, beneficiando os investimentos estrangeiros, em detrimento das empresas chinesas. (YASHENG, 2003, p. 415) A Assembleia Nacional Popular, na sessão de março de 2007, aprovou uma nova legislação com a expectativa de alcançar a igualdade de tratamento tributário entre as empresas chinesas e as estrangeiras, a médio prazo, na China.

A política do Estado chinês foi marcada pela liberalização, em certos aspectos econômicos, para atração do capital estrangeiro, inclusive por motivos tecnológicos, embora se mantenha uma certa aproximação das abordagens japonesa e coreana de forte política industrial protecionista. O complexo, parcial e diferente liberalismo econômico chinês, no caso, se patenteia pelo importante grau de confiança depositada no livre curso das empresas estrangeiras para alavancar a produção, as exportações e promover a superação da defasagem tecnológica do país. No Japão e na Coreia, o Estado empreendeu um grande esforço de construção do desenvolvimento tecnológico nacional, ao lado da proteção para a consolidação de grandes empresas e grupos privados, com os *zeiretsus* japoneses e os *chaebols* coreanos. Porém, há que se notar a relativa autonomia do crescimento econômico da China em face do investimento externo, considerando, por exemplo, que o tamanho do PIB real se

elevou em 90%, entre 1994 e 2002, enquanto o volume da entrada real de IDE aumentou em 40%. (FLASSBECK, 2005, p. 35-37)

No período de 1980 a 2001, mais 380 mil empresas de capital estrangeiro se instalaram na China, com quase 90% delas localizando-se na região costeira.[22] O investimento direto externo agudizou gravemente as desigualdades econômicas regionais no país. (YUCHAO, 2004, p. 1011-1012) Em 1995, as empresas integralmente estrangeiras contavam com um investimento que ultrapassava US$ 60 bilhões e detinham 34% do comércio exterior. (YING, 1995, p 45)

O período de reformas na China coincidiu com a deslocalização das firmas dos países desenvolvidos e dos novos países industrializados, inclusive asiáticos, transferindo suas linhas de produção mais intensivas em trabalho para outros países, relativamente atrasados. A gigantesca, barata e disciplinada força de trabalho chinesa, além dos incentivos fiscais e liberdade comercial e gerencial, transformou o país em um ímã para esse tipo de empresas. Ademais, há a peculiaridade da diáspora chinesa, que teve seus capitais em Hong Kong, Taiwan, Cingapura e outras partes da Ásia, atraídos para as novas oportunidades e estabilidade oferecidas pela China continental.

A China passou da atração de US$ 3,5 bilhões de investimento direto externo líquido, em 1990, para US$ 60,6 bilhões, em 2004. (HART-LANDSBERG, 2006, p. 13) A corrida para as privatizações, em especial a partir da segunda metade dos anos 1990, foi uma das

---

[22] Ver no estudo do Banco Asiático de Desenvolvimento a tabela sobre investimento direto externo no período de 1996 a 2002 (em milhões de dólares). São apresentados os números sobre o IDE real e o contratado (esperado). É registrada a distribuição regional do IDE entre a costa, o centro e o oeste da China. In: ADB. Private Sector Assesstement – PRC. Asian Development Bank (ADB, 2003, p. 7). Com dados do Anuário Estatístico da China (China Statistical Yearbook) de 1998, 1999 e 2001 e do Ministério do Comércio Exterior e da Cooperação Econômica (MOFTEC).

maneiras de ampliar o afluxo do Investimento Direto Externo. O ano de 2002 foi marcante para o novo patamar inaugurado pela China na atração de capital estrangeiro porque, com o influxo de US$ 52,7 bilhões, o país foi o maior receptor de IDE no mundo. O investimento externo aumentou a capacidade produtiva da China, mas o país tornou-se mais dependente das exportações das empresas integralmente estrangeiras. Portanto, a economia da China depende, em parte, dos humores dos mercados internacionais e das decisões das corporações estrangeiras.

Os principais estados ocidentais sempre denunciaram o Catálogo de Direcionamento dos Investimentos Estrangeiros na China como a prova cabal das restrições do Estado chinês a assim chamada livre economia de mercado. Pequim determina o que e onde é aceito como Investimento Direto Estrangeiro (IDE). A importância da internacionalização dos capitais chineses, a necessidade de aumentar a participação nas cadeias de valor global e as transformações produtivas internas no país levaram o Estado chinês à revisão do Catálogo do IDE, em 2017. Foram reduzidos os casos e os tipos de firmas estrangeiras listadas no Catálogo como dependentes de aprovação do governo. Foram relacionados os investimentos desejados e que são considerados estratégicos em favor do avanço da economia do país. As proibições no Catálogo para o IDE foram reduzidas de 93 para 66 regulamentações sobre setores econômicos, abrindo-se o país para o IDE em: serviços de informação e avaliação de crédito, contabilidade e auditoria; operação em mercados de grande escala nos negócios a atacado de produtos agrícolas; equipamentos ferroviários, óleo de soja, exploração em áreas não convencionais de óleo e gás (petróleo de xisto e areia; gás de xisto). Foram ampliados no Catálogo os tipos de investimentos que serão objetos de incentivos, a exemplo de pesquisa e produção de componentes sofisticados de impressão 3D.

O impulso exportador

No início das reformas, o crescimento das exportações chinesas ocorreu mais lentamente do que outras experiências asiáticas. No período de dez anos, entre 1981 e 1990, a China só conseguiu aumentar em 50% suas exportações. Mas, em comparação, anteriormente, em 1968, a Coreia do Sul precisou de apenas quatro anos para dobrar suas exportações. A partir de 1994, a China conseguiu acelerar suas exportações, e em apenas três anos, de 2000 a 2003, quase dobrou suas vendas externas. Entre outros fatores, a adesão à OMC em 2001, paradoxalmente, ajudou esse desempenho ao diminuir relativamente barreiras para as vendas chinesas. A adesão à OMC ocorreu sem que a China tenha aderido ao neoliberalismo subjacente às imposições desta instituição internacional, polarizada pelos Estados Unidos e União Europeia. As exportações chinesas cresceram a uma média anual, como porcentagem do PIB, em 10,5%, no período de 1981 a 1988, e em 25,1%, de 1994 a 2003. A partir dos anos 1990, o desempenho comercial da China assemelhou-se às experiências asiáticas, como o que ocorreu no Japão e na Coreia do Sul. (FLASSBECK, 2005, p. 4-6)

As exportações diversificaram-se rapidamente, dos têxteis aos eletroeletrônicos. A exportação de manufaturados cresceu 20% ao ano, desde 1980. As vendas de bens manufaturados saltaram de 40%, em 1980, para 90%, em 2001, como participação na pauta de exportações da China. O valor das exportações chinesas, em 1990, representava 16% do PIB do país. Mas essa relação – exportações/PIB – pulou para 36%, em 2003. (HART-LANDSBERG, 2006, p. 13) Então, o crescimento econômico passou a depender mais das exportações, que precisaram ser cada vez maiores.

Zhang Jun avaliou em 2006 que o Produto Interno Bruto da China estava em cerca de 70% relacionado com o comércio exterior, demonstrando a dependência da economia em face das trocas

internacionais. Apesar da constatação dessa dependência, o professor Zhang avaliava positivamente essa realidade. A China estaria demonstrando competitividade. Essa arrancada exportadora, além dos baixos salários e das políticas preferenciais do governo, sustentaria a grande atração do investimento externo para a China. "Eu acho que o crescimento econômico na China tem sido amplamente um resultado da globalização da produção chinesa de manufaturados", afirmou Zhang Jun (2006). Estranhamente, ao concentrar-se na globalização como fator causal, Zhang separa, de um lado, os baixos salários, os incentivos, as condições privilegiadas para as próprias empresas exportadoras, e, de outro, o desempenho exportador chinês, ou seja, dessas mesmas empresas em sua competitividade. Contudo, entre esses dois lados, parece que o primeiro é causa e, o segundo, efeito. Essa seria, assim, uma melhor explicação, entre outros fatores, para a atração do IDE. As exportações das empresas de capital estrangeiro aumentaram rapidamente, saindo de 20%, em 1992, e alcançando 50% do conjunto das vendas externas da China, em 2001.[23] Mas, em 2010, já açambarcaram 56% de todas as suas exportações.

Mantém-se uma grande polêmica, principalmente entre os Estados Unidos e a China, a respeito da questão cambial. Polemiza-se sobre os efeitos da desvalorização do *renminbi* na competitividade das exportações chinesas, reforçando o grande déficit

---

[23] Ver no estudo de Heiner Flassbeck o gráfico com a participação das firmas estrangeiras nas exportações totais da China (em %), no período 1985 a 2003. Em 1992, essa participação alcançou 20%, em 1996 passou de 40% e em 2001 atingiu 50%. In: FLASSBECK, Heiner. China's Spetacular Growth Since Mid-1990. Macroeconomic Conditions and Economic Policy Changes. UNCTAD (2005). China in a Globalizing World. p. 36.

norte-americano.[24] Com a incorporação do *renminbi* aos Direitos Especiais de Saques do FMI, em outubro de 2016, a China terá muito mais dificuldade para adotar medidas de depreciação da sua moeda. Todavia, no período das reformas, na China, qual foi a trajetória da sua política cambial? Embora tenha incorrido em valorização cambial na década de 1980, a China, com um regime de câmbio múltiplo e controles cambiais, promoveu, por diversas vezes, a desvalorização do *renminbi*, até 1994. Nesse mesmo ano, foram unificados os mercados de câmbio oficial e *swap*, sob forte desvalorização. As firmas domésticas já não seriam obrigadas a trocar suas receitas em dólares pela taxa oficial desfavorável. A partir daí, as autoridades só permitiam uma flutuação, com bandas muito estreitas, ancorando o *renminbi* no dólar. Assim, obtinha-se uma razoável estabilidade. Entretanto, a taxa real de câmbio registrou importante desvalorização na segunda metade dos anos 1990. Nesses termos, a China passou a dispor de uma taxa de câmbio estável e competitiva, favorecendo os investimentos e as exportações.

Apesar dos protestos dos Estados Unidos, há forte crescimento das importações chinesas desde a década de 2000. A China passou ao terceiro lugar nas importações no mundo já em 2005.[25]

---

[24] A moeda chinesa é denominada *renminbi* – traduz-se como "dinheiro do povo" e tem como sigla RMB. Empregam-se indistintamente as denominações *renminbi* ou *yuan* (CNY, *yuan* da China). O *renminbi* tem como unidade básica o *yuan*, que é dividido em dez *jiaos*, e um *jiao* divide-se em 10 *fens*.

[25] Ver na nota de Sergio Martín o quadro com os 10 países com mais exportações e os 10 com mais importações no comércio mundial em 2005 (em bilhões de dólares e em %). A China, em 2005, já estava em terceiro lugar no *ranking* tanto da exportação quanto da importação no mundo. Os dois primeiros exportadores eram a Alemanha e os Estados Unidos, com 9,3% e 8,7% do total exportado, respectivamente. Na importação, as posições eram trocadas, com os Estados Unidos e a Alemanha participando com 16,1% e 7,2%, respectivamente. In: MARTÍN, Sergio. China, *la tercera maior potencia comercial del*

As compras chinesas de insumos industriais e *commodities* agrícolas avançaram por toda parte, inclusive com forte presença na África e América Latina. Ademais, há déficits estruturais chineses nas trocas com alguns vizinhos asiáticos.

Montagem para exportações *versus* capacitação tecnológica

No início, a indústria de montagem teve muito a ver com o sucesso das exportações chinesas. De certa forma, a China transformou-se em uma poderosa plataforma de exportações para as firmas estrangeiras, inclusive da diáspora chinesa. A lógica produtiva, em parte, consistiu no processamento de insumos importados. Por isso mesmo, as firmas estrangeiras, com mais de 70% do setor, dominavam o comércio baseado em indústria de montagem. As peças, componentes e insumos para essas firmas são supridos, principalmente, por firmas dos vizinhos asiáticos, e em muitos casos, na troca intra-firmas, relacionando a matriz, externamente, com a filial chinesa.

Deve-se ressalvar que o aspecto da especialização produtiva chinesa em indústria de montagem não é a repetição do fenômeno das maquiladoras do México. Há traços que aparentam alguma similaridade entre as duas experiências, como os baixos salários, a dependência do capital e tecnologia estrangeiros, uma aproximação de enclave etc. Porém, além de outros fatores políticos, o tamanho e o dinamismo da economia chinesa, sua acelerada

---

mundo. Casa de Ásia-Economia, n. 193, nov. 2006, p.1. Ver ainda a tabela sobre a evolução do comércio exterior da China no período de 1995 a 2005, com o registro da rápida escalada das exportações e das importações. As exportações saltaram de US$ 148 bilhões em 1995 para US$ 761 bilhões em 2005, enquanto as importações aumentaram de US$ 132 bilhões para US$ 660 bilhões nos mesmos anos. In: MARTÍN, Sergio. China, *la tercera maior potencia comercial del mundo*. Casa de Ásia-Economia, n. 193, nov. 2006, p. 2.

evolução tecnológica e a forma da integração produtiva regional na Ásia diferenciam completamente as trajetórias mexicana e chinesa. Ademais, existe imenso número de firmas integralmente chinesas especializadas no comércio de bens de montagem.

A reelaboração e a montagem de insumos importados respondiam pela elevadíssima percentagem de 90%, no caso das exportações de alta tecnologia em 2002, segundo Cong. (CONG, 2004, p. 6-7) Nesse segmento econômico, verificava-se naquele momento ainda grande desigualdade no comércio, com uma posição importadora da China.[26]

Françoise Lemoine e Deniz Ünal-Kesenci avaliavam que o investimento direto externo tem desempenhado um papel positivo para o aumento da produtividade e para o crescimento econômico da China. (LEMOINE; ÜNAL-KESENCI, 2004, p. 840-842) Criticavam, contudo, o insignificante transbordamento da capacitação tecnológica e da competitividade das firmas estrangeiras para as empresas integralmente chinesas. Eles apontavam para um dualismo na estrutura tecnológica e comercial da China. Assim, as firmas de montagem estavam localizadas na região costeira, sobretudo nas Zonas Econômicas Especiais. São firmas mais voltadas para as exportações e concentravam a modernização tecnológica. Em contraste, as firmas integralmente chinesas têm uma localização relativamente mais dispersa geograficamente, estavam mais voltadas para o mercado doméstico e são defasadas tecnologicamente.

---

[26] Ver no estudo de Masahiro Katsuno a tabela sobre a composição do comércio de alta tecnologia da China em 2003, com as importações e as exportações de componentes eletrônicos, equipamentos de computação, equipamentos de telecomunicações, outros bens de tecnologia de informação e comunicação, equipamentos de áudio e vídeo. In: KATSUNO, Masahiro. Status and Overview Official ICT Indicators for China. OECD, ITCS database *apud* Katsuno (2005, p. 20).

Na década de 1980, predominavam as exportações de têxteis, mas desde os anos 1990 passaram a prevalecer os produtos elétricos e eletrônicos nas vendas externas da China. Isso não quer dizer que a maioria das empresas integralmente chinesas tenha adquirido capacidade inovativa para uma produção mais sofisticada tecnologicamente. A produção pode sair das fábricas integralmente chinesas – e, portanto, não somente firmas estrangeiras –, mas o processo produtivo ainda se baseia, significativamente, na tecnologia estrangeira. É por isso que em 2004 as patentes estrangeiras estavam presentes em 95% dos produtos, no setor farmacêutico; em 80%, na produção de *chips*; em 70%, nas máquinas de controle digital e equipamento têxtil, e em 90% em automóveis, conforme Li Deshui, diretor do Departamento Nacional de Estatísticas da China. (FOREIGN, 2005)

Entretanto, há uma importante mudança, desde a década de 2000, no que diz respeito ao esforço próprio chinês no desenvolvimento tecnológico. Em 2016, segundo a World Intellectual Property Organization (WIPO), a China apresentou 1,3 milhão de solicitações de patentes, superando a soma dos EUA (605.571), Japão (318.381), Coreia do Sul (208.830) e União Europeia (159.358). Conforme a OCDE, a China, em 2004, já estava em segundo lugar como investidor em pesquisa e desenvolvimento (P&D), ultrapassando o Japão, enquanto os Estados Unidos se mantinham na liderança. (CHINA WILL, 2006) Assim, a estimativa da hierarquia dos gastos, em bilhões de dólares, com P&D em 2004 era: EUA, com $ 330; China, com $ 136, e Japão, com $ 130; enquanto a União Europeia (EU-15, com principais países) gastou US$ 230 bilhões. A China teve, segundo a OCDE, uma ascensão muito rápida, tanto nos gastos, quanto no número de pesquisadores, em um contexto global de maior competição. Os gastos chineses foram dobrados entre 1995 (0,6% do PIB) e 2004 (mais de 1,2% do PIB). Em 2015, a China respondeu por 21% do total mundial de gastos em pesquisa e desenvolvimento, ficando

atrás apenas dos Estados Unidos, conforme a Fundação Nacional de Ciência dos EUA (NSF). Além disso, a massiva migração das corporações ocidentais para a China alcançou um novo patamar com o início de atividades de P&D nas filiais chinesas.

Na segunda metade da década de 2010, a China passou a fazer parte dos protagonistas das cadeias de valor global, ao lado dos Estados Unidos e Alemanha, com a inovação tecnológica tomando o lugar dos salários baixos na competitividade chinesa. Assim, para Andrew Sheng e Xiao Geng (2017), a rápida digitalização na economia e na sociedade é o veículo principal da ascensão da China nas cadeias de valor. Em defesa dessa perspectiva da "China digital", Sheng e Geng, em visão muito otimista, subestimando os problemas do desemprego, apontam os mais variados argumentos: os planos governamentais *Made in China* 2025 e *Internet Plus* contribuem para as mudanças com integração da inteligência artificial, *big* data, robótica, impressão em 3D e processos digitais de produção industrial, além de mídia social; os gastos chineses em pesquisa e desenvolvimento superam os dispêndios da União Europeia; a China já situa-se em paridade com os Estados Unidos nas publicações científicas; há superioridade chinesa no número de doutores em ciências naturais e engenharia; a China, desde 2015, já tinha atingido 18% do total de suas vendas do varejo através do comércio eletrônico, enquanto nos Estados Unidos são 8%; os pagamentos através de *smartphones* alcançaram um valor 50 vezes maior do que nos EUA em 2016.

Em janeiro de 2018, foi divulgado um fato extremamente relevante: a ultrapassagem dos Estados Unidos pela China no número de artigos científicos publicados, conforme a avaliação da Fundação Nacional de Ciência (NSF) dos EUA. Assim, em 2016 autores da China publicaram mais de 426 mil estudos, 18,6% do total, enquanto os Estados Unidos conseguiram 409 mil, de acordo com a base de dados Scopus da editora Elsevier.

A China driblou a OMC

Antes do ingresso na OMC, a China começou a sua liberalização comercial parcial com a extinção do monopólio estatal do comércio exterior, a redução das tarifas e barreiras não alfandegárias e fim dos subsídios diretos à exportação. (FUKASAKU; YU; QIUMEI, 1999) As tarifas alfandegárias sobre as importações caíram de 41%, em 1992, para 16,8%, em 2001. O momento crucial da liberalização foi a adesão à OMC, em 2001. Entretanto, a China aplicou uma finta, um drible, um movimento inesperado e desconcertante: aproveitando as brechas legais na OMC, criou novos instrumentos estatais de regulação e promoção das suas exportações e investimentos, ao lado do controle sobre o capital estrangeiro em sua estrutura produtiva doméstica.

Anteriormente, existiram estudos do governo chinês, vislumbrando os ganhos econômicos líquidos do acordo com a OMC. Também havia preocupações: já em 1998, estimava-se que o acesso, pela concorrência estrangeira, aos mercados chineses agrícolas, além dos mercados de bens industriais, deixaria 9,6 milhões de trabalhadores rurais desempregados. (FUKASAKU; YU; QIUMEI, 1999, p. 7) A entrada da China na OMC ajudou a abrir mais mercados para as suas exportações, porém, em contrapartida, diminuiu, mesmo que apenas relativamente, sua autonomia anterior para fazer política industrial. A especificidade da China – em razão do dinamismo e tamanho da sua economia e do seu posicionamento já alcançado no mercado mundial –, fez com que a maior liberalização do seu mercado doméstico não tenha gerado bloqueios para a graduação tecnológica das empresas integralmente chinesas e para a constituição de um sistema nacional de inovação. Em 2001, a China já estava, vantajosamente, para seus interesses nacionais, bastante integrada ao mercado mundial. De fato, a artilharia dos preços baixos das exportações chinesas trouxe grandes benefícios

para a economia do país, após a melhoria gradual de acesso ao mercado mundial por conta do acordo com a OMC.

Ao lado das majoritárias vantagens comerciais e tecnológicas, o acordo com a Organização Mundial do Comércio resultou em algumas situações de falência ou privatizações de parte de empresas estatais, em razão do aumento da concorrência externa. (HART-LANDSBERG; BURKETT, 2004, p. 49) As empresas asiáticas, norte-americanas e europeias já tinham avançado substancialmente na década de 1990 com exportações de bens destinados ao mercado interno da China. No entanto, diante disso, a crença do governo era de que a própria abertura externa do comércio e do investimento deveria provocar o surgimento de novas oportunidades de negócios para as empresas chinesas. Nesse mesmo sentido, acreditava-se que, nas novas condições de liberalização dos mercados, surgiria um impulso ao crescimento do setor de serviços, que, com dinamismo e competitividade, seria capaz de absorver os migrantes rurais, dados os limites potenciais da demanda por mão de obra na indústria, com a escalada tecnológica.

Alguns tipos de perigos do aprofundamento da liberalização, com mais dominação do capital, conforme o acordo com a OMC, não provocaram paralisia de ação nos dirigentes do Estado chinês. Cabe ressalvar que em sentido sistêmico, profundo e a longo prazo, a liderança do Estado-partido decidiu dar mais um passo adiante na integração mundial, nos termos do liberalismo do capital, mesmo que mitigado, em lugar da participação na economia internacional em conformidade com uma planificação de orientação socialista. Essa decisão estava em consonância com a estratégia econômica em curso e que se baseava na regulação do mercado e na centralidade da economia mista. Como confirmação do acerto dessa estratégia, o acesso à OMC teve impacto positivo sobre o estrito crescimento econômico. Portanto, os dirigentes chineses lutaram com firmeza para ingressar na OMC, assumindo todas as suas implicações.

As principais potências, especialmente os Estados Unidos, só deram o aval para a China na OMC em troca de maior abertura do mercado interno chinês, "particularmente, acesso aos lucrativos mercados de serviços do país". (FUKASAKU; YU; QIUMEI, 1999, p. 7) Nas negociações do acordo dos chineses com a OMC, os Estados Unidos e a União Europeia conseguiram estabelecer cotas de exportações de tecidos e roupas chinesas até 2008. O governo chinês cumpriu o Acordo com a OMC em todas as inéditas – historicamente – imposições de rápida redução de tarifas, abertura de diversos setores e abandono de aspectos de políticas públicas discricionárias, obedecendo todas as etapas do cronograma de medidas de liberalização. (ARRIGHI, 2008, p. 285) Os Estados Unidos fizeram exigências extremamente abusivas, violentas e exageradas, dentro das cláusulas do Acordo da China com a OMC, com a finalidade de liquidar a soberania nacional do Estado chinês. O tempo mostrou que a China soube driblar os abusos imperialistas e colonialistas contrabandeados pelos Estados Unidos para os termos do Acordo chinês com a OMC.

Mesmo antes de rodadas de liberalização dos mercados domésticos de serviços, a China já tinha aumentado significativamente suas importações de serviços. Em 1987, a China importava em serviços 5% do seu total de comércio, mas, apenas dez anos depois, em 1997, esse percentual já tinha subido para 14%. Comparativamente, nesses mesmos anos, os Estados Unidos tinham os percentuais de 14,8% e 14,3%. As exportações de serviços da China, como porcentagem do seu total de vendas externas, avançaram muito lentamente: em 1987, eram 9,7% e, em 1997, só avançaram para 11,8%. Novamente, na comparação, os Estados Unidos tinham nos citados anos os percentuais de 25,5% e 25%. (FUKASAKU; YU; QIUMEI, 1999, p. 9)

No acordo com a OMC, a China foi forçada a aceitar sua classificação como uma economia que não era de mercado (Non-market Economy – NME) até dezembro de 2016. Durante 15 anos, a China

foi obrigada a aceitar regras protecionistas de outros países, através de salvaguardas e direitos "antidumpings". Após a expiração desse prazo de 15 anos, os Estados Unidos, a União Europeia e o Japão desobedecem e fraudam, na prática, as regras impostas por eles próprios sobre os chineses, e continuam a recusar o *status* de economia de mercado para a China. Desconsideram a liberalização já efetivada, e acusam a persistência de práticas "desleais" de comércio e investimentos, com interferência do Estado chinês. Nesse sentido, a União Europeia já implantou novas regras protecionistas em 2017, claramente ilegais no âmbito da OMC, para restringir as importações de países que possuam alegada alta estatização da economia e do sistema financeiro e baixos níveis dos custos trabalhistas e de proteção do meio ambiente, os chamados *dumpings* social e ambiental. O alvo dos europeus é a China. O governo Trump, com retórica alarmista, avalia que o reconhecimento dos direitos de economia de mercado para a China seria um cataclismo na OMC. Mas, legalmente, a China já é membro pleno da OMC, e assim deveria ser considerada economia de mercado por todos os demais 163 membros desta instituição. No fundo há, por parte das potências ocidentais, um discurso tipicamente falso ao separar economia e estado. Prevalece o inconfessável objetivo realista de promoção de seus capitais originariamente nacionais e sua economia doméstica. Para os interesses do grande capital, com suas corporações produtivas e financeiras, o Estado é sempre indispensável, na dança contínua entre liberalismo e protecionismo. O Estado das grandes potências é parte da luta competitiva inevitável e sobredeterminante entre os capitais.

A China é campeã dos processos *antidumping* no mundo. Esse país, em 2004, tinha o maior número de investigações de *dumping*, com 48 casos, enquanto a Coreia do Sul vinha, em segundo lugar, com apenas 12 casos. Por causa do *status* de economia "não mercado" da China (NME), a parte da acusação teve vantagens na

simplificação de provas e na liberdade de escolha do país, que serve de paradigma de custos para contrastar com os custos chineses. A propósito, um dos fatores do rebaixamento dos custos é o baixo nível salarial dos trabalhadores chineses, embora Li Yuefen (2005) considere a vantagem de custos da China como decorrência de sua eficiência econômica. Li acusa as multinacionais como os principais fomentadores e beneficiários das medidas *antidumping* em relação às firmas chinesas.

Nova Divisão Internacional e Regional do Trabalho

O tamanho e o dinamismo da economia chinesa passaram a desempenhar um papel-chave no desempenho da economia mundial, desde a segunda metade dos anos 1990. Há algo como um "efeito China", que consiste em reorganização da divisão internacional e regional do trabalho, conforme a polarização exercida pela economia chinesa. O patamar alcançado pela integração chinesa na economia mundial levou a China a exercer um papel de duplo polo, tornando-se um dos centros da globalização e, simultaneamente, uma base de centralização regional asiática. (MEDEIROS, 2006)

A migração de capitais tanto globais quanto asiáticos tem a China como um dos destinos prioritários. A produção e as exportações desse país ajudam a refazer a segmentação internacional e regional das cadeias produtivas. Muitas empresas classificadas como integradoras nas cadeias globais de valor têm unidades produtivas estratégicas na China. A marcha acelerada da produção chinesa alterou profundamente as relações interindustriais no Leste e Sudeste da Ásia. Constituiu-se, com a participação chinesa, um novo espaço asiático de compartilhamento produtivo e comercial, bem como de competição. Entretanto, constata-se, ao mesmo tempo, uma crescente influência das empresas transnacionais na China e no Leste asiático.

Depois de 1995, com a nova valorização do *yen* em relação ao dólar, com a diminuição do ritmo de importação japonesa de produtos asiáticos e com certa retração do investimento direto externo japonês, a China avançou, inclusive beneficiando-se da desvalorização de sua moeda, em 1994, e acelerando suas exportações. As exportações dos chamados tigres asiáticos e dos membros da Associação Econômica do Sudeste da Ásia (Asean) começaram, de certa forma, a sofrer um desvio de comércio, devido à penetração da China em mercados ocidentais, como os Estados Unidos. Estabeleceu-se, em contrapartida, forte dinamismo nas trocas asiáticas, nas quais a China é o destino de crescentes exportações dos países vizinhos, sobretudo de insumos. Além disso, as firmas asiáticas se instalaram lá, massivamente, participando do êxito exportador chinês para terceiros mercados. Há, ao mesmo tempo, com o protagonismo da China, acirramento da competição na Ásia, algum grau de similaridade em parte da produção e um potencial de crise nas relações econômicas internas ao Leste asiático.

Nas relações econômicas da China com outras nações do Leste e Sudeste da Ásia, avalia-se que os ganhos mútuos de comércio e investimento seriam efetivos, como esperava John Weiss (2005), em meados da década de 2000. Não obstante essas vantagens recíprocas, haveria tanto riscos para setores individuais quanto necessidade de flexibilidade e reajustes das empresas e Estados. Conforme John Weiss (2005, p. 47-50), a China tinha uma estrutura intermediária de comércio porque era menos sofisticada do que Japão, Coreia do Sul, Taiwan e Cingapura, porém era mais avançada do que Indonésia, Malásia, Tailândia e Filipinas. Mas isso mudou: a China na década de 2010 já galgou patamares tecnológicos elevados em muitos setores de máquinas e equipamentos, em comparação com seus rivais asiáticos mais avançados.

Alega-se ainda que a relação comercial poderia ser acompanhada pela unificação monetária, colocando em um nível mais alto

a cooperação entre algumas nações asiáticas. A rapidez do crescimento e da integração das economias do Leste asiático, bem como o relativo sincronismo dos seus movimentos cíclicos, de curto e longo prazo, já teriam criado as condições necessárias para a união monetária e a moeda comum dessa região, segundo Kiyotaka Sato e Zhaoyong Zhang (2006).

A integração à economia mundial tem exigido a internacionalização dos próprios capitais chineses. Essa é uma necessidade de sobrevivência – produtiva, comercial, financeira e tecnológica – na competição com as firmas estrangeiras. Essas corporações estrangeiras atuam na China – para os mercados da China e do mundo, via exportações – e se beneficiam de seus próprios e diversos recursos e instrumentos já instalados na economia internacional, em especial nos planos financeiro e tecnológico. Essas corporações beneficiam-se também da flexibilidade e diversidade, inclusive de custos, dadas pela miríade de fornecedores e parcerias produtivas dispersas nas cadeias de valor global. Assim, para os chineses, a necessidade inexorável da nova concorrência internacional já se manifestava em 2002, no início da década de viragem de seu lugar na economia mundial, quando a China já contava com 2.382 empresas instaladas em 128 países, nas mais diversas regiões, com um total de investimento direto externo chinês de US$ 29,9 bilhões. (YUANJIANG, 2005, p. 46) Os investimentos chineses desde o início sempre foram direcionados para assegurar o suprimento de alimentos, matérias-primas e energia, como se constata na sua presença na América Latina, na África e na própria Ásia, em combinação com a aquisição ou fusão de empresas da Europa, Estados Unidos e Canadá em função de incorporação de tecnologia e posicionamento nas cadeias globais de valor. A partir de 2010, aproveitando o momento de dificuldades das potências ocidentais com os desdobramentos da crise de 2008, a China acelerou os investimentos no exterior, com suas empresas estatais e privadas.

Há variadas críticas de analistas ocidentais sobre o IDE chinês. Alguns, alinhados aos interesses dos Estados Unidos, esgrimem um ponto de vista econômico claramente convencional e conservadorismo político, negando relevância ao IDE da China, porque seriam recursos concentrados em países periféricos com excessiva instabilidade política, com ameaças potenciais de perdas ou prejuízos dos capitais investidos. Esses mesmos críticos também concluem que a China só consegue comprar firmas secundárias, com debilidades tecnológicas e de mercado, nos principais países ocidentais. De outro lado, absolutamente distinto, críticos de esquerda denunciam um novo tipo de imperialismo operado pela China na dimensão dos negócios, em vez das tradicionais ingerências políticas e intervenções militares ocidentais. Para esses críticos, as alegadas vantagens desenvolvimentistas trazidas pelas empresas chinesas para os países periféricos são uma nova forma de dependência perante os capitais e o poder da China, além do comércio assimétrico em que a China vende manufaturados, com mais valor agregado, e compra commodities básicas, empurrando esses parceiros comerciais na periferia capitalista para a desindustrialização e o neocolonialismo.

As estratégias e respectivos programas governamentais *Going Global*, *Made in China e Belt and Road* são articulados para a promoção e sustentação de marcas, empresas e negócios no exterior. Desde a década de 2010, os investimentos externos chineses no exterior crescem com mais rapidez do que a entrada de capitais estrangeiros na China. Assim, desde 2014, 2015 e 2016, o volume de IDE chinês já ultrapassou a entrada de capitais na China. E essa diferença deve ser maior do que os números apresentados pelo Ministério do Comércio da China, porque, como se sabe, uma parcela muito relevante dos investimentos chineses no exterior está mascarada como se fosse capital de Hong-Kong e de paraísos fiscais como Luxemburgo e Ilhas Cayman.

A exemplo dos grandes grupos empresariais do Japão e da Coreia do Sul, a China constituiu conglomerados e grandes empresas para dispor de poder e autonomia financeira, capacitação tecnológica e internacionalização nas cadeias de valor, com capacidade de competição nos mercados globais. Dentro da combinação complexa de liberalização e regulação na China foi criada, em 2003, a Administração Supervisora dos Ativos Estatais (State-Owned Asset Supervision Administration – Sasac), que controla as principais decisões das 150 maiores empresas estatais. A Sasac suprimiu a dispersão entre diversos ministérios para a condução da política industrial direcionada para esses conglomerados empresariais estatais. São estatais todas as 12 primeiras empresas chinesas que apareceram na lista das 500 maiores companhias do mundo em 2014, conforme a revista *Fortune*. Nesse ano, da China, constavam na lista global 76 estatais e apenas 22 firmas privadas. (FORTUNE, 2015) Na lista de 2016, a China subiu para 110 corporações, ocupando a segunda posição, depois dos Estados Unidos.[27] A escalada é clara: em 2012, eram 73 empresas chinesas e 68 japonesas; [28] em 2006, eram 20 empresas da China A lista é composta por empresas listadas em bolsas de valores e o critério de classificação é o volume de faturamento. As empresas chinesas atuam principalmente nos setores de petróleo, energia, banco, telecomunicações, automóveis, ferrovias e construção civil. Em 2016, as estatais chinesas State Grid (eletricidade), China National Petroleum Corporation e Sinopec Group (petróleo) e o Industrial & Commercial Bank of China situaram-se nos segundo, terceiro e quarto e 15º lugares, respectivamente. Em 2006, a petroleira Sinopec era a maior empresa da China, detinha

---

[27] Ver lista das 500 maiores empresas, em 2016, na *Fortune* disponível em: <http://beta.fortune.com/global500/list>

[28] Ver lista das 500 maiores empresas, em 2012, na *Fortune* disponível em: <http://fortune.com/fortune500/2012>

a 23ª posição na lista e só ficava abaixo da Toyota, considerando apenas as empresas asiáticas.

BRICS

O crescimento econômico dos chamados países emergentes, a ascensão chinesa em particular, os problemas e as políticas dos países centrais no cenário da crise de 2008 e os limites da representação multilateral em importantes organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, são os quatro fatores principais que motivaram a criação e evolução do grupo BRICS, congregando o Brasil, a Rússia, a Índia, a China e a África do Sul. Desde o período de 2012 e 2016, a crise econômica no Brasil e na Rússia, as grandes dificuldades da economia da África do Sul e a desaceleração do crescimento na China provocaram a renovação das avaliações sobre a fragilidade do BRICS. Diante disso, a China, pela sua grande expressão econômica no mundo, a despeito da mencionada desaceleração, é quem consegue dar viabilidade e relevância ao BRICS. Trata-se de um bloco, sem configuração convencional de comércio e de espaço geográfico. Os países do BRICS estão em todos os continentes, reúnem 42% da população mundial e detinham 21% do PIB mundial em 2015.

A significativa heterogeneidade política e econômica, e até a parcial separação geográfica dos membros do BRICS, com destaque para a esmagadora superioridade da economia chinesa, são enfatizados pelos críticos dessa iniciativa institucional de países da periferia e semiperiferia do sistema capitalista mundial. De fato, há fortes tensões internas no BRICS. Nesse sentido, há as disputas de fronteiras entre China e Índia. Aliás, a Índia tomou a atitude relevante de abrir investigações de antidumping contra 13 produtos chineses na OMC em 2017. Vale lembrar o impacto desindustrializante e reprimarizante sobre a estrutura produtiva brasileira,

em razão da gritante assimetria dos tipos de mercadorias no comércio entre China e Brasil.

Dentro do BRICS, a China, paradoxalmente, é o elemento de diferença, rivalidade e hegemonia e ao mesmo tempo é o cimento e unidade do bloco. As relações comerciais são limitadas entre Brasil, Rússia, Índia e África do Sul, mas a China é o parceiro comercial destacado de todos eles. Para a China, o BRICS tornou-se uma arma indispensável – embora insuficiente – em sua estratégia de relações internacionais para conquistar projeção e poder nos organismos e instâncias tradicionais, para forçar o alargamento do multilateralismo em seu benefício, para diminuir a desenvoltura política dos Estados Unidos. Da mesma forma, o BRICS é importante para a China para a segurança do acesso tanto ao suprimento de alimentos, energia e matérias-primas quanto das suas vendas externas de manufaturados para os grandes mercados dos seus parceiros no bloco. O BRICS é mais um instrumento, pelo menos como demonstração de aliança política, "cartão de visita", para a China abrir portas para seus interesses econômicos gerais, para a internacionalização das suas empresas, para as oportunidades de negócios na América Latina, África e Rússia e Índia.

Nas críticas ao BRICS transparece a resistência a qualquer movimento internacional mais autônomo em face da hegemonia dos Estados Unidos e Europa Ocidental. A denúncia de que se tratava de um fórum para meros discursos políticos e troca de opiniões dos chefes de Estado, sem qualquer relevância prática, tem sido respondida por um processo em que, lentamente, a cada ano, são estabelecidos entendimentos de cooperação em diversas áreas, sobretudo em temas econômicos, financeiros, comerciais e de ciência e tecnologia. A principal resposta à inviabilidade e irrelevância do bloco foi a criação, em 2014, do chamado banco do BRICS, ou seja, o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), e o Arranjo Contingente de Reservas (ACR). O argumento da incontornável incipiência

organizacional do bloco foi vencido pela institucionalização do BRICS através do NBD e do ACR. O Banco destina-se a financiar projetos de infraestrutura diante da insuficiência de recursos e direcionamento político de Washington nos financiamentos do Banco Mundial. O ACR é um mecanismo de socorro para os países com problemas de balanço de pagamentos, sem a tradicional política de condicionalidades e ingerência do FMI, embora os exíguos recursos do ACR neste momento só tenham importância efetiva para uma economia pequena relativamente como a África do Sul. É evidente que, a despeito de sua novidade, importância e necessidade, essa institucionalidade financeira do BRICS ainda não tem porte e alcance para já se caracterizar como alternativa e exclusão do FMI e Banco Mundial. São instituições efetivamente complementares aos organismos tradicionais e sem força para impor uma reforma da arquitetura do sistema financeiro internacional.

CAPÍTULO VII

O imbróglio financeiro

A grande disputa em torno da finança na China está direcionada principalmente no ataque ao sistema bancário, acusado de ineficiente, concentrado, vulnerável, a serviço da ingerência política do Estado chinês. "Cartago deve ser destruída": eliminem a "repressão financeira", liberalizem os mercados de capitais, desmontem os quatro grandes bancos, com capital majoritário estatal (Banco Comercial e Industrial da China, Banco da China, Banco da Construção e Banco da Agricultura)![29] Com o Banco das Comunicações, com participação estatal minoritária, constituiu-se o grupo dos cinco grandes bancos. A concentração bancária na

[29] Vale explicar que há uma certa confusão sobre a identificação dos "quatro grandes". Para uns, como a consultoria McKinsey, além do Banco da China, Banco da Construção e Banco Comercial e Industrial, o quarto seria o Banco das Comunicações. Mas para outros, com o Deutsche Bank, mantidos os três primeiros, o quarto seria o Banco da Agricultura da China. (HANSAKUL, 2006, p. 2)

China em ativos é acentuada e encontra-se nas mãos de dez instituições. Há duas décadas permanece a cantilena alarmista sobre o certo e iminente colapso total da China por conta do endividamento monumental das empresas e dos governos provinciais e locais. Como remédio, recomendam-se a privatização do setor bancário, o fim dos controles dos fluxos de capitais, o cancelamento do regime de administração do câmbio, novas etapas de aprofundamento da livre internacionalização e convertibilidade do *yuan* (é claro, subordinado ao dólar, globalmente), elevação das taxas de juros e liberalização e relevância das empresas privadas e estrangeiras nas bolsas da China. Em geral, pressiona-se pela abertura da China à globalização financeira, moldada pelo regime dólar-Wall Street.

Mas para os capitais já instalados na estrutura produtiva chinesa, o financiamento por meio de massivo e barato crédito dos bancos públicos contribui para seus lucros. Esses capitais só precisam repassar para os bancos volumes relativamente menores de mais-valia, sob a forma de pagamentos de juros na comparação internacional. Há aqui uma função econômica do Estado chinês, através dos bancos públicos, em subsidiar o rendimento efetivo do capital. Até quando a integralidade desse mecanismo é sustentável?

Quando o plano de crédito sai de cena

Por que a finança na China se encaminhou para essa encruzilhada? Aqui é preciso voltar à distinção entre a planificação do tipo socializante, do passado, e a planificação associada ao mercado e ao capital privado, do período das reformas. Anteriormente, no período maoísta, a planificação estabelecia a alocação dos recursos, mesmo considerando os esforços de descentralização econômica e administrativa ocorridos, especialmente, em 1958 e em 1970. O Estado implementava essa alocação de recursos, conforme regras orçamentárias e de planificação da produção. Havia um plano de

crédito e um plano monetário que eram operados, sobretudo, pelo Banco Popular da China. Esse Banco controlava quase todos os ativos financeiros e suas respectivas transações, os fluxos monetários nos mercados consumidores e a transferência de recursos entre os ramos econômicos. A lógica financeira era outra, bastante distinta da atual. As questões de eficiência, concentração e vulnerabilidade no sistema bancário eram importantes, mas estavam situadas em circunstâncias distintas das de hoje, associavam-se a processos diferentes, condicionavam-se aos objetivos da transição socialista.

A estratégia financeira chinesa expõe-se a muitos riscos no contexto da finança globalizada que, cada vez mais, tende a amarrar-se à China, por mil fios. O neoliberalismo e a globalização financeira, durante quase quatro décadas – coincidentemente com o período das reformas chinesas –, impuseram a assim chamada tirania dos mercados financeiros. A financeirização entronizou o comando do capital financeiro e o aumento da influência da lógica da valorização das empresas no mercado acionário, dependendo da especulação sobre os ganhos bursáteis dos operadores no curto prazo. Criou-se uma nova autonomia relativa da finança, preservando-se sua interpenetração com a produção. Vive-se a época da desregulação dos mercados financeiros, a liberalização dos fluxos internacionais de capitais, a hipertrofia dos chamados investidores institucionais (fundos de pensão, fundos mútuos, companhias de seguro). Estabeleceu-se uma nova divisão de trabalho no âmbito financeiro, com novo lugar para o crédito bancário e o avanço da finança direta através de títulos diversos, inclusive negociáveis em configurações quaisquer em balcão ou em formas padronizadas nas bolsas. Multiplicaram-se as oportunidades de especulação e, simultaneamente, de riscos. Liberalizaram-se as taxas de juros, ao lado da submissão da taxa de câmbio aos perigos de grave volatilidade. Sucedem-se crises financeiras, como ocorreu na própria Ásia, em 1997-8 e globalmente em 2007-2008.

Se, na China, depois de 1978, as reformas foram orientadas para o mercado, então já não cabia a planificação da alocação dos recursos financeiros. Assim, com as reformas financeiras, o processo conduziu, cada vez mais, à extinção do plano de crédito, ao fortalecimento da política monetária convencional e à criação e liberalização, gradualmente, dos mercados financeiros. O Banco Popular da China foi submetido a reformas desde 1979, separou-se do Ministério das Finanças e tornou-se banco central em 1984. Nas reformas, atribuiu-se ao Banco da China a tarefa de lidar com o capital estrangeiro, em razão do comércio e investimento direto. O Banco da Agricultura da China deveria se ocupar das transações na área rural. O Banco da Construção do Povo da China assumiria as transações bancárias decorrentes dos investimentos, ou seja, formação de capital, inclusive na produção industrial. O Banco Comercial e Industrial da China, fundado em 1984, seria o responsável por todas as transações ainda não atribuídas aos outros bancos. Ao longo dos anos 1980, foram criadas instituições menores: bancos dos governos locais, nas Zonas Econômicas Especiais, e cooperativas de crédito, em áreas rurais e nas cidades. Em 1994, foi abolida a sobrevivência do mecanismo de crédito direto do banco central (Banco Popular da China), que, em seguida, passou a operar plenamente sob critérios de mercado, a partir da legislação de 1995. (MEHRAN; QUINTYN, 1996; ALLEN; JUN; MEIJUN, 2005) Em vez do plano, as operações de mercado ampliaram-se, cada vez mais, como tinha de ser.

A expansão dos mercados financeiros tinha e tem de exigir maior liberalização. Do ponto de vista liberal, a China deve abolir os limites, controles e ação estratégica do Estado na finança. Era e é preciso tirar da frente aquela estrutura formada pelos cinco grandes bancos. Era e é preciso abrir passagem aos mercados financeiros privados, livres e internacionalizados. O controle governamental sobre o crédito é visível: no final de 2006 verificava-se

que, além de outros bancos estatais, apenas os quatro grandes – o Comercial e Industrial, o Banco da China, o Banco da Construção e o Banco da Agricultura – detinham 52,5% dos ativos bancários. Assim, uma das formas de atacar os resquícios de controle estatal sobre a finança é a ensurdecedora campanha, sobretudo martelada por acadêmicos, mídia e bancos ocidentais, além do FMI, Banco Mundial e OMC, sobre a gigantesca dívida incobrável das empresas estatais e governos locais junto aos bancos. A remanescente interferência estatal estaria gerando o perigo de uma grande crise na economia da China, além de distorcer a oferta de crédito e a alocação dos recursos por causa das alegadas preferências de empresas estatais e das taxas de juros impositivamente baixas. Portanto, essa anunciada grande crise, tão desejada por décadas, estaria sendo preparada pelos créditos bancários, os quais, contudo, têm sido um dos principais mecanismos de respaldo da alta taxa de investimento para manter o crescimento do PIB. Nesse sentido, em resposta à crise global de 2008, o crédito bancário ampliou-se ainda mais.

Na orientação econômica chinesa, a tendência, o futuro, é prevalecer a finança de mercado sobre a finança regulada. Mais uma vez, a solução recomendada pelo grande capital, a partir das praças de Nova Iorque e Londres, é a desregulação dos mercados financeiros, com penetração dos bancos estrangeiros e liberalização da bolsa. É claro que as grandes instituições estrangeiras anseiam por um pedaço do lugar ainda ocupado pelos cinco grandes bancos chineses. O começo do longo e até agora controlado processo de liberalização contou com a programação e o calendário das medidas desestatizantes, que tinham sido assumidas no acordo com a Organização Mundial do Comércio, em 2001. Mas a mudança tem custos: o Estado chinês, até meados da década de 2000, despendeu US$ 400 bilhões no saneamento dos bancos desde 1998. (CHINA TO OPEN, 2006) Zhu Min, vice-presidente do Banco da China, comemorou, em novembro de 2006, a liberalização da propriedade

bancária, com suas ações negociadas em bolsa, que teria provocado a redução dos créditos de difícil recuperação para apenas 5%. Min esclarecia que os bancos chineses, como última meta da reforma, se voltariam para uma gestão, a seu ver, moderna, eficiente, conforme os critérios de mercado. (INTENSIFICA, 2006)

A despeito de todos os passos liberalizantes, não tem sido simples nem efetivo o desmonte do sistema bancário estatal em um país como a China. Com esses bancos estatais, o país não está crescendo há tanto tempo, apesar das adversidades da crise mundial? Não é esse ainda certo controle estatal remanescente que influencia a oferta de crédito para a produção, que tem beneficiado o ritmo de crescimento da economia e os empregos? Considerem-se os dados seguintes: i) ainda em 2004, os bancos concentravam 72% dos estoques financeiros do país, enquanto, comparativamente, o sistema bancário dos Estados Unidos detinha 19% e o da Coreia do Sul, 33%; ii) em 2005, a parcela esmagadora de 95% dos novos recursos financeiros para as empresas originou-se de crédito bancário na China; iii) havia um gigantesco volume de depósitos bancários: US$ 3,5 trilhões, aproximadamente metade das famílias e metade das empresas, em março de 2006. (FARREL; LUND; MORIN, 2006, p. 1)

Entretanto, há uma forte crítica de que a atividade rural dos camponeses é quase excluída do acesso ao crédito. Todos os recursos, segundo a lógica de mercado pelos critérios de liquidez e lucro, são direcionados para a industrialização e urbanização. Nas décadas de 2000 e 2010, os governos de Hu Jintao e Xi Jinping têm enfatizado a retórica do apoio à construção do chamado novo campo socialista. Em junho de 2006, o Estado fundou o Banco Postal de Poupanças, com o plano de atingir amplamente o varejo e as regiões rurais do país, com a perspectiva de se tornar um dos maiores bancos comerciais da China. Os bancos de aldeia e municípios, que eram apenas nove em 2007, aumentaram para 1.071 em 2013. Mas esses bancos se empenharam pouco no apoio à agricultura camponesa. Na verdade,

registrou-se forte queda do número de filiais de bancos e cooperativas no campo, na década de 2010. De 1978 até 2013, a China passou por grandes avanços econômicos, mas a parcela de créditos para a agricultura, inclusive considerando as empresas rurais, flutuou dentro da banda de 3% a 8% do total de empréstimos. Assim, no fim de 2012 havia menos de 20% dos 273 milhões de agricultores com acesso ao crédito. (ZHOU; FENG; DONG, 2016)

Na China, os bancos, voltados para as atividades urbanas, emprestam principalmente para as empresas, em vez dos consumidores. O crédito bancário privilegia as grandes empresas estatais, enquanto as pequenas e médias firmas, juntamente com as companhias estrangeiras, só conseguem uma parcela minoritária dos empréstimos bancários. Então, a pressão liberal insiste que, para começar, o alvo da reforma deve ser os quatro grandes bancos estatais, que precisariam ser submetidos aos "padrões de classe mundial através da diversificação da propriedade, com capitais externos e oferta pública de ações". (FARREL; LUND; MORIN, 2006, p. 1) Elogia-se a desregulação das taxas de juros nos bancos, com a supressão do teto das taxas para os empréstimos e do piso para as taxas os depósitos. As chamadas instituições financeiras não bancárias já têm liberdade de fixação da taxa de juros, dentro de margens estabelecidas, desde o início dos anos 1990. (MEHRAN; QUINTYN, 1996, p. 19) Em 2001, a *holding* financeira privada Ping'an Insurer obteve o lucro líquido de 1,76 bilhões de *yuans* (US$ 212 milhões). Em janeiro de 2003, a receita dos prêmios de seguros das companhias privadas já tinha alcançado US$ 15,53 bilhões e metade das empresas de *leasing* eram privadas. (TANG, 2003)

A economia doméstica da China ainda é dominada pelo financiamento bancário, como mostram os dados seguintes (HANSAKUL, 2006, p. 2): i) no total do financiamento ao setor doméstico não financeiro, os empréstimos bancários passaram de 75,9%, em 2001, para 86,8%, em 2006. Só isso já explica o grande interesse dos bancos

estrangeiros em comprar ou se associar com os bancos chineses; ii) comparativamente, os títulos da dívida pública, no mesmo período, entre 2001 e 2006, caíram de 15,7% para 1,4%, mostrando a inexpressiva dependência de emissão de dívida pelo governo para financiar seus gastos, demonstrando uma autonomia importante diante dos credores para fazer política monetária; iii) a emissão de títulos pelas empresas aumentou de 0,9%, em 2001, para 6,1%, em 2006, significando um importante crescimento, mas a quantidade de finança direta ainda é baixíssima na China; e iv) a emissão de instrumentos para os investimentos dos grandes patrimônios financeiros representou 7,6%, em 2001, e baixou para 5,6%, em 2005.

A promessa de liberalização bancária

O tamanho e a importância do sistema bancário da China aparecem claramente na comparação com outras economias asiáticas.[30] O porte da atividade bancária em uma grande e dinâmica economia como a chinesa desperta o grande interesse internacional. As pressões pela liberalização, privatização e internacionalização da estrutura bancária e dos serviços financeiros são persistentes. As reformas buscam responder a essas pressões, preservando um limite de controle estatal. Nesse processo, registre-se que, em janeiro de 2003, o capital privado – chinês e estrangeiro – controlava 14,6% dos ativos dos bancos comerciais na China.

---

[30] Ver gráfico no estudo de Hansakul (2006, p.1) com os volumes de depósitos e empréstimos bancários (em % do PIB) na comparação entre China, Índia, Coreia do Sul e Indonésia, em 2005. Na China, registra larga folga de depósitos (quase 160% do PIB) sobre os empréstimos (cerca de 105% do PIB). Ademais, o volume de transações bancárias, como proporção do PIB, é muito superior aos países da comparação. Na Coreia, essas transações não atingem 60% do PIB.

A Comissão Reguladora Bancária da China (CBRC) conduziu um plano para ampliar a liberalização financeira. Assim, conforme compromisso assumido perante a OMC, os bancos estrangeiros tiveram gradualmente liberdade para transações nos mercados domésticos com a moeda chinesa. Isso foi concretizado a partir de dezembro de 2004, em Pequim, Kunming e Xiamen, e até o fim de 2005, em Shengyang, Ningbo e Shantou. Foi estimulada a participação, nas mais variadas formas, de investidores estrangeiros nos bancos chineses. O governo, sem abrir mão do controle, buscou atrair uma variedade de bancos estrangeiros. (BANKING, 2004)

Conforme o *China Daily* (edição de 5 de agosto de 2004), o governo adotou resoluções, em vigor a partir de 1º de setembro de 2004, a fim de ampliar a abertura para os bancos estrangeiros. Os requerimentos mínimos de capital para abertura de filial e para atuação no varejo, com transações domésticas em *renminbi*, foram reduzidos, respectivamente, de US$ 48 para US$ 36 milhões e de US$ 72 para US$ 60 milhões. Nesse conjunto de medidas, adotou-se a revogação que proibia a instalação de mais de uma agência de um banco por ano. Uma centena de bancos estrangeiros já tinha negócios com clientes chineses, operando com o *renminbi*, fazendo com que a China se antecipasse ao compromisso com a OMC marcado para 2006 relativamente à liberalização interna para transações com a moeda chinesa. Assim, em junho de 2004, os ativos dos bancos estrangeiros, denominados *renminbi*, totalizavam US$ 10,2 bilhões. (CHINA'S DOOR, 2004)

O Conselho de Estado, em 15 de novembro de 2006, emitiu nova regulamentação sobre os bancos estrangeiros, liberalizando suas atividades. (CHINA ISSUES, 2006) Assim, desde 12 de dezembro de 2006, os bancos estrangeiros começaram a atuar livremente no país, realizando as transações do varejo bancário com a moeda local, o *renminbi* (*yuan*, ou seja, CNY), em negócios diretamente com as empresas e pessoas da China. Os bancos estrangeiros podem ter

acesso ao mercado de depósitos menores, ou seja, menos que um milhão de *yuans*, se funcionar, antes, por três anos, com dois anos consecutivos de registro de lucro.

Alguma liberalização bancária, do ponto de vista formal, foi um dos mais importantes compromissos já cumpridos pelo Estado chinês perante a OMC. Essa abertura provocou um movimento dos bancos estrangeiros para instalar suas filiais na China, com os mesmos direitos e tratamento dos bancos nacionais. (INTENSIFICA, 2006) Formalmente, os bancos chineses estão mais expostos à concorrência e podem vender certa participação acionária aos bancos estrangeiros. A regulamentação prioriza, teoricamente, os estrangeiros que criem sólidas estruturas bancárias locais na China, o que é mais fácil para os bancos com maiores recursos, ou seja, as maiores instituições financeiras internacionais.

Quanto aos quatro grandes bancos, o avanço da modalidade de limitada privatização "por dentro", através de ofertas públicas de ações, começou em 2005 e, sobretudo, no ano de 2006. Por dentro da estrutural estatal, avançariam pequenas parcelas de capital privado. Os quatro grandes bancos deixaram de ser bancos integralmente estatais, passando uma pequena parte de sua propriedade aos detentores de ações, inclusive os maiores bancos internacionais. A restringida privatização "por dentro" é chamada "parceria estratégica". Argumenta-se que essa mudança parcial na propriedade, preservado o claro controle estatal, pode provocar o surgimento de uma nova cultura de gerenciamento independente do crédito e administração dos riscos, conforme os padrões do mercado. O fechamento de agências em 25% entre 2002 e 2005, bem como a redução do número de empregados em 7%, foi justificado como medidas para aumentar a eficiência nesses maiores bancos. (HANSAKUL, 2006)

Conforme as novas regras de janeiro de 2004, com os tetos para participação no capital de um banco chinês, um sócio estrangeiro

está limitado a possuir até 20% da propriedade, enquanto todos os sócios estrangeiros juntos só podem reter 25% da propriedade. Supõe-se que a associação com os bancos estrangeiros disponibiliza inovações, tecnologia e métodos gerenciais modernos da atividade bancária, assim como abertura de oportunidades para expansão dos negócios e maior foco na busca de lucros. O Banco Industrial e Comercial da China, o maior do país, já tinha vendido uma participação de 10% no seu capital ao consórcio formado por Goldman Sachs, Allianz e American Express, ao preço de US$ 3,8 bilhões, em janeiro de 2006. (GUERRERA; McGREGOR, 2006) O Banco da Construção já conta no seu conselho de administração com os representantes de seus novos sócios, Bank of América e Singapore's Temasek, que agora detêm 14% do referido banco chinês. O Banco da China vendeu 16% de seu capital para o Royal Bank of Scotland[31], Merril Lynch, Li Ka-shing (um empresário de Hong Kong), Singapore's Temasek Holdings, Union Bank Switzerland (UBS) e Asian Development Bank (ADB).

Desenvolve-se a transformação controlada da propriedade estatal de bancos menores – regionais, locais, setoriais –, com sua estrutura de propriedade sendo, em parte, negociada em bolsa. O controle acionário (85,59% do capital) do Banco de Desenvolvimento de Cantão (*Guangdong*) foi comprado pelo Citigroup à frente de um consórcio de instituições estrangeiras e chinesas, em novembro de 2006. O banco adquirido era um dos mais importantes do país, estava sediado na província mais industrializada e possuía uma rede de 500 agências. Dessa forma, o Citigroup tornou-se aparelhado para a disputa do varejo bancário chinês, além dos negócios com as grandes empresas. (CITIGROUP..., 2006) O Banco de Pequim associou-se

---

[31] O Royal Bank of Scotland sofreu imensos prejuízos com a crise global em 2008 e 2009 e foi resgatado com recursos públicos, que levaram à participação majoritária estatal do Reino Unido no capital social do banco.

ao INC Group e à IFC (World Bank). O Banco de Xangai vendeu participação para o HSBC, IFC e para o Banco Comercial de Xangai (sediado em Hong Kong). Os Bancos Comerciais das cidades de Hangzhou e Jinan passaram a partilhar o capital com o Banco Commowealth da Austrália. O Banco Comercial de Nanchong tem participação do DEG GMBH. O Banco Comercial de Nanjing conta com recursos de IFC e BNP Paribas. O Banco Ningbo vendeu parte de suas ações ao OCBC de Cingapura. Os Bancos Comerciais da Região de Xangai e da cidade de Tianjin associaram-se ao Grupo Bancário Austrália & Nova Zelândia (ANZ). O Banco Comercial de Urumqi incorporou a participação do Banco Habib. O Banco Comercial de Xi'an tem na sua propriedade a presença de IFC e Scotia Bank. O ANZ adquiriu 19,9% do Banco Rural de Xangai. (HANSAKUL, 2006, p. 6)

O tamanho da presença estrangeira ainda é diminuto no setor bancário da China, no qual apenas o Banco Comercial e Industrial da China, Banco da China, Banco da Construção e o Banco das Comunicações possuem uma imensa rede de 70 mil agências e postos. Os lucros dos bancos estrangeiros dobraram no período de 2001 a 2005, passando de US$ 196 milhões para US$ 446 milhões, mas isso é muito insignificante como lucro bancário em uma economia como a chinesa. Pela trajetória dos fatos, a promessa de liberalização vai exigir um longo período de tempo. Antes da crise capitalista mundial de 2007-8, os bancos estrangeiros planejavam participar da atração dos dois trilhões de dólares das contas de poupança no país. (CHINA TO OPEN, 2006)

Em um estudo divulgado em dezembro de 2006, o Deutsche Bank exclamou sua surpresa e satisfação com a profundidade das reformas no sistema bancário da China (HANSAKUL, 2006), em três anos, de 2004 a 2006, sobretudo na estrutura de propriedade. As medidas de abertura da OMC aumentaram a demanda dos chineses por aplicações nos bancos estrangeiros, embora estes ainda

estejam muito concentrados nas áreas corporativas, com grandes transações e administração de investimentos de ricos patrimônios financeiros. Há um processo de reorganização bancária, mais fusões e aquisições, associação com bancos locais voltados para o varejo bancário (consumo, cartão de crédito, empréstimos a empresas locais). Mas as medidas de parcial liberalização bancária ficaram mais no papel, sem efetividade. Portanto, em 2009, as diversas instituições bancárias estatais ou controladas pelo Estado possuíam elevadíssima parcela de 72,73% dos ativos bancários do país, que foi mantida em 68,51% em 2014, enquanto os bancos estrangeiros nesses respectivos anos detinham apenas 1,68% e 1,58% dos ativos. (WATSON, 2017, p. 26) O Banco Comercial e Industrial da China e o Banco da Construção da China em 2016, como já ocorre há muitos anos, mantêm-se como os dois maiores bancos do mundo, seguidos no referido ano pelos americanos JP Morgan Chase e Wells Fargo, respectivamente em terceiro e quarto lugar.

Bolsas importantes, mas ainda secundárias

Os advogados da liberalização financeira na China sempre utilizam o argumento do contraste entre o tamanho já alcançado pela economia chinesa, com o segundo maior PIB do mundo, e a estreiteza do mercado de capitais no país. Todavia, desde 2014, as bolsas de Xangai e de Hong Kong começaram um processo de conexão de suas operações e, no futuro, é provável que esse mercado unificado da China possa se aproximar de alguma competição com a praça financeira de Nova Iorque. Mas essa é uma caminhada longa e carregada das turbulências típicas da finança, a despeito dos controles governamentais chineses, como ficou demonstrado nos episódios de *crash* na bolsa de Xangai em meados de 2015 e no início de 2016, refletindo os perigos da ascensão especulativa.

As bolsas de valores de Xangai e Shenzhen foram criadas em 1990 e 1991, respectivamente, embora no caso de Xangai tenha sido uma recriação, porque nessa cidade a bolsa foi aberta, pela primeira vez, em 1860. Desde os anos 1990, o mercado de capitais criado não acompanhou o crescimento acelerado da própria economia. No período de 1993 a 2003, somente 244 empresas com registro nas bolsas chinesas asseguraram o pagamento de dividendos, por três anos consecutivos, aos detentores de ações. Em 2001, houve uma onda de alta dos preços dos ativos cotados nas bolsas chinesas, mas, nos anos seguintes, o volume de negócios e a valorização de mercado mostraram-se muito baixos. As bolsas chinesas continuam com sua divisão: as ações do tipo A são negociadas em *yuans* e as ações de tipo B são transacionadas em moeda estrangeira. Os chineses podem operar nos dois segmentos, mas os investidores estrangeiros só podem negociar as ações de tipo B, que têm sido o setor das bolsas chinesas com maior expansão. Há um movimento, inclusive com oferta pública inicial de empresas estratégicas, para tentar diminuir a forte presença estatal. Mas essa limitação dos negócios bursáteis começou a ser superada na década de 2010. De fato, as bolsas chinesas passaram a experimentar importante expansão.

Em dezembro de 2014, a bolsa de Xangai possuía 3758 tipos diferentes de títulos, entre ações, títulos de dívida pública, papéis comerciais das empresas, títulos de fundos de investimento etc. Essa bolsa teve em 2014 o significativo volume de negócio de mais de 128 bilhões de *yuans*, registrando o crescimento – especulativo, insustentável – de 48,13% em relação ao ano anterior, 2013. (XANGAI Stock Exchange, 2015, p. 5) Comparativamente, vale lembrar que no final de 2004 o valor de mercado das empresas com ações negociadas em Hong Kong e no exterior alcançou limitados 2,21 bilhões de *yuans*, enquanto o conjunto das empresas registradas nas Bolsas de Xangai e Shenzen tinha um valor ainda mais acanhado de 1,2 bilhões de *yuans*. (EMPRESAS, 2005) Mas, no final de 2014, a bolsa de

Xangai registrou a capitalização de mercado de mais de 24 bilhões de *yuans*, conforme a valorização das ações das 995 empresas listadas.

Há uma tendência inexorável à internacionalização, inclusive financeira, das empresas chinesas, e uma pressão para que o mercado de capitais chinês seja mais liberalizado. Já em 2005, o governo lançou uma reforma liberalizante. As leis e regulamentos foram modificados, adaptando-os aos assim chamados padrões geralmente aceitos, conforme os principais mercados financeiros do mundo. As medidas promoveram a conversão de parte do bloco de ações não negociáveis em negociáveis. Tratava-se de um bloco estratégico, porque eram ações detidas pelo Estado e que viabilizavam o controle estatal sobre algumas empresas. Assim, aceleradamente, mais de 300 empresas, ainda no segundo semestre de 2005, já tinham tomado as decisões de negociabilidade de suas ações. Nos anos seguintes continuou o curso das mudanças na sua estrutura patrimonial das empresas, com impacto sobre os negócios nas bolsas. As maiores empresas e bancos da China, a partir de meados de 2006, começaram a lançar ofertas públicas iniciais e concretizar a listagem em bolsa, como ocorreu, por exemplo, com a maior empresa chinesa, a petroleira Sinopec.

Conforme a retórica convencional, argumenta-se que o registro dos grandes bancos estatais na bolsa de valores favorece a disciplina de mercado sobre a administração bancária, priorizando os lucros dos acionistas. Em julho de 2006, pela primeira vez, um dos quatro grandes, o Banco da China, colocou suas ações para cotação na parte continental, ou seja, na Bolsa de Xangai. Supõe-se que a oferta pública das ações do Banco da China no mês anterior, na Bolsa de Hong Kong, tenha sido feita com preços excessivamente baixos. O Banco estava sendo vendido muito barato. Para confirmar isso, houve a valorização expressiva das ações no lançamento na Bolsa de Xangai, no qual se obteve um aumento de US$ 2,5 bilhões de aumento na cotação da oferta pública. Esse é um exemplo dos

inevitáveis jogos bursáteis. Em outubro de 2006, foi a vez do Banco Comercial e Industrial da China ser listado, simultaneamente, nas Bolsas de Valores de Hong Kong e de Xangai. Os outros três grandes bancos já tinham suas ações negociadas em bolsa. O primeiro a ser registrado em bolsa foi o Banco da Construção, em outubro de 2005, na Bolsa de Hong Kong. Nesse ano, conforme a capitalização de mercado, o Banco Comercial e Industrial (BCI) é o maior do país e o quinto maior do mundo. Desmentindo todos os ataques liberais desferidos contra o sistema bancário chinês, a oferta pública de ações do BCI defrontou-se com elevada demanda e teve uma subscrição com um ágio de US$ 22 bilhões. Isso mostra que os preços iniciais das ações foram propostos em níveis muito baixos, mas também revela o interesse privado pelos bancos estatais, pela lucratividade e potencialidade desses bancos. (WORLD BANK, 2006)

Como reflexo da reforma implementada no final de 2005 houve a recuperação do mercado acionário chinês, como revelou a alta do Índice Composto de Xangai. Mas isso faz sentido: as ações do Estado passaram a ser vendidas a preço de ocasião. Por isso mesmo, em outubro de 2006, o volume de recursos mobilizado pelas corretoras de valores alcançou mais de 604 bilhões de *yuans*, registrando um aumento de aproximadamente 183% sobre o mesmo mês do ano anterior. Os ricos e as empresas chinesas foram às compras nas Bolsas de Valores, porque o rendimento esperado era muito elevado. As estatais estavam baratas! No dia 14 de novembro de 2006, a *Xinhua* (Nova China), a agência de notícias da China, divulgou uma nota muito exagerada, relatando que a população chinesa estaria apostando em ações e reduzindo a poupança nos bancos. (LA POBLACIÓN, 2006) Bem, não é a população, não são os operários e camponeses, certamente, que estão negociando na Bolsa e lucrando com esses passos ainda pequenos e controlados de leve alteração da propriedade estatal nas bolsas chinesas, via oferta pública de ações.

Os acontecimentos nas bolsas chinesas em 2015 e 2016 demonstram a materialização inevitável, que vai chegar, embora ainda sujeita aos controles estatais, da tendência especulativa da finança na China. As bolsas chinesas estão sendo gradualmente levadas para o horizonte predominante na alta finança internacionalmente. A crise de 2008 e seus desdobramentos não contiveram o fenômeno da financeirização no capitalismo contemporâneo. Nos principais mercados no mundo, os detentores de patrimônio financeiro apoiam-se nos títulos negociáveis em bolsa, em um contexto de reorganização do espaço antes ocupado pelo capitalismo mais vinculado a operações produtivas, que também tinha suas conexões orgânicas com o mercado financeiro. A China, querendo ou não, vai sendo, aos poucos, empurrada, pelos grandes capitais, para uma trajetória liberalizada e internacionalizada de seus mercados financeiros. A China não pode escapar, incólume, ilesa, aos mecanismos e processos da especulação e financeirização no mundo. Essa tendência da finança se insinua e se introduz na China de forma particular e distinta, com as peculiaridades chinesas, a despeito da largamente dominante dinâmica produtiva, associada à finança organizada e regulada pelo Estado através do crédito bancário. Em julho de 2010, o governo chinês autorizou a emissão de bônus, denominados em *renminbi*, por empresas estrangeiras não financeiras. Chegou um momento, na segunda metade da década de 2010, em que a China foi obrigada a lutar pela internacionalização, ainda controlada, do *renminbi*. A conta de capital do balanço de pagamentos foi submetida a algum grau de liberalização.

Como perspectiva para a China, é possível que a ala dos reformadores liberais sonhe com um futuro na forma que já foi desenhada por Eduard Bernstein: um século atrás, ele afirmava, com otimismo reformista que "o número de acionistas e o volume médio da detenção de títulos têm crescido rapidamente"; e era "óbvio

que nem todos os acionistas merecem o nome de capitalistas". (BERNSTEIN, 1997b, p. 56)

Shadow banking com características chinesas

Em 2012, o JP Morgan Chase estimou o tamanho do *shadow banking* da China em US$ 6 trilhões, ou seja, em 69% do PIB do país, ou 39% dos ativos dos bancos chineses, enquanto o Bank of America Merrill Lynch avaliou em US$ 2,3 trilhões, isto é, 28% do PIB, ou 15% dos ativos bancários. (TSAI, 2015, p. 20) A natureza do *shadow banking*, tanto em termos de ausência de registro contábil nos balanços dos bancos quanto no que diz respeito às operações majoritariamente livres da supervisão governamental, dificulta até mesmo a mensuração do verdadeiro tamanho dos ativos envolvidos. A resposta governamental chinesa à crise global de 2008 reforçou a forte expansão do crédito na China nos anos 2000. Esse processo combinou-se com as reformas de liberalização parcial nas finanças, resultando em nova configuração financeira na China, onde, depois da crise de 2008, houve uma retomada dos perigos das grandes dívidas de empresas e governos locais e o agigantamento do *shadow banking* com características chinesas.

Na China, proliferam as atividades financeiras de *shadow banking* envolvendo bancos e empresas estatais, governos locais e o setor privado nas mais variadas escalas e formas. Aparece até mesmo uma espécie de agiotas em demasia e sob as vistas grossas das autoridades. Criou-se um sistema financeiro informal, com múltiplos canais de aplicação e especulação através da internet e redes sociais, empresas de corretagem, pequenos e médios bancos, canalizando recursos em busca de retornos elevados. Na prática, há uma desregulação disseminada, independentemente das normas e instituições reguladoras, interligando e solidarizando os setores estatal e privado no potencial de riscos e crises, como demonstrou a

origem e início da crise de 2008 no mercado financeiro dos Estados Unidos, sob a exuberância de especulação e dívidas. Nas condições dessa arquitetura financeira de interpenetração das operações dos bancos universais e do *shadow banking*, uma crise de crédito transformou-se em crise financeira global, que se desdobrou na chamada Grande Recessão, a partir de 2008.

Finança e concentração da riqueza

O casamento entre os mercados financeiros e a concentração da riqueza em poucas mãos também ocorre na China? Diana Farrel, Susan Lund e Fabrice Morin (2006, p. 3) advertem que os bancos chineses dependem dos poucos ricos para seus lucros, já que apenas 2% das famílias concentram 60% da riqueza. Chama-se a atenção de que, pelo coeficiente de Gini, a riqueza é mais concentrada na China do que nos Estados Unidos, onde a desigualdade tem provocado grandes males sociais e políticos. Assim, na China, é claro que alguns ricos podem sacar seus depósitos, ou obter créditos, especulando em busca de aplicações com melhor retorno financeiro. Em 2006, o governo deu um pequeno passo na liberalização, o que favoreceu a especulação, com a permissão para que os indivíduos pudessem adquirir títulos nos mercados financeiros internacionais até o limite de US$ 20 mil por ano, mas esse ainda era um teto extremamente baixo para a quantidade de dinheiro concentrada nas mãos de poucos nesse país. Em 2015, na busca da internacionalização do *renminbi*, o governo liberalizou os negócios de indivíduos residentes na China em ações, títulos e imóveis no exterior. As autorizações priorizaram as pessoas com patrimônio mínimo de 160 mil *renminbi*. Os indivíduos podem investir nos mercados financeiros estrangeiros até metade dos seus ativos líquidos.

A tendência de fortalecimento das bolsas de valores e internacionalização financeira combinou-se com o surgimento de um

grupo social de muito ricos na China. Essa concentração de riqueza favoreceu a especulação no setor da construção civil, submetido a um ritmo febril de atividade, que tem marcado as décadas de 2000 e 2010 na China. Em novembro de 2006, o Banco Mundial advertiu sobre os efeitos da expansão do crédito para a geração de problemas em razão dos persistentes riscos financeiros no mercado imobiliário chinês. Os empréstimos das Agências de Financiamento da Habitação (Housing Provident Funds –HPFs) não são diversificados geograficamente e destinam-se às moradias para os ricos. Em Xangai, em meados da década de 2000, já havia uma transformação imobiliária completa, com três milhões de trabalhadores ocupados em 21 mil canteiros de obras de construção civil, o que resultou na realocação de 4,7 milhões de pessoas para apartamentos modernos. (HEARTFIELD, 2005, p. 197)

As Agências de Financiamento da Habitação, vinculadas ao Ministério da Construção, a despeito dos apelos e subsídios do governo, não viabilizam o acesso à moradia para os segmentos sociais de renda média e baixa. Os desempregados ou os ocupados em setores informais simplesmente não têm acesso ao financiamento da moradia porque os Fundos de Seguridade Imobiliária (Housing Provident Funds – HPFs) só aceitam a filiação de empregados no setor formal e que contribuam regularmente com seus depósitos. Mesmo os participantes das HPFs de baixa renda não conseguem satisfazer as exigências para a obtenção do financiamento. Os pobres são obrigados a tentar constituir a sua própria poupança, submetendo-se às condições de mercados, aceitando os depósitos bancários que pagam as mais baixas taxas de juros. (WORLD BANK, 2006)

Trilhões de reservas

A China tem o maior estoque de reservas internacionais do mundo, apesar de seu recuo para US$ 3,100 trilhões em fins de 2017. As reservas chegaram a alcançar mais de US$ 4 trilhões em 2014. Em fevereiro de 2006, eram US$ 853,7 bilhões, e já era o maior depositário de divisas no mundo, enquanto o Banco Central do Japão, nesse momento, tinha reservas de US$ 850 bilhões. As reservas chinesas foram impulsionadas pela aceleração das suas exportações na década de 2000. Assim, as reservas já tinham crescido 34% em 2005, em comparação com 2004. As reservas são principalmente denominadas em dólares em razão da presença de títulos norte-americanos, em sua maioria públicos, na elevada proporção de 60% total dos recursos em 2015. (CHINA'S Foreign, 2006; NEELY, 2016, p. 1) A altura atingida pelo volume de reservas da China ocorreu muito rapidamente, considerando que o Banco Popular da China (Banco Central) detinha "só" US$ 140 bilhões, no final de 1997, e US$ 258,6 bilhões, no final de 2002. Houve um salto das reservas em quatro anos, de 2003 a 2006, coincidindo com o período que exigiria maior preparação interna da China – sobretudo com a autonomia relativa permitida por gigantescas reservas – para situar-se diante dos efeitos da liberalização comercial e financeira, segundo o calendário do acordo com a OMC.

A China adotou um regime cambial administrado, com estreita flutuação em um mercado nacional unificado. Em julho de 2005, atendendo às pressões das grandes potências, sobretudo os Estados Unidos, valorizou o *yuan*, em apenas 2,1% contra o dólar. Na época, o governo estadunidense denunciava que a moeda chinesa estava desvalorizada em 40% em relação ao dólar. O governo chinês também, na oportunidade, trocou a âncora cambial apenas com o dólar, por uma referência cambial de uma cesta das principais moedas estrangeiras. Todavia, os chineses têm caminhado

para medidas monetárias e financeiras de gradual e controlada liberalização, inclusive a abertura de entrada e saída de capitais e flutuação do câmbio.

Há sempre um debate sobre a forma de empregar as gigantescas reservas chinesas. As reservas ajudam a aumentar a liquidez e baixar as taxas de juros, estimulando os investimentos que impulsionam a atividade econômica chinesa. Mas, a partir de certo ponto, é preciso esterilizar os efeitos da ampla liquidez monetária tendentes a gerar pressões inflacionárias, o que tem levado o governo a utilizar a maior parte das reservas para comprar títulos dos Estados Unidos. O grande motivo, porém, desse interesse por esses papéis, é a sustentação da relação econômica geral, principalmente comercial, entre as duas nações – EUA e China. Isso ultrapassa os limites desses países e tem uma grande importância para a economia mundial. Constituiu-se, desde o final dos anos 1990, uma triangulação em que os americanos garantem uma parcela importante de compras dos produtos chineses, mas têm a contrapartida assegurada do financiamento do déficit comercial através da compra de títulos estadunidenses, públicos e privados, pela China, utilizando as reservas. (HEARTFIELD, 2005, p. 197) Na triangulação dessa composição do circuito econômico global, a China demanda *commodities* industriais e agrícolas de outros países, sobretudo da América Latina e África, elabora suas manufaturas e vende-as em todo o mundo, com destaque para os Estados Unidos e Europa. As maiores vantagens dessa triangulação são obtidas pela escalada produtiva e tecnológica da China. Pela natureza turbulenta, desigual e combinada, com a acumulação e concorrência de capitais no mundo, essa triangulação não pode ser muito mais duradoura.

O Banco Popular da China, além de outros bancos centrais asiáticos, é um importante fiador da relativa estabilidade do dólar, em benefício tanto das exportações asiáticas quanto da dominação global dos mercados financeiros e das corporações dos Estados

Unidos. Mas tudo isso não consiste apenas em relações recíprocas de estabilidade, mas sim relações prenhes de contradições. Por que os Estados Unidos são os emissores da principal moeda reserva internacional, emitida sem lastro e portadora de flexibilidade cambial, e têm a maior economia, a maior sofisticação tecnológica e os maiores mercados financeiros mais amplos e profundos, não há limite para o seu endividamento, cada vez mais assombroso em face do produto, na relação dívida/PIB? A China e os asiáticos não têm limite para ajudar no financiamento dos Estados Unidos? É claro que tudo isso tem resiliência, mas não deixa de ser um arranjo precário, como demonstraram os reiterados episódios de crises nos Estados Unidos, a partir dos mercados financeiros, nos anos 1990, 2001 e 2008.

Além dos problemas da dominação nacional estadunidense e da estabilidade internacional do dólar, outros temas aparecem no capítulo do uso das reservas chinesas. Efetivamente, a China tem procurado melhor emprego das divisas, através de diversas formas: capitalização dos fundos de pensão chineses, saneamento e reestruturação das empresas estatais, construção de infraestrutura, elevação das reservas de petróleo, aplicação em ações, derivativos e outros instrumentos em outras praças financeiras fora de Nova Iorque em busca de melhor rendimento. (WORLD BANK, 2006, p. 6) Mas a crise de 2008 e o novo papel da China no mundo no século XXI fizeram a cena começar a mudar. A grande novidade é que os trilhões de reservas da China passaram a ser um dos motores dos crescentes fluxos de saídas de recursos desse país, a partir da segunda década do século XXI. As empresas chinesas têm pressa e aceleram sua internacionalização. A estratégica *Iniciative One Belt*, *One Road*, com créditos e gastos chineses sem precedentes em infraestrutura no exterior, também tem motivado uma aplicação mais interessante de recursos do que os irrisórios rendimentos dos títulos públicos dos Estados Unidos. A forte demanda por divisas

para destinar a operações no exterior diminuiu rapidamente as reservas de mais de 4 trilhões para cerca de 3,23 trilhões de dólares, entre junho de 2014 e fevereiro de 2016. (NEELY, 2016, p. 1)

Degraus da liberalização financeira

Pela primeira vez, desde o ano 2000, houve a prevalência de fluxos de saídas de recursos sobre as entradas na China por cinco trimestres consecutivos, em níveis recordes, entre 2014 e 2015. (NIE; SLY, 2015, p. 1) Afrouxamento dos controles de capitais, aquisições e fusões empresariais no estrangeiro, instalação de filiais de companhias chinesas, empréstimos ao exterior, relativa desaceleração econômica interna e as turbulências financeiras nas bolsas da China são algumas explicações para essa grande novidade. Contudo, há que se observar que esse passo de internacionalização financeira chegaria em algum momento, era esperado, faz parte dos mecanismos de integração dos capitais globalmente.

Pequim é obrigada lidar e tentar regular a internacionalização dos capitais chineses. Era previsível que a China, dadas as dimensões já assumidas pelo seu capital privado, seria forçada, pelos seus próprios interesses, a influenciar e participar mais plenamente da finança mundial, afora os canais tradicionais do comércio. Chama a atenção que 40% dos imensos volumes de recursos dos fluxos de saídas em 2014 tenham sido de empréstimos ao exterior. A China, sem prejuízo da permanência de sua singular capacidade produtiva, está inevitavelmente começando a ingressar mais ativamente na financeirização global.

No final de 2015, o Fundo Monetário Internacional incorporou o *yuan* na sua cesta de moedas. A partir de outubro de 2016, o *yuan* passou a ser a terceira moeda de reserva com 10,92% nos Direitos Especiais de Saque do FMI, enquanto o dólar prevalece com 41,73%, acompanhado pelo euro com 30,93% de participação,

restando as últimas duas posições para o *iene* japonês com 8,33% e a libra esterlina com 8,9%. Essa presença chinesa no sistema monetário internacional conduzirá à crescente conversibilidade do *yuan* em um quadro que resultará em uma trajetória da China de aceitação de determinados graus de liberalização financeira e cambial.

Em 2017, as autoridades financeiras da China anunciaram futuras medidas de liberalização.[32] Seria elevada de 49% para 51% a propriedade estrangeira em fundos e instituições dos mercados financeiros de títulos e de futuros na China. Ademais, esse limite, depois de três anos em vigência, será totalmente eliminado. Será eliminado o teto de propriedade estrangeira de 20% para a propriedade de bancos comerciais no país e de 25% para firmas de gestão de ativos. O limite para a participação estrangeira em companhias de seguros, em *joint ventures*, será aumentado, no prazo de três anos, para 51%, e será eliminado em cinco anos. Desde 2017, as filiais de agências de classificação de riscos, com propriedade integral estrangeira, já estavam autorizadas a funcionar na China.

[32] Ver: Financial Times. China relaxes curbs on foreign financial stakes. Video, 10 nov. 2017. Disponível em: <https://www.ft.com/video/a470d674-252e-48df-b232-eae7a401c60d>

CAPÍTULO VIII

Economicismo

A reforma do Estado e a dominação do capital foram e continuam sendo concretizadas através do mais diversos processos e medidas que mudam a China profundamente. Essas mudanças, ao longo de quatro décadas, produziram debates e interpretações das mais diversas. O que mudou e está sendo mudado? Como? Por quê? Quais as implicações? As transformações na China têm explicações controversas, com acesas polêmicas. O evolucionismo – como pensou Bernstein –, o economicismo – das reformas econômicas e determinismo tecnológico –, o desenvolvimentismo – das políticas do Estado – e o liberalismo – da autorregulação do mercado e globalização do capital – são as quatro matrizes das tentativas de fundamentação teórica e de argumentação política e econômica das reformas chinesas. Há uma quinta interpretação que identifica a transformação em curso na China como expressão de um modelo de economia de mercado, puramente, sem capitalismo, mas essa explicação é uma mescla das interpretações do liberalismo e evolucionismo, em um resgate forçado de Adam Smith. (ARRIGHI, 2008) Em vez de exclusão mútua, as matrizes teóricas, políticas e econômicas rivalizam e, simultaneamente, combinam-se no caso

chinês. Em vez de implicações globais harmoniosas, são geradas contradições sistêmicas que, na verdade, são pouco estudadas e compreendidas. Aonde vai a China? Parece, ao posto de grande potência econômica e de sociedade dividida por aguda polarização de classes, conforme a restauração capitalista, que se insinua, penetra, autonomiza-se, à revelia das intenções e esforços do Partido Comunista Chinês.

Atraso econômico

Em fins da década de 1970, o reconhecimento da persistência do atraso econômico e tecnológico da China, nas condições da economia internacional, apareceu como se fosse um diagnóstico de causas de problemas políticos e sociais. A modernização da China para superar esse atraso relativo exigiria, portanto, as reformas econômicas. Mas não é verdade que as reformas de mercado, tais como foram adotadas, eram a única possibilidade real na China. Aceitar esse argumento é submeter-se a uma interpretação da realidade chinesa, em conformidade com um forte determinismo econômico. A sociedade chinesa não se deparava com um único, estreito e inarredável caminho em favor do mercado, da propriedade privada, do capital e da estruturação de diferentes classes sociais. Existiam outras vias de reforma, alternativas, com suas próprias características e lógicas. Hoje, essas possibilidades só podem ser acenadas como meras conjecturas, anacronismo, incipiente exercício contrafactual. A planificação poderia ser modificada radicalmente com novas formas de descentralização das decisões, priorizando os empregos. A reorganização dos investimentos poderia impulsionar a produção para o aproveitamento das potencialidades de mercado de massas para os bens de consumo. Já existiam bases para o incremento da produtividade do trabalho com melhor alocação da mão de obra entre o campo e a cidade. Com o benefício

do dinamismo vivido pela região do Leste asiático e aproveitando a influência econômica e a propriedade empresarial da diáspora chinesa nessa área, a China, com seu grande potencial econômico, poderia e deveria buscar formas de participação no mercado internacional, beneficiando-se de comércio e tecnologia, sem abrir mão de certo grau de monopólio do comércio exterior pelo Estado. É claro que o percentual relativo ao ritmo do crescimento econômico não atingiria dois dígitos, mas ainda seria razoavelmente forte para fazer avançar a economia. Dever-se-ia aumentar a sua inserção internacional, mas ressalvando todos os obstáculos da sabotagem e da dominação capitalista na economia global.

A luta política no interior do sistema Partido-Estado resultou no êxito de determinadas propostas de reforma da economia. A partir daí, o mercado e, em seguida, a propriedade privada, substituindo a planificação estatal de tipo socializante, seriam assimilados como instrumentos indispensáveis para viabilizar o almejado desenvolvimento econômico. Ao longo das diversas etapas das reformas, alterou-se larga e profundamente o papel do Estado na economia, alienando-o ainda mais do controle das massas trabalhadoras, embora, ao mesmo tempo, a regulação estatal restrinja a liberdade do movimento do capital dentro da estrutura econômica chinesa. O ambiente internacional, as condições geopolíticas e as contradições e tensões na formação social chinesa estabeleceram os limites e as possibilidades das decisões sobre as reformas, com o poder político concentrado na cúpula do Partido Comunista da China. Buscou-se forjar, tacitamente, alguma espécie de pacto, coesão, hegemonia como consentimento, na sociedade, em torno do desenvolvimento econômico e do progresso técnico e da expectativa de frutos benéficos para todos, ao lado da restauração do orgulho nacionalista do Império do Meio.

Na sociedade chinesa, a despeito da revolução socialista e da industrialização, quase metade da população ainda se encontra,

hoje, nas áreas rurais. No século XX, além da China, só na Índia e nos casos de populações paupérrimas, como no Nepal e África Subsaariana, persistiram uma maioria camponesa. Todavia, é na China que se concentra a maior população camponesa, em termos absolutos, e ainda com grande grau de dependência da agricultura, apesar da industrialização rural desde os tempos de Mao. A grande pressão demográfica e a pobreza levaram à restrição do tamanho da família na China, adotando-se a política de um só filho. Essa política podia ser um pouco flexibilizada em certas situações especiais, a exemplo de menor, relativamente, densidade demográfica em determinado local ou em alguns casos de minorias étnicas.

A avaliação das condições econômicas da China e o julgamento do Partido Comunista da China (PCC) sobre as transformações do período maoísta qualificam e relativizam o diagnóstico do atraso econômico geral do país. Vale lembrar que o ritmo do crescimento econômico nos quase 30 anos do período maoísta pode ser considerado alto, comparado aos padrões de dinamismo das economias capitalistas, tanto centrais quanto periféricas. As dificuldades econômicas, nos marcos do Grande Salto, foram agravadas pela decisão da URSS, em julho de 1960, de retirar todos os seus especialistas e romper os acordos de cooperação econômica e técnica. Não obstante as dificuldades, problemas e impasses, era, de qualquer forma, com as condições e bases herdadas do período maoísta, que se contava para sustentar as primeiras reformas econômicas. Por isso, consegue-se descobrir uma raridade no livro *Breve História do Partido Comunista*, ou seja, uma curtíssima, isolada e contraditória nota de reconhecimento de certos feitos positivos do Grande Salto à Frente, a saber:

> O 'grande salto adiante' [1958-1960] acarretou enormes devastações e desperdícios na produção industrial e agrícola e na construção; não obstante, foi *naqueles*

> *anos* quando se começou a organizar *grande parte das numerosas tarefas* de desenvolvimento da construção industrial, de *investigação científica e de tecnologias sofisticadas* de uso militar, assim como de construção de obras hidráulicas no campo e do desenvolvimento da *mecanização e modernização* da agricultura. (OFICINA..., 1994, p. 717, grifo do autor)

Reformas exigidas pela economia

A análise realista das condições da economia da China parecia recomendar uma nova estratégia de avanço das forças produtivas. Essa estratégia foi tomada como a "restauração do marxismo-leninismo adaptado aos desafios tecnológicos do mundo contemporâneo". (TRINDADE, 1987, p. 95) Lênin, em outro contexto, já não teria especulado sobre o encaminhamento da transição socialista através de um "pagamento à burguesia?" (LÊNIN, 1980g, p. 498) Dizia Lênin: "No momento atual, aquilo que é novo para a nossa revolução é a necessidade de recorrer ao método de ação 'reformista', gradual, de prudente rodeio nas questões fundamentais da construção econômica". (LÊNIN, 1980u, p. 551) Contudo, deve-se prestar atenção à qualificação dessa temática, já que Lênin falava de método reformista para servir às finalidades da revolução socialista.

O reformismo poderia, talvez, ser compreendido como uma estratégia pacífica, gradual, inclusive com recursos parlamentares, para alcançar o socialismo? (COATES, 2001, p. 313-314) As reformas não se limitariam às melhorias sociais do desenvolvimento capitalista? A retórica sobre esse caminho reformista para o socialismo apareceu na trajetória da social-democracia, sobretudo entre os anos 1920, pós-Primeira Guerra Mundial, e os anos 1950, pós-Segunda Guerra Mundial.

Na China, durante quatro décadas, parece desenrolar-se um processo de reformas distinto tanto de uma política de meras reformas sociais (melhorias, direitos, cidadania), quanto de uma estratégia reformista para o socialismo. A diferença essencial reside na natureza regressiva das reformas atuais chinesas, do ponto de vista sistêmico e classista. As reformas foram implementadas em um país, uma sociedade em que se tentava a construção do socialismo. O tempo passou e o próprio sucesso do crescimento econômico com mercado e propriedade privada construiu *pari-passu* o fortalecimento do capital por dentro da sociedade e da economia chinesa. Dialeticamente, o Estado chinês precisa, depende, não pode abrir mão do fortalecimento do capital para construir uma economia avançada, mas ao mesmo tempo a força do capital corrói pouco a pouco as resistências e a autonomia estatais e a perspectiva socialista. Qualquer um pode ver isso: as reformas chinesas são permanentes, as propostas de mais liberalização nunca cessam, o grande capital e o imperialismo norte-americano não esmorecem em suas pressões. Não é necessário aplicar a receita do neoliberalismo na China, o Estado pode continuar com suas reformas de características chinesas, porque o capital não é ameaçado em sua reprodução ampliada e sistêmica.

No sentido sistêmico e essencial da questão do tipo de sociedade, as reformas implementadas não são orientadas no sentido do socialismo. Não são reformas do fortalecimento do movimento operário em choque com o capital. Não são medidas de controle operário sobre o processo de produção. São reformas, como se diz na imprensa ocidental, "amigáveis ao mercado", suprimindo direitos sociais, como a garantia do direito à seguridade social pública e ao emprego. A própria palavra "reforma" está mal-empregada no caso da China. Reforma, na ótica dos trabalhadores, tem um sentido de avanço social. As medidas chinesas são conhecidas, na

terminologia do movimento operário, como reação, ou seja, uma resistência que se opõe ao progresso social.

Socialismo evolucionário

Uma abordagem muito discutida do reformismo é o socialismo evolucionário, formulado por Eduard Bernstein. Trata-se da linha de conquistas parciais e reformas sociais no próprio curso do desenvolvimento econômico capitalista. Imagina-se uma transformação paulatina socialista, engendrada pelo próprio movimento das sociedades capitalistas avançadas. Compreende-se que sem forças produtivas desenvolvidas não seria possível a transformação da sociedade. Porém, no caso concreto da China contemporânea, o Partido Comunista já estava no poder, há 30 anos, quando foram deflagradas as reformas chamadas econômicas, confiando-se em um tipo de evolucionismo advindo da restauração do mercado, da propriedade privada e do capital.

Na China, submetida às reformas, o evolucionismo confunde-se com a modernização das forças produtivas. O desenvolvimento econômico, em sentido muito estrito, passou a ocupar o lugar da perspectiva e do futuro de superação das classes sociais, esvaziamento do papel do mercado, desnecessidade do aparato político do Estado ao lado da liberdade geral dos indivíduos e da sociedade. Difundiu-se um ideal desenvolvimentista em lugar do socialismo. Quaisquer meios são considerados legítimos para conseguir o crescimento econômico significativo. O desenvolvimento econômico, nesses termos, é visto como o veículo da legitimação do regime e da garantia da sobrevivência da China como nação. Esse tipo de evolução da economia foi tomado como o caminho da integração da Grande China, com a desejada futura incorporação de Taiwan, depois de Hong Kong e Macau, além da influência sobre a maioria chinesa em Cingapura, sem falar da diáspora chinesa no mundo.

Catch Up

O emparelhamento econômico – *catch up* – com os países desenvolvidos relativamente no mundo implica em aceitar os mecanismos já provados, supostamente, e já reconhecidos como eficazes por esses Estados avançados, a exemplo do Japão, Coreia do Sul, Alemanha e Estados Unidos. Esses assim chamados mecanismos necessários ao desenvolvimento e emparelhamento são o mercado, a propriedade privada, o capital e a integração com a economia internacional. Ademais, a gestão capitalista do processo de trabalho passa a ser imitada, ou diretamente implantada pelas próprias empresas estrangeiras, com particular exacerbação da exploração da força de trabalho, promovendo-se uma regressão sistêmica nas relações sociais de produção na China. Embora não tenha conseguido ainda, a China caminha rapidamente para agarrar a última palavra do capitalismo em termos de avanço em organização econômica e tecnologia.

No esforço pelo *catch up*, o campo não pode ser esquecido. Na marcha dos acontecimentos na China, o grande capital já começou a penetrar na agricultura. Intensificam-se os debates no governo sobre a eficiência econômica que resultaria das grandes empresas agrícolas. Esse movimento de penetração capitalista em grande escala na agricultura será um resultado esperado, coerente, do conjunto da expansão capitalista no país. É claro que isso resultará em modernização técnica agrícola, em mais avanço das forças produtivas. Contudo, isso implicará em uma pá de cal nas restantes possibilidades de acesso aos meios de trabalho para as centenas de milhões de camponeses pobres na China. Haverá um salto no alargamento das migrações para as grandes cidades, agravando-se o desemprego.

A fim de usar os terrenos para a instalação de empresas, o Estado, através das autoridades das cidades e aldeias, já vem

desalojando os camponeses de suas terras, nas últimas décadas, como é um fato sabido. Os camponeses despojados nesses casos não recebem uma compensação razoável e passam a engrossar as fileiras do exército industrial de reserva ou passam a ser trabalhadores migrantes ocupados em condições de trabalho mais precárias.

O ciclo expansivo de longo prazo na China é um êxito econômico. Isso é inegável. Mas esse êxito converte-se em pressão por novas reformas e crescentes garantias sobre a futura trajetória chinesa em favor da persistente dominação do capital. O crescimento econômico é transformado em um fetiche. Deixa de ser uma conquista social, em um Estado socialista, para ser encarado como resultado lógico e indiscutível, o maná extraído da eficiência da propriedade e gestão privadas dos meios de produção, sem prejuízo da centralização de capitais em gigantescas empresas e bancos estatais. Em sentido estrito, crescimento econômico chama-se acumulação de capital, na verdade. Como se sabe, as decisões do "capitalista em função" são balizadas pelas perspectivas de lucro. Sem lucro, não há distribuição de dividendos nem investimentos. É lógico: os investimentos resultarão em produção e realização no futuro. A valorização do capital deve ser um movimento sem fim. E a acumulação de capital é um moinho de geração de contradições, mas teme surpresas, crises, recessões e, por isso, paradoxalmente, é muito importante um Estado forte e previsível na economia, como o chinês. Novamente, o neoliberalismo pode ser dispensado, a China é mais importante. A China bem vale uma missa: o grande capital, sobretudo o nativo chinês, neste momento, ainda aceita, sem deixar sua profissão de fé, *in pectore*, converter-se ao modelo econômico com características chinesas de regulação estatal. Como se diz, dinheiro é dinheiro, aqui e na China. O Estado não é a negação do capital.

Foco em um tipo de desenvolvimento das forças produtivas

O Estado chinês defronta-se com essa crucial tarefa de manter o grande êxito representado pela já longa trajetória de crescimento econômico. Por isso mesmo, no curso das conquistas econômicas, a estratificação de classes sociais, já alcançada na China, com a dominação do capital, é o leito inescapável, embora indesejável, da orientação geral do Partido-Estado, que todo dia é forçado a reafirmar publicamente o compromisso com o sentido e a direção das reformas econômicas. Mas estruturalmente, o êxito econômico, com as características chinesas, não podeser descolado do aprofundamento efetivo das relações sociais de produção capitalistas.

À frente do Estado, Jiang Zemin (2002) – secretário-geral do PCC, presidente da República e presidente da Comissão Militar – emitiu, em novembro de 2000, o parecer oficial com um balanço dos resultados da estratégia implementada para o desenvolvimento das forças produtivas:

> Desde a reforma e abertura, as forças produtivas sociais do nosso país têm se desenvolvido sem parar, o poderio nacional tem aumentado muito, a vida do povo tem melhorado visivelmente e a posição internacional da China tem se elevado dia a dia. (ZEMIN, 2002, p. 419)

Que reforma e abertura? Mudanças eram necessárias, mas essas que foram adotadas representaram a adoção de mecanismos capitalistas, cada vez mais, na estruturação e funcionamento da economia da China, independentemente da vontade e ilusões de Jiang Zemin e dirigentes chineses. O significado imediato e a perspectiva das transformações econômicas tiveram implicações institucionais de monta, com a reorganização das formas de propriedade e mudanças no aparato do Estado.

No balanço do presidente Jiang Zemin existem lacunas evidentes. Tratava-se, naquele momento, ainda de um desenvolvimento econômico mais extensivo do que intensivo. É preciso reconhecer que, naquele contexto dos baixíssimos salários, (i) os lucros, inclusive em perspectiva, (ii) a abertura de imensas e muitíssimas oportunidades de investimentos na China para as exportações e para o mercado doméstico e (iii) o abundante crédito dos bancos estatais na sustentação das decisões de elevado investimento são motores do crescimento econômico. Portanto, os baixíssimos salários, as péssimas condições de trabalho, a abundante mão de obra, a repressão política e sindical aos trabalhadores, os incentivos fiscais, as condições disponíveis de infraestrutura econômica são alguns fatores que explicam a multiplicação de negócios privados dos chineses, a atração massiva do investimento direto externo, inclusive da diáspora chinesa, e o grande salto exportador chinês. O gigantesco potencial do mercado chinês é um chamariz irresistível dos capitais nativos ou estrangeiros, provavelmente, em níveis elevados e por muito tempo, apesar dos efeitos da crise mundial de 2008 e da desaceleração do crescimento econômico desde 2012.

O foco no desenvolvimento das forças produtivas não pode ignorar as mutações no terreno das classes sociais. Diversos processos confluem na trajetória econômica da China. Autoridades, membros do Partido e administradores de empresas estatais e coletivas empenham-se para alcançar ganhos e posições sociais, através da autonomia das suas decisões e participação direta nos negócios. Beneficiam-se dos investimentos, da criação de subsidiárias e da associação com o capital estrangeiro. Os saques dos ativos das empresas estatais e as privatizações representaram uma forma parecida com uma acumulação primitiva de capital. Essa forma de acumulação contribui para a diferenciação social, conformando classes de beneficiários, privilegiados, dominantes – os novos capitalistas –, e de despojados, despossuídos, oprimidos – os trabalhadores. Muitos

administradores transmutaram-se em compradores, a preços de ocasião, das próprias empresas estatais ou coletivas, por eles próprios já dilapidadas. A conjugação do Investimento Direto Externo (IDE), da corrida exportadora, dos grandes projetos de infraestrutura e da "acumulação primitiva de capital" favoreceram os resultados do crescimento do produto. Os elevados investimentos repercutiram na sustentação das altas taxas de crescimento econômico.

Determinismo tecnológico

As reformas já teriam promovido o avanço científico-tecnológico e a instauração da sociedade de informação na China, avalia o embaixador Amaury Porto de Oliveira (2003, p. 6). Para ele, as mudanças econômicas contemporâneas seriam a terceira revolução chinesa, depois da instauração da República, em 1911, e da revolução comunista, em 1949. Assim, o progresso técnico é exaltado como um *deus ex-machina* ou equiparado a uma revolução social da magnitude de outubro de 1949.

De onde vem essa exagerada confiança na tecnologia, em si mesma? Na antiguidade, os chineses foram pioneiros em diversas invenções, como a escrita, o papel, a imprensa, a pólvora, a bússola, o aço etc. Nos tempos contemporâneos, a partir do século XX, as origens do marxismo na China ajudam a explicar a grande expectativa no progresso técnico de *per si*. Até o início da década de 1920, teria havido uma influência dominante do determinismo econômico na concepção marxista abraçada pelos marxistas chineses. Mas, conforme Nick Knight (2005), um dos fatores para a superação desse economicismo foi a tradução do livro *Uma Explicação da Concepção Materialista da História*, de autoria do marxista alemão Herman Gorter. Esse livro dava uma interpretação multifacetada para o processo de transformação social, considerando a interação entre diversos fatores. Embora reconhecesse a importância

da mudança tecnológica, Gorter chamava a atenção da influência da consciência política e das convicções ideológicas, conforme as circunstâncias particulares de cada processo histórico. Knight avalia que a interpretação materialista dialética de Gorter, a partir de Friedrich Engels, terminou influenciando direta ou indiretamente Mao Zedong.

Mais de meio século depois, na deflagração das reformas, sob a liderança de Deng Xiaoping, enfatizou-se, justificou-se, argumentou-se e insistiu-se que a nova estratégia de construção do "socialismo" consistia na atenção à economia, na premissa do avanço tecnológico, deixando-se de lado a importância das atividades política e ideológica e a luta de classe dos trabalhadores.

Agora, no atual curso da China, pragmaticamente, é o "vale tudo" para desenvolver a economia. A luta política de massas teria sido um desvio esquerdista deplorável de Mao Zedong. Abandonou-se uma leitura do marxismo, que com Mao, conseguiu reconhecer o papel dos homens, da ação humana, da consciência e da vontade, e conseguiu elaborar concepções de luta política adaptadas às condições sociais e históricas, incorporando o gigantesco campesinato e a guerra de guerrilhas. Agora, com as reformas, como têm sido implementadas, proclama-se uma ortodoxia vulgar do materialismo histórico, limitado ao automatismo e unilateralismo do desenvolvimento das forças produtivas. Nesse sentido, as reformas chinesas aferram-se a uma explicação carregada de determinismo tecnológico.

Em vez do resultado aberto a múltiplas possibilidades, no curso do processo social, conforme uma leitura ampla do materialismo histórico, agora, os reformadores chineses afirmam, peremptoriamente, que, na data já marcada de 2050, a China será um país "socialista" de desenvolvimento médio. Confia-se que o atual desenvolvimento econômico por si só, mecanicamente, entregará a encomenda requerida em 2050, na data aprazada, com certeza.

É o fatalismo do destino e a passividade política das massas que ocupam o lugar da concepção materialista da história, embora contraditoriamente o novo curso econômico da China esteja dominado por reforma do Estado e dominação do capital, em corrosão à perspectiva do socialismo.

Nas atuais reformas, a abordagem da China sobre o desenvolvimento tecnológico é caracterizada como uma visão utilitarista da tecnologia, conforme Xiaobai Shen e Robin Williams. (XIAOBAI; WILLIAMS, 2005) A "tecnologia é vista como uma simples ferramenta, destacada do seu contexto político e social"; "é vista como um produto acabado, minimizando-se o processo de aprendizagem tecnológica"; e a especialização técnica é limitada à ciência e à engenharia, com uma abordagem preconceituosa em relação à *expertise* política, social e gerencial. A tecnologia é compreendida simplesmente como progresso, ignorando-se que alguns resultados podem ser imprevisíveis e indesejados. Uma perspectiva de estudos que se denomina Condicionamento Social da Tecnologia contesta o determinismo tecnológico e chama a atenção para o processo econômico-social. Em vez de se limitar a discutir os impactos produtivos da tecnologia, caberia, segundo essa perspectiva, examinar por que e como se chegou a determinada tecnologia. A China deveria abrir a "caixa preta" da transferência de tecnologia, compreendendo a sua seleção, adaptação, condicionamento local, conhecimentos e práticas, considerando a interação entre pesquisa e desenvolvimento, empresas e clientes, condicionadas pelas estruturas políticas, econômicas e sociais, advertem Xiaobai e Williams. (2005, p. 201)

Historicamente, recorda-se que o choque da modernidade, depois das guerras do ópio, no século XIX, levou os chineses a compreender a tecnologia apenas em termos de potentes armas de fogo e canhoneiras que faltavam para "salvar a nação". Mao Zedong, contudo, teria inovado, ao criticar os modelos elitistas de

desenvolvimento tecnológico, buscando tecnologias alternativas, como a pequena indústria rural, conforme a realidade demográfica e territorial da China, embora os resultados imediatos sejam controversos. O princípio maoísta de "andar com as duas pernas" leva a contar com os próprios recursos, além das conquistas do exterior; leva a ver a tecnologia e o derredor, sem autonomizar a inovação do ambiente. A "linha de massas" maoísta teria levado a iniciativas tecnológicas endógenas, desmistificando o desenvolvimento tecnológico.

Para Charles Bettelheim (1979b), a revolução cultural estava associada a uma grande transformação na organização industrial, contribuindo para novas relações sociais de produção na China. Esse processo ligava-se à luta política e ideológica da assim chamada linha proletária, liderada por Mao, em confronto com a assim denominada linha burguesa de Liu Shaoqi. Desse modo, na visão exageradamente otimista de Bettelheim, as massas operárias já empalmavam as decisões dentro das empresas, através das formas organizacionais representadas pelos guardas vermelhos, pelos comitês revolucionários e pelo próprio comitê do partido.

> Teria surgido 'um novo tipo de progresso técnico, um progresso que não tem mais o capital como limite e condição, o que, entre parênteses, reveste de um caráter completamente fantasmático as tentativas dos economistas que pretendem aplicar na China 'modelos de desenvolvimento' que foram elaborados para países capitalistas. Esse novo tipo de progresso técnico corresponde ao *desenvolvimento socialista das forças produtivas*'. (BETTELHEIM, 1979b, p. 110, grifo do autor)

Percebe-se alguma similaridade entre as interpretações de Bettelheim, no início da década de 1970, e a análise de Xiaobai

Shen e Robin Williams, em 2005. Chama a atenção que em um texto, mais de 30 anos depois, esses dois estudiosos da tecnologia, Xiaobai e Williams, tenham uma avaliação razoavelmente positiva da abordagem maoísta sobre a tecnologia. Para eles, no Grande Salto à Frente, "o Estado chinês investiu pesadamente em ciência e tecnologia e buscou ampliar o acesso ao conhecimento científico e tecnológico e colocar a ciência e a tecnologia nas mãos do povo". (XIAOBAI; WILLIAMS, 2005, p. 208) Contudo, com as reformas de mercado, as atenções se voltaram, unilateralmente, para formação de especialistas e para transferência de tecnologia estrangeira. "Iniciativas de massas e autonomia são frequentemente vistas como resíduos de dogmas ideológicos de Mao e irrelevantes para o espírito das reformas econômicas". (XIAOBAI; WILLIAMS, 2005, p. 210) De um ponto de vista social, Xiaobai e Williams recomendam que China precisa "desenvolver sua própria cultura crítica para análise e avaliação da tecnologia".

As dimensões da China, sua heterogeneidade de estruturas produtivas e ritmos de crescimento, podem abrir espaço para atividades, compatíveis com as necessidades locais de geração de emprego e renda, com diversos níveis tecnológicos, inclusive levando em consideração o grande excedente de mão de obra. As regiões do Oeste e Centro da China carecem de investimentos e de uma política que lhes favoreça em atividades de baixa e alta tecnologia. Sem prejuízo da necessidade de avanço tecnológico, seria possível uma certa combinação, via regulação estatal, de padrões extensivo e intensivo de desenvolvimento, em contraste com o que já vem ocorrendo pela ação do mercado com aumento das desigualdades sociais e regionais.

Há que se reconhecer um grande e exitoso esforço de inovação tecnológica nas últimas quatro décadas; é claro que aí não há controle político das próprias massas. O avanço tecnológico é atestado, por exemplo, pelas 52 zonas de desenvolvimento de alta tecnologia que

foram criadas até 1998. Contudo, a quase totalidade desses tecnopolos foi instalada na região costeira, onde já se concentra a maior parte da atividade econômica, esquecendo-se do interior do país.

Em uma situação de atraso relativo, não se pode empreender o desenvolvimento econômico vedando a importação de tecnologia. Entretanto, a simples estratégia de emparelhamento econômico, sob uma visão de cosmopolitismo, pode reforçar a marca geral das estratégias empresariais das firmas chinesas privadas que se concentram em importação de tecnologia e imitação, além da concorrência via preços, sem o esforço da inovação. A externalização produtiva das corporações ocidentais e japonesas, migrando para a China, já apresenta alguns casos de introdução de atividades relativas à concepção, engenharia e *design*. Entretanto, é provável que "as grandes multinacionais americanas, japonesas e europeias, evidentemente, não vão colocar na China seus programas mais estratégicos". (LA CHINE, 2002, p. 10) Em reação a isso, grandes empresas ocidentais têm sido fortemente atraídas pelas oportunidades de imensos negócios dentro da China, em troca de transferência de tecnologia.

Há ainda uma função econômica do Estado como recurso auxiliar do capital, articulando tecnologia e lucratividade. Assim, do ponto de vista geral, há que se reconhecer que as políticas, ações e gastos do Estado chinês em favor da acelerada escalada tecnológica do país resultam em uma importante forma de ajuda à elevação da taxa de lucro médio dos capitais nativos e forâneos na China, a partir do aumento da mais-valia relativa. Nesse sentido, cada vez mais, as transformações tecnológicas, em vez de apenas salários baixos dos trabalhadores chineses, são o mecanismo de elevação da taxa de mais-valia ou taxa de exploração.

Gradualismo

Em nome do desenvolvimento das forças produtivas foram implementadas as reformas, com medidas de contínuo aprofundamento da liberalização da economia chinesa, apesar da persistência de muitos e fortes controles econômicos em mão do Estado. Alguns marcos dessa liberalização podem ser identificados nas seguintes datas e eventos: i) a partir de 1979: descoletivização no campo e implantação das Zonas Econômicas Especiais; ii) 1984-6: reformas urbanas (autonomia das empresas estatais, contratos de trabalho, liberação de preços); iii) 1992: renovação das garantias aos investidores externos através da viagem de Deng à região Sudeste e adoção da fórmula do socialismo de mercado; iii) 1997: decisão de privatização em massa das empresas estatais pequenas e médias; iv) 2001: acordo com a OMC; e v) 2005-6: venda em bolsas de valores de parte das ações do controle do Estado sobre as principais empresas e grandes bancos.

O conteúdo e a forma das medidas adotadas, o calendário e a sequência de implementação das reformas, ao lado das experiências prévias e localizadas das reformas, como projetos pilotos, são alguns elementos apresentados como provas do gradualismo chinês contemporâneo. Ademais, a estratégia gradualista seria, até mesmo, a grande responsável pela ascensão econômica chinesa. A China teria sido mais venturosa, na assim chamada transição para o mercado, do que a Rússia dos anos 1990. A primeira teria se beneficiado das reformas graduais, cautelosas, estratégicas, enquanto a segunda teria sofrido com a "terapia de choque", implementando-se o mercado e a privatização como um ato, de um só golpe, sob o comando dos especialistas do FMI, do Banco Mundial e de universidades americanas. Não obstante as grandes diferenças entre russos e chineses, tudo é explicado nos limites dos meios empregados – gradualismo ou terapia de choque – para desmontar o

socialismo realmente existente na URSS, em um caso, e para abandonar o tipo de planificação socializante e implementar as reformas amigáveis ao mercado na China, no outro caso. Discutem-se os meios, descolando-os dos conteúdos e finalidades das reformas.

O gradualismo e a experimentação como meros métodos não são estranhos ao socialismo no período maoísta, como notou Betellheim (1979a, p. 11, nota nº 7):

> De qualquer modo, não há que esquecer que uma das características da política do Partido Comunista Chinês consiste em extrair progressivamente lições da experiência e, portanto, deixar que se desenvolvam diversas iniciativas antes de preconizar a generalização desta ou daquela forma de organização.

Algumas razões para o caráter gradual das reformas de mercado e privatização na China poderiam ser encontradas nas remanescentes disputas programáticas na cúpula dirigente do Partido-Estado, sem esquecer as controvérsias de 1989. Wing (1999, p. 30-35) argumenta que, sobretudo, entre 1977 e 1985, teria havido polêmicas entre algumas proposições programáticas: a maoísta, a de estilo stalinista e a pró-mercado. É óbvio que a própria magnitude do empreendimento – a mudança para uma economia baseada no mercado e na propriedade privada – aconselhava prudência no ritmo de implementação das medidas, contornando as eventuais resistências políticas herdadas da tradição revolucionária, restringindo o espaço para a manifestação do descontentamento social.

O gradualismo tem sido enfocado de diversas perspectivas teóricas, a exemplo da Nova Economia Institucional (NEI). Essa é uma das explicações liberais para o caso da China. Para Douglass North (1993), representante da NEI, o progresso econômico não pode decorrer de processos revolucionários. As rupturas estão condenadas ao fracasso, por definição, conforme esse detentor

do prêmio Nobel de Economia. Para North, cada país possui uma matriz institucional, com crenças e incentivos estruturados e arraigados. A dependência da trajetória, a história nacional percorrida e os retornos institucionais crescentes asseguram resistência, manutenção e estabilidade da matriz institucional. Assim, nessa visão conservadora, as mudanças efetivas só podem resultar de alterações incrementais, graduais, em um prazo muito longo, para vencer a matriz institucional estabelecida. Mas, o mais importante para North, bem entendido, só podem ser mudanças em favor de mais mercado, mais propriedade privada, defesa intransigente dos direitos de propriedade. Em uma palavra, capitalismo, de preferência em conformidade com as lendas e mitos, propagadas por North, sobre a gloriosa e harmoniosa história econômica anglo-saxônica.

Conforme a Nova Economia Institucional, as interações entre os indivíduos, com a busca da maximização de sua riqueza, e a livre ação das forças de mercado, tendem a criar os incentivos e as regras para superação dos mercados imperfeitos em direção às instituições eficientes e aos mercados perfeitos somente encontrados nas sociedades desenvolvidas, particularmente, nos Estados Unidos. Contudo, as dificuldades no processo de aperfeiçoamento são naturais. Não há nada a fazer, a não ser confiar na evolução ditada pelo mercado, já que "o pior [fato inescapável] é que o marco institucional que determina a estrutura básica da produção tende a perpetuar o subdesenvolvimento", proclama Douglass North. (1993, p. 93) As instituições favoráveis às transações econômicas complexas só apareceram nos países ocidentais em um processo histórico muito longo. (NORTH, 1993, p. 52) Portanto, aplicando esse marco teórico convencional e liberal, conforme North (1993), ao caso da China, só restaria lamentar a tomada do poder pelo Partido Comunista, condenar a revolução socialista e apoiar as contemporâneas reformas de mercado, assimiladas às instituições capitalistas (ocidentais). Nessa situação, a matriz institucional

maoísta, fonte de todos os males, deveria ser demolida, peça a peça, desmontando a coletivização da agricultura, as comunas populares, privatizando as empresas estatais e suprimindo a planificação estatal de tipo socializante.

A expansão econômica acelerada da China, em certo sentido, contradiz tanto o apelo radical de Douglass North na defesa dos sacrossantos direitos de propriedade – como condição *sine qua non* do desenvolvimento – quanto seu ataque à ingerência do sistema Partido-Estado, vestígio da matriz institucional estatista. North aplaude a liberalização chinesa, mas faz gestões *diretamente* – "eu vou à China todo ano" – para influenciar por uma liberalização mais rápida e abrangente, porque para a NEI os incentivos para a inovação e o desenvolvimento decorrem, em primeiro lugar, da mais completa e mais absoluta reverência a todos e quaisquer direitos da propriedade privada, sem qualquer veleidade de intervenção estatal, como tem ocorrido na China.[33]

Para Yingyi Quian, a imperfeição dos mercados surgidos na China seria inevitável inicialmente, mas a regulação mercantil tende, sem embaraços, a se aperfeiçoar ao longo dos estágios da transformação chinesa. Foi o que Yingyi sugeriu em um estudo

---

[33] North declarou: "Eu vou à China todo ano. Sou uma estrela de rock na China [risos]. A razão para isso é que a China leva a sério as análises institucionais. Até hoje, na China, as trocas pessoais dominam o modo como o sistema funciona. Eles têm nos livros regras de direitos de propriedade, mas elas não significam muito. Mas eles estão seriamente tentando mudar esse jogo. Se os chineses serão bem-sucedidos ou não, é uma pergunta interessante. No que se refere à América Latina, eu não vejo nenhum sistema político, partido político que esteja se abrindo, que venha sendo tão consciente sobre os problemas que enfrentam, como os chineses têm sido". (FRAGA, 2006)

centrado nas mudanças institucionais em direção ao mercado, nos marcos de uma Conferência do Banco Mundial.[34]

Pragmatismo

A via chinesa de transformação econômica não se esgota no método gradualista. A mudança incremental chinesa exprime a prevalência do pragmatismo, escapando das discussões teóricas sobre capitalismo e socialismo, fugindo das distinções entre o marxismo e a ideologia burguesa. Marx já dizia que uma ação concreta de avanço do movimento social valia mais do que uma dúzia de programas. Não adianta o programa do PCC falar hoje em socialismo, mas fazer a introdução do capitalismo. Lênin afirmava que a prática é o critério da verdade. A prática da penetração da dominação do capital mostra a verdade de um direcionamento objetivo para a restauração capitalista na China, a despeito das palavras de autoilusão dos dirigentes do PCC. Mao propunha: "Descobrir a verdade através da prática e, novamente através da prática, comprová-la e desenvolvê-la". (MAO, 2003a, p. 19) A compreensão de Marx, Lênin e Mao

[34] "A transição da China para uma economia de mercado ocorre em dois estágios. No primeiro (1978-93), os reformadores introduziram incentivos, restrições orçamentárias e concorrência através da descentralização governamental, permitindo que as empresas não-estatais (principalmente ligadas a governos locais) se desenvolvessem, preservando-se a estabilidade financeira e adotando-se uma abordagem dual para a liberalização do mercado. No segundo estágio, a China buscou desenvolver as mais eficientes instituições de mercado. Durante os primeiros cinco anos (1994-98), implementou-se a convertibilidade da conta corrente, a revisão do sistema tributário, a reorganização do banco central, a redução do tamanho do governo e o início da privatização das empresas estatais. A experiência de transição chinesa revela que progressos significativos podem ser conquistados com instituições adequadas, embora imperfeitas." (YINGYI, 1999, p. 377)

sobre a prática não poderia resvalar, não poderia se confundir com o primarismo pragmático das reformas contemporâneas chinesas. O PCC expõe análises que denotam intenções socialistas, mas são justificativas de um tipo de reformas em favor mercado, de propriedade privada e do capital, em uma prática em que os fatos se entrelaçam e se autocondicionam em desfavor do socialismo. Para os marxistas, há, a despeito das distinções, unidade entre a teoria e a prática, conforme o materialismo dialético.

Deng Xiaoping usava a metáfora "vadear o rio, pulando de pedra em pedra, deslocando-se de uma margem à outra", a fim de justificar o gradualismo das reformas de mercado. Qual era a outra margem? O que se esperava encontrar do outro lado do rio? Gradualismo, experimentação, reforma: com que finalidade? O certo é que, no decorrer do tempo, as reformas graduais constituíram um acúmulo de mudanças das partes que não podem deixar incólume o todo, o sistema. E o todo, nessas circunstâncias, repercute e interage, interna e organicamente, com as partes, redefinindo-as. Aos poucos, o todo vai sobredeterminando as partes. Os resultados finais, conclusivos, a longo prazo, tendem a apagar, deixar para trás, esquecer cada passo de alteração incremental e prudente. Buscar a verdade nos fatos, como dizia Deng, é deparar-se, hoje, após quatro décadas de reformas, com uma alteração de conjunto na estruturação econômica, na prática, ao lado das mudanças regressivas nas relações sociais de produção.

As mudanças, passo a passo, já trilharam mais do que o tempo de uma geração. A acumulação quantitativa e gradual de reformas pró-mercado, propriedade privada e capital criou, ao longo do tempo, as condições para o processo em curso de emergência de um patamar qualitativo "novo" na formação econômico-social da China, com a prevalência de tendências e formas capitalistas, estruturalmente. As raízes mais profundas da economia chinesa foram alteradas.

Por fim, cabe desfazer alguns mitos: i) não houve esse gradualismo em diversas mudanças, como, por exemplo, na transformação da força de trabalho em uma mercadoria, segundo as necessidades da acumulação do capital, no brevíssimo prazo entre 1984 e 1986, com a liberação das demissões, fim da garantia de emprego, surgimento do contrato temporário e os fluxos de trabalhadores migrantes; ii) foi extremamente acelerada a privatização de empresas estatais, sobretudo pequenas e médias, no período condensado de 1978 a 2001. A criação do mercado de trabalho, segundo a lógica capitalista, foi um processo incomparavelmente mais rápido do que a trajetória plurisecular de formação do proletariado em todas outras experiências históricas, bastando lembrar a experiência inglesa.

Produtivismo predatório

No balanço dos resultados do crescimento econômico chinês, há que se considerar os custos ambientais gravíssimos.[35] Desde as

---

35 “Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza”. (MARX, 1988a, p. 142) “Assim, a cada passo, os fatos recordam que nosso domínio sobre a natureza não se parece em nada com o domínio de um conquistador sobre o povo conquistado, que não é o domínio de alguém situado fora da natureza, mas que nós, por nossa carne, nosso sangue e nosso cérebro, pertencemos à natureza, encontramo-nos em seu seio, e todo o nosso domínio sobre ela consiste em que, diferentemente dos demais seres, somos capazes de conhecer suas leis e aplicá-las de maneira adequada. Com efeito, aprendemos a cada dia a compreender melhor as leis da natureza e a conhecer tanto os efeitos imediatos como as consequências remotas de nossa intromissão no curso natural de seu desenvolvimento. [...] Quando um industrial ou um comerciante vende a mercadoria produzida ou comprada por ele e obtém o lucro habitual, dá-se por satisfeito e não lhe interessa de maneira alguma o que possa ocorrer depois com essa mercadoria e seu comprador. O mesmo se verifica com as consequências naturais dessas

últimas décadas do século XX, os problemas ecológicos alcançaram níveis extremamente ameaçadores para as próximas gerações, como já evidenciam as mudanças climáticas. O tipo de estratégia produtivista chinesa, subordinada ao mercado e ao capital e descolada da responsabilidade ambiental, tem piorado a global escalada predatória do meio ambiente. Na China, a visão estreita da expansão das forças produtivas, o produtivismo e o economicismo mecanicista agridem, além dos direitos e necessidades sociais da massa trabalhadora, o meio ambiente.

Acelerou-se a erosão do solo, além da desertificação em algumas áreas, ao lado da escassez da água, prejudicando a agricultura. Esses problemas de degradação das terras atingiram cerca de 42% a 45% da área agricultável, chegando a 71% de erosão na região do solo loess.[36] Anualmente, cerca de 20 mil km^2 de terras estão sendo atingidas por desertificação, erosão, salinização etc. (LEE; ZHANG, 2005) Em 2005, já eram desertos 25% do território chinês, segundo a OCDE. (2005, p. 260)

mesmas ações. Quando em Cuba, os plantadores espanhóis queimavam os bosques nas encostas das montanhas para obter com a cinza um adubo que só lhes permitia uma geração de cafeeiros de alto rendimento pouco lhes importava que as chuvas torrenciais dos trópicos varressem a camada vegetal do solo, privada da proteção das árvores, e não deixassem depois de si senão rochas desnudas! Com o atual modo de produção, e no que se refere tanto às consequências naturais como às consequências sociais dos atos realizados pelos homens, o que interessa prioritariamente são apenas os primeiros resultados, os mais palpáveis". (ENGELS, 197-? ou 198-? f, p. 277-280)

36 Ver Shan (2000, p. 539). "Loess: Depósito eólico distal, pouco ou não estratificado, de frações finas que sofreram deflação e foram acumuladas marginalmente a regiões desérticas, em regiões de menor energia eólica, propiciando a formação de terrenos de alta fertilidade, a base de quartzo e calcita comuns, e outros minerais que não sofreram intemperismo químico significativo nas condições desérticas". (INSTITUTO..., [200-])

A irrigação é empregada em 80% das terras cultivadas na China, consumindo mais de 80% da água utilizada no país. No caso do uso da água na indústria, houve triplicação do seu consumo de 1978 a 1995. Mas, tanto a contaminação da água quanto a degradação do solo ampliaram-se em razão do aumento da taxa média de aplicação de fertilizantes químicos de 63,60 kg, em 1973, para 307,06 kg em 1992, enquanto os correspondentes números no mundo, nesses mesmos anos, foram 60,20 kg e 109,57 kg. Pesquisas têm constatado áreas com contaminação de água por alta concentração de nitrato. Em todo o país, a média de presença de materiais orgânicos nas terras é de menos de 1,5%. Essa perda da fertilidade do solo, conforme a segunda pesquisa nacional, no final da década de 1980, em 1.403 distritos, foi evidenciada pela presença deficiente de fósforo em 50% das terras agricultáveis; de potássio em 23% dessas terras; de fósforo e de potássio, em 14%. (LI; DAVIS; LIMING, 1998, p. 224; 227)

A contaminação das terras e águas, através de fertilizantes, pesticidas químicos, resíduos e efluentes industriais, agrícolas e urbanos, tem repercussão ampla e grave sobre a saúde humana, inclusive dos trabalhadores diretamente ocupados em atividades mais expostas à contaminação (agricultura, pesca e lazer). A grande proporção de mais de 75% das águas fluviais, com os rios que passam por áreas urbanas, é considerada imprópria para o consumo humano. Essa poluição da água tem influenciado o aumento dos abortos espontâneos, anomalias congênitas e mortes prematuras. (OCDE, 2005, p. 559)

No que diz respeito à energia, a China deixou de ser exportadora líquida de petróleo nos anos 1990. A expectativa é que a China importará mais da metade do petróleo que consome, em 2020, e mais de 80%, em 2050. (MINQI, 2005, p. 443) Warwick J. McKibbin (2006, p. 157-158) chamou a atenção de que a China, já em 2006, era o terceiro maior produtor e o segundo maior consumidor de energia do mundo. Já era responsável por 10% do uso global de energia e a

expectativa era alcançar a marca de 15%, nesse consumo, em 2025. Em relação ao carvão, a China detinha 28% da produção e 26% do consumo no mundo. Era o terceiro maior consumidor e a sexta maior reserva comprovada de petróleo. Possuía cerca de 9,4% da capacidade instalada de geração de eletricidade, a segunda maior do mundo. A usina hidrelétrica de Três Gargantas, sobre o rio Yangtze, é a maior do mundo. Foram construídas dezenas de novas plantas de usina nuclear. O gigantismo desse uso de energia tem consequências diversas sobre o meio ambiente e sobre a saúde nos âmbitos local, regional e mundial. Depois dos Estados Unidos, a China é o maior emissor de gás carbônico, originado de combustíveis fósseis, com 13% das emissões globais e com previsão de 18% em 2025.

A combustão de carbono é o principal fator de poluição do ar, e sabe-se que a poluição atmosférica está associada a mais de 300 mil mortes prematuras por ano, conforme a OCDE. (2005, p. 560) As “chuvas ácidas” atingem cerca de um terço das terras agricultáveis no país. Em 2002, a China tinha seis cidades entre as 10 mais poluídas do mundo. A Organização Mundial de Saúde avaliou que apenas 31% das cidades chinesas tinham padrões adequados de qualidade do ar em 2004.

Contudo, cabe ressalvar que, obviamente, é impossível o Estado chinês ficar omisso e passivo completamente na questão ambiental. Assim, constata-se que já houve uma clara mudança no discurso de Pequim desde a segunda metade da década de 2000. O próprio governo chinês divulgou a informação de que apenas três das 74 maiores cidades do país registraram, em 2013, condições climáticas em conformidade com os padrões nacionais considerados como desejáveis e normais na China. Podem ser citadas algumas iniciativas do governo com uma nova visão sobre o problema ambiental, como a assinatura do Protocolo de Kyoto, massivos investimentos em energia de origem hidrelétrica e termonuclear, tentando diminuir a grande dependência de combustíveis fósseis,

e medidas para a redução de dióxido de enxofre, mas pouco empenho na diminuição da emissão do dióxido de carbono. (McKIBBIN, 2006, p. 165-166) A China já lidera a produção de energia solar no mundo. Há um desafio difícil para o Estado chinês: concretizar a defesa do meio ambiente e crítica ao produtivismo predatório e, ao mesmo tempo, conseguir alimentar 22% da população mundial com apenas 6% da terra agricultável do mundo, em um contexto de aceleradas urbanização e industrialização que são necessárias para gerar empregos suficientes. Com a nova retórica de "guerra à poluição" e "civilização ecológica", os governantes chineses discutem sobre os limites da rapidez do crescimento econômico.

CAPÍTULO IX

Desenvolvimento desigual e combinado

Perspectiva histórica e mundial

Desenrola-se uma grande disputa sobre a natureza do atual curso chinês. De um lado, muitos intérpretes, como advogados do capitalismo no Ocidente querem capitalizar os êxitos do crescimento econômico como demonstração da superioridade do liberalismo, do mercado, da propriedade privada e do capital. Os neoliberais congratulam-se com essa interpretação. Mas esquecem das condições especiais da China, inclusive do papel ativo e forte do Estado chinês na economia. Ademais, desconsideram a herança econômica do período maoísta. Ignoram as vantagens do tamanho e dinamismo próprios e domésticos da economia chinesa. Não enxergam os benefícios produtivos e comerciais para a China que resultaram dos impactos da ascensão econômica da Ásia, sobretudo do Leste asiático. Não avaliam corretamente os interesses, cooperação e rivalidade geopolíticos das relações entre a China e os Estados Unidos.

De outro lado, o Partido-Estado classifica como modernização socialista as grandes conquistas econômicas da China. Os desenvolvimentistas e os regulacionistas enfatizam a autonomia, as

políticas e as estratégias do Estado chinês. Teria sido a vitória de um Projeto Nacional. Também se insiste na explicação óbvia da singularidade do desenvolvimento econômico da China. Os próprios dirigentes do Partido-Estado repisam a particularidade: "socialismo de mercado com características chinesas". Singularidade, sim, é verdade, mas em que sentido sistêmico, universal, a China hoje contribui para a emancipação dos trabalhadores no mundo? Qual é o universalismo da China contemporânea, deixando de lado a singularidade nacional chinesa?

As transformações econômicas na China são singulares, em primeiro lugar, porque paradoxalmente representam um tipo de mudança sistêmica em um país de um passado revolucionário recente. Ademais, há todas as marcantes particularidades históricas, culturais, econômicas e sociais da China milenar. Tem de ser singular uma sociedade de mais de um bilhão e 300 milhões de homens e mulheres. Não é preciso fazer julgamento moral para reconhecer que o capitalismo é o mesmo sistema de exploração da classe trabalhadora em toda parte, mas o desenvolvimento capitalista tem particularidades nacionais em cada país. Assim, faz sentido o capitalismo com características chinesas, pois.

Em perspectiva histórica e mundial, a revolução industrial, primeiro, e o advento do imperialismo dos monopólios e alta finança, depois, produziram clivagens e assimetrias estruturais entre os diversos países. A época moderna registra processos diversos, singulares, como: i) a revolução burguesa na França, em 1789 e 1848; ii) a unificação alemã, com o Estado bismarkiano e a via prussiana de desenvolvimento, preservando o poder dos *junkers* latifundiários; iii) a independência nacional, em 1776, e a guerra de secessão, na década de 1860, constituindo uma moderna sociedade burguesa, a partir do Norte, no que se chamou Estados Unidos; iv) a colonização na América do Sul e depois a independência nacional na primeira metade do século XIX, constituindo Estados da aristocracia rural

nativa e persistente atraso econômico; v) a aceleração da corrida pela partilha da África entre as potências imperialistas nas últimas décadas do século XIX; vi) a longa dominação, adentrando o século XX, dos impérios coloniais, destacadamente o inglês e o francês, no Oriente Médio e na Ásia, suscitando, em alguns casos, o surgimento de movimentos nacionais ou socialistas. Como se vê, é da natureza do capitalismo o desenvolvimento desigual e combinado com as singularidades, com as características nacionais. Além disso, no caso da China, salta aos olhos a relevância da incidência da dominação estrangeira e da agressão imperialista, no chamado século de humilhação e tratados injustos, desde a primeira guerra do ópio.

Portanto, não tem cabimento qualquer explicação da atual ascensão econômica chinesa em termos a históricos, como se fosse uma revelação da força espiritual confunciana. A China das reformas de Deng não é a chamada Nova China de Mao e muito menos a China do Primeiro Imperador. As particularidades nacionais são importantes, mas não estão na contemporaneidade descoladas do contexto histórico mundial moldado pelo capitalismo. A compreensão do desenvolvimento chinês não pode ser feita isolada das condições internacionais. Isso seria um absurdo, denunciado, até mesmo, pelo engajamento dos capitais estrangeiros, sobretudo da diáspora chinesa – reforçado pelo êxodo com a vitória da revolução maoísta em outubro de 1949 –, pelas exportações, pelo novo papel da China na divisão regional e internacional do trabalho. Atestando o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, como sistema mundial, o vertiginoso crescimento econômico da China convive necessariamente com o fraco ritmo da acumulação de capital, inclusive casos de estagnação, em outros países.

A crise asiática de 1997-8 tem um pedaço de sua explicação assentado na competição chinesa e, por conseguinte, em um certo deslocamento das exportações de países do Leste Asiático para terceiros mercados, sobretudo os Estados Unidos. Houve, por

exemplo, migração de algumas empresas do México para a China. O Brasil se ressente da invasão do seu mercado por têxteis, calçados e brinquedos chineses.[37] No curso dos desdobramentos da crise global de 2008, a China tornou-se a segunda maior economia do mundo, com seu PIB ultrapassando o do Japão em 2010.

Universalismo entre URSS e China

Ainda, insistindo na perspectiva histórica e mundial, no caso do mais importante exemplo do socialismo realmente existente, a União Soviética (URSS), como se diz, saiu do arado movido à tração animal na agricultura para o posto de superpotência e rival dos Estados Unidos. No breve período de quatro décadas (de 1920 a 1960), esse esforço de titânica construção econômica conheceu

37 Exportadores brasileiros de soja, minério de ferro e aço têm ampliado imensamente suas vendas para a China, e o governo brasileiro deu seu reconhecimento à China como economia de mercado, apesar dos protestos do empresariado brasileiro. Mas, em junho de 2005, o governo do presidente Lula foi obrigado a regulamentar as salvaguardas contra importações chinesas, conforme o Protocolo de Acesso da China na Organização Mundial do Comércio. Um decreto de regulamentação volta-se para produtos chineses em geral e vigora até 2013, e o segundo decreto é direcionado para a indústria têxtil. Em outubro de 2005, a indústria têxtil protocolou o pedido de aplicação das salvaguardas contra a China. A produção de cerca de 70 produtos têxteis estaria sendo prejudicada pela concorrência chinesa. O Sindicato da Indústria Têxtil do Estado de São Paulo estima que cerca de 30 mil postos de trabalho deixaram de ser criados devido às importações da China em 2004. O Sinditêxtil denuncia que "um quilo de calça de lã [foi] importado [pelo Brasil] em média a US$ 1,14 da China, enquanto o mesmo produto foi exportado para os Estados Unidos a US$ 48,80" (SPITZ, 2005). Também a indústria de brinquedos requereu proteção comercial. Em agosto de 2006, o governo do Brasil ainda insistia em uma negociação com a China, pretendendo que o Estado chinês adotasse restrições voluntárias nas suas exportações para o mercado brasileiro. (CAMACHO, 2006)

altos índices de crescimento econômico, com mecanismos de planificação e gestão estatais. Alguns dados já ficaram esquecidos e cabe relembrá-los, a saber: i) a média anual de crescimento da economia foi de 13,2%, 16,1% e 12,5%, nos períodos dos primeiro, segundo e terceiro (interrompido pela agressão alemã) planos quinquenais; ii) a participação soviética na produção industrial mundial elevou-se de 2,8%, em 1929, para 5,6%, em 1938; iii) a participação na produção agrícola mundial foi de cerca de 8%, sem alteração, comparando-se 1929 e 1938; iv) a taxa de investimento em relação ao produto nacional subiu de 7%, em 1928, para 21%, em 1937; e v) o ritmo de crescimento da produção industrial entre 1913 (ainda no czarismo) e 1950 foi o mais rápido do mundo, inclusive em comparação com os países capitalistas.

É claro que houve, nesse processo, as deformações burocráticas, além da queda da produtividade do trabalho e tendência à estagnação a partir de meados dos anos 1970, para não falar da gravíssima ausência da democracia socialista. O capitalismo não concedeu à URSS um minuto de paz. Na linha do tempo, no século XX, a URSS foi submetida a uma guerra civil, à invasão avassaladora nazista na Segunda Guerra Mundial com mais de 20 milhões de soviéticos mortos, o cerco imperialista implacável, a guerra fria com todas as suas múltiplas sabotagens e ameaças, a gigantesca indústria de propaganda anticomunista nas universidades, na imprensa e no cinema. Enfrentando tudo isso, a obra econômica da União Soviética registrou forte crescimento econômico e industrialização. A espetacular ascensão econômica da URRS chamou tanta atenção que influenciou, em algum grau, certas iniciativas de planificação governamental em países capitalistas centrais e periféricos, principalmente no imediato pós-guerra.[38]

---

[38] "Por iniciativa dos EUA, foi criado, em 1949, o Comitê Coordenador para o Controle das Exportações Multilaterais (COCOM), abarcando todos os

E qual foi o universalismo da URSS, em contradição com seu regime repressivo? Que tipo de universalismo, apesar da sua negação da liberdade e, portanto, negação do socialismo e marxismo? A despeito das graves contradições interas à URSS, a história registra, para o exterior, o impacto progressista, democrático, avançado da União Soviética sobre as condições de vida dos trabalhadores no mundo, sobre a descolonização na África e na Ásia, sobre os direitos das mulheres, sobre a contenção dos preconceitos raciais e da xenofobia nacionalista, sobre as liberdades democráticas e a cidadania. Tudo isso ocorreu porque o capitalismo, acossado e denunciado pela suas inevitáveis exploração e opressão, foi obrigado a fazer concessões ao povo na competição com o comunismo soviético no mundo. Tudo isso tem a ver com universalismo, ao invés de singularidade. Depois do fim da URSS, o grande capital se sentiu com as mãos livres para eliminar os direitos sociais, previdenciários e trabalhistas com as reformas neoliberais no mundo. E agora, comparativamente, qual é o impacto universalista em liberdade e progresso social que a China contemporânea está forçando o imperialismo norte-americano a ceder, a fazer concessões, a se "humanizar"?

---

países membros da OTAN (menos Islândia e a Espanha) e o Japão. Criada sob a égide da OTAN, o COCOM se constituiu num órgão multilateral destinado a conter e reduzir o comércio dos países capitalistas centrais com a URSS e demais países socialistas, sob a alegação de 'razões de segurança'. Pouco depois da sua criação, os Estados Unidos determinaram ao COCOM a inclusão de mais de duas mil categorias de artigos na lista de bens e serviços proibidos de serem comercializados com o 'campo socialista'. Isso representava, na época, quase metade dos artigos disponíveis no mercado mundial!". (FERNANDES, 1991, p. 122)

De te fabula narratur!

Marx nunca falou em mundo plano. Nunca disse que os processos econômicos seriam iguais em toda parte. Nunca previu desenvolvimento avançado igual em todos os países. Falou da necessidade de acumulação de capital, do capitalismo no mundo, das contradições e crises. Era o mundo à imagem e semelhança da burguesia, com todo seu cortejo de desigualdades, misérias. Marx não renegou o seu materialismo histórico. Sem entrar em uma polêmica interminável em que há quem veja contradição – ao que parece, sem razão – entre o internacionalismo, o universalismo de Marx e sua posição sobre as lutas nacionais, retoma-se aqui sua proclamação sobre a velha e fragmentada Alemanha e seu futuro capitalista, só isso: *de te fabula narratur!*

Na história econômica do capitalismo, o espetacular êxito chinês é acompanhado por diversas outras experiências, com suas características próprias. Basta constatar, por exemplo, as elevadíssimas taxas de crescimento econômico da Inglaterra, como império colonial e pioneiro industrial, na maior parte do século XIX. Também ocorreu a aceleração das economias estadunidense e alemã, a partir das últimas décadas do século XIX. Nos anos 1950 e 1960, designou-se, à época, a reconstrução da Alemanha ocidental e do Japão como "milagres econômicos". O Brasil já teve o seu "milagre" entre 1968 e 1973-4, além da rápida industrialização entre a década de 1930 e o final dos anos 1970. Na Ásia, apareceram os primeiros e os segundos "tigres". A Coreia do Sul transformou-se de um pobre e pequeno país agrário, dilacerado por uma guerra, em uma nação desenvolvida no prazo de 40 anos (entre outras razões, porque houve um pequeno detalhe: a guerra fria, com os interesses dos Estados Unidos na Ásia – só esse detalhe).

A sabedoria convencional, no entanto, está sempre a postos para exaltar cada episódio de impulso econômico, na forma estrita

de uma determinada estratégia, ponto por ponto, como uma possibilidade aberta, factível, à mão de todo e qualquer país. A essa altura, é ocioso falar que se confunde deliberadamente crescimento econômico com desenvolvimento. Assim, é obscurecida a típica persistência do problema do subdesenvolvimento para a maioria dos povos, nos marcos do capitalismo.

Evidentemente, capitalismo pressupõe acumulação de capital e, mesmo sob o imperialismo, seria um absurdo a expectativa do colapso mecânico e automático da viabilidade do crescimento econômico. É verdade que, historicamente, no período recente, desde a década de 1970, o capitalismo já não exibe a mesma vitalidade mundial, o mesmo dinamismo global de antes. A economia do pós-guerra foi uma excepcionalidade. Os episódios de crise e de estagnação, sob a dominação dos monopólios, da financeirização e do neoliberalismo, não impedem, porém, a possibilidade de situações específicas de aceleração do crescimento, como ocorreu no mundo no breve intervalo de 2003 até 2007. Teoricamente, Lênin já esclarecia que

> [S]eria um erro pensar que esta tendência para a decomposição [a financeirização dominante global com suas crises e desemprego, poderia se dizer hoje] exclui o rápido crescimento do capitalismo. Não, certos ramos industriais, certos setores da burguesia, certos países, manifestam, na época do imperialismo, com maior ou menor intensidade, quer uma ou outra dessas tendências. No seu conjunto, o capitalismo *cresce com uma rapidez incomparavelmente maior do que antes, mas este crescimento não só é cada vez mais desigual* como a desigualdade se manifesta também, de modo particular, na decomposição dos países mais ricos em capital. (LÊNIN, 1979d, p. 668, grifo do autor)

A cartada dos Estados Unidos

Na perspectiva histórica e mundial, ao estudar a China, há que se perceber o imperialismo norte-americano em seu envolvimento direto na trajetória econômica do Extremo-Oriente. Os Estados Unidos atuaram decisivamente, nos marcos da guerra fria, para contar com importantes Estados aliados no Leste Asiático. A história do crescimento econômico no Japão e na Coreia do Sul dependeu diretamente do apoio, dos mais variados recursos e do mercado dos Estados Unidos. Em contraste, a China sofreu o bloqueio comercial, desde 1950, comandado pelos Estados Unidos. A vitória comunista em outubro de 1949 levantou uma grande onda política dentro dos Estados Unidos, que lamentavam pela "perda da China". Depois da assim chamada "perda da China", os estadunidenses se empenharam totalmente na guerra civil coreana. E a Organização das Nações Unidas (ONU), na conjuntura da guerra coreana, foi usada pelos norte-americanos para o cerco comercial contra a China.

Somente em 1972, com a viagem do presidente Nixon à China, começou-se a quebrar esse bloqueio comercial. A visita de Deng Xiaoping aos Estados Unidos, em 1979, selou o restabelecimento das relações diplomáticas, com repercussões econômicas estratégicas para a China. Para Wang Hui (2000, p. 137),

> [...] as políticas de portas abertas de Deng Xiaoping precisavam de uma inserção muito mais profunda da China no mercado mundial. Como isto ocorreu? Um passo chave neste processo foi a invasão chinesa do Vietnã em 1978. Uma das razões da mesma, que de outra maneira teria sido um ataque sem sentido a um pequeno vizinho, era o desejo de uma nova relação com os Estados Unidos. A invasão foi como uma oferenda política a Washington, e se converteu para

> a China no bilhete de entrada no sistema mundial. Aqui, o excesso de violência era a condição prévia de uma nova ordem econômica.

Os norte-americanos sinalizaram para os capitais globais o seu interesse geopolítico nas reformas de mercado na China. A começar pela própria diáspora chinesa e Hong Kong, os vínculos da China com a economia internacional estabeleceram-se, cada vez mais. Os Estados Unidos abriram seu mercado para os produtos da China, que contava com os benefícios do reconhecimento do princípio de nação mais favorecida. Estreitaram-se os laços tanto comerciais e financeiros, quanto diplomáticos e acadêmicos (publicações, ingresso de chineses em universidades americanas) entre os Estados Unidos e a China. Especialistas e consultores norte-americanos influenciaram as mudanças econômicas através das mais diversas maneiras, inclusive com a formação de profissionais de economia e administração, segundo os manuais de negócios. Portanto, as reformas chinesas foram, em certa medida, um exercício de *real politik*, especialmente até os eventos da Praça Tiananmen, em 1989, e a desagregação da União Soviética, em 1991.

Assim, a ascensão da China beneficiou-se dos seguintes fatores, conforme Carlos Medeiros (1999, p. 94-95):

> [Da] estratégia americana de isolamento e desgaste da ex-URSS, [d]a ofensiva comercial americana com o Japão e [de] uma complexa estratégia do governo chinês visando à afirmação da soberania de Estado sobre território e população através do desenvolvimento econômico e modernização da indústria.

A globalização acentuou ainda mais o caráter do capitalismo como sistema mundial, agregando problemas novos para dificultar as estratégias econômicas nacional-desenvolvimentistas de países

periféricos. Essa configuração do sistema capitalista impõe restrições para a solidez das tão enfatizadas peculiaridades nacionais presentes em um suposto modelo de desenvolvimento com características chinesas. O capital e a tecnologia estrangeiros aumentaram o grau de dependência da economia chinesa em face do comércio exterior. O Estado chinês tem recorrido a diversos instrumentos de estímulo e favorecimento aos investimentos estrangeiros. (YASHENG, 2003, p. 415)

A questão da pertinência da via chinesa

É preciso discutir a natureza das relações entre dependência e autonomia na economia da China. A dependência não é um acidente e pode ter graus e formas muito variados. Ao contrário, trata-se de uma realidade que se vincula às políticas e às reformas implementadas pelo Estado chinês. Estabeleceu-se uma tensão entre nacionalismo, de um lado, e cosmopolitismo, de outro, na estratégia econômica chinesa. Incentivos e isenções fiscais, infraestrutura e zonas especiais, atração de capital estrangeiro e apoio a exportações não são mecanismos exclusivos do modelo chinês. Tudo isso aparece sob as mais diversas formas de política industrial, explícitas ou não, na experiência de diversos países. No entanto, é possível concordar que existe um caminho ou via chinesa de desenvolvimento, em certo sentido. Joseph Stiglitz (2002, p. 97) destaca o contraste entre a via chinesa e o modelo da globalização neoliberal, elogiando as "sensatas políticas econômicas" da China.

Os latino-americanos, que sofreram os efeitos perversos da adoção do modelo do Consenso de Washington, na década de 1990, talvez possam, esperançosos, olhar a China como um modelo, uma via chinesa, contraposta a simples liberalização. Não obstante o reconhecimento das distinções entre o Consenso de Washington e

um suposto Consenso de Pequim, há que se compreender as duas questões seguintes.

Primeiro, política industrial não é simplesmente o exato oposto de liberalização, como, por exemplo, mostra a liberalização financeira na Coreia do Sul nos anos 1990. Existem as mais diversas políticas industriais, relativamente aos monopólios, ao desenvolvimento, à produção e comércio exterior, à ciência e tecnologia. A administração de George Bush, campeão do liberalismo, logo no início do seu primeiro mandato, adotou a política de sobretaxas alfandegárias, como protecionismo para salvaguardar as situações de defasagem competitiva da indústria siderúrgica estadunidense, por exemplo.

Segundo, a China deslocou-se da política de um determinado tipo de planificação e gestão da economia em mãos, sobretudo, do Estado, na tentativa de construção do socialismo para a admissão de alguns graus de liberdade e dominação do capital privado, quanto a decisões de investimentos, produção e processo de trabalho. Esse deslocamento é um processo, com etapas, tensões, percorrendo décadas de reformas de mercado e privatização. A China promoveu a liberalização restringida da economia em referência à sua situação anterior ao final da década de 1970. Ao mesmo tempo, a China, preocupada com sua estabilização social, precisa sempre exercer oposição a aspectos de aguda liberalização, especialmente a alguns tópicos de investimentos, finança e serviços, que ultrapassam os acordos assinados e já cumpridos, com programação de medidas liberalizantes, conforme os compromissos com a OMC.

Portanto, a administração e as políticas públicas não podem ser compreendidas em si mesmas, abstratamente, descoladas do contexto e da conjuntura política. Não há um molde estritamente igual de via econômica para todos os países. É nesse sentido que se pode dizer que existe uma via chinesa, um modelo, influenciado pela história, pelas instituições e pela realidade social da China.

É nesses termos que há um caráter próprio – chinês – de sua via de desenvolvimento. Mas isso – a constatação de uma via chinesa, em certo sentido – é insuficiente. É preciso ir além, discutindo o que é esse modelo chinês e aonde vai a China. É assim que, neste livro, buscou-se identificar as principais relações entre o Estado chinês e a dominação do capital, examinando, concretamente, cada âmbito das reformas de mercado e da privatização.

O papel ativo do Estado na economia, desenvolvimentismo, capitalismo de estado, não são descobertas chinesas, como se sabe. A via chinesa não inventou a empresa estatal nem o controle dos fluxos de capitais de curto prazo. Desde sempre, no capitalismo, no mundo, há vínculos entre a acumulação de capital e o Estado. Ao longo da história, a violência estatal, como uma das expressões do poder da classe dominante, contribuiu para a diferenciação e polarização de classes sociais, para a acumulação primitiva de capital, para a regulação econômica, para a proteção da ordem e da propriedade privada, para impor o cumprimento dos contratos. Há muitos debates e experiências sobre as políticas do Estado. Ademais, há estados imperialistas e estados subordinados. Sempre houve participação decisiva do Estado no capitalismo, basta lembrar, por exemplo, o protecionismo defendido por Alexander Hamilton nos Estados Unidos, as leis dos cereais da Inglaterra criticadas por David Ricardo, a proteção à indústria nascente argumentada pelo alemão Friedrich List, o intervencionismo na orientação da economia alemã detestado por Ludwig Von Misses, até a política econômica anticíclica de administração do déficit público em situações de desemprego em massa, conforme John Maynard Keynes. O marxista polonês Michal Kalecki (1987, p. 23) propunha:

> Quando o investimento cai abaixo do nível necessário à manutenção da demanda efetiva, o *gap* é coberto pelos gastos governamentais [financiados por

> empréstimos, evitando redução de renda com aumento de impostos].

Assim, escapando à acusação de experiência exótica ou inovação temerária, a reforma do Estado chinês e a dominação do capital podem, em aliança, conviver com algumas políticas públicas de forte controle e gestão da economia, como tem ocorrido, além da permanência de algumas gigantescas empresas e bancos, com o controle acionário estatal.

Finança e capitalismo

Alguns dos principais traços da evolução do capitalismo (trabalho, monopólios, finança, Estado) foram objeto de muito debate entre os marxistas, tentando-se compreender as características do imperialismo e suas implicações políticas. Por exemplo, em 1928, a Internacional Comunista discutiu a tese da estabilização do capitalismo, através da intervenção do Estado e do poder dos monopólios. O crescimento econômico, com aumento da produtividade do trabalho e queda dos custos, sugeria um "capitalismo organizado" pelo Estado. Para Evgueni Varga, o poder dos monopólios e a redução do tempo de trabalho seriam, porém, acompanhados por crises desencadeadas pela superprodução e disputa de mercados. (GALLISSOT, 1987, p. 269-270)

Em contraposição aos efeitos da monopolização produtiva, até onde o capital financeiro – capital industrial e capital bancário, com a dominação do último, conforme a versão de Rudolph Hilferding – e a ação econômica direta do Estado poderiam contribuir para a racionalização da economia, configurando algo como um capitalismo organizado? Mas, em vez de funcionamento regulado, estável, organizado, estourou a grande crise de 1929. A depressão dos anos 1930 trouxe a mão visível do Estado ao centro

do palco: com políticas fiscais de austeridade, como foram aplicadas pelo gabinete trabalhista no Reino Unido; com a onda protecionista deflagrada a partir da gritante elevação das tarifas nos Estados Unidos; com os programas e os gastos públicos no *New Deal* de Roosevelt ou no militarismo de Hitler. Todavia, agora, a via chinesa descobriu, enfim, alguma forma de imunidade ante os efeitos deletérios inerentes aos monopólios e à finança, dois fatores estruturais do capitalismo no mundo? A crise mundial de 2008 e a desaceleração econômica da China a partir de 2012 negam essa imunidade chinesa.

O capital financeiro tomou uma nova forma, sob a globalização neoliberal, agravando a instabilidade imanente da economia capitalista, provocando a assim chamada Grande Recessão de 2008, embora não se repita um episódio como o da quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929 e seu desdobramento na Grande Depressão na década de 1930. Hoje, no caso da via chinesa, na segunda década do século XXI, tenta-se, com dificuldades, conter esse lado disruptivo da financeirização. Para Luiz Gonzaga Belluzzo (2004, p. 115), a China não tinha se deixado enredar na "dependência dos humores mercuriais dos mercados financeiros globalizados". Na verdade, Belluzzo se referia aos anos 1990 , quando fazia essa avaliação a respeito tanto da China como da Índia, que

> ao longo da década, cuidaram de exercer controle seletivo e rigoroso sobre a entrada e a saída de capitais, evitaram o endividamento privado em moeda forte e dirigiram o investimento direto estrangeiro para impulsionar as exportações e substituir importações de forma eficiente.

E nas décadas de 2000 e 2010? Como já foi mostrado anteriormente neste livro no capítulo VII, já houve importantes mudanças nos mercados financeiros chineses. A realidade mundial e chinesa

depois da crise de 2008 mostra, a exemplo dos episódios de abalos seguidos das bolsas chinesas em 2015 e 2016, que a China está sendo empurrada para certo tipo de participação na globalização financeira, a despeito da importância e permanência de alguns controles e do ativismo da política econômica do Estado chinês.

Transição econômica

Ao longo da década de 2010, o assim chamado modelo de crescimento econômico chinês foi submetido a grandes tensões. Já não é suficiente a fórmula de restrição aos capitais especulativos de curto prazo, atração do investimento direto e impulso exportador, urbanização e industrialização. Essa fórmula deu certo e gerou impactos positivos na estruturação produtiva, cada vez mais privada, enquanto, paralelamente, o Estado mantinha significativa parcela de decisões de gastos autônomos e grandes corporações empresariais e bancárias.

O crucial e assombroso investimento de quase metade do PIB, como motor do crescimento chinês, articulava-se com a vertiginosa expansão tanto do mercado doméstico quanto das vendas ao mundo. Mas declinaram, relativamente, as possibilidades para os produtos chineses de uma demanda solvável representada, sobretudo, pelo mercado estadunidense. Aumentam as pressões por novas rodadas de aumento do consumo, no mercado doméstico chinês, para compensar a diminuição relativa das exportações. Mostra-se insustentável o padrão de repartição do produto na China, entre consumo com imenso potencial, mas ainda restringido – e com impactos adversos para grandes massas trabalhadoras mais pobres – e o exacerbado investimento. A interação dessas diversas tensões tende a produzir uma trajetória chinesa prenhe de instabilidade e complexidade, nos marcos do capitalismo dos monopólios e da finança de mercado no mundo.

O crescimento econômico resultante no chamado modelo chinês, a despeito do vínculo decisivo entre seu elevado investimento e seu mercado doméstico, tem uma dependência importante da demanda norte-americana, para a realização do "salto mortal" das mercadorias. As compras americanas eram e são decisivas, apesar do papel sempre e cada vez mais importante da demanda interna chinesa. Os Estados Unidos compram e os chineses multiplicam seus fundos de divisas. Mas, nesse terreno, a acumulação de reservas de trilhões de dólares é uma manifestação de desequilíbrios mundiais, a partir dos Estados Unidos. Nada mais irracional para o capitalismo do que a hipótese de que "[O] dinheiro petrifica-se, então, em tesouro e o vendedor de mercadorias torna-se entesourador". (MARX, 1988a, p. 110) Ademais, na China, trata-se de um "equilíbrio" com ameaça de grande desemprego da força de trabalho, em um país imenso e com o desenvolvimento ainda bastante confinado à sua região litorânea.

Reciprocidade de reformas e contradições

A assim chamada via chinesa não se limita a uma estratégia de desenvolvimento. Essa via é constituída de reformas, que adquirem dinamismo próprio e, em consonância com a operação do mercado, criam tensões e contradições, como argumentam Martin Hart-Landsberg e Paul Burkett (2004). Portanto, por exemplo, o investimento direto externo, as fusões e aquisições pelo IDE e as exportações não poderiam continuar com a China dispondo de normas de comércio e investimento domésticas em confronto com as normas internacionais. A China teve que operar mudanças com certo grau de liberalização. A via ou o caminho vai condicionando a estrutura econômica na China. Esse movimento não é uma mera explicitação de ausência de alternativas. Nesse sentido, não se trata de uma específica reforma que se impõe, sem escapatória, e, em

seguida, puxa uma outra determinada reforma, percorrendo um roteiro já predeterminado, com definições a *priori*, ao largo de escolhas e lutas dos homens e mulheres trabalhadores.

Contudo, sem se desviar para um raciocínio simplista e linear, cabe reconhecer a vigência dessa forma de dependência do caminho (*path dependency*), percebendo o encadeamento entre o mercado, a propriedade privada e a caminhada no sentido da restauração do capitalismo na China. Poderia ser diferente, mas não foi. Essa via chinesa e seus efeitos e encadeamentos estão integrados, sem automatismos, com a operação de tendências políticas e classistas em curso na China, com repercussões no sistema Partido-Estado.

Do ponto de vista do cosmopolitismo, há alguns aspectos de proximidade entre a via chinesa e os vínculos entre exportações e investimento direto externo. Os planos quinquenais existem, estão mantidos, têm grande importância na tarefa de natureza desenvolvimentista, mas a orientação do curso econômico perdeu o papel da planificação central de sentido socializante. Os investimentos, a produção e o emprego já não são majoritariamente de empresas estatais. O capitalismo do Leste Asiático baseou-se no estímulo estatal e na acumulação privada de capitais, com uma industrialização vinculada às exportações. Na Coreia do Sul, implementaram-se planos quinquenais, com metas, crédito bancário e política industrial. Sim, há hibridismo chinês, indiscutivelmente. Porém, o hibridismo é constituído pelas características especiais da China como um grande país, pela adaptação das experiências de desenvolvimento econômico no Leste Asiático e pela novidade das fortes influências, nas mais diversas esferas, dos Estados Unidos e do Ocidente.

As reformas constituíram a via chinesa. As reformas variam por tipo de abordagem, ritmo e abrangência. A cada etapa, novas contradições e novas reformas concretizam a própria reconfiguração do Estado chinês e o curso da dominação do capital. Esse

processo mesclou-se com as mudanças do capitalismo no mundo, em certa medida. As relações entre a reforma do Estado e a dominação do capital na China passaram a refletir, em determinado nível, as exigências tanto conjunturais quanto estruturais do capitalismo globalmente. Desse modo, pode-se dizer que a China não utilizou seu poder para mudar o Consenso de Washington. Não teve esse interesse. Não se lançou a contribuir efetivamente para o desenvolvimento de outras nações periféricas em desafio e em oposição explícita e internacional às políticas de ajustamento e de neoliberalismo do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e da Organização Mundial do Comércio. É mais provável que o "sistema global [ou seja, o capitalismo] modifique a China", em vez do contrário, reconhece Harry Williams. (2001, p. 162; 187)

A China já está envolvida no processo regional e internacional de expansão e riscos dos mercados financeiros desregulados. Dentro da lógica das reformas econômicas gerais em curso na China, não há como escapar das pressões dos mercados financeiros, dentro e fora do país. Surgem problemas amplos e complexos. Por exemplo, em 2 de julho de 1997, no dia seguinte à devolução de Hong Kong para a soberania da China, estourou a assim chamada crise asiática, a partir do ataque especulativo contra o *bath*, a moeda da Tailândia. A especulação contra o dólar de Hong Kong começou no mesmo mês, setembro de 1997, quando se realizou o 15º Congresso do Partido Comunista da China, onde se decidiu a favor da privatização massiva das empresas estatais – "reter as grandes e soltar as pequenas".

Entretanto, a China foi o país menos afetado pela crise "asiática" de 1997 e tornou-se, naquele momento, um fator de estabilidade relativa na região. Conseguiu evitar a desvalorização da sua moeda e sofreu apenas uma pequena queda no fluxo de investimentos externos diretos e no ritmo das exportações no primeiro semestre de 1998. O crescimento econômico manteve-se elevado e a inflação

baixa. Tudo isso fortaleceu o prestígio regional e internacional da China. Alguns fatores favoreceram a economia chinesa em face dessa crise, a saber: a forte desvalorização antecipada do *yuan* em 1994; a não abertura de sua conta de capital, preservando as restrições aos capitais especulativos de curto prazo, e a aceleração de suas exportações, inclusive em competição com as vendas externas de seus vizinhos. Preocupados com as fraquezas reveladas do modelo asiático de forte presença estatal, no curso da crise, os dirigentes comunistas, reunidos na sessão plenária do Comitê Central, em março de 1998, resolveram adotar algumas medidas de maior liberalização econômica. Decidiram acelerar algumas reformas liberalizantes nas empresas estatais e no sistema bancário, principalmente implementando as privatizações. (LAUTARD, 1999) Mas desde a segunda metade da década de 2000, a China centralizou seus conglomerados empresariais estatais selecionados e estratégicos.

Século XXI: mudança de modelo

Mudança de modelo é um tema que anima as discussões sobre a China na década de 2010. Trata-se de uma concepção de modelo muito estreita, economicista, concentrada nas relações entre as demandas doméstica e externa e seu efeito sobre o crescimento econômico da China. Exageram que as exportações e o investimento direto externo teriam sido quase os únicos motivos do ritmo impressionante de expansão do produto interno bruto da China. A despeito da sua inquestionável e decisiva importância, o IDE e as exportações situaram-se em um determinado contexto histórico chinês e global, que foi especial e favorável ao desempenho econômico da China. A incorporação do gigante asiático, destacando seu mercado e sua massa de força de trabalho, soou como uma benção ao terreno especificamente produtivo do capitalismo no mundo, envolto em tensões e contradições em seu dinamismo.

E agora? Mudança de modelo? Só da China? Na verdade, o problema ultrapassa o tal modelo chinês. A crise, deflagrada em 2007-2008, nos Estados Unidos, continuará, por muito tempo, produzindo mais constrangimentos e mais transformações econômicas, políticas e sociais globais. Os problemas são de diversas naturezas, mas pertencem ao mesmo quadro geral do capitalismo das primeiras décadas do século XXI. Ademais, é um quadro marcado pelas desigualdades, violência e intolerância. A agonia da Grécia, o *Brexit*, a ascensão da extrema-direita na Europa, Estados Unidos, América Latina etc., as guerras infindáveis e necessárias ao imperialismo, as multidões de imigrantes perseguidos, o obscurantismo do fundamentalismo religioso, o horror das reformas trabalhistas em diversos países, tudo isso é manifestação da mutação do capitalismo do século XXI. É uma revanche tenebrosa sobre a razão, o progresso e a democracia.

Do ponto de vista da economia, o século XXI está carregado de ameaças. Falam em estagnação secular, era da mediocridade, monstro da deflação. Conforme a instituição US Conference Board, a produtividade global do trabalho cresceu medíocres 2,1% em 2014. (ROBERTS, 2016, p. 129) Antes da crise, esse indicador foi de 2,6% entre 1999 e 2006. Nos Estados Unidos, a produtividade recuou de 1,2% para 0,7% de 2013 para 2014. O conjunto das economias desenvolvidas registrou apenas 0,6% de crescimento da produtividade em 2014. Para recuperar a economia, o grande capital aposta em novas rodadas de aprofundamento do neoliberalismo com privatizações e cancelamento dos direitos sociais e trabalhistas. O principal movimento é a intensificação da exploração dos trabalhadores. Há movimentos, como o *Tea Party* nos Estados Unidos e a Frente Nacional na França, que propõem a xenofobia nacionalista com isolamento econômico. Muitos cobram dos chineses mais compras externas e redução das suas exportações.

Na verdade, a China tornou-se importante demais e influencia decisivamente a economia global. O recuo relativo das importações chinesas de *commodities* abalou o desempenho econômico na América Latina e África. Há uma gradual desaceleração da produtividade do trabalho na China. O assim chamado "novo normal" da economia chinesa deveria mostrar menor dependência das exportações, da construção civil e dos gastos governamentais em infraestrutura. Mas o alargamento do consumo na China, motivo de grandes expectativas na mudança do modelo, ainda se defronta com a restrição do poder de compra das massas trabalhadoras mais pobres, pressionadas adicionalmente pelos gastos com os diversos serviços privados, como saúde, educação, além da previdência. Os salários triplicaram em relação aos anos 2000, mas mesmo assim os lucros cresceram ainda mais e a participação do trabalho na renda diminuiu. (ROBERTS, 2016, p. 260) Avalia-se que o mercado de trabalho na China já teria atingido o chamado ponto de inflexão de Arthur Lewis, no qual o campo já não teria o excedente ilimitado de força de trabalho pressionando para baixo os salários urbanos, em prejuízo da distribuição de renda e da demanda doméstica. É verdade que o crescimento dos salários chineses tem até provocado a instalação de plantas em países com salários relativamente mais baixos, como o Vietnã, mas a China ainda dispõe 200 milhões de trabalhadores migrantes. O problema torna-se extremamente complexo, porque ao mesmo tempo há um movimento de automação dos processos de trabalho, como, por exemplo, o impressionante plano de um milhão de robôs na Foxconn.

CAPÍTULO X

Aonde vai a China?

A nova superpotência do século XXI

O patamar econômico internacional já alcançado pela China restaurou o orgulho nacional do seu povo. Todavia, as grandiosas conquistas econômicas da nação repercutem mais positivamente em todos aqueles que são diretamente beneficiários da ascensão da China, ou seja, empresários chineses do continente ou da diáspora, os burocratas do Partido-Estado e alguns setores de classe média. O projeto de resgatar o papel histórico da China como grande potência de primeira ordem ou superpotência no mundo é uma das formas de legitimação das transformações econômicas em curso, uma das maneiras de justificar as reformas.

Para Marie-Claire Bergère (1996, p. 725),

> [n]a morte de Mao Zedong, a China que Deng herdou era uma grande potência, mas era uma grande potência débil, marcada pela tarefa inacabada de sua modernização econômica, pelos arcaísmos de sua burocracia, pela instabilidade política induzida pela violência das lutas entre as facções.

O movimento de resgate da Grande China contempla a perspectiva da mais larga reunificação do Estado nacional através, especialmente, da incorporação de Taiwan, sob a fórmula "um país, dois sistemas". Entretanto, uma estratégia nacionalista que tende a se restringir à reconstituição e protagonismo da burguesia chinesa enfrentará inúmeros percalços na China e no mundo. As atuais condições do imperialismo – com a globalização econômica, a financeirização e o neoliberalismo, e ainda a agressividade do capital decorrente dos ecos do colapso das experiências do socialismo real – enfatizam a inviabilidade de uma estratégia econômica fortemente centrada em uma espécie de burguesia nacional chinesa. Pode funcionar por determinado período, mas não se sustenta, sem reveses, nas condições de estruturação e funcionamento do capitalismo contemporâneo.

É preciso considerar, em primeiro lugar, que nem a própria classe burguesa, em formação dentro da China, terá interesse em se aventurar em uma estratégia econômica estreitamente nacionalista, relativamente autorreferenciada, nas atuais circunstâncias globais. O grande capital, dentro e fora da China, assimilou o país como grande potência de primeira ordem, aprofundando seu atual curso de participação na economia mundial. E isso não é possível sem modernização econômica segundo os termos do capital. Assim, a transformação da economia chinesa tem de ser impulsionada pela globalização, conforme o avanço do capital nativo e estrangeiro e das mais variadas formas de internacionalização das próprias empresas estatais, inclusive em associação com o setor privado forâneo.

Manter-se capital e voltar à China

A despeito dos estreitos vínculos com o capital estrangeiro, o desenvolvimento econômico da China não é uma repetição do

capitalismo comprador que prosperou entre as últimas décadas do século XIX e a revolução de 1949, em Xangai, Cantão (*Guangzhou*), Hong Kong e Macau. Com a revolução, os compradores fugiram da China continental. Estima-se que 51 milhões de chineses expatriados detinham ativos de US$ 2,5 trilhões, em 1996. Além das situações de Hong Kong, Macau e Taiwan, os capitalistas chineses ou descendentes controlavam 81% da economia da Tailândia e Cingapura, 70% da Indonésia, 69% na Malásia e de 50% a 60% nas Filipinas, conforme James Heartfield (2005, p. 198).

Assim, para Heartfield, a economia da China, hoje, não é dependente. Ele tem razão ao reconhecer a vitalidade no capitalismo endógeno do país. Uma das razões dessa autonomia é que a principal fonte de investimento externo direto são os próprios capitalistas chineses expatriados. Os compradores estariam voltando para casa. Nesse sentido, a via de desenvolvimento seria chinesa mesmo. Andrew Glyn (2006, p. 15) chama a atenção para um aspecto muito relevante: apenas 10% do investimento doméstico chinês eram de origem externa (IDE) no início da década de 2000. A despeito disso, o IDE, globalmente, tem sido muito importante na China. Ademais, os próprios dados oferecidos por Heartfield mostraram uma mudança extremamente rápida do IDE, a partir do crescimento mais acelerado dos capitais originários das grandes potências ocidentais e do Japão, com a presença das mais importantes empresas transnacionais.

Em 2010, as firmas de propriedade totalmente estrangeira detiveram a parcela de 56,65% das exportações e 26,67% do valor adicionado nos produtos exportados. (TANG; WANG; WANG, 2015, p. 30) Muitas dessas empresas pertencem a investidores de Hong Kong, Macau e Taiwan (HKMT). Em 1997, o investimento direto externo proveniente de partes da Grande China, ou seja, Hong Kong, Macau, Taiwan e Cingapura, representaram uma parcela de 54,94% em comparação com os 45,06% dos Estados Unidos, União

Europeia e Japão. Em 2002, no prazo exíguo de seis anos, essas cifras trocaram de posições: da Grande China foram atraídos 46,94% do total do IDE, no mesmo período de comparação, enquanto os EUA, a UE e o Japão passaram para a posição majoritária de 53,06%. Assim, a China é um campo em disputa do capital estrangeiro, embora o Estado chinês conte com a ajuda desse mesmo capital forâneo para, contraditoriamente, transformar-se em uma superpotência, em prol dos seus próprios interesses nacionais.

Retórica da ascensão pacífica

"Ascensão pacífica", é assim que a China define sua escalada na ordem internacional no século XXI. A China precisa de paz por muito tempo para concentrar o máximo dos esforços na busca da liderança econômica, tecnológica e financeira no mundo, sem descurar das relações diplomáticas. Mas, dessa vez, diferente do século de humilhação e tratados injustos desde a primeira guerra do ópio, a China não está nem estará despreparada militar e politicamente diante de rivais. Foi virada a página do assombroso isolamento internacional da China no século XIX em termos de serviços diplomáticos no Ocidente. Naquele século, a China foi submetida a sucessivas invasões e derrotas militares perante a Inglaterra, a França e até o Japão, entre outros agressores, com perda de partes do território, além dos imensos saques a título de indenizações de guerra. Os tratados injustos foram abolidos no curso da Segunda Guerra Mundial e a soberania e a dignidade da nação foram recuperadas a partir da vitória da revolução comunista em outubro de 1949.

No início do século XXI, a China já se transformou em uma grande potência econômica e política, apresentando-se como um polo de poder, um campo de oportunidades de investimento e um motor do crescimento da economia mundial. "A emergência da China como uma grande potência industrial e exportadora [...] é

inquestionável", conclui Heartfield. (2005, p. 1) A ascensão chinesa resultou em reforço, em vez de debilitamento, da economia do sistema capitalista. A ascensão da China significou, ao mesmo tempo, acirramento, tanto da concorrência e das tensões comerciais quanto das disputas diplomáticas, políticas e militares. Em paralelo com a ascensão econômica mundial do país, avança o papel da China no cenário geopolítico mundial. A China tende a avançar para uma posição de hegemonia regional no Leste Asiático, anunciando uma relação complexa com o Japão.

A bandeira da China como grande potência, através do desenvolvimentismo econômico, apresenta-se como um instrumento de mobilização e coesão política da nação. Ao mesmo tempo, essa ideologia inspira uma espécie de abstração sobre a luta de classes. Favorece a constituição e consolidação de uma burguesia nacional chinesa. Daí decorre, parece, a importância de atração e agregação precisamente dos principais empresários de origem chinesa, os mais experientes e os mais influentes, residentes em Hong Kong, Macau, Taiwan, Cingapura, Indonésia, Malásia, Austrália, Califórnia nos Estados Unidos, Canadá e em todos os lugares por onde se localizou a diáspora chinesa. Além da realidade dos fatos das mudanças econômicas de grande vulto, seria necessário, nessa concepção "nacional-desenvolvimentista-globalista", brandir os símbolos da civilização milenar, do poderio do Império do Meio, da Grande China, da terra-mãe. A China é o dragão – gigantesco, poderoso, mas lendário, colorido, pacífico, operoso, promissor.

Com os olhos na China e no mundo

A visão de grande potência contempla a preservação, o fortalecimento e a internacionalização das chamadas empresas estatais estratégicas e, ao mesmo tempo, abarca a privatização das inúmeras milhares de outras firmas públicas deslocadas para as mãos da nova

burguesia chinesa em formação no Continente. A autarquização e o isolamento econômico frustrariam inapelavelmente o desenvolvimentismo chinês e seu papel de grande potência, como se percebe no caso das necessidades de progresso técnico, via importação de tecnologia e absorção de investimento direto estrangeiro, sem falar da necessidade de influenciar nas decisões relevantes na ordem internacional.

Para a burguesia chinesa, sem abrir mão de seus próprios negócios e interesses, a ideologia nacionalista é e tem de ser compatível com a associação ao capital estrangeiro e a integração à economia mundial. Desde o início, a modernização esteve assentada na política de portas abertas. A abertura é um dos principais pilares das reformas. A influência ocidental, cada vez mais, perpassa os diversos terrenos da vida social na China, a despeito de todas as proclamações retumbantes, simbólicas, da preservação da especificidade cultural chinesa. Essa retórica adequou-se bem ao nacionalismo e pragmatismo prevalecentes na condução das reformas econômicas. Independentemente das intenções e desejos do PCC, a busca da grandeza do Estado e da nação não tem sido dissociada do atropelamento dos direitos dos trabalhadores e imposição da dominação do capital. A afirmação nacional da China tem passado pela sua ascensão econômica, política e militar no mundo como a nova e efetiva superpotência.

Autoilusão

O PCC, em outubro de 2017, realizou o seu 19º Congresso. Reafirmou o marxismo. Reiterou o caráter socialista da China. Assim, é legítimo alguém pensar que se não existisse a grandiosidade da China, proclamando-se como um país dirigido por comunistas, desfraldando a bandeira vermelha da foice e do martelo, a causa do comunismo estaria em maiores e imensas dificuldades, depois

da derrota devastadora da União Soviética. Ainda, nesse sentido, a China faz o mundo recordar da existência do marxismo e do socialismo. Mas, dadas as circunstâncias concretas, é provável que essas reflexões sejam enganosas, ilusórias.

Agora, a grande novidade do PCC é o assim chamado "pensamento Xi Jinping". O 19º Congresso aprovou a inscrição desse pensamento ao lado da referência ao "pensamento Mao Zedong" nos Estatutos do PCC. Xi foi reconduzido para mais um mandato de cinco anos na presidência da China, além da secretaria geral do PCC e presidência da Comissão Militar. O discurso de Xi é mais assertivo em entusiasmo e confiança na futura superioridade da China na economia e na ordem internacional. Enfatiza a crucial importância da redução das desigualdades sociais. Demonstra engajamento no combate à poluição e defesa do meio ambiente. Ataca duramente a corrupção. Declara abertamente o supremo e incontestável poder e direção do PCC em todos os terrenos da vida política, econômica e social da China. Dedica-se à defesa de maior fortalecimento militar do país. Desenvolve intensa atividade política junto a diversos segmentos dentro do país e em missões internacionais. Propõe que a globalização seja mais aberta, mais equilibrada e mais justa para todos, como uma retórica curiosa, como se fosse panglossiana, em que não aparecem conflitos sociais e abalos no capitalismo e todos ganham.

No governo Xi, entre 2013 e 2016, a China teve crescimento econômico de 7,2%, contribuindo em 30% para o crescimento da economia mundial no período. No balanço desses quatro anos, a imprensa chinesa divulga um número impressionante de 360 reformas que resultaram em 1500 medidas de governo. Há uma grande prioridade para a *Initiative One Belt, One Road*, que promoverá demanda externa para a capacidade ociosa de alguns setores industriais da China e contribuirá para o aumento da projeção política chinesa no mundo. O 19º Congresso aprovou a meta de completar

em 2020 a construção da China como uma sociedade moderadamente próspera. Proclama-se que em 2035 a modernização socialista estará fundamentalmente completada. Deseja-se que, de 2035 até 2050, a China deve se tornar um país socialista, com prosperidade, força, democracia, cultura avançada. A partir de 2018, durante 15 anos, colocou-se a meta de atração de 2 trilhões de dólares de investimento direto externo na China e também US$ 2 trilhões de investimento chineses no exterior.

Por que o fator Xi agora? Houve uma clara tomada de consciência dos líderes do PCC, a partir do governo do presidente Hu Jintao, sobre a estruturação de antagonismos fundamentais entre classes sociais, ao lado das grandes vitórias econômicas do desenvolvimentismo. É claro que nem Hu Jintao nem Xi Jinping vão discorrer sobre isso. Ao contrário, o grande *slogan* de Hu era sociedade harmoniosa. As atenções dos dirigentes comunistas voltaram-se mais para as desigualdades sociais e aumentaram as referências ao marxismo. Portanto, os limites e as contradições da corrida desenvolvimentista associados aos desafios do futuro são a causa do surgimento de um conjunto de elementos novos e integrados na vida política da China no século XXI, como: o discurso de Xi cujo cerne é a China como a nova superpotência; a necessidade de quase começo do culto da personalidade do presidente Xi; a exaltação do papel incontestável do PCC e dos militares; o relançamento da economia com atenção redobrada às desigualdades sociais e regionais e ao meio ambiente; as alianças geopolíticas, sobretudo com a Rússia; a reconfiguração da dança de conflito e cooperação com os Estados Unidos; a retórica nas relações internacionais de paz e ganhos para todos.

A nova cena política da China, com o presidente Xi, mostra que os líderes chineses, compulsoriamente, estão se defrontando com os limites, as contradições e os perigos que se aproximam com o grande capital dentro de casa. Os efeitos da formação em

processo de poderosíssima classe de capitalistas chineses, com negócios de gigantesca centralização de capitais, transbordam, pouco a pouco, da economia para a política, a ideologia, a cultura. As contradições sociais são denunciadas pelas gritantes desigualdades de renda e riqueza.

O Partido Comunista Chinês reitera enfaticamente a vigência do marxismo-leninismo em sua orientação geral. Insiste em proclamar o socialismo na China. Mas o PCC parece, na verdade, que está sendo constrangido a ser um seguidor de uma ideologia nacional-desenvolvimentista atualizada para os tempos da globalização. A China conseguiu realizar a importante tarefa do nacional-desenvolvimentismo como uma etapa da modernização econômica, com a acumulação extensiva, superando os atrasos na infraestrutura, industrialização e urbanização. Mas os problemas agora tornam-se, provavelmente, mais difíceis em razão dos desafios da assim chamada acumulação intensiva, das transformações tecnológicas, da corrosão da sociedade dividida em classes sociais mais nítidas e polarizadas, dos limites ambientais e das novas formas das tensões internacionais a partir dos Estados Unidos

O gigantismo e o inexorável funcionamento dos capitais chineses já impuseram e tendem a intensificar a necessidade orgânica e histórica de mais mercados, mais lucros e mais acumulação, com penetração em todo o mundo, com estruturais impactos políticos e sociais. São atingidas as as dimensões econômicas mais diversas, desde o comércio, a tecnologia e inovação, os recursos naturais, a força de trabalho e as finanças, inclusive a típica exportação de capitais. Isso é próprio do grande capital, a partir de uma superpotência, sobretudo nas condições do capitalismo do século XXI. Tendem a crescer as acusações de imperialismo nas relações econômicas internacionais dos capitais chineses já fortemente concentrados e poderosos, que ainda contam com as políticas expansionistas do Estado chinês, a exemplo da *Initiative One Belt*, *One Road*.

Entre 2003 e 2017, os capitais chineses, sobretudo estatais, usurparam no Brasil principalmente empresas e áreas de energia, óleo e gás, inclusive campos do pré-sal, e mineração, com apenas 11% em projetos novos. (FERNANDES; WARTH, 2018) O Brasil construiu empresas e desenvolveu tecnologias que agora foram açambarcadas pelos interesses estratégicos do imperialismo chinês em prejuízo da soberania nacional brasileira. Ademais, os capitais chineses não podem escapar dos conflitos interimperialistas entre os Estados Unidos, em defensiva, e da China, em ofensiva, pela liderança e controle de tecnologia, produção, comércio e finanças, além de problemas políticos, como tem demonstrado a guerra comercial, com elevação de tarifas, deflagrada pelo governo Trump em 2018.

Aqui, por fim, vale lembrar a famosa advertência de Marx: "Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade". Há o peso das condições da realidade social. Os homens do PCC podem desejar fazer a história do socialismo na China. Mas, dadas as circunstâncias econômicas e sociais concretas e as condições espirituais e culturais da China, parece que os líderes do PCC se enredam em ilusões ao falar em socialismo. É confusa a interpretação política dos líderes chineses em face das grandes vitórias da modernização econômica, da redução da pobreza e do construído consentimento do povo. Estatização não é socialização dos meios de produção. De fato, os trabalhadores não têm controle da produção (com mediações e sem voluntarismo, claro) nem do poder político – com liberdades e legalidade, inclusive instituições da democracia representativa, claro. Há uma corrosão social já em curso, em decorrência da restauração capitalista, em sentido objetivo e subjetivo, que já se insinuou e se propaga no interior da sociedade chinesa. Mas, a despeito dos atuais retrocessos sistêmicos no sentido do socialismo, a resposta à questão *Aonde vai a China?* não está predeterminada. O próprio Estado chinês, tão decisivo na ascensão do país, não é onipotente, não é portador de capacidade e

neutralidade técnicas, não tem trajetória linear, não é monolítico, não pode deixar de ser condicionado pelas relações de produção e lutas de classes. A nova e imensa classe trabalhadora chinesa tem dado inúmeras provas de capacidade de luta. Na China, diferentemente de outros lugares, não foi apagado completamente o legado do passado revolucionário. A evolução da sociedade chinesa e as contradições do capitalismo do século XXI deixam em aberto o futuro dessa nação de importância estratégica no mundo. Hoje, já chegou à China, como atestam as discussões sobre ajustes do modelo econômico, o curso necessário da dinâmica capitalista turbulenta, através da articulação entre sobreacumulação, superprodução, capacidade produtiva ociosa e pressões sobre os lucros, com seus impactos políticos e sociais.

Referências

ADB. *Private Sector Assessment. People's Republic of China. ADB Asian Development Bank.* Manila: Asian Development Bank, nov. 2003. Disponível em:<https://www.adb.org/sites/default/files/institutional-document/32210/prc-psa.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2006.

ALLEN, F.; JUN, Q.; MEIJUN, Q. *China's financial system:* past, present, and future. SSRN, [s.l], July 2005.

AMIN, S. A vocação terceiro-mundista do marxismo. In: HOBSBAWN, E. J. (Org.). *História do Marxismo.* 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. v. XI, p. 301-332.

AMIN, S. Theorie et pratique du projet chinois de "socialisme de marché". In: AMIN, S. et al. *Socialisme et marché:* Chine, Vietnam, Cuba. Louvain-la-Neuve: Centre Tricontinental; Paris: L'Harmattan, 2001. p. 53-89.

AMIN, S. *A propos de la Chine. Le "socialisme de marché".* Etape dans la longue transition socialiste ou raccourci vers le capitalisme? In: CONGRÈS MARX INTERNATIONAL, 4., 2005, Paris, 2005. *Anais eletrônicos...* Paris: [s.n.], 2005. Disponível em: <https://socio13.wordpress.com/2007/08/18/samir-amin-la-chine-le-socialisme-de-marche-etape-dans-la-longue-transition-socialiste-ou-raccourci-vers-le-capitalisme/>. Acesso em: 12 jan. 2006.

ANDERLINI, J.; HORNBY, L. China overtakes US as world's largest goods trader. *Financial Times,* Londres, 10 jan. 2014.

AN OVERVIEW of unemployment in China 2003. *China Labour Bulletin,* Hong Kong, July 2004. Disponível em: <http://www.clb.org.hk/en/content/overview-unemployment-china-2003>. Acesso em: 30 set. 2004.

ARRIGHI, G.; AHMAD, I.; SHIH, M. As hegemonias ocidentais em perspectiva histórica. In: ARRIGHI, G.; SILVER, B. J. (Org.). *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial.* Rio de Janeiro: Contraponto; UFRJ, 2001.

AUBERT, C.; CABESTAN, J.-P.; LEMOINE, F. Introduction. *Revue Tiers Monde*, Paris, t. XXXVII, n. 147, p. 469-472, juil./sept. 1996.

AUBERT, C. Investissement-travail et infrastructures agricoles: bilan et actualité des corvées en Chine. *Revue Tiers Monde,* Paris, t. XXXII, n. 127, p. 510-532, juil./sept. 1991.

AUBERT, C. Chine rurale: le fossévilles/campagnes. *Revue Tiers Monde,* Paris, t. XXXVII, n. 147, p. 525-547, juil./sept. 1996.

BANKING Business to be Further Opened, Whatchdog. *People's Daily Online,* Beijing, Sept. 28, 2004. Disponível em: <http://english.peopledaily.com.cn/200409/28/eng20040928_158557.html>. Acesso em: 29 set. 2004.

BELLUZZO, L. G. de M.; MAZZUCCHELLI, F. (Org.). *Ensaios sobre o capitalismo no século XX.* São Paulo: Unesp, 2004.

BERGÈRE, M.-C. La Chine après Deng Xiaoping: développement économique et accomplissement nationaliste. *Revue Tiers Monde,* Paris, t. XXXVII, n. 147. p. 725-34. juil./ sept. 1996.

BERNSTEIN, E. Prefácio. In: BERNSTEIN, E. *Socialismo Evolucionário.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Instituto Teotônio Vilela, 1997a. (Coleção Pensamento Social-Democrata).

BERNSTEIN, E. *Socialismo Evolucionário.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Instituto Teotônio Vilela, 1997b. (Coleção Pensamento Social-Democrata).

BETTELHEIM, C. Prefácio da 3ª edição francesa. In: BETTELHEIM, C. *A planificação socialista da economia.* Lisboa: Edições 70, 1977. p. 7-22.

BETTELHEIM, C. Prefácio. In: BETTELHEIM, C. *Revolução cultural e organização industrial na China.* Rio de Janeiro: Graal, 1979a. p. 7-13.

BETTELHEIM, C. *Revolução Cultural e organização industrial na China.* Rio de Janeiro: Graal, 1979b. p. 15-134.

BETTELHEIM, C. Posfácio I. In: BETTELHEIM, C. *Revolução cultural e organização industrial na China.* Rio de Janeiro: Graal, 1979c. p. 135-168.

BETTELHEIM, C. Posfácio II. In: BETTELHEIM, C. *Revolução cultural e organização industrial na China.* Rio de Janeiro: Graal, 1979d. p. 169-177.

BOTTOMORE, T. Formação social. In : BOTTOMORE, T. (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista.* Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 159.

CAMACHO, K. Brasil negocia limites para importação de produtos chineses. *Folha de S. Paulo,* São Paulo, 18 ago. 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u110332.shtml>. Acesso em: 10 set. 2006.

CAULFIELD. J. L. Local Government Reform in China: a Rational Actor Perspective. *International Review of Administrative Sciences,* Brussels, v. 72, n. 2, p. 253-267, June 2006.

CHEN, J.- ren. China's Way of Economic Transition. *Transition Studies Review*, Springer-Verlag / Wien, v. 12, n. 2, p. 315-333, sept. 2005. Disponível em: <http://www.springerlink.com/content/u7x8741l11031765 /fulltext.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2006.

CHEN, Y. Globalization: resistance from the Chinese New Left. *Ariel,* Calgary, v. 34, n. 1, p. 111-125, jan. 2003.

CHESNAIS, F. Apresentação à edição brasileira. In: CHESNAIS, F. (Org.). *A finança mundializada:* raízes sociais e políticas, configurações e consequências. São Paulo: Boitempo, 2005.

CHINA'S private sector regains strength on optimistic economic outlook. *China Daily*, Xinhua, 2 Aug. 2017. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/business/2017-08/02/content_30328022.htm>. Acesso em: 10 ago. 2017.

CHINA EMPLOYMENT Forum Beijing. Information Note. ILO. 13 Apr. 2004. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/english/chinaforum/download/infonote2.pdf>. Acesso em: 30 set. 2004.

CHINA REPORTS first rise in poverty since start of reforms. AFP, 18 July 2004. Disponível em: <http://chinastudygroup.org>. Acesso em: 30 set. 2004.

CONSTITUTION of the People's Republic of China. *People's Daily Online*, Beijing, 22 mar. 2004. Disponível em: <http://english.peopledaily.com.cn/constitution/constitution.html>. Acesso em: 6 maio 2005.

CHINA'S DOOR Now Wide-open for Foreign Banks. *People's Daily Online*, Beijing, 5 Aug. 2004. Disponível em: <http://english.people.com.cn/200408/05/eng20040805_151971.html>. Acesso em: 29 set. 2004.

CHINA'S FOREIGN reserves hit $854 billion. *The Associated Press*, [s.l.], 28 Mar. 2006. Disponível em: <http://www.msnbc.msn.com/id/12048225/>. Acesso em: 18 abr. 2006.

CHINA ISSUES Rules On Foreign-Funded Banks. *People's Daily Online,* Beijing, 17 Nov. 2006. Disponível em: <http://english.people.com.cn/200611/17/eng20061117_322496.html>. Acesso em: 27 nov. 2006.

CHINA RECONOCE por primera vez la propriedad privada con una ley. *El País*, Madrid, 16 marzo 2007. Disponível em: <http://www.elpais.com>. Acesso em: 17 mar. 2007.

CHINA TO OPEN Renminbi Business to Foreign Banks. *Bloomberg/ Xinhua*, 16 Nov. 2006. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/china/2006-11/16/content_734524.htm>. Acesso em: 25 mar. 2006.

CHINA WILL Become World.s Second Highest investor in R&D by End of 2006, Finds OECD. 4 Dec. 2006. Disponível em: <http://www.oecd.org/general/chinawillbecomeworldssecondhighestinvestorinrdbyendof2006findsoecd.htm>. Acesso em: 12 dez. 2006.

CHOW, G. Are Chinese official statistics reliable? *CESifo Economic Studies*, v. 52, n. 2, p. 396-414, June 2006. Disponível em: <http://cesifo.oxfordjournals.org/cgi/reprint/52/2/364>. Acesso em: 10 ago. 2006.

CITIGROUP Wins Battle for China Bank. Associated France Press. *China Daily Online,* Beijing, 16 Nov. 2006. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/china/2006-11/16/content_735413.htm>. Acesso em: 26 nov. 2006.

COATES, D. Reformismo. In: BOTTOMORE, T. (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista.* Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 313-314.

CONG, C. L'industrie chinoise face au défi technologique. Les investisseurs étrangers sont les premiers pourvoyeurs de technologies. *Perspectives Chinoises*, Hong Kong, n. 83, mai / juin 2004. Disponível em: <http://www.cefc.com.hk/fr/article/lindustrie-chinoise-face-au-defi-technologiqueles-investisseurs-etrangers-sont-les-premiers-pourvoyeurs-de-technologies/>. Acesso em: 10 fev. 2005.

DAVIS, D.; YANJIE, B.; SHAOGUANG, W. *Material Rewards to Multiple Capitals under Market-Socialism.* June 2005 version. Disponível em: <https://sociology.yale.edu/sites/default/files/files/Brill_final_version.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2006.

DENG, X. *Textos Escogidos de Deng Xiaoping (1975-1982)*. Beijing: Ediciones em Lenguas Extranjeras, 1984.

DOUGHERTY, S.; HERD, R. Fast-falling Barriers and Growing Concentration: the Emergence of a Private Economy in China. *OECD Economics Department Working Papers,* Paris, v. 58, n. 471, 16 Dec. 2005.

EL BANCO CENTRAL advierte sobre los graves desequilibrios del desarrollo económico. Xinhua. *China Internet Information Center,* Beijing, 29 Oct. 2003. Disponível em: <http://service.china.org.cn>. Acesso em: 30 set. 2004.

EMPRESAS estatales chinas cotizadas en ultramar benefician a inversores foráneos. *Xinhua,* 25 marzo 2005. Disponível em: <http://cu2.mofcom.gov.cn/aarticle/headnews/200503/20050300029392.html>. Acesso em: 15 jul. 2006.

ENGELS, F. Persia-China. *New York Daily Tribune*, New York, 22 May 1857. Engels in New York Daily Tribune. Articles on China, 1853-1860. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1857/06/05.htm>. Acesso em: 19 maio 2006.

ENGELS, F. Introdução. As lutas de classes na França de 1848 a 1850. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, [197-? ou 198-? a]. p. 93-110. (v.1).

ENGELS, F. Prefácio à Edição Inglesa. Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico. In: MARX, K. ; ENGELS, F. *Obras escolhidas.* São Paulo: Alfa-Omega, [197-? ou 198-? b]. p. 283-302. (v.2).

ENGELS, F. Do socialismo utópico ao socialismo científico. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, [197-? ou 198-? c]. p. 303-336. (v.2).

ENGELS, F. Prefácio à segunda edição alemã. A situação da classe operária na Inglaterra. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, [197-? ou 198-? d]. p. 211-224. (v. 3).

ENGELS, F. Carta a Bloch. In: Marx, Karl e ENGELS, F. *Obras escolhidas.* São Paulo: Alfa-Omega, [197-? ou 198-? e]. p. 284-6. (v. 3).

ENGELS, F. O papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas.* São Paulo: Alfa-Omega, [197-? ou 198-? f]. p. 269-80. (v.2).

ENGELS, F. *Anti-Dühring*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

FAIRBANK, J. K. *China, uma nueva historia.* Santiago: Andrés Bello, 1996.

FARREL, D.; LUND, S.; MORIN, F. The Promisse and Perils of China's Banking System. *McKinsey Quartely.* New York, July 2006. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/industries/financial-services/our-insights/the-promise-and-perils-of-chinas-banking-system>. Acesso em: 10 out. 2006.

FENG, C. Industrial restructuring and workers' resistance in China. *Modern China.* Los Angeles, v. 29, n. 2, p. 237-262, Apr. 2003.

FERNANDES, L. *URSS: ascensão e queda.* A economia política das relações da União Soviética com o mundo capitalista. São Paulo: Anita Garibaldi, 1991.

FERNANDES, L. *O enigma do socialismo real:* um balanço crítico das principais teorias marxistas e ocidentais. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

FERREIRA, A. B. de H. *Dicionário da língua portuguesa*. 2. reimp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FINANCIAL Times. China relaxes curbs on foreign financial stakes. Video, 10 nov. 2017. Disponível em: <https://www.ft.com/video/a470d674-252e-48df-b232-eae7a401c60d>. Acesso em: 12 nov. 2017.

FLASSBECK, H. China's Spetacular Growth Since Mid-1990. Macroeconomic Conditions and Economic Policy Changes. In: UNITED Nations Conference On Trade and Development (UNCTAD). *China in a Globalizing World.* Geneva: UNCTAD, 2005. p. 1-44.

FLEISHER, B. M.; YANG, D. T. Labour Laws and Regulations in China. *China Economic Review*, [s.l.], v. 14, n. 4, p. 426-433, Dec. 2003. Disponível em: <http: www.sciencedirect.com/science/journal/1043951X>. Acesso em: 5 fev. 2004.

FOREIGN Funded Firms Bigger Winner of China's Trade Surplus. *People's Daily Online*, Beijing, 30 Apr. 2005. Disponível em: <http://en.people.cn/200504/30/eng20050430_183380.html >. Acesso em: 5 maio 2005.

FORTUNE. Edição de 24 de julho de 2006. Disponível em: <http://money.cnn.com/magazines/fortune/global500/2006/countries/C.html.> Acesso em: 12 mar. 2007.

FORTUNE. China's Global 500 companies are bigger than ever - and mostly state-owned. *Fortune*, Washington, D.C., 22 July 2015. Disponível em: <http://fortune.com/2015/07/22/china-global-500-government-owned/>. Acesso em: 16 jan. 2016.

FORTUNE. Global 500 2006. Disponível em: <http://fortune.com/global500/2006/>. Acesso em: 27 fev. 2018.

FORTUNE. Global 500 2012. Disponível em: <http://fortune.com/global500/2012/>. Acesso em: 27 fev. 2018.

FORTUNE. Global 500 2014. Disponível em: <http://fortune.com/global500/2014/>. Acesso em: 27 fev. 2018.

FORTUNE. Global 500 2016. Disponível em: <http://fortune.com/global500/>. Acesso em: 27 fev. 2018.

FRAGA, É. Livre comércio pode prejudicar os pobres, diz Nobel. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 dez. 2003, Caderno 2. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u78019.shtml>. Acesso em: 15 jan. 2004.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 45-60, mar. 2003.

FUKASAKU, K.; YU, M.; QIUMEI, Y. China's Unfinished Open-Economy Reforms: Liberalisation of Services. *OECD-Development Centre working paper*, Paris, n. 147, Apr. 1999. Disponível em: <http://www.oecd-ilibrary.org/development/china-s-unfinished-open-economy-reforms_110680138577>. Acesso em: 5 jan. 2007.

GALLISSOT, R. O imperialismo e a questão colonial e nacional dos povos oprimidos. In: HOBSBAWN, E. J. (Org.). *História do Marxismo:* o marxismo na época da terceira internacional: o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 199-277. (v. VIII).

GANG, F.; LUNATI, M. R.; O'CONNOR, D. Labour Market Aspects of State Enterprise Reform in China. OECD-Development Centre working paper, Paris, n. 141, oct. 1998.

GLYN, A. Will Marx be proved right? *Oxonomics*, Oxford, v. 1, p. 13-16, dec. 2006.

GRAMSCI, A. A revolução contra *O Capital*. In: GRAMSCI, A. *Escritos Políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. (v. I).

GRAY, J. Mao in perspective. *The China Quarterly,* London, n. 187, p. 659-679, Sept. 2006.

GUERRERA, F.; McGREGOR, R. Goldman leads trio in $ 3,8 bn China deal. *Financial Times,* London, 27 Jan. 2006. Disponível em: <https://www.ft.com/content/6fd3c484-8f0d-11da-b430-0000779e2340>. Acesso em: 10 abr. 2006.

GUO, J. Resisting Modernity in Contemporary China. The Cultural Revolution and Postmodernism. *Modern China*, Los Angeles, v. 25, n. 3, p. 343-376, July 1999.

HANQIN, X. China's Open Policy and International Law. *Chinese Journal of International Law*, Oxford , v. 4, n. 1, p. 133-139, June 2005.

HANSAKUL, S. China's Banking Sector: Ripe for the Next Stage? *Deutsche Bank Research*. Frankfurt am Main, 7 Dec. 2006. Disponível em: <http://www.adcommission.gov.au/cases/EPR%20301%20%20350/EPR%20331%20-%20archived%2013%20December%202016/025%20NON%20CONF%20ATT%20C-1.46.1%20Deutche%20Bank%20Rsearch.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2007.

HART-LANDSBERG, M. Neoliberalism: Myths and Reality. *Monthly Review,* New York, v. 57, n. 11, p. 1-17, Apr. 2006.

HART-LANDSBERG, M.; BURKETT, P. China and Socialism: Market Reforms and Class Struggle. *Monthly Review,* New York, v. 56, n. 3, p. 1-123, July/Aug. 2004.

HART-LANDSBERG, M.; BURKETT, P. China and socialism. Engaging the issues. *Critical Asian Studies*, Cedar, v. 37, n. 4, p. 597-628, Dec. 2005.

HEARTFIELD, J. China's Comprador Capitalism Is Coming Home. *Review of Radical Political Economics,* v. 37, n. 2, p. 196-214, spring 2005. Disponível em: <http://rrp.sagepub.com/cgi/content/abstract/37/2/196>. Acesso em: 5 nov. 2005.

HILFERDING, R. *O capital financeiro.* São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção Os Economistas).

HOBSBAWN, E. Adeus a tudo aquilo. In: BLACKBURN, R. (Org.). *Depois da queda:* o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 93-106.

HOBSBAWN, E. Renascendo das cinzas. In: BLACKBURN, R. (Org.). *Depois da queda:* o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 255-270.

HOBSBAWN, E. *Era dos extremos:* o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUALOU, L. et al. Accelerated restructuring in rural China fueled by ‘increasing vs. decreasing balance’ land-use policy for dealing with hollowed villages. *Land Use Policy,* [s.l.], n. 29, 2012, p. 11-22. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0264837711000329>. Acesso em: 20 mar. 2014.

HUCHET, J.- F.; YAN, X. Les entrepises d’État chinoises a la croisée de chemins. *Revue Tiers-Monde*, Paris, t. XXXVII, n. 147, p. 599-627, juil./sept. 1996.

HUCHET, J.-F. The Emergence of Capitalism in China: An Historical Perspective and Its Impact on the Political System. *Social Research,* New York, v. 73, n. 1, p. 1-26, 2006.

HUCHET, J.-F. From Dirigisme to Realism: Chinese Industrial Policy in the Era of Globalisation. In: RICHET, X.; DELTEIL, V.; DIEUAIDE, P. Strategies of Multinational Corporations and Social Regulations, *Springer-Verlag*, p. 57-76, 2014. Disponível em: <https://hal-inalco.archives-ouvertes.fr/hal-01325264/document.>. Acesso em: 25 jun. 2017.

INSTITUTO de Geociênicas da Universidade de Brasília. [200-] Loess. Glossário Geológico Ilustrado. Disponível em: <http://sigep.cprm.gov.br/glossario/.>. Acesso em: 16 mar. 2007.

INTENSIFICA competencia del sector bancario de China trás su apertura. *Diário del Pueblo. People’s Daily Online*, Beijing, 27 nov. 2006. Disponível em: <http://spanish.peopledaily.com.cn/31621/5095205.html>. Acesso em: 29 nov. 2006.

JIANG, Z. *Reforma e construção da China.* Rio de Janeiro: Record, 2002.

JUDET, P. La Chine monte em puissance. *Revue Tiers Monde*, Paris, t. XXXVII, n. 147, p. 473-92, juil./sept. 1996.

JIKUN, H.; GUOLEI, Y. Understanding recent challenges and new food policy in China. *Global Food Security*, [s.l.], n. 12, 2017, p. 119-126. Disponível em: <http://knowledge4food.net/knowledge-portal-item/understanding-recent-challenges-new-food-policy-china/>. Acesso em: 25 nov. 2017.

KAI, G.; YANG, Y. Causes of Privatization in China: testing Several Hypotheses. *Economics of Transition*,[s.l.], v. 13, n. 2, Apr. 2005. Disponível em: <http:/www.blackwell-sinergy.com>. Acesso em: 25 nov. 2017.

KALECKI, M. A diferença entre os problemas econômicos cruciais das economias capitalistas desenvolvidas e subdesenvolvidas. In: KALECKI, M. *Economias em desenvolvimento.* São Paulo: Vértice, 1987. p. 22-29.

KANAMORI, T.; ZHAO, Z. Modeling the Private Sector in the PRC. *ADBI Research Policy Brief*, n. 15. Private Sector & PRC. Manila: Asian Development Bank, 2005.

KATSUNO, M. Status and Overview Official ICT Indicators for China. *OECD*, Paris, 22 mar. 2005. Disponível em: <http://www.olis.oecd.org/olis/2005doc.nsf/43bb6130e5e86e5fc12569fa00d004c/af092ce1aa39bbefc1256fcc004ec136/$FILE/JT00180829.PDF>. Acesso em: 3 maio 2005.

KNIGHT, N. Origins of marxism in China. *China Information*, Leiden, v. 19, n. 3, p. 381-412, nov. 2005.

LA CHINE. Eléments de rétrospective, situation actuelle e futurs possibles. Les systems nationaus de recherche et d’innovation du Monde et leurs relations avec la France. Observatoire des Sciences et des Techniques et Ministère des Affaires Étrangères de la France. Oct. 2002. Disponível em: <http://temis.documentation.developpement-durable.gouv.fr/document.html?id=Temis-0073814.>. Acesso em: 10 jun. 2005.

LA POBLACIÓN China apuesta por las acciones en detrimento del ahorro bancario. 14 nov. 2006. Disponível em: <http://spanish.peopledaily.com.cn/31621/5041307.html>. Acesso em: 30 nov. 2006.

LANGE, O. Sobre la teoria econômica del socialismo. In: LANGE, O.; TAYLOR, F. M. *Sobre la teoria econômica del socialismo*. Barcelona: Ariel, 1969.

LANGE, O. Economia política del socialismo. In: LANGE, O. (Org.) *Problemas de economia política do socialismo.* México: Fundo de Cultura Económica, 1974a. p. 7-20.

LANGE, O. Papel de la planeación en la economía socialista. In: LANGE, O. *Problemas de economia política do socialismo.* México: Fundo de Cultura Económica, 1974b. p. 21-35.

LANGE, O. Problemas fundamentales de la construción socialista. In: LANGE, O. *Problemas de economia política do socialismo.* México: Fundo de Cultura Económica, 1974c. p. 36-59.

LAUTARD, S. State, Party, and Market: Chinese Politics and the Asian Crisis. *International Political Science Review,* v. 20, n. 3, p. 285-306, July 1999. Disponível em: <http://intl-ips.sagepub.com/cgi/reprint/20/3/285>. Acesso em: 10 out. 2003.

LEE, H. F.; ZHANG, D. D. Perceiving Land-Degrading Activities from the Lay Perspective in Northern China. *Environmental Management,* New York, v. 36, n. 5, p. 711-725, Nov. 2005.

LEMOINE, F.; ÜNAL-KESENCI, D. Assembly Trade and Technology Transfer: the Case of China. *World Development,* Montreal, v. 32, n. 5, p. 829-850, May 2004.

LEMOINE, F. L'intégration de la Chine dans l'économie Mondiale. *Revue Tiers Monde,* Paris, t. XXXVII, n. 147, p. 493-523, juil./sept. 1996.

LEMOINE, F. *L'Économie de la Chine.* 4. ed. Paris: La Découverte, 2006. (Collection Repères).

LÊNIN, V. I. Que fazer? In: LÊNIN, V. I. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979a. p. 77-214. (tomo 1).

LÊNIN, V. I. A guerra e a social-democracia da Rússia. In: LÊNIN, V. I. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979b. p. 559-564. (tomo 1).

LÊNIN, V. I. Sobre a palavra de ordem dos Estados Unidos da Europa. In: LÊNIN, V. I. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979c. p. 569-572. (tomo 1).

LÊNIN, V. I. O Imperialismo, fase superior do capitalismo. In: LÊNIN, V. I. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979d. p. 575-671. (tomo 1).

LÊNIN, V. I. A catástrofe que nos ameaça e como combatê-la. In: LÊNIN, V. I. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980a. p. 165-200. (tomo 2).

LÊNIN, V. I. O Estado e a revolução. In: LÊNIN, V. I. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980b. p. 219-305. (tomo 2).

LÊNIN, V. I. As tarefas imediatas do poder soviético. In: LÊNIN, V. I. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980c. p. 557-587. (tomo 2).

LÊNIN, V. I. Acerca do infantilismo de "esquerda" e do espírito pequeno-burguês. In: LÊNIN, V. I. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980d. p. 592-611. (tomo 2).

LÊNIN, V. I. A revolução proletária e o renegado Kautsky. In: LÊNIN, V. I. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980e. p. 1-75. (tomo 3).

LÊNIN, V. I. A doença infantil do "esquerdismo" no comunismo. In: LÊNIN, V. I. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980f. p. 275- 349. (tomo 3).

LÊNIN, V. I. Sobre o imposto em espécie (o significado da nova política e as suas condições). In: LÊNIN, V. I. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980g. p. 492-520. (tomo 3).

LÊNIN, V. I. Os sem partido e o poder soviético. Discurso gravado em disco. In: LÊNIN, V. I. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980h. p. 521. (tomo 3).

LÊNIN, V. I. Sobre o imposto em espécie ou sobre o imposto em espécie e a livre troca de excedentes de cereais. Discurso gravado em disco. In: LÊNIN, V. I. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980i. p. 522. (tomo 3).

LÊNIN, V. I. Discurso no encerramento da X Conferência do PCR (b), em 28 de maio de 1921. Discurso gravado em disco. In: LÊNIN, V. I. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980j. p. 523-4. (tomo 3).

LÊNIN, V. I. Teses do relatório sobre a tática do PCR. III Congresso da Internacional Comunista. In: LÊNIN, V. I. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega. 1980l, p. 527-531. (tomo 3).

LÊNIN, V. I. Para o quarto aniversário da Revolução de Outubro. In: LÊNIN, V. I. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980m. p. 544-550. (tomo 3).

LÊNIN, V. I. Relatório Político do Comitê Central do PCR (b), em 27 de março de 1922. XI Congresso do PCR (b). In: LÊNIN, V. I. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980n. p. 571-603. (tomo 3).

LÊNIN, V. I. Discurso no encerramento do Congresso, em 2 de abril de 1922. XI Congresso do PCR(b). In: LÊNIN, V. I. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980o. p. 604-5. (tomo 3).

LÊNIN, V. I. Sobre o monopólio do comércio externo. In: LÊNIN, V. I. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega. 1980p. p. 611-617. (tomo 3).

LÊNIN, V. I. Cinco anos da Revolução Russa e perspectivas da Revolução Mundial. Relatório no IV Congresso da Internacional Comunista, em 13 de novembro de 1922. In: LÊNIN, V. I. *Obras escolhidas*. São Paulo: Omega. 1980q. p. 618-628. (tomo 3).

LÊNIN, V. I. Sobre a cooperação. In: LÊNIN, V. I. *Obras escolhidas.* São Paulo: Alfa-Omega. 1980r. p. 657-662. (tomo 3).

LÊNIN, V. I. Como devemos reorganizar a inspeção operária e camponesa. In: LÊNIN, V. I. *Obras escolhidas.* São Paulo: Alfa-Omega, 1980s. p. 666-669. (tomo 3).

LÊNIN, V. I. É melhor menos, mas melhor. In: LÊNIN, V. I. *Obras escolhidas.* São Paulo: Alfa- Omega, 1980t. p. 670-681. (tomo 3).

LÊNIN, V. I. Sobre a importância do ouro agora e depois da vitória completa do socialismo. In: LÊNIN, V. I. *Obras escolhidas.* São Paulo: Alfa-Omega, 1980u. p. 551-556. (tomo 3).

LEUNG, A. S. M. Feminism In Transition: Chinese Culture, Ideology and the Development of the Women's Movement in China. *Asia Pacific Journal of Management*, Norwel, v. 20, n. 3, p. 359-374, sept. 2003.

LI, D.; DAVIS, J.; LIMING, W. Industrialisation and Sustainability of China's Agriculture. *Economics of Planning,* n. 31, n. 2, p. 213-230, May 1998. Disponível em: <http://www.springerlink.com/content/n780121207162101/fulltext.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2005.

LI, Y. Y. One system, two Chinas. Asia Times, 9 Aug. 2004. Disponível em: <http://webreadings.byeways.net/readingcontent/1WORLD_web/895.htm>. Acesso em: 29 set. 2004.

LI, Y. Why is China the World's Number One Anti-dumping target? In: UNITED Nations Conference On Trade and Development. *China in a Globalizing World.* Geneva: UNCTAD, 2005. p. 75-104.

LOONEY, K.; RITHMIRE, M. Urbanization with Chinese Characteristics? China's Gamble for Modernization. *Harvard Business School*, Boston, Working paper, n. 16-083, jan. 2016. Disponível em: <https://dash.harvard.edu/handle/1/25525861>. Acesso em: 21 jun. 2017.

LOSURDO, D. *Fuga da história?* A revolução russa e a revolução chinesa vistas de hoje. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

MACEDO, M. de M. *Experiências de planejamento em contextos de integração econômica*. 165 f. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

MAGDOFF, H.; FOSTER, J. B. China and Socialism: Editors' Foreword. *Monthly Review*, New York, v. 56, n. 3, p. 2-6, July / Aug. 2004.

MANDEL, E. In Defence of Socialista Planning. *New Left Review*, London, n. 159, p. 5-37, Sept./Oct. 1986.

MAO, T. Llevar adelante la ayuda mutua y la cooperación em la agricultura como um trabajo de gran importância. In: MAO, T-T. *Obras escogidas de Mao Tsetung*. Pekin: Ediciones em lenguas extranjeras, 1977a, t. V, p. 72. Disponível em: <http://www.marx2mao.com/M2M(SP)/Mao(SP)/MAA51s.html>. Acesso em: 2 jun. 2004.

MAO, T. Sobre diez grandes relaciones. In: MAO, T-T. *Obras Escogidas de Mao Tse-tung*. Pekin: Ediciones em lenguas extranjeras, 1977b, t. V, p. 308-333. Disponível em: <http://www.marx2mao.com/M2M(SP)/Mao(SP)/TMR56s.html>. Acesso em: 2 jun. 2004.

MAO, T-T. Sobre la practica. In: MAO, T-T. *Cinco tesis filosóficas de Mao Tse-tung*. Buenos Aires: Agora, 2003a. p. 3-22.

MAO, T-T. Sobre la contradiccion. In: MAO, T-T. *Cinco tesis filosóficas de Mao Tse-tung*. Buenos Aires: Agora, 2003b. p. 23-70.

MAO, T-T. Sobre el tratamiento correcto de las contradicciones em el seno del pueblo. In: MAO, T-T. *Cinco tesis filosóficas de Mao Tse-tung*. Buenos Aires: Agora, 2003c. p. 71-118.

MAO, T-T. *Filosofía, economía política:* comentarios sobre el Manual de economia política soviético e sobre o libro Problemas económicos do socialismo em la URSS de José Stalin. Escritos inéditos. Buenos Aires: Mundo Nuevo, 1975.

MAO, T-T. O *Livro vermelho*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

HART-LANDSBERG, M. *China, la tercera maior potencia comercial del mundo*. Casa de Ásia-Economia, Barcelona, n. 193, nov. 2006. Disponível em: <https://www.casaasia.es/pdf/112206125616PM1164196576229.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2006.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista.* São Paulo: Martin Claret, 2001.

MARX, K. Prefácio à edição russa de 1882 do Manifesto do Partido Comunista. In: MARX, K. *Obras escolhidas.* São Paulo: Alfa-Omega, [197-? ou 198-? a]. p. 15-6. (v.1).

MARX, K. A revolução na China e na Europa. *New York Daily Tribune*, New York, 14 July 1853. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1853/07/14.htm>. Acesso em: 19 maio 2006.

MARX, K. Trade with China. *New York Daily Tribune,* New York, 3 Dec. 1859. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1859/12/03.htm>. Acesso em: 19 maio 2006.

MARX, K. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelman.* 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARX, K. *Formações econômicas pré-capitalistas*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MARX, K. A guerra civil na França. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras Escolhidas.* São Paulo: Alfa-Omega, [197-? ou 198-? b]. p. 52-103. (v.2).

MARX, K. Crítica ao programa de Gotha. In: MARX, K. Engels, Friedrich. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, [197-? ou 198-? c]. p. 205-225. (v.2).

MARX, K. O *Capital:* crítica da Economia Política. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988a. v. I. (Coleção Os Economistas).

MARX, K. O *Capital:* crítica da Economia Política. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988b. v. II. (Coleção Os Economistas).

MARX, K. O *Capital:* crítica da Economia Política. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988c. v. IV. (Coleção Os Economistas).

MARX, K. O *Capital:* crítica da Economia Política. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988d. Livro terceiro, v. V. (Coleção Os Economistas).

MARX, K. Prefácio. Para a crítica da Economia Política. In: MARX, K. *Para a crítica da Economia Política. Do capital. O rendimento e suas fontes.* São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 49-54. (Os Pensadores).

McKIBBIN, W. J. Environmental Consequences of Rising Energy Use in China. *Asian Ecnomic Policy Review,* Tokio, v. 1, n. 1, p. 157-174, June 2006.

MEDEIROS, C. A. de. Economia e política do desenvolvimento recente na China. *Revista de Economia Política,* São Paulo, v. 19, n. 3, p. 92-112, jul./set. 1999.

MEDEIROS, C. A. de. A China como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática. *Revista de Economia Política,* São Paulo, v. 26, n. 3, p. 381-400, jul./set. 2006.

MEHRAN, H.; QUINTYN, M. Financial Sector Reforms in China. *Finance and Development,* Washington, p. 18-21, mar. 1996.

MILIBAND, R. *Socialismo e ceticismo.* Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP, 2000.

MILIBAND, R. Estado. In: BOTTOMORE, T. (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 133-136.

MINQI, L. A dialogue on the future of China. Interview. Chaohua Wang, Dan Wang and Minqi Li. *New Left Review,* London, n. 235, may/jun., 1999, p. 62-106.

MINQI, L. The Rise of China and the Demise of the Capitalist World-Economy: Exploring Historical Possibilities in the 21st Century. *Science & Society*, New York, v. 69, n. 3, p. 420-48, July 2005.

MISRA, K. From “Capitalist Roaders” to “Socialist Democrats’: intellectuals in Post-Mao China. *China Report*, New Delhi, v. 33, n. 3, p. 267-295, Aug. 1997.

MOHUN, S. Capital. In: BOTTOMORE, T. (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 44-6.

NEELY, C. Chinese foreign Exchange reserves and the U.S. economy. *Economic Synopses*, St. Louis, n. 9, 2016. Disponível em: <https://research.stlouisfed.org/publications/economic-synopses/2016-05-06/chinese-foreign-exchange-reserves-and-the-u-s-economy.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2016.

NIE, J.; SLY, N. Global capital flows from China. The Macro Bulletin. *Federal Reserve Bank of Kansas City*, Kansas, 8 Sept. 2015. Disponível em: <https://www.kansascityfed.org/~/media/files/publicat/research/macrobulletins/mb15nieslyo908.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2015.

NIELSEN,I. et al. Which Rural Migrants Receive Social Insurance In Chinese Cities?: evidence from Jiangsu Survey Data. *Global Social Policy*, Hamilton, v. 5, n. 3, p. 353-381, Dec. 2005.

NORTH, D. C. *Instituciones, cambio institucional y desempeño económico.* México: Fundo de Cultura Económica, 1993.

NOVE, A. Economia soviética e marxismo: qual modelo socialista? In: HOBSBAWN, E. (Org.). *História do marxismo*: O marxismo na época da Terceira Internacional: A URSS da construção do socialismo ao stalinismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 105-136. v. VII.

NOVE, A. *A economia do socialismo possível*: lançado o desafio: socialismo com mercado. São Paulo: Ática, 1989.

OCDE. *La gouvernance en Chine:* la Chine dans l’économie mondiale. Paris, 2005.

OCDE. *China:* progress and reform challenges. Paris, 2003.

OCDE. *Tackling inequalities in Brazil, China, India and South Africa:* the role of labour market and social policies. Paris, 2010.

OFICINA de Investigación de la Historia del Partido Subordinada al CC del PCCh. *Breve Historia del Partido Comunista de China.* Beijing: Ediciones em Lenguas Extranjeras, 1994.

O'HARA, P. A. A Chinese Social Structure of Accumulation for Capitalist Long-Wave Upswing? *Review of Radical Political Economics,* USA, v. 38, n. 3, p. 397-404, 2006. Disponível em: <http://rrp.sagepub.com/cgi/reprint/38/3/397.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2006.

OLIVEIRA, A. P. de. O salto qualitativo de uma economia continental. *Política Externa,* São Paulo, Paz e Terra, Gacint-USP, Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais, v. 11, n. 4, p. 5-13, mar./abr./maio 2003.

ORGANIZAÇÃO Mundial do Comércio (OMC). *International Trade Statistics 2003. Selected long-term trends*. Disponível em: <http://www.wto.org/english/res_e/statis_e/its2003_e/section2_e/ii02.xls>. Acesso em: 3 jun. 2006.

OPPORTUNITIES and Challenges for a Globalized China. *World Economic Forum*. Beijing, 13 Sep. 2004. Disponível em: <http://weforum.org/site/homepublic.nsf>. Acesso em: 29 set. 2004.

PEARCE, F. China's changing farms damaging soil and water. 18 May 2004. Disponível em: <https://www.newscientist.com/data/images/ads/wwwnscom/ns/200410_nscom/newsarticle.htm>. Acesso em: 29 set. 2004.

POMAR, W. *O enigma chinês:* capitalismo ou socialismo. São Paulo: Alfa-Omega, 1987.

POMAR, W. *A revolução chinesa.* São Paulo: Unesp, 2003. (Coleção Revoluções do século 20).

POR QUE LA TASA de consumo em china se encuentra a níveles mínimos? China Internet Information Center, Beijing, 29 June 2004. Disponível em: <http://service.china.org.cn>. Acesso em: 28 set. 2004.

REPORTED MINE accidents for june 2004. *China Labour Bulletin*, Hong Kong, 14 July 2004. Disponível em: <http://www.china-labour.org.hk/isso/article_pv.adp?article_id=5499>. Acesso em: 29 set. 2004.

REUTERS. China extends rural land reform trial to end-2018. Reuters, 12 Sept. 2017. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-china-economy-landrights/china-extends-rural-land-reform-trial-to-end-2018-idUSKCN1BN14H>. Acesso em: 10 nov. 2017.

ROBERTS, M. *The long depression:* how it happened, why it happened and what happens next. Chicago: Haymarket Books, 2016.

RODRÍGUEZ, M. T. R. y. China: reforma económica y câmbios constitucionales. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE DERECHO COMPARADO, 2005, México. *Anais eletrônicos*... México: [s.n], 2005. Disponível em: <http://info.juridicas.unam.mx/sisjur/dercompa/pdf/2-105s.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2006.

ROVETTA, P. Las empresas chinas avanzan en su internacionalización: China en el Fortune 500. *Carta Asia-Economía*, Barcelona, n. 178, p. 2, 19 jul. 2006. Disponível em: <https://www.casaasia.es/pdf/71906120025PM1153303225113.pdf>. Acesso em: 15 set. 2006.

SARGESON, S. Full Circle? Rural Land Reforms in Globalizing China. *Critical Asian Studies*, Cedar, v. 36, n. 4, p. 637-656, dec. 2004.

SATO, K.; ZHAOYONG, Z. Real Output Co-movements in East Asia: any evidence for a monetary union? *The World Economy,* Nottinghan, v. 29, n. 12, p. 1671-1689, Dec. 2006. Disponível em: <http://www.blackwell....00863.x/enhancedabs>. Acesso em: 4 jan. 2007.

SCHRAM, S. R. Mao Tse-tung. In: BOTTOMORE, T. (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 231-233.

SE AMPLÍA diferencia de ingreso entre la ciudad y el campo. China Internet Information Center, Beijing, 14 May. 2003. Disponível em: <http://service.china.org.cn>. Acesso em: 28 set. 2004.

SHAN, A. Farmland Capital Construction in China and India: Incentives and Outcomes Under Changing Policy Scenario. *China Report,* New Delhi, v. 36, n. 4, p. 511-554, nov. 2000.

SHAW, W. H. Materialismo histórico. In: BOTTOMORE, T. (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 259-263.

SHENG, A.; GENG, X. How China is moving out of debt and up the value chain. Project Syndicate. 9 Aug. 2017. Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2017/08/how-china-is-moving-out-of-debt-and-up-the-value-chain>. Acesso em: 15 out. 2017.

SHEYING, C. Social Problems of the Economic State: Historical Roots and Future Directions. *China Report,* New Delhi, v. 38, n. 2, p. 193-214, May 2002.

SINGH, A. Du plan au marché: la reforme maîtrisée em Chine. *Revue Tiers Monde,* Paris, t. XXXV, n. 139, p. 559-684, juil./sept. 1994.

SKIDELSKY, R. Um gigante em fase de crescimento. *Biblioteca Entre Livros,* São Paulo, edição especial, n. 5, p. 22-25, 2006.

SOUZA, R. Uma introdução à crítica do modelo econômico chinês. In: GRASEL, D.; SOUZA, A. R. de (Org.). *Gestão pública e desenvolvimento econômico do Brasil:* perspectivas nacional e regional. Cuiabá: EdUFMT, 2005, p. 231-265.

SOUZA, R. Alguns aspectos da ciência e tecnologia na China. *Economia Política Internacional: Análise Estratégica*, Campinas, Instituto de Economia da Unicamp, n. 5, abr./jun. 2005, p. 58-67. Disponível em: <www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=80&tp=a>. Acesso em: 10 jul. 2005.

SPITZ, C. Indústria têxtil entra com pedido de salvaguarda contra a China. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 out. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u101189.shtml>. Acesso em: 6 jan. 2006.

STIGLITZ, J. E. *A globalização e seus malefícios*. São Paulo: Futura, 2002.

STOBER, E. O. China's rural – urban migration: who gains, who loses? *Junior Scientific Researcher Journal*, v. II, n. 2, MPRA Paper n. 76827. Disponível em: <https://mpra.ub.uni-muenchen.de/76827/>. Acesso em: 10 jun. 2017.

TANG, F. A Look Into Privatization in Financial Fields. *China Internet Information Center*, Beijing, 20 Jan. 2003. Disponível em: <http://china.org.cn/english/2003/Jan/53973.htm>. Acesso em: 28 set. 2004.

TANG, H.; WANG, F.; WANG, Z. The domestic segment of global supply chains in China under State Capitalism. *HKIMR Working Paper*, Hong Kong, n. 5, Feb. 2015. Disponível em: <http://www.hkimr.org/uploads/publication/411/wp-no-05_2015-final-.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2016.

TOLLEFSON, J. China Declared World's Largest Producer of Scientific Articles. *Nature Magazine*, 23 Jan. 2018. Disponível em: <https://www.scientificamerican.com/article/china-declared-world-rsquo-s-largest-producer-of-scientific-articles/>. Acesso em: 28 fev. 2018.

TO GET rich is glorious. *The Economist*, London, 19 Jan. 2002, p. 33.

TOP 100 listed private enterprises unveiled. *People's Daily*, Beijing, 20 jun. 2006. Disponível em: <http://english.people.com.cn/200606/20/eng20060620_275641.html>. Acesso em: 10 ago. 2006.

TRINDADE, H. Para onde vai a China? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 2, n. 5, p. 86-99, out. 1987.

TSAI, K. S. The Political Economy of State Capitalism and Shadow Banking in China. HKUST IEMS. Issues and Studies , v. 51, (1), 2015, p. 55-97. The Hong Kong University of Science and Technology. HKUST. Hong Kong. Disponível em: <http://repository.ust.hk/ir/Record/1783.1-72855>. Acesso em: 15 abr. 2016.

TURNER, B. S. Sociedade asiática. In: BOTTOMORE, T. (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 348-351.

UNIONS fight for more recognition. *China Daily*, Beijing, 24 Sept. 2004. Disponível em: <https://www.china.org.cn/english/China/108027.htm>. Acesso em: 12 jan. 2005.

WANG, H. Entrevista. Fuego en la puerta del castillo. *New Left Review*, London, n. 6, nov./dec. 2000. Disponível em: <http://newleftreview.es/authors/wang-hui>. Acesso em: 12 jan. 2005.

WATSON, C. D. People's Republic of China, An Introduction to the Party and Its Socialist Base: Is the Banking and Financial Industry a 'Natural Monopoly'? Academic Journal of Economic Studies, Bucharest, v. 3, n. 1, Mar. 2017, p. 23-28.

WEIL, R. Chinese Rubicon: Ideological and Practical Dillemmas of Denationalisation. *China Report*, New Delhi, v. 35, n. 1, p. 1-25, Feb. 1999.

WEIL, R. Conditions of the Working Classes in China. *Monthly Review*, New York, v. 58, n. 2, p. 25-48, June 2006.

WEISS, J. China and Its Neighbours: Partners or Competitors for Trade and Investment? In: UNITED Nations Conference On Trade and Development. *China in a Globalizing World*. Geneva: UNCTAD, 2005. p. 47-74.

WILLIAMS, H. Socialism and the end of the perpetual reform State in China. *Journal of Contemporary Asia*, Manila, v. 31, n. 2, p. 161-195, May 2001.

WING, T. W. The Economics and Politics of Transition to an Open Market Economy: China, Paris, OECD Development Centre Working Paper, Paris, n. 153, Oct. 1999.

WORLD BANK Office, Beijing. *China Quarterly Update*. Nov. 2006. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTCHINA/Resources/318862-1121421293578/China06-11_en.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2006.

WORLD BANK. *Economic Achievements and Current Challenges.* Country Brief. China. 2007. Disponível em: <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/COUNTRIES/EASTASAPACIFICEXT/CHINAEXTN/0,,contentMDK:20610209~pagePK:1497618~piPK:217854~theSitePK:318950,00.html#Five_Year_Plan>. Acesso em: 20 fev. 2007.

WORLD BANK. *Country Statistical Information: China.* Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/China>. Acesso em: 20 fev. 2007.

WORLD BANK. IFC. Privatization Database. China. Disponível em: <https://ppi.worldbank.org/snapshots/country/china>. Acesso em: 20 fev. 2007.

WORLD TRADE ORGANIZATION. *World Trade Statistical Review 2016.* Disponível em: <https://www.wto.org/english/res_e/statis_e/wts2016_e/wts2016_e.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2017.

WEI, S.; ZE, H.; XIANGZHENG, D. Changes in productivity, efficiency and technology of China's crop production under rural restructuring. *Journal of Rural Studies,* n. 47, 2016, p. 563-576. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0743016716301905.>. Acesso em: 12 ago. 2017.

XANGAI Stock Exchange. *Fact book 2015*. Xangai: Shanghai Stock Exchange, 2015. Disponível em: <http://english.sse.com.cn/indices/publications/factbook/c/4131355.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2016.

XIAOBAI, S.; WILLIAMS, R. A Critique of China's Utilitarian View of Science and Technology. *Science, Technology & Society,* New Delhi, v. 10, n. 2, p. 197-223, Sept. 2005.

XU, B. Poverty relief efforts impressive. *China Daily,* Beijing, 2 Dec. 2006. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/china/2006-12/02/content_748726.htm>. Acesso em: 15 dez. 2006.

YASHENG, H. One country, two systems: Foreign-invested enterprises and domestic firms in China. *China Economic Review,* n. 14, p. 404-416, Dec. 2003. Disponível em: <http: www.sciencedirect.com/science/journal/1043951X>. Acesso em: 5 fev. 2004.

YICHING, W. Rethinking "Capitalist Restoration" in China. *Monthly Review,* New York, v. 57, n. 6, p. 44-63, Nov. 2005.

YING, L.; WANYI, L.; WEI, W. Are social security policies for Chinese landless farmers really effective on health in the process of Chinese rapid urbanization? a study on the effect of social security policies for Chinese landless farmers on their health-related quality of life. *International Journal for Equity in Health*, n. 13:5. 2014, p. 2-16. Disponível em: <http://www.equityhealthj.com/content/13/1/5>. Acesso em: 10 mar. 2016.

YING, Z. Major Changes Under Way in China's Industrial Relations. *International Labour Review,* Geneva, v. 134, n. 1, p. 37-49, 1995.

YINGYI, Q. The Institutional Foundations of China's Market Transition. In: PLESKOVIC, B.; STIGLITZ, J. (Ed.). *Annual World Bank Conference on Development Economics* 1999. Washington: The World Bank, 1999. p. 377-398.

YUANAN, H.; HEFA, C.; SHU, T. The Challenges and Solutions for Cadmium-contaminated Rice in China: A Critical Review. *Environmental International*, v. 92-93, Jul./Aug. 2016, p. 515-532.

YUANJIANG, S. Globalization and the integration of China into the world economy. In: UNITED Nations Conference On Trade and Development. *China in a Globalizing World*. Geneva: UNCTAD, 2005. p. 45-46.

YUCHAO, Z. Workers, Unions and the State: Migrant Workers in China's Labour intensive Foreign Enterprises. *Development and Change*, Haia, v. 35, n. 5, p. 1011-1036, Nov. 2004.

ZHANG, J. Panel: China's Future in the Age of Globalitazion. *In: Conference: China and the Future of the World*. University of Chicago, 28-29 Apr. 2006. Disponível em: <http://www.asiaruminations.com/pubs/chinaconference_panel_econsociety_transcript.pdf>. Acesso em: 20 set. 2006.

ZHANG, X. L'inégalité croissante des revenus en Chine et ses causes. In: AMIN, S. *et al*. *Socialisme et marché: Chine, Vietnam, Cuba*. Louvain-la-Neuve: Centre Tricontinental; Paris: L. Harmattan, 2001. p. 125-141.

ZHENG, X. Forbes to enlarge China's richest list. 22 Sept. 2004. Disponível em: <https://www.chinadaily.com.cn/english/doc/2004-09/23/content_377174.htm>. Acesso em: 29 set. 2004.

ZHOU, L.; FENG, H.; DONG, X. From State Predationto Market Extraction: the Political Economy of China's Rural Finance, 1979-2012. *Modern China*, Los Angeles, v. 42, n. 6, 2016, p. 607-637.

ZHUN, X. Decollectivization, Collective Legacy, and Uneven Agricultural Development in China. *World Development*, v. 98, 2017, p. 290-299. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2017.04.037>. Acesso em: 20 nov. 2017.

4.65 MILLION private entreprises on Chinese mainland. *People's Daily*, Beijing, 10 Nov. 2006. Disponível em: <http://english.peopledaily.com.cn>. Acesso em: 5 dez. 2006.

Lista de abreviaturas e siglas

ACFTU	Federação dos Sindicatos da China, ou central sindical (*All-China Federation of Trade Unions*)
ACS	Academia de Ciências Sociais
ADB	Banco de Desenvolvimento da Ásia
ASEAN	Associação de Nações do Sudeste Asiático
ANZ	Grupo Bancário Austrália & Nova Zelândia
BDAC	Banco de Desenvolvimento Agrícola da China
BM ou WB	Banco Mundial (*World Bank*)
CBRC	Comissão Reguladora Bancária da China (*China Banking Regulatory Comission*)
CEDR	Comissão Estatal para o Desenvolvimento e a Reforma
CG	Coeficiente de Gini
CNY	Moeda nacional da China: *yuan* (ou *renminbi*)
CNP ou CP ou ANP	Congresso Nacional do Povo (também chamado Congresso do Povo ou Assembleia Nacional Popular)

FIEs	Empresas estrangeiras (*foreign investment enterprises*)
FMI	Fundo Monetário Internacional
GRCP	Grande Revolução Cultural Proletária
HPFs	Agências de Financiamento da Habitação (*Housing Provident Funds)*
Hukou	Sistema de registro do domicílio
IDE ou *FDI*	Investimento direto estrangeiro (*foreign direct investiment*)
CFC ou IFC	Corporação Financeira Internacional, subsidiária do Banco Mundial
NEI	Nova Economia Institucional
NEP	Nova Política Econômica
NME	Economia não mercantil (*non-market economy*)
OCDE ou OECD	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC ou WTO	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PCC ou PCCH	Partido Comunista da China
P&D	Pesquisa e desenvolvimento
RLCL	Lei de contratação de terra rural (rural land contracting law)
SASAC	Administração Supervisora dos Ativos Estatais (*State-Owned Asset Supervision Administration*)
SEZs ou ESZs	Zonas econômicas especiais (*special economic zones ou economic special zones*)
SOEs	Empresas estatais (*state-owned entreprises*)
TINA	"Não há alternativa (ao neoliberalismo)" (*there is no alternative*)
TINNFA	"Não há necessidade de alternativa (ao capitalismo)" (*there is no need for an alternative*)

TVEs	Empresas de municípios e aldeias (*township and village entreprises*)
UBS	Union Bank Switzerland
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento
USP	Unidades de serviço público (*shiye danwei*)